

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Direito

MULTILATERALISMO
E
COOPERAÇÃO SUL-SUL

**O FORÚM DE DIÁLOGO IBAS NO MARCO DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS ENTRE BRASIL, ÍNDIA E ÁFRICA DO
SUL**

Silvestre Eustáquio Rossi Pacheco

Belo Horizonte

2010

Silvestre Eustáquio Rossi Pacheco

MULTILATERALISMO
E
COOPERAÇÃO SUL-SUL

**O FORÚM DE DIÁLOGO IBAS NO MARCO DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS ENTRE BRASIL, ÍNDIA E ÁFRICA DO
SUL**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Direito da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Direito Público.**

**Orientador: Professor Doutor Bruno Wandery
Júnior.**

Belo Horizonte

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

P 116m Pacheco, Silvestre Eustáquio Pacheco.
Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul : o Fórum de Diálogo IBAS
no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul /
Silvestre Eustáquio Rossi Pacheco. – Belo Horizonte. 2010.

315f.

Orientador: Bruno Wanderley Júnior.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito.

Bibliografia.

1. Direito Internacional Público. 2. Tratados Internacionais. 3. Relações
Internacionais. Fórum de Diálogo IBAS. I. Wanderley Júnior, Bruno. II. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III.
Título.

CDU: 341.

Silvestre Eustáquio Rossi Pacheco

Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul: O Fórum de Diálogo IBAS no marco das Relações Internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito Público.

Belo Horizonte. 2010.

Professor Doutor Bruno Wanderley Júnior (Orientador) – Puc Minas.

Professor Doutor José Luiz Quadros de Magalhães - Puc Minas.

Professor Doutor Mário Lúcio Quintão Soares – Puc Minas.

Professor Doutor Pio Penna Filho – Universidade de São Paulo.

Professor Doutor Arthur José Almeida Diniz – Universidade Federal de Minas Gerais.

Professor Doutor Leonardo Militão Abrantes – Puc Minas. (Suplente)

Professora Doutora Lusia Ribeiro Pereira – Puc Minas. (Suplente)

Dedico esta pesquisa acadêmica, no marco de meu Doutorado em Direito Internacional Público, aos meus inigualáveis pais, José Silvestre Pacheco e Maria Rossi Pacheco, cujos amor incondicional, sacrifício e incentivos me foram fundamentais em todos os momentos de minha vida, bem como a minha especial e angelical Tia Rosina Rossi, cujo exemplo de vida me impregnou com as virtudes do amor, da humildade, da caridade e da benevolência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, cujas bênção e onipotência sempre me inspiraram durante toda a minha vida, principalmente, neste caminho acadêmico, desde os tempos de estudante de Bacharelado em Direito até este marco de meu doutoramento em Direito Internacional na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Aos meus amados pais, quem sempre me assistiram em todos os momentos de minha vida, e cujos apoio, amor, sacrifício, paciência e dedicação irrestritos me proporcionam todas as realizações presentes e futuras, desde o momento em que vislumbrei o sonho acadêmico e, em virtude de sua incomensurável afeição pelo seu único filho, a minha gratidão aos meus inigualáveis pais sempre foi e sempre será incondicionalmente eterna.

A minha angelical Tia Rosina Rossi, cujos exemplo e presença em minha vida me ensinaram os mais supremos valores do amor ao próximo, da solidariedade, da compreensão, da benevolência, da compaixão, da caridade e da vida digna, mas também o seu exemplo de carinho em sede de verdadeira felicidade perante os olhos de Deus sempre será importante na construção da minha humilde vida.

São nestas três magníficas pessoas do meu núcleo da minha família, e igualmente ao lado do Deus Todo-Poderoso, em que eu efetivamente encontro toda a força de vontade, toda a inspiração para a concretização de seu exemplo, toda virtude soberana, toda sabedoria de valores e de conhecimento, toda fortaleza de caráter e toda coragem no coração para que eu possa realizar todos os meus sonhos, todos os meus projetos que me são extremamente importantes na procura da minha felicidade e nesta construção de minha humilde vida.

Igualmente, não posso me esquecer da oportunidade de agradecer aos meus queridos avôs paternos, José Gregório Pacheco e Leontina Carneiro Pacheco, e aos meus queridos avôs maternos, Vitório Rossi e Luzia Duani Rossi, que embora já estejam compartilhando as graças celestiais junto ao nosso Deus Todo-Poderoso, nunca deixaram de fazer parte da minha vida e cujos amor, exemplos de vida e lembranças sempre foram e sempre serão incomensuravelmente importantes na construção do meu caráter como indivíduo e como cidadão responsável, mas também na realização de todos os meus sonhos pessoais e profissionais, de forma a honrar a herança de valores e de sabedoria que me foi dada por estas quatro maravilhosas pessoas e pelos meus incomparáveis pais.

Ao meu caro Professor Dr. Bruno Wanderley Júnior, meu grande mentor na carreira acadêmica, quem sempre considero meu grande amigo, por todos os ensinamentos jurídicos,

pela incomparável amizade, por sua inestimável orientação na elaboração desta pesquisa jurídica e pela incomparável assistência à concretização de seus projetos acadêmicos desde os tempos em que ainda estava no Bacharelado em Direito vislumbrando um sonho acadêmico.

Com sua magna orientação na elaboração da minha Tese de Doutorado em Direito Internacional Público, foi-me conferida a sublime oportunidade de construção de uma carreira acadêmica através de seu exemplo de integridade, de honestidade e verdadeira amizade, imprescindíveis ao meu amadurecimento intelectual.

São incomparavelmente raras as oportunidades de conhecer uma pessoa na história de nossa vida que acredita em nosso potencial, em nossa capacidade de superar todas as expectativas e todos os desafios no tocante à concretização de nossos sonhos, dando-nos uma incomparável oportunidade para a construção de uma carreira acadêmica.

Neste sentido, trata-se do importante papel que o Professor Dr. Bruno Wanderley Júnior, meu orientador de Mestrado e de Doutorado em Direito Internacional Público na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, exerceu no que diz respeito a seu magnífico apoio conferido a mim nestes anos dedicados à minha vida acadêmica, quando somente podia contar com os meus pais e com os meus próprios esforços para a concretização de meus sonhos.

Ao meu prezado Professor Dr. José Luiz Quadros de Magalhães, cujas letras jurídicas sempre me serão fundamentais na minha carreira acadêmica, e cuja doutrina sempre me inspirou na elaboração desta pesquisa acadêmica, seus ensinamentos no marco da minha dissertação de mestrado e, neste momento, no marco de meu doutoramento em Direito Internacional.

Igualmente é imperativo ressaltar que o Professor Dr. José Luiz Quadros de Magalhães me acompanha desde os tempos de Bacharelado em Direito na Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, quando fui seu humilde aluno na Disciplina de Direitos Humanos, posteriormente tive a importante oportunidade de convívio e de diálogo quando da realização do Mestrado e do Doutorado em Direito Internacional nesta magnífica universidade.

Ao meu prezado Professor Dr. Pio Penna Filho, pela inestimável amizade construída ao longo do simpósio internacional na Universidade de Santiago de Chile, no qual tivemos a inesquecível oportunidade de estabelecer vindouros laços acadêmicos, pelas considerações imprescindíveis no marco da minha dissertação de mestrado sobre a comunidade latino-americana de nações e a identidade de *Nuestra América*, mas também nesta defesa de minha

tese de doutoramento, oportunidade inestimável em que possamos mais uma vez dialogar sobre temas da nossa realidade internacional.

Neste sentido, não me pode ser furtada a oportunidade de considerar igualmente a importância de ter na construção da minha humilde vida acadêmica como amigo, como professor e como interlocutor o Professor Dr. Pio Penna Filho, da Universidade de São Paulo, nos diálogos sobre as importantes temáticas do Direito Internacional e das Relações Internacionais.

Ao meu prezado Professor Dr. Mário Lúcio Quintão Soares, igualmente importante na construção da minha humilde carreira acadêmica, acompanhando-me nestes anos dedicados à minha vida acadêmica, momento em que tive a oportunidade de interlocução sobre os temas de Direito Internacional Público, quando da concretização do Mestrado e do Doutorado em Direito Internacional no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Ao meu prezado Professor Dr. Arthur José Almeida Diniz, pela honra de construir a amizade acadêmica, pela incomparável oportunidade de interlocução quando de concretização de sua participação em sede de realização da Banca de Defesa de minha Tese de Doutorado, e que possamos prosseguir com o diálogo tão construtivo sobre os importantes temas do Direito Internacional Público, principalmente no momento histórico contemporâneo em que se observa um paradigma internacional em transformação, exigindo dos estudiosos internacionalistas uma nova interpretação desta realidade global, para além das dialéticas de poder global.

Ao meu prezado Professor Dr. Aziz Tuffi Saliba, pela honra do diálogo acadêmico sobre temas de Direito Internacional Público e de Relações Internacionais e igualmente pelas incomparáveis oportunidades de interlocução, que me foram importantes para o desenvolvimento deste respectivo trabalho acadêmico.

Ao meu prezado Professor Dr. Leonardo Militão Abrantes, pela amizade construída ao longo da nossa carreira acadêmica, pelas oportunidades de interlocução sobre os temas atuais que afligem a nossa realidade social, e sempre na esperança de prosseguirmos com esta valiosa amizade durante a construção de minha humilde vida acadêmica.

Igualmente me é importante considerar a contribuição do Professor Dr. Leonardo Militão Abrantes, no que diz respeito à sua participação na minha Banca de Defesa de Tese de Doutorado, inestimável ocasião em que se concretiza uma importante oportunidade de diálogo, de intercâmbio de idéias, de experiências que certamente serão fundamentais em meu aprimoramento como professor e como estudioso do Direito Internacional Público.

À minha prezada Professora Doutora Lusia Ribeiro Pereira, pela amizade acadêmica sincera e inestimável que tive a honra de construir ao longo dos anos dedicados à minha vida acadêmica, igualmente por suas aulas que me foram imensamente gratificantes nesta humilde construção da minha carreira acadêmica em Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Aos melhores e queridos amigos, Luciana Berlini e Elísio Vítor Figueiredo Júnior, quem eu pessoalmente sempre considerarei meus irmãos do coração, cujas importantes amizade e atenção sempre me serão inesquecíveis na construção de minha humilde vida, desde que tivemos a incomparável oportunidade de nos conhecermos ao longo dos anos, primeiramente, dedicados à concretização do Bacharelado em Direito na Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e, num segundo momento, junto ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Direito desta magnífica Universidade.

Novamente aqui, é importante salientar a importância de construir amizades verdadeiras e duradouras, como estas que eu tive a honra de encontrar quando conheci estes amigos e irmãos Luciana Berlini e Elísio Vítor Figueiredo Júnior, cujos apoio e palavras de incentivo me foram imensamente importante no que diz respeito à concretização de seus sonhos acadêmicos, primeiramente, no marco da conclusão do Mestrado e, neste presente momento, no marco de conclusão do Doutorado em Direito Público na Linha de Pesquisa de Direitos Humanos, Processos de Integração e de Constitucionalização do Direito Internacional.

A vida, em inúmeros momentos, demonstrou-me a verdadeira felicidade e igualmente a verdadeira força da amizade quando temos a benção e a sabedoria de conhecer maravilhosas pessoas que nos dão um incomparável voto de confiança no que diz respeito às nossas potencialidades para a concretização de meus humildes e sinceros sonhos acadêmicos.

Aos funcionários da Secretária de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Rafael, André, Renato Fortes e Thales pelo precioso auxílio nos momentos mais difíceis da conclusão do Mestrado e agora em sede da concretização do Doutorado em Direito Internacional Público e à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na qual permaneci durante os meus melhores anos da vida, dedicando-me, primeiramente, ao Bacharelado em Direito, em segundo lugar, ao Mestrado e culminando com o marco de meu Doutorado.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta Tese de Doutorado em Direito Internacional Público, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stritu Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, neste momento de realização acadêmica.

“Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente, o que produz os ventos. Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura. Deus é que me sabe.”

JOÃO GUIMARÃES ROSA. GRANDE SERTÃO: VEREDAS.

“Da mulher – que me chamaram: ela não estava conseguindo botar seu filho no mundo. E era noite de luar, essa mulher assistindo num pobre rancho. Nem rancho, só um papirí à-tôa. Eu fui. Abri, destapei a porta – que era simples encostada, pois que tinha porta; só não alembro se era um couro de boi ou um tranço de buriti. Entrei no olho da casa, lua me esperou lá fora. Mulher tão precisada: pobre que não teria o com que para uma caixa-de-fósforo. E ali era um povoado só de papudos e pernósticos. A mulher me viu, da esteira em que estava me jazendo, no pouco chão, olhos dela alumiam de pavores. Eu tirei da algibeira uma cédula de dinheiro, e falei: - “Toma, filha de Cristo, senhora dona: compra um agasalho para esse que vai nascer defendido e são, e que deve de se chamar Riobaldo...” Digo ao senhor: e foi menino nascendo. Com as lágrimas nos olhos, aquela mulher rebeijou minha mão... Alto eu disse, no me despedir: -“Minha Senhora Dona: um menino nasceu – o mundo tornou a começar!...”- e saí para as luas.”

JOÃO GUIMARÃES ROSA. GRANDE SERTÃO: VEREDAS

E eu, que gosto de entusiasmar-se, proclamei: - Minas Gerais ... Minas principia de dentro para fora e do céu para o chão ... Santana ouviu, e corrigiu: - Por que você não diz: o Brasil? E era mesmo. Concordei.

JOÃO GUIMARÃES ROSA. SAGARANA. MINHA GENTE.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico procura analisar os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul, como instrumento de aprofundamento das relações internacionais entre os respectivos membros deste organismo político de cooperação, e igualmente como interlocutor do mundo em desenvolvimento a fim de que se possam lograr a concretização do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global. Neste sentido, busca-se compreender o atual paradigma internacional em transformação, caracterizando-se pela emergência de novas potências econômicas com capacidade de influência global, pelo surgimento do Fórum BRIC, pela incoerência da ação global dos Estados Unidos, de modo a se verificar a efetividade dos postulados e princípios presentes nos documentos oficiais, mas também as perspectivas de redesenho da realidade internacional por intermédio da ação desta iniciativa trilateral e em sede dos fóruns internacionais multilaterais, da cooperação trilateral sectorial, de suas estratégias de ação globais e regionais, da compreensão das potencialidades e das limitações do Fórum de Diálogo IBAS e em razão das específicas políticas externas e dos impeditivos regionais de seus países membros e das possibilidades de ampliação deste projeto de cooperação inter-regional.

PALAVRAS-CHAVES: Multilateralismo; Cooperação Sul-Sul; Globalização; Relações Internacionais; Índia; Brasil; África do Sul.

ABSTRACT

The present academic research intended to analyze the construction and consolidation process of India – Brazil – South Africa Dialogue Forum, as an instrument for strengthening the international relation among the respective members of this political cooperation organism, and equally as the speaker from the developing world, in order to fulfill the construction of multilateralism and of cooperation to the Global South development. Therefore, it seeks to understand the contemporary international paradigm in transformation, being made by the arising of new economic powers with global influence capacity, by the arising of BRIC Forum, the USA global action incoherence, attempt to verify the effectiveness of postulates and objectives presented in the official documents, and also the perspectives of redefining the international order throughout this trilateral initiative action at the international multilateral forums, at the trilateral sectorial cooperation, its global and regional action strategies, the understanding of potentials and limitations of IBSA Dialogue Forum due to its members specific foreign politics and to their regional imperatives, and the possibilities to this inter-regional cooperation project expansion.

KEY-WORDS: Multilateralism; South South Cooperation; Globalization; International Relations; India; Brazil; South Africa.

LISTA DE SIGLAS

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica.

ANC – African National Congress.

APEC - Asia-Pacific Economic Cooperation.

ASEAN – Association of Southeast Asian Nations.

BRIC – Fórum Brasil – Rússia – Índia – China.

CAN – Comunidade Andina de Nações.

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas.

IBAS – Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul.

IBSA – India – Brazil – South Africa Dialogue Forum.

FOCALAL – Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

GCC - Gulf Cooperation Council.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

N – 11 – Next Eleven.

NAASP – New Asia-Africa Strategic Partnership.

NAMA – 11 - Non-Agricultural Market Access.

NEPAD – New Partnership for Africa’s Development.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

SACU – Southern Africa Customs Union.

SADC – Southern African Development Community

SAARC - South Asian Association for Regional Cooperation

UA –União Africana.

UE – União Européia.

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas.

WIPO – World Intellectual Property Organization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O MULTILATERALISMO ECONÔMICO E A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL DA GLOBALIZAÇÃO	22
2.1. A Epistemologia do Sul e a racionalidade instrumental da globalização: por uma compreensão da realidade internacional no limiar do século XXI	22
2.2. A compreensão de uma ordem internacional em transição: os aspectos do sistema global pautado num mundo pós-americano e num contexto de ascensão do resto.....	35
2.3. Por um novo paradigma de relações internacionais do século XXI: a construção do Fórum BRIC e suas implicações para as dinâmicas globais e para as dinâmicas do Fórum de Diálogo IBAS.....	59
2.4. A defesa da multipolaridade e da cooperação para o desenvolvimento do Sul: os desafios de uma ordem internacional em transição e o papel do Fórum de Diálogo IBAS diante desta realidade internacional.....	81
3 A CONSTRUÇÃO DO FORUM DE DIÁLOGO ÍNDIA – BRASIL – ÁFRICA DO SUL: COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SUL.....	92
3.1. O advento do Fórum de Diálogo IBSA: perspectiva histórica do desenvolvimento da iniciativa trilateral em sede da cooperação para o desenvolvimento do Sul.....	92
3.2. O arcabouço institucional do Fórum de Diálogo IBAS: perspectiva histórica da construção de sua estrutura orgânica para consolidação de seu papel internacional....	106
3.3. A perspectiva dos trabalhos dos Pontos Focais, de Fórum entre os Povos, Fórum Empresarial e Fórum das Mulheres para a consolidação do papel do Fórum de Diálogo IBAS.....	122
3.4. O papel do Fundo IBAS para combate à fome e à pobreza na concretização do papel do Fórum de Diálogo IBAS.....	130
3.5. O papel dos Grupos de Trabalhos na construção da cooperação trilateral sectorial em sede do Fórum de Diálogo IBAS.....	136

4 O FORUM DE DIÁLOGO IBSA NO MARCO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL.....	154
4.1. Perspectivas gerais do processo de desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS: por uma compreensão de suas dinâmicas em sede do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul.....	154
4.2. Perspectivas da inserção internacional do Brasil: para uma compreensão do contexto do Fórum de Diálogo IBAS.....	166
4.3. Perspectivas da inserção internacional da Índia: para uma compreensão do contexto do Fórum de Diálogo IBAS.....	177
4.4. Perspectivas da inserção internacional da África do Sul: para uma compreensão do contexto do Fórum de Diálogo IBAS.....	196
4.5. Perspectivas de cooperação trilateral sectorial para o desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS: por uma compreensão do papel dos Grupos de Trabalho em sede do processo de consolidação desta iniciativa trilateral.....	211
5 O FORUM DE DIÁLOGO IBSA NO MARCO DO REDESENHO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	219
5.1. O papel do Fórum de Diálogo IBAS no marco de redesenho do sistema internacional: por uma maior legitimidade do sistema internacional de segurança coletiva.....	219
5.2. O papel do Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações econômicas e comerciais internacionais: por um redesenho da economia global e das regras do comércio internacional.....	238
5.3. O papel do Fórum de Diálogo IBAS no marco da concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul: por uma concretização da epistemologia do Sul Global....	255
5.4. O Fórum de Diálogo IBAS no marco das perspectivas de consolidação e de ampliação da iniciativa trilateral: por uma construção do multilateralismo no sistema internacional.....	268
6 CONCLUSÃO.....	279
REFERÊNCIAS.....	287

1 INTRODUÇÃO

O atual paradigma internacional que se apresenta nestes primeiros anos do século XXI se caracteriza por um momento de transformação, de redefinição de seus elementos informadores que determinam as dinâmicas econômicas, comerciais, sociais e políticas das relações de poder presentes na comunidade internacional, o que leva a considerar o imperativo da compreensão desta nova realidade internacional, desta nova arquitetura global que passam a se constituir neste momento das relações internacionais, especialmente no que se refere ao papel do mundo em desenvolvimento neste sistema mundial.

Portanto, buscou-se ao longo do desenvolvimento deste trabalho acadêmico compreender as dinâmicas do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul em termos de seu processo de construção e de consolidação, de efetividade de seus postulados, de seus princípios e de seus objetivos institucionais para o redesenho do paradigma das relações internacionais, partindo-se da análise de seu arcabouço jurídico-institucional, do contexto internacional, de forma a efetivar a construção do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global. Desta forma, este presente trabalho baseia-se, primeiramente, numa metodologia lógico-descritiva, na medida em que se faz necessária a compreensão da evolução histórica e da estrutura institucional desta parceria estratégia trilateral, no contexto de para que se possa vislumbrar a possibilidade de efetividade e de aplicabilidade de seus objetivos em face do atual paradigma de relações internacionais.

A compreensão das dinâmicas internacionais e da concretização do Fórum de Diálogo IBAS como interlocutor do mundo em desenvolvimento se torna imperativa para que se possa verificar a possibilidade de concretização de objetivos, no marco de desenvolvimento deste presente trabalho acadêmico, abrangendo uma análise dos tratados internacionais firmados, e da articulação política, no marco desta parceria estratégica internacional.

Neste contexto, parte-se a compreensão do papel do Fórum de Diálogo IBAS termos de construção do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global de um marco teórico de epistemologia do Sul, adotando-se aqui a terminologia utilizada e desenvolvida por Boaventura de Souza Santos, de forma a entender os contornos definidores do que seja o Sul Global, tanto numa perspectiva geográfica, como igualmente em perspectivas políticas, econômicas, culturais e sociais, de modo a verificar a efetividade dos postulados desta parceria estratégica trilateral.

Trata-se, pois, de compreender as dinâmicas internacionais, em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, a partir do marco teórico desta epistemologia do Sul, da cooperação internacional, de forma a verificar as potencialidades de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como um ator internacional relevante e como interlocutor do mundo em desenvolvimento. Conseqüentemente, é imperativo ponderar que estas novas dinâmicas globais, nesta contemporânea esfera das relações internacionais, podem ser consideradas como fruto de uma redefinição da racionalidade instrumental da globalização, da emergência de novos atores internacionais que passam a constituir uma capacidade de influência global e a concretização de seu papel internacional convergindo para a construção de uma nova arquitetura internacional, como igualmente uma argüição da falibilidade da hegemonia norte-americana após a deflagração da última crise financeira internacional que também significou a argüição da queda da economia global e do decálogo do neoliberalismo, bem como há de se considerar os últimos acontecimentos da crise européia que atingem determinados países incorporados tardiamente no processo de regionalização européia.

Nesta perspectiva de construção do trabalho acadêmico, no marco de Tese de Doutorado em Direito Internacional Público, o objeto de estudo se verifica em termos da efetividade do Fórum de Diálogo IBAS, abordando as especificidades das relações internacionais entre Índia, Brasil e África do Sul, como igualmente compreender a aplicabilidade de seus postulados regionais e globais para a construção do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global.

Trata-se, portanto, de compreender que este novo cenário global representa a emergência de determinados representantes do mundo em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito às economias emergentes do BRIC, isto é, Brasil, Rússia, Índia e China, consideradas as principais potências econômicas em ascensão do século XXI, o que leva a se ponderar acerca de suas respectivas estratégias de inserção internacional, suas respectivas políticas externas e, principalmente, seus respectivos papéis neste paradigma internacional em transformação do século XXI, e especialmente o desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS na concretização do multilateralismo e da cooperação Sul – Sul.

Em sede deste surgimento do mundo em desenvolvimento nesta reconstrução do diálogo internacional, principalmente no prisma econômico em comparação ao prisma político, postula-se a construção do Fórum BRIC a partir da assinatura do Comunicado Conjunto dos Líderes dos Países na data de 16 de Julho de 2009, na Cidade Russa de Ecaterimburgo, em que se definem os parâmetros da atuação global desta nova coalizão

internacional para a construção de um novo sistema internacional, em relação às conjunturas globais já existentes, por intermédio da concretização de seus postulados e princípios.

Igualmente, faz-se necessário, no contexto da nova arquitetura comercial e econômica global, ponderar acerca da racionalidade instrumental da globalização, na medida em que se observa a falibilidade do discurso do neoliberalismo, especialmente no que se refere à liberalização dos mercados econômicos, à construção de uma suposta aldeia global e à volatilidade da economia global perante a inexistência de marcos regulatórios desta mesma economia internacional, implicando igualmente em considerar o papel do Fórum de Diálogo IBAS no paradigma das relações internacionais do século XXI, buscando superar o elemento básico do neoliberalismo, ou seja, a lógica da razão instrumental em termos da transferência da mais valia globalizada. Em concomitância a esta redefinição dos parâmetros econômicos internacionais, observa-se também a argüição da decadência da liderança dos Estados Unidos como a principal potência política e econômica do contexto internacional, que se envolvem em duas guerras, respectivamente no Afeganistão a partir de 2001 e no Iraque a partir de 2003, como instrumento de concretização de sua política global de combate ao terrorismo, caracterizando-se por sua incoerência na condução de sua política externa perante a comunidade internacional e este paradigma global em reformulação.

Justifica-se, portanto, o desenvolvimento de uma análise crítica, não somente do atual paradigma das relações internacionais, pautado pelas contradições da racionalidade instrumental da globalização e da transferência da mais valia globalizada, como igualmente da atuação global do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul como um instrumento de redefinição desta arquitetura global a partir da compreensão de suas estratégias regionais e globais no tocante à concretização de seus postulados, de seus princípios e de suas propostas presentes em seus documentos oficiais, tendo em vista o seu discurso de ação internacional e o seu pragmatismo na efetivação dos objetivos econômicos e comerciais nesta coalizão internacional. Em razão desta nova arquitetura das relações internacionais em transformação, é imperativo analisar e compreender os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul, pautado em seus princípios de cooperação inter-regional, no marco de compreensão das relações internacionais de seus respectivos países membros desta coalizão internacionais, cujos postulados referem-se à construção de um sistema internacional pautado pelo Multilateralismo e à concretização da Cooperação Sul-Sul de modo a se verificar uma nova epistemologia do Sul Global.

A concretização desta nova epistemologia do Sul, como marco teórico no desenvolvimento deste trabalho acadêmico, refere-se, pois, à superação da divisão da

comunidade internacional, dessas linhas epistemológicas das relações internacionais, que considera inexistente e invisível o Sul Global para o diálogo político e econômico global, objetivando conseqüentemente a compreensão dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, com suas estratégias de ação para uma liderança global e para a construção de uma *global governance* no redesenho do paradigma das relações internacionais no século XXI. Desta forma, procura-se compreender o papel deste organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul, por intermédio de suas respectivas estratégias de cooperação trilateral em distintos campos de interesse mútuo e, concomitantemente, da concretização de sua atuação global como instrumento de aprofundamento das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul e como interlocutor do mundo em desenvolvimento em sua articulação política em sede das organizações internacionais multilaterais, visando a concretização de um sistema internacional que permita um espaço de verificação de desenvolvimento sócio-econômico dos países considerados pertencentes a este lado da divisão epistemológica da realidade global, que se procurar compreender ao longo deste trabalho acadêmico.

Em virtude dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS para a concretização do Multilateralismo e da Cooperação Sul-Sul, compreendida aqui como a cooperação entre países emergentes para a concretização de seu desenvolvimento, trata-se igualmente de compreender os seus postulados que se referem ao imperativo categórico no tocante à importância, à necessidade de concretização de um processo de diálogo entre os países do Sul Global e ao necessário redesenho das dinâmicas políticas e econômicas internacionais.

Como também no marco de desenvolvimento dos trabalhos desta parceria estratégica trilateral, objetiva-se compreender os seus postulados, para além da cooperação Sul-Sul e de aprofundamento da interlocução entre os respectivos membros desta coalizão internacional, abrangendo a importância do respeito ao Direito Internacional, o imperativo de fortalecimento da Organização das Nações e sua correspondente reforma institucional, o redesenho da racionalidade instrumental da globalização, a proteção ambiental, o papel da Organização Mundial de Comércio, e demais princípios de reformulação do paradigma internacional que serão analisados ao longo deste trabalho acadêmico. Nesta perspectiva de compreensão desta nova arquitetura internacional que se apresenta no marco desta contemporaneidade histórica, procura-se realizar este estudo a partir da seguinte estrutura a ser desenvolvida ao longo da presente Tese de Doutorado de modo a analisar o papel do Fórum de Diálogo IBAS no marco

das relações internacionais de Índia, Brasil e África do Sul para a construção do Multilateralismo e da concretização da Cooperação Sul-Sul.

No primeiro capítulo, trata-se de compreender esta nova realidade internacional, em que se observam o imperativo da concretização de uma nova epistemologia do Sul Global, a decadência da racionalidade instrumental da globalização, do discurso do neoliberalismo, da hegemonia dos Estados Unidos e a emergência de novas potências econômicas com capacidade de atuação global, conforme já salientado, ressaltando igualmente a importância da construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul, através da inserção global do Fórum de Diálogo IBAS, a partir da análise da literatura de Relações Internacionais e de Direito Internacional a respeito destes respectivos tópicos, de forma a vislumbrar estes novos contornos do paradigma internacional.

Neste prisma de redefinição das dinâmicas internacionais, o segundo capítulo procura abordar o processo histórico de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul, por intermédio da compreensão de sua evolução como organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul, igualmente de sua estrutura orgânica abrangendo a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo, com suas respectivas Declarações Conjuntas, a Comissão Mista Trilateral, com seus respectivos Comunicados Ministeriais, os Pontos Focais, com suas respectivas Declarações para orientação da cooperação trilateral sectorial, o Fórum entre os Povos como instrumento de interlocução entre as sociedades civis, o Fundo IBAS para a erradicação da fome e da pobreza, o Fórum Empresarial para o aprofundamento das relações econômicas e comerciais, do Fórum entre as Mulheres e, finalmente, os Grupos de Trabalhos com os seus respectivos Memorandos de Entendimento e Acordos de Cooperação no marco de concretização desta iniciativa trilateral.

Em sede da compreensão desta parceria estratégica trilateral, o terceiro capítulo se destina a analisar as perspectivas gerais no que diz respeito à construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de aprofundamento das relações internacionais entre os seus respectivos países membros e também como interlocutor do mundo em desenvolvimento em sede dos fóruns internacionais multilaterais.

Igualmente, no desenvolvimento do terceiro capítulo, trata-se de entender especificamente as estratégias de inserção internacional de Brasil, Índia e África do Sul, com a compreensão de suas políticas externas, de seus imperativos regionais e das dinâmicas a eles concernentes em seus respectivos projetos de atuação global, tendo em vista que estes elementos internos e externos podem ser considerados, não somente como limitações ao seu

desenvolvimento sócio-econômico e sua projeção internacional, como igualmente implicam em desafios à consolidação internacional deste organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, conforme postulam em sede de seus específicos objetivos internacionais e desta parceria estratégica trilateral. E, finalmente, também se procura entender as perspectivas da cooperação trilateral sectorial, conforme os postulados de articulação inter-regional, em sede de desenvolvimento dos trabalhos dos existentes dezesseis Grupos de Trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS, de modo a concretizar os processos de construção e de consolidação desta parceria estratégica trilateral entre estes respectivos representantes do mundo em desenvolvimento.

Em virtude disso, em sede do desenvolvimento do quarto capítulo, procura-se compreender a efetividade dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS no tocante ao redesenho das dinâmicas políticas, econômicas e comerciais, abrangendo a reforma institucional da ONU, a concretização da paz e da segurança internacional em termos de combate ao terrorismo, à não proliferação de arsenal nuclear, ao uso pacífico de energia atômica, a construção de um sistema comercial internacional fundamentado em regras transparentes, aberto e justo no marco de concretização da Agenda de Desenvolvimento das rodadas de negociação da OMC, o papel das duas coalizões do G-20 tanto para a reforma da agricultura e desenvolvimento na OMC, quanto para o consenso econômico da Cúpula de Pittsburg, cujos postulados serão também analisados neste referido capítulo.

Igualmente, no marco do quarto capítulo, faz-se necessário compreender o papel deste organismo político de cooperação no tocante às suas potencialidades e limitações referindo-se às perspectivas de concretização da epistemologia do Sul Global, da construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo, conforme os seus postulados presentes em seus documentos oficiais, e também as perspectivas de ampliação desta iniciativa trilateral com a possibilidade de adesão de outros países emergentes a este projeto de globalização anti-hegemônica.

Em conclusão, procura-se argumentar acerca do imperativo redesenho do atual paradigma internacional, ponderando nesta perspectiva o papel do Fórum de Diálogo IBAS, não somente como instrumento de aprofundamento das relações internacionais de seus respectivos países membros, como também como interlocutor do mundo em desenvolvimento de modo a propiciar a construção de um espaço global para a concretização de seus postulados e princípios de cooperação para o desenvolvimento do Sul a partir das possibilidades internacionais à sua consolidação e ao seu reconhecimento perante a comunidade internacional e para a construção de uma nova epistemologia do Sul.

2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REDESENHO DA ORDEM MUNDIAL E CONSTRUÇÃO DO MULTILATERALISMO NO SÉCULO XXI.

“Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul.” Boaventura de Souza Santos.

2.1. A Epistemologia do Sul e a racionalidade instrumental da globalização: por uma compreensão da realidade internacional no limiar do século XXI.

A compreensão do contexto das relações internacionais é de suma importância em sede na análise do Fórum de Diálogo IBAS, uma vez que há postulados e objetivos no marco desta cooperação trilateral, mais profundamente estudada no Capítulo 2, que se referem ao redesenho da realidade internacional, do processo de globalização, também denominado de mundialização, para que seja uma inserção internacional mais equânime, principalmente, no tocante aos países considerados em desenvolvimento, o que vem de encontro com princípios norteadores dos trabalhos desta parceria estratégica trilateral.

Ao se basear no contexto internacional, em termos da Epistemologia do Sul¹ como marco teórico e da necessidade de redesenho do paradigma das relações internacionais, esta parceria estratégica trilateral se apresenta como instrumento de interlocução do mundo em desenvolvimento, vislumbrando suas capacidades e suas potencialidades na concretização de seus princípios norteadores, tanto numa perspectiva de ação global quanto de ação regional.

É, conseqüentemente, nesta perspectiva que se faz necessária a análise do paradigma atual da realidade internacional, compreendendo a emergência de novos pólos econômicos, como China, Índia, bem como o Fórum BRIC, o papel dos Estados Unidos, da União Européia, da Unasul², neste sistema global em transformação que se encaminha a um multilateralismo, e, especialmente, o papel do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas gerais globais a uma ecológica de saberes**. P. 23 a 71. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina S.A. Coimbra. 2009.

² Ver PACHECO, Silvestre Eustáquio Rossi. **A construção da Comunidade Latino-Americana de Nações no marco de fundamento da identidade regional de Nuestra América**. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito.

cooperação e de estratégia de atuação internacional dos países considerados do Sul no atual paradigma das relações internacionais, conforme será analisado ao longo deste Capítulo.

O paradigma das relações internacionais³ ainda pode ser considerado em termos do desenvolvimento desta lógica capitalista, do desempenho econômico em detrimento da comunidade internacional no tocante ao mundo em desenvolvimento, da relação de assimetrias de poder entre os atores internacionais, em razão de ser uma ordem social em transformação, cujos parâmetros definidores deste sistema mundo⁴ ainda se encontram em construção, o que torna imperativa a concretização de uma nova epistemologia do Sul no contexto das relações internacionais do século XXI.

A compreensão desta nova ordem internacional em construção, em transformação, revela-se vital para que se possa lograr a inserção dos países ditos em desenvolvimento em sede das dinâmicas e das relações de poder que implicaram na estruturação do capitalismo global, que pode ser considerado o panorama existente na realização da economia mundial, dotada de mínimos padrões de efetividade em face da comunidade internacional.⁵

Mesmo nesta perspectiva de conceber o processo de globalização como uma nova utopia do mundo contemporâneo⁶, na qual esta lógica de poder global toma como seus principais juízos de valores, seus imperativos categóricos a mercantilização da vida social, sem o reconhecimento da diversidade cultural presente na comunidade internacional, a intensificação da tecnização do discurso político, e a concretização das interações globais sem equidade e sem igualdade de oportunidades dos atores internacionais, é imperativo perceber a existência de divisões da esfera social das relações internacionais⁷ que corroboram com a necessidade de cooperação para o desenvolvimento do Sul e de uma nova epistemologia do Sul, conforme se postula no desenvolvimento dos trabalhos do Fórum IBAS.

³ Ver BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no ordem social moderna.** Tradução de Magda Lopes. Revisão técnica de Cibele Saliba Rizek. 2^o Reimpressão. Editora Unesp. São Paulo. 1997. BECK, Ulrich. **O que é a globalização? Equívocos da globalismo: respostas à globalização.** Tradução de André Carone. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1999.

⁴ Ver WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolítica y Geocultura. Ensayos sobre el moderno sistema mundial.** Traducción de Eugenia Vázquez Nacarino. Editorial Kairós. Barcelona. 2007.

⁵ Ver STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its discontents.** W. W. Norton & Company. New York. 2003.

⁶ SANTOS, Milton. **Por uma ou tra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Editora Record. 13 ed. Rio de Janeiro. 2006. P. 37.

⁷ Ver FRIEDMAN, Thomas. **La Tierra es plana. Brevi storia del mundo globalizado del siglo XXI.** Traducción de Inés Belauzstegui. Ediciones Martínez Roca. Madrid. 2006.

Esta racionalidade instrumental do processo de globalização significa a exclusão da política, a padronização social do paradigma de valores, ausência do debate democrático internacional, principalmente no que se refere às funções constitucionais do Estado, mais atreladas às dinâmicas mercantis e aos imperativos categóricos da economia global e de internacionalização do capital, buscando a mais valia globalizada nas relações econômicas internacionais, nesta dupla perspectiva da racionalidade instrumental da globalização, neste paradigma de autoritarismo irracional da economia internacional.

*Coincide-se na globalização como característica dos intercâmbios econômicos internacionais, mas há várias interpretações acerca de seu impacto no sistema internacional e consciência bastante generalizada nos déficits de governabilidade. (NEUMANN, 2009, p.16, tradução nossa)*⁸

Ao invés de uma interdependência na construção de uma cooperação internacional em favor da comunidade internacional, a racionalidade instrumental da globalização determina uma mudança estrutural na organização das atividades humanas para uma perspectiva de uma esfera social compartilhada, de construção de uma aldeia global e de um sistema de globalitarismos.

Em virtude desta construção deste sistema de globalismo⁹, as relações sociais podem ser consideradas também em termos de argumentos ideológicos, políticos, culturais e econômicos neste processo de uniformidade de comportamento humano e de seu conjunto de valores e de normas morais de conduta, tendo como seu objetivo primordial a persecução da mais-valia globalizada. Assim, esta lógica global fundamentada nesta racionalidade instrumental pressupõe igualmente a articulação de uma dialética entre as finalidades utilitaristas dos domínios econômicos e a realização das funções estatais em face desta concretização de seus imperativos econômicos¹⁰, correspondendo à construção de novas dinâmicas de moral, de ética social e material que ainda imperam nas relações internacionais.

É importante ressaltar que se aborda um paradigma internacional das relações de poder em que há uma dissolução da modernidade em razão da construção de uma ética das

⁸ “*Se coincide en la globalización como característica de los intercambios económicos internacionales, pero hay variadas interpretaciones acerca de su impacto en el sistema internacional y conciencia bastante generalizada en los déficits de gobernabilidad.*”

⁹ Ver BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada. Vidas contadas e Histórias Vividas.** Tradução de José Gradel. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2008.

¹⁰ Ver SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Editora Record. 13 ed. Rio de Janeiro. 2006.

relações humanas, pautada no individualismo exacerbado, numa lógica de capitalismo competitivo e raramente cooperativo, em que os atores internacionais buscam a satisfação de seus interesses específicos em desfavor de um marco comum de cooperação internacional.¹¹

No momento em que se pondera o papel da cooperação trilateral em sede do Fórum IBAS em termos de instrumento de ação construtiva em temas tanto globais quanto regionais, conforme disposto em seus documentos oficiais, é imperativo ressaltar a epistemologia do Sul Global quanto as suas dinâmicas e as suas potencialidades para contribuição ao redesenho do arcabouço das políticas internacionais de poder e de uma nova ética política para a globalização.

É possível assim considerar que os contornos das relações internacionais se definem em termos de exclusão do universo deste lado da divisão internacional, da marginalização de determinados atores internacionais que, no caso em questão, trata-se dos países considerados em desenvolvimento, que ainda se encontram alheios às dinâmicas globais e dos processos internacionais de tomada de decisões, às quais são destinatários de suas normas internacionais.

Conforme Boaventura de Souza Santos, numa perspectiva das linhas globais a uma ecologia de saberes, para além do caráter abissal do pensamento ocidental, pautado por um sistema de divisões visíveis e invisíveis do universo social,

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “outro lado da linha” desaparece quanto realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir de qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2009, p. 23)

Desta forma, verifica-se que há uma impossibilidade de coexistência das duas perspectivas da realidade internacional, no tocante ao prisma do mundo desenvolvido, dos centros de poder político e econômico internacional, e ao prisma do mundo em

¹¹” *Como também, o globalismo como um projeto político e econômico tem sido substituído por um novo imperialismo como ajustes da humanidade às realidades de um momento unipolar e de violenta reafirmação de uma competição geopolítica” (HELD, 2008, p. 06, tradução nossa.) “Futhermore, globalism as a political and economic Project has been replaced by a new imperialism as humanity adjusts to the realities of the unipolar moment and violent reassertion of geopolitical competition”.*

desenvolvimento, pautado pelas contradições da racionalidade instrumental da globalização e de suposta construção de uma aldeia global, contrapontos estes que são questionados pelos postulados do Fórum de Diálogo IBAS no que se refere ao imperativo de redefinição do paradigma das relações internacionais.

De um prisma, há os centros de poder nas sociedades cosmopolitas, características do mundo desenvolvido, em que se delineam os princípios políticos e econômicos, orientadores da racionalidade instrumental desta globalização hegemônica. Doutro prisma, há o universo social do outro lado da linha epistemológica da divisão internacional, em que as sociedades dos países em desenvolvimento considerados como territórios coloniais, ainda concebidos como estado hobbesiano de natureza, atrelados à dialética da apropriação de seus recursos e da violência oriunda de seus bolsões de miséria, o que correspondem a elementos impensáveis, numa pretensa universalidade do discurso moderno.

Em razão disto, este espaço social global também comporta duas esferas de transformação, cada uma correspondendo a elementos próprios, porém, interdependentes. A esfera hegemônica se refere à difusão de suas instituições modernas, de suas normas sociais, que se universalizam por intermédio desta racionalidade instrumental da globalização, ao passo que a outra esfera se pauta pela radicalização da modernidade, pela marginalização, pela sub-humanidade em face da comunidade internacional.

O momento histórico pode ser caracterizado por um modelo de hegemonia neoliberal¹², que atualmente passa por redefinição em razão das circunstâncias político-econômicas, representa não somente uma mudança na correlação de forças entre as duas linhas epistemológicas, mas também na correlação entre o capital produtivo e o capital especulativo, cujo parâmetro se destina à flexibilização das regras sócio-econômicas.

Este pensamento moderno, ou mesmo concebido como pós-moderno, leva em consideração a sua capacidade de produção e de radicalização de distinções no diálogo internacional, em que os postulados deste lado da linha, ou seja, o Norte Global, estruturam – se, legitimando-se, de forma que o outro lado da linha epistemológica, ou seja, o Sul Global,

¹² Ver WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy Reform***, Institute for International Economics. Chapter 2 from Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Edited by John Williamson. Published April 1990.. Disponível no site. <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

passa ser se constituir num espaço social específico, sua zona colonial, território caracterizado para além da legalidade, da legitimidade, inexistente em termos de concepção, de inclusão social, de interlocução e de distinções entre suas divisões epistemológicas.

Conseqüentemente, há igualmente distintas concepções do processo de globalização, ao se considerar as perspectivas do Norte Global e do Sul Global, em que o Norte Global delimita os desígnios da sua globalização hegemônica, enquanto o Sul Global passa a considerar um processo de globalização contra-hegemônica¹³ como uma construção de arcabouço de projetos, de iniciativas e de organizações internacionais de cooperação como forma de contraposição aos imperativos econômicos, políticos, sociais e culturais daquela globalização hegemônica, e cujos propósitos se referem a uma outra visão das concepções de desenvolvimento mundial e à formulação de outras alternativas na esfera das relações internacionais em sede da OMC e do G-20.

Esta proposta de globalização contra-hegemônica se verifica pelo postulado de redefinição no processo de distribuição dos valores políticos, econômicos, sociais e culturais deste processo de interdependência, pautadas por elementos de igualdade, de solidariedade, e de reconhecimento das diferenças em sede da comunidade internacional, em que se busca redefinir o processo de globalização como um instrumento de crescimento econômico para os países em desenvolvimento.

Todavia, não se busca considerar no contexto desta proposta de globalização contra-hegemônica a construção de um novo paradigma de poder a partir da epistemologia do Sul Global, na emergência do Sul em termos de poder político-econômico internacional, mas se refere ao imperativo de maior participação do mundo em desenvolvimento nos processos de tomadas de decisões internacionais, de forma a democratizar o diálogo internacional, em distintos contextos globais, compartilhando as responsabilidades pelos rumos da economia internacional, como também visando uma redefinição da própria racionalidade instrumental da globalização.

O projeto de construção de uma globalização contra-hegemônica se verifica com a articulação de projetos políticos e jurídicos, ao se ter como exemplo o processo de

¹³ Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. **Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolita subalternas**. P. 31 a 60. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. GAVARITO, César A. Rodríguez. (editores). **El derecho y la globalización desde abajo. Hacia una legalidade cosmopolita**. Traducción de Carlos F. Morales de Setién Ravina. Anthropos Editorial. México. 2007. P. 31.

desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS para uma globalização mais humanitária, inclusiva e democrática, que se orientam por princípios jurídicos e políticos que são alternativos, objetivando-se o redesenho das estruturas e práticas políticas do lado da linha hegemônica da esfera das relações internacionais.

Hoje, em razão das conjunturas internacionais que se observam em termos das atuais crises econômicas norte-americana e européia, e da incapacidade de uma resposta satisfatória em face das demandas globais, faz-se cada vez mais imperativa a atuação do Sul Global no diálogo internacional, o que leva a vislumbrar as potencialidades do Fórum de Diálogo IBAS como importante interlocutor do mundo em desenvolvimento, e igualmente da concretização de seus postulados, de seus princípios e de seus objetivos de redefinição do paradigma global.

Neste sentido, este Sul Global, pautado por sua colonialidade como seu elemento constitutivo e definidor da lógica mundial do capitalismo no tocante a uma categorização da população mundial, também se caracteriza pela negação de sua natureza como ser humano, derivando este pressuposto da divisão entre o humano e o sub-humano da racionalidade instrumental da globalização e, principalmente, do discurso de integração dos mercados econômicos do Norte Global.

Esta delimitação da realidade internacional, conforme já mencionado, fundamenta-se no pressuposto de negação da humanidade, ou ao menos, de parcela da população mundial, para a realização da pretensa alegação de universalidade desta aldeia global, que se caracteriza pelas suas relações desiguais de poder e de intercâmbio entre os dois lados do universo social, em que estes territórios de base colonial são exemplos da exclusão radical, cuja negação se realiza por princípios e práticas hegemônicos.

Existe, portanto, uma cartografia moderna dual: a cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. (SANTOS, 2009, p. 30)

Assim, é nesta divisão social da comunidade internacional que se efetua a transferência da mais-valia globalizada, em que um lado da linha epistemológica, Norte Global, prevalece a partir do esgotamento da outra realidade social doutro lado da linha, do

Sul Global, sendo este um dos fundamentos da ideologia que coordena os sistemas de vida social, bem como a produção da economia e da vida em si neste mundo dito globalizado.¹⁴

Como também, há de se argumentar sobre uma outra dicotomia da esfera das relações internacionais, no tocante ao desenvolvimento da globalização ou de uma polarização¹⁵ em que o mundo globalizado se depara com o surgimento de novos pólos econômicos, com a diminuição do poder de controle dos países mais desenvolvidos, agrupados em G-8 sobre a articulação da agenda global, e a sua redefinição no G-20, o que leva a ponderar sobre as políticas econômicas a partir do crescimento econômico, liberalização da economia e da política.

Fala-se em desenvolvimento do processo de globalização, tanto de uma forma hegemônica, quanto de uma forma contra-hegemônica, no intuito de definição dos parâmetros das relações econômicas internacionais, ou mesmo uma polarização, compreendendo a divisão da comunidade internacional em termos, não somente, econômicos, mas também políticos, sociais, comerciais, epistemológicos e culturais, neste período de transformação da ordem internacional a partir do IBAS, FOCALAL, BRIC e UNASUL, ou seja, a partir da emergência de esquemas de cooperação, tanto em sede de consolidação de projetos de integração regional, quanto em sede de projetos de inter-regional, visando redefinir os parâmetros das relações internacionais.

Em razão disso, o paradigma das relações internacionais, ainda pautado pela divisão epistemológica dos atores internacionais, encontra - se entre um passado definitivo e um futuro possível¹⁶, neste processo de redefinição de seus princípios orientadores para o desenvolvimento da economia global e para a construção de um sistema-mundo multilateral, em que se possa realizar uma globalização contra-hegemônica, através de uma ação coletiva global, o que torna imperativo o papel do Fórum IBAS nas relações internacionais.

O discurso hegemônico, que se caracterizou pela construção do processo de globalização referente a este fenômeno de interdependência mundial e também pelas suas

¹⁴ Ver DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação.** São Paulo. Editora UNESP. 2005. SASSEN, Saskia. **Los espectros de la globalización.** Fondo de Cultura Económica. México. 2003.

¹⁵ Ver GREENSTOCK, Sir Jeremy. **Globalisation or Polarisation: Where Are We Heading?** *International Relations.* Vol. 21. Issue 1. 2007. P. 103 a 110. Disponível no site: <http://ire.sagepub.com/cgi/reprint/21/1/103>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

¹⁶ Ver GALLARDO, Gilberto Rincón. **Entre el pasado definitivo y el futuro posible. Ejercicios de reflexión política en clave democrática.** Fondo de Cultura Económica. México. 2009.

formas de fascismo social¹⁷, principalmente, no tocante ao fascismo do apartheid social, ao fascismo contratual e ao fascismo territorial, mais uma vez perpetua esta divisão epistemológica da comunidade internacional, por intermédio de segregação social, da constituição de um novo estado de natureza. Conseqüentemente, argumenta-se acerca desta epistemologia do Sul Global, em que se passa a considerar as relações entre os cidadãos, e também entre os Estados na esfera das relações internacionais em termos desta lógica de apropriação e violência, em considerar cidadãos como não cidadãos, e como elementos selvagens dos territórios coloniais.

Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. (QUIJANO, 2009, p. 73)

Este período da história, em sede da comunidade internacional, é pautado pelo neoliberalismo, que pode ser considerada como uma acomodação do capitalismo globalizado, numa suposta nova economia internacional, representando não somente uma mudança das relações de poder, das divisões epistemológicas do espaço social, mas também a forma que assumem a hegemonia e a possibilidade de contra-hegemonia, exigindo compreender as modalidades da hegemonia, para melhor construir uma alternativa.

Observa-se, portanto, um processo de colonialidade desenvolvido pelo Norte Global para cooptação do Sul Global, em termos desta classificação da comunidade internacional, com pretensões de universalidade do pensamento econômico do capitalismo, mas também em termos de construção da política internacional e de articulação geocultural, de realização da divisão internacional do trabalho e de relações culturais de dominação, num contexto de uma dominação subjetiva.

Assim, esta radicalização do paradigma de poder na esfera das relações internacionais pode ser considerada como instrumento de sustentação e de legitimação deste sistema mundial, fundado em padrões de ação hegemônica, de concretização de sua colonialidade dos demais atores internacionais.¹⁸ Esta globalização hegemônica pode ser

¹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas gerais globais a uma ecológica de saberes.** P. 23 a 71. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul.** Edições Almedina S.A. Coimbra. 2009. P. 37.

¹⁸ Ver O'NEILL, Jim. PURUSHOTHAMAN, Roopa. **The Challenge Of The Century: Getting Globalization Right.** Global Economics Paper No: 89. P. 1 a 40. GS GLOBAL ECONOMIC WEBSITE. Economic Research

considerada em termos de constituição de sistema político de redes na organização do comércio, da tirania das tecnologias de informação e de comunicação, ou seja, um universo social para o exercício do poder no estabelecimento das dinâmicas que articulam este sistema-mundo, e que são funcionais os centros de poder global, perpetuando esta colonialidade do Sul Global.

É necessário salientar que a hegemonia do sistema internacional por uma potência, ou mesmo por uma aliança entre as mesmas, verifica-se, não somente, termos de seus propósitos e de seus interesses específicos, mas também em termos de articulação de poder, que se concretiza no procedimento de auto-engrandecimento a fim de se realizar uma pretensa unidade ou solidariedade em sede da comunidade internacional¹⁹.

Logo, este sistema, concebido como o conjunto dos atores internacionais hegemônicos, prescinde de uma legitimidade dos atores sociais que não lhe é conferida, de forma concreta, tendo em vista a própria polarização entre os mesmos, perpetuando esta divisão epistemológica.

A capacidade de reconhecer as marcas de um novo tempo nos permite ser contemporâneos de nosso presente e captar o movimento real que articula as condições objetivas e a construção de um novo sujeito histórico. (SADER, 2001, p. 87, tradução nossa)
20

Desta forma, é imperativo considerar que as formas de colonialidade do Sul Global são imperativos categóricos da lógica de expansão do capitalismo, atualmente globalizado, articuladas pelos centros políticos e econômicos do Norte Global, uma vez que se trata de concepções dominantes da linha hegemônica da divisão epistemológica das relações internacionais.

Esta mercantilização da vida social se constitui como um argumento político e também ideológico, pautado por parâmetros de suposta liberdade de circulação das pessoas,

from the GS Institutional Portal. Goldman Sachs Economic Research. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹⁹ Ver WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Tradução de . C. Sérgio Duarte (2a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. P. 18. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

²⁰ “*La capacidad de reconocer las marcas de un nuevo tiempo nos permite ser contemporáneos de nuestro presente y captar el movimiento real que articula las condiciones objetivas y la construcción de un nuevo sujeto histórico.*”

de busca da efetividade nas relações econômicas, em desfavor de uma ação coletiva, de organização e de efetivação dos direitos.

Trata-se, portanto, de um quadro de contradições no tocante às tentativas de continuidade da hegemonia, através de alianças estratégicas das potências mundiais e à possibilidade de construção de uma contra-hegemonia, em termos de cooperação entre os países situados no universo social, excluídos das dinâmicas globais de poder e de sua articulação nos principais instituições internacionais, fazendo imperativo o papel do IBAS.

Pondera-se, nesta perspectiva de construção de uma globalização contra-hegemônica, por intermédio da formulação de políticas subalternas²¹, na medida em que se torna importante e necessário o diálogo entre os países em desenvolvimento situados neste Sul Global, de concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul, verificando o advento do Fórum de Diálogo IBAS para a realização da Cooperação Sul-Sul e a construção do sistema mundo, pautado no multilateralismo.

*A polarização que caracteriza à mundialização capitalista revisitou formas associadas às características principais das fases de expansão capitalista, que se expressam nas formas apropriadas da lei de valor mundializada. (AMIN, 2001, p. 17, tradução nossa)*²²

De fato, a concepção desta racionalidade instrumental da globalização se interliga com os postulados de democracia liberal e da economia de mercado, ao se considerar como modelo e imperativa condição para participação nas relações econômicas internacionais, sobre as quais se assentam o Norte Global sobre o Sul Global, como instrumento de colonização dos territórios periféricos, da globalização hegemônica, levando à ocorrência da última crise financeira internacional que passou a redefinir os contornos das dinâmicas econômicas internacionais neste século XXI²³ e dos desafios da atual crise europeia.

²¹ Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. **Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolita subalternas.** P. 31 a 60. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. GAVARITO, César A. Rodríguez. (editores). **El derecho y la globalización desde abajo. Hacia una legalidade cosmopolita.** Traducción de Carlos F. Morales de Setién Ravina. Anthropos Editorial. México. 2007. P. 44.

²² *“La polarización que caracteriza a la mundialización capitalista revistió formas asociadas a las características principales de las fases de la expansión capitalista, que se expresan en formas apropiadas de la ley del valor mundializada.”*

²³ *“Quando a profundidade da crise foi melhor entendida em torno de Abril de 2009, já era a mais longa recessão deste a Grande Depressão, tornou-se natural procurar por responsáveis e havia muita culpa a ser considerada. Conhecendo quem, ou no mínimo o que culpar, é essencial se nós tendemos a reduzir a probabilidade de outra ocorrência e se nós corrigirmos os aspectos obviamente disfuncionais dos mercados financeiros atuais.” (STIGLITZ, 2010, p. 06, tradução nossa)* *“As the depth of the crisis became better understood, by April 2009 it was already the longest recession since the Great Depression, it was natural to look*

É, portanto, neste paradigma de transição que se faz necessário repensar a inserção internacional dos países emergentes, com especial atenção, aos países membros do Fórum de Diálogo IBAS, porém, há de se considerar também a ascensão do resto²⁴, de mais atores internacionais que igualmente serão relevantes para o redesenho da sistemática internacional, de modo a lograr efetivar um projeto de globalização contra-hegemônica.

*Todavía, no século XXI estamos assistindo, em forma muito recente, a uma rápida transferência das atividades inovadoras que estão na base do progresso moderno, antes monopolizada pela região do Atlântico Norte. (HOBBSAWN, 2008, P. 33, tradução nossa)*²⁵

Desta forma, a inserção internacional do Fórum de Diálogo IBAS, no contexto de um projeto de globalização anti-hegemônica, pode ser considerada igualmente o resultado desta compreensão da epistemologia do Sul e das dinâmicas internacionais atuais, na medida em que busca redefinir os contornos deste sistema internacional em transformação que se apresenta no século XXI, e igualmente a construir um arcabouço institucional para a concretização do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento deste Sul Global.

O dilema que se apresenta aos países membros desta parceria estratégica trilateral consiste nesta reformulação política e econômica das relações internacionais, como também se trata de uma articulação individual dos mesmos países em sede de suas respectivas políticas externas distintas, porém, complementares, de forma a proporcionar a concretização de seus objetivos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sócio-econômico, ao seu papel tanto numa perspectiva regional, quanto internacional, e de maior participação do diálogo internacional, igualmente em termos políticos e econômicos.

Desta forma, a própria aspecto colonial dos territórios do Sul Global, ainda considerados territórios de exploração em termos da concretização da transferência da mais valia globalizada e da lógica de poder da racionalidade instrumental da globalização, faz-se

for the culprits, and there was plenty of blame to go around. Knowing who, or at least what, is to blame is essential if we are to reduce the likelihood of another recurrence and if we are to correct the obviously dysfunctional aspects of today's financial markets."

²⁴ "A ascensão do resto foi uma das mudanças fenomenais da segunda metade do século XX. Pela primeira vez na história, países atrasados se industrializaram sem inovações próprias. Eles avançaram em indústrias que exigem um elevado grau de capacidades tecnológicas sem terem inicialmente nenhuma capacidade tecnologia avançada própria a industrialização tardia foi um caso de aprendizado puro, o que significa uma completa dependência inicial da tecnologia comercializada por outros países para estabelecer indústrias modernas. Essa dependência emprestou ao avanço suas normas distintivas." (AMSDEN, 2009, p. 29)

²⁵ "Sin embargo, en el siglo XXI estamos asistiendo, en forma muy reciente, a una rápida transferencia de las actividades innovadoras que están en la base del progreso moderno, antes monopolizadas por la región del Atlántico Norte. "

necessário, portanto, considerar, no contexto do marco teórico, da Epistemologia do Sul, o papel do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul como instrumento de articulação política, não somente de seus países-membros, como igualmente um instrumento de interlocução em favor das demandas do mundo em desenvolvimento, visando a construção do Multilateralismo e da Cooperação para o desenvolvimento do Sul.

O paradigma das relações internacionais que se apresenta no século XXI ainda se pauta por esta divisão epistemológica entre o Norte Global e o Sul Global, conforme já salientado neste tópico, pode e deve ser superado pela construção e pela consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como um ator internacional relevante, dadas as peculiaridades desta iniciativa de articulação política e de seus respectivos países membros, e igualmente como interlocutor do mundo em desenvolvimento de modo a concretizar os seus postulados e suas estratégias de inserção global para a redefinição do sistema internacional contemporâneo.

Desta forma, ao se ponderar acerca da concretização da epistemologia do Sul, como marco teórico em termos dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, trata-se de compreender as potencialidades e as limitações desta parceria estratégica trilateral no que diz respeito à redefinição do paradigma das relações internacionais que se apresenta neste limiar do século XXI, como igualmente se constituir em instrumento de aproximação entre os seus respectivos países-membros, aqui se referindo às possibilidades de integração econômica, social, política e cultural, de forma a ser uma instância de articulação política tanto numa perspectiva regional, quanto numa perspectiva internacional, conforme as suas declarações de princípios.

Em conclusão, a compreensão da realidade internacional em que se insere o Fórum de Diálogo IBAS torna-se necessária para que se possa efetivar o seu arcabouço de princípios e postulados, principalmente, o seu objetivo de interlocutor deste Sul Global, na sua atuação construtiva na redefinição dos parâmetros das relações internacionais, de modo a concretizar um sistema internacional, pautado pelo multilateralismo e da cooperação Sul-Sul.

2.2. A compreensão de uma ordem internacional em transição: os aspectos do sistema global pautado num mundo pós-americano e num contexto de ascensão do resto.

Os desafios deste sistema internacional em transição, em concomitância com a compreensão de seus elementos definidores, correspondem à articulação de políticas alternativas, numa globalização contra-hegemônica, também considerado o papel dos Estados Unidos numa dialética entre a hegemonia e a sobrevivência²⁶, da ascensão da Chindia²⁷ no contexto estratégico da Ásia, de mais pólos econômicos com a ascensão do resto²⁸ e, principalmente, da compreensão de uma sociedade de risco mundial²⁹ em termos econômicos, sociais, ambientais e de segurança internacional, como será analisado ao longo deste trabalho.

Conseqüentemente, é nesta ordem internacional em transição que se insere a atuação do Fórum de Diálogo IBAS, compreendendo seus postulados e suas iniciativas de cooperação trilateral, especialmente, em sede de seus Grupos de Trabalho e dos Fóruns Temáticos, para o qual também incidirá o seu papel como ator internacional e de interlocutor dos países em desenvolvimento o que exige compreender as dinâmicas internacionais.

Em primeiro lugar, é necessário compreender o contexto da atuação internacional dos Estados Unidos neste sistema mundial em transformação, onde sua hegemonia³⁰ se encontra em questionamento, articula-se também a formulação de suas estratégias em face à emergência de novos pólos econômicos, ou seja, faz-se imperativo salientar a sua inserção nesta nova ordem internacional que se configura neste início de século XXI.

²⁶ Ver CHOMSKY, Noam. **Hegemonia o supervivência. El dominio mundial de EEUU.** Traducción de Carlos José Restrepo. Grupo Editorial Norma. Santiago de Chile. 2004.

²⁷ Ver ENGARDIO, Pete. **Chindia. Como China e Índia estão revolucionando los negocios globales.** Traducción Yolanda Cervantes Espinosa. McGraw – Hill. Internamericana. México. 2008.

²⁸ Ver AMSDEN, Alice A. **A ascensão do resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.** Tradução de Roger Maioli dos Santos. Editora Unesp. São Paulo. 2009. ZAKARIA, Fareed. **O Mundo Pós-Americano.** Tradução de Pedro Maia. Companhia das Letras. São Paulo. 2008.

²⁹ Ver BECK, Ulrich. **La Sociedad de Riesgo Mundial. En busca de la seguridad perdida.** Traducción de Rosa S. Carbó. Ediciones Paidós Ibérica. Barcelona. 2008.

³⁰ Ver CHOMSKY, Noam. **Imperial ambitions: conversations on the post-9/11 world. Interviews with David Barsamian.** 1st Edition. Metropolitan Books. New York. 2005. CHOMSKY, Noam. **Estados Fallidos. El abuso de poder y el ataque de la democracia.** Traducción de Gabriel Dols. Ediciones B. Grupo Zeta. Barcelona. 2007; WALLERSTEIN, Immanuel. **La decadencia del poder estadounidense. Estados Unidos en un mundo caótico.** Traducción de Antonio Saborit. Ediciones Era. México. 2005. MANN, Michael. **El imperio incoherente. Estados Unidos y el nuevo orden internacional.** Traducción de Francisco Beltrán Adell. Ediciones Paidós Ibérica. Barcelona. 2004.

Em segundo lugar, faz-se igualmente necessário compreender a ascensão da China³¹ como uma potência mundial e o seu impacto nestes novos contornos das relações internacionais, na economia internacional e no equilíbrio de poder, tendo em vista que se trata de um país emergente, com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, participando das dinâmicas mundiais de poder, e cujo desenvolvimento econômico passa a ser também de igual importância para que se possa verificar seu papel na construção do multilateralismo.

Em terceiro lugar, há também que considerar o papel da Índia³² no contexto das relações internacionais, principalmente, ao se levar em consideração a sua participação como membro do Fórum de Diálogo IBAS, o que se faz necessário para compreender a sua ascensão no cenário econômico mundial e sua contribuição para a construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, cujos parâmetros serão delineados no Capítulo 3, mas também a sua experiência no desenvolvimento da política de não-alinhamento.

Em quarto lugar, é importante salientar esta ascensão do resto, com a projeção internacional de Brasil, Rússia, África do Sul, ao lado de China e Índia, que será analisado em tópicos seguintes, tendo em vista que a emergência de novos atores internacionais, com capacidade de atuação internacional, a partir da construção de suas próprias estratégias de inserção internacional, procurando participar das dinâmicas globais de poder, tanto na política, quanto na perspectiva econômica, em sede do BRIC.

E, finalmente, é necessário abordar os dilemas deste sistema internacional em transformação, cujas temáticas, envolvendo, como exemplos, proteção ambiental, segurança internacional, comércio internacional, deverão ser abordadas em sede da cooperação e da coordenação política, neste caso, entre os países em desenvolvimento, com especial atenção dos países membros do Fórum de Diálogo IBAS de forma a concretizar a construção do multilateralismo, conforme será observado no Capítulo 2.

³¹ Ver DOMENACH, Jean-Luc. *¿ Adónde va China?* Traducción de José Miguel González Marcén. Ediciones Paidós Ibérica. Barcelona. 2006. SHENKAR, Oded. *El siglo de China. La floreciente economía de China y su impacto en la economía global, en el equilibrio del poder y en los empleos.* Traducción de Jorge Cárdenas Nannetti. Grupo Editorial Norma. Bogotá. 2005. CORNEJO, Romer. (coordinador). *China. Radiografía de una potencia en ascenso. 1 ed.* El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

³² Ver GANGULY, Sumit. *India as an Emerging Power.* Frank Cass Publishers Great Britain. 2003. KAPUR, Ashok. *India – From Regional to World Power.* Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2006.

Segundo Fareed Zakaria, numa perspectiva de um mundo pós-americano, com a compreensão de três grandes mudanças fundamentais da distribuição de poder na esfera das relações internacionais, no tocante à ascensão do mundo ocidental com a produção da modernidade e do domínio político ocidental, à ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial e à denominada ascensão do resto,

*Nestas últimas décadas, países ao redor de todo o mundo têm experimentado índices de crescimento econômico que eram outra vez impensáveis. Embora os mesmos tenham tido altos e baixos, a projeção geral tem sido indiscutivelmente positiva. Este crescimento tem sido mais visível na Ásia, mas não está adstrito a ela. Em razão disso, considerar essa mudança como uma “ascensão da Ásia” não a descreve corretamente. (ZAKARIA, 2008, p. 02, tradução nossa)*³³

Portanto, é nesta perspectiva de ascensão do resto, deste mundo pós-americano, insere-se o panorama de ação internacional dos Estados Unidos, que deverá se conduzir neste sistema internacional em transformação, pautado pela ascensão do multilateralismo, de atores econômicos internacionais importantes, quer seja individualmente, como China e Índia, mas também em projetos de cooperação internacional com o Fórum BRIC, com a UNASUL, com a FOCALAL, e com especial atenção ao Fórum de Diálogo IBAS que possuem estratégias e políticas externas destinadas a sua atuação internacional.

Os contornos das relações internacionais³⁴ passam, portanto, a ser distintos dos sistemas internacionais precedentes da dinâmica global, perpassando por uma multipolaridade com o concerto europeu de equilíbrio de poder, pela divisão político-ideológica da Guerra Fria com um mundo bipolar, e a partir do desmantelamento da União Soviética, tem-se a emergência dos Estados Unidos como única superpotência, virtualmente mais poderosa que qualquer coalizão de demais países da comunidade internacional, para uma dinâmica internacional com distribuição de poder ainda em construção, numa uni-multipolaridade, ou seja, perspectiva militar unipolar e multipolar em termos de política, de cultura e de economia internacional.

³³ "Over the past few decades, countries all over the world have been experiencing rates of economic growth that were once unthinkable. While they have booms and busts, the overall trend has been unambiguously upward. This growth has been most visible in Asia but is no longer confined to it. That is why to call this shift the rise of Asia does not describe it accurately."

³⁴ Ver KISSINGER, Henry. **DIPLOMACY**. Simon & Schuster Paperbacks. New York. United States of America. 1994.

A condução da política externa norte-americana, numa dimensão estratégica de projeção de poder das dinâmicas mundiais, deve ser considerada em termos de sua atuação a partir dos anos de 1990, quando sua Cartago, nos tempos modernos, a União Soviética, não mais lhe fazia contraponto na esfera das relações internacionais, constituindo uma estratégia imperial, com o seu complexo industrial-militar, a partir da instalação de comandos militares em diversos continentes, e mais recentemente, a criação do comando militar africano, com comandante e equipamentos próprios, enfim, com uma presença militar global, num momento unipolar do paradigma internacional.³⁵

Nestas duas décadas que se passaram desde o fim do curto século XX, observaram-se o desenvolvimento do neoliberalismo, com as diretrizes do Consenso de Washington³⁶, para a construção de uma nova ordem econômica internacional e o discurso do fim da história³⁷, mas também o desenvolvimento da racionalidade instrumental da globalização, com políticas de privatizações e de abertura das economias nacionais à volatilidade dos mercados econômicos mundiais e aos ditames dos centros econômicos para a diminuição das funções do Estado na regulação das relações econômicas, conforme já salientado anteriormente.

Esta lógica da globalização pode ser compreendida como uma sistemática de organização do comércio, da ação das corporações transnacionais, da volatilidade das correntes financeiras e de circulação de pessoas, de bens e de informação, de inter-relação entre as sociedades nacionais. Portanto, trata-se de um espaço de exercício de poder dos atores internacionais hegemônicos, na articulação das dinâmicas do sistema global, a partir da construção de teorias e de visão de mundo com pretensões de universalidade.

Esta racionalidade instrumental passa a regular transformações importantes na esfera das relações internacionais, no tocante à inovação tecnológica, às políticas regulatórias à construção de uma nova dinâmica de acumulação e de produção de riquezas, reforçando a uma concorrência geoeconômica e de uma competência internacional, numa busca pela

³⁵ Ver BANDEIRA Luiz Alberto Moniz. **Dimensão Estratégica E Política Externa Dos Estados Unidos**. P 11 a 44. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

³⁶ Ver WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy Reform***, Disponível no site. <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>. Acesso dia 12 de Dezembro de 2009. Institute for International Economics. Chapter 2 from Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Edited by John Williamson. Published April 1990.

³⁷ Ver FUKUYAMA, Francis. **El fin de la historia y el último hombre**. Buenos Aires. Editorial Planeta. 1994.

transferência da mais-valia globalizada, desta divisão epistemológica do sistema internacional do trabalho.³⁸

Desde o fim da Guerra Fria, da queda do Muro de Berlim, a política mundial passou a se caracterizar numa dialética entre o crescimento econômico dos países centrais, as crises financeiras internacionais, como por exemplos, a crise asiática de 1997, a sul-americana de 1999 com moratória da Argentina em 2001, e novas ameaças à paz e à segurança internacionais, entre os discursos políticos e econômicos internacionais.

Nesta perspectiva, a ação dos Estados Unidos passa a consistir numa doutrina de estabilidade das relações internacionais, contribuindo para a resolução de problemas internacionais como terrorismo, não proliferação de armas nucleares, a partir da manutenção do *status quo*, de sua condição de potência hegemônica, passando por intervenções militares como na Primeira Guerra do Golfo, em Kosovo, numa concretização de uma *pax americana*, numa construção de um sistema mundial sob a liderança norte-americana, em consenso com seus aliados e através da ONU.

Neste período da história mundial, observou-se a construção da política externa norte-americana, com as administrações do Presidente Bill Clinton entre os anos de 1993 e de 2000 e do Presidente George W. Bush entre os anos de 2001 e de 2008, e atualmente o início do governo de Presidente Barack Obama, a partir de 2009, com perspectivas de futuro da América,³⁹ em meio a duas intervenções militares que se apresentam infundáveis, no Afeganistão desde 2001 e no Iraque desde 2003, e com uma nova crise econômica internacional deflagrada em 2008.

Trata-se, neste sentido, de um período marcado pela oscilação entre uma projeção multilateral do primeiro presidente, porém, com ressalva de ação unilateral, quando necessário numa estratégia de engajamento e de expansão, e um unilateralismo belicista do segundo presidente, e a eclosão de uma crise financeira internacional que significou a emergência de polarizações tanto nos Estados Unidos, quanto na comunidade internacional, com um complexo de custos e conseqüências internacionais para a configuração do papel

³⁸ “*O fim do comunismo em efeito significou o fim do liberalismo ao retirar a única justificativa ideológica detrás da hegemonia norte-americana, uma justificativa respaldada tacitamente pelo oponente ideológico ostensivo do liberalismo.*”(WALLERSTEIN, 2005, p. 28, tradução nossa) “*El derrumbe del comunismo en efecto significó el derrumbe del liberalismo al quitar la única justificación ideológica detrás de la hegemonía estadounidense, una justificación respaldada tácitamente por el oponente ideológico ostensible del liberalismo.*”

³⁹ Ver SCHAMA, Simon. **O futuro da América. Uma história.** Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva, Donaldson M. Garschagen e Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras. São Paulo. 2009.

desta potência na esfera das relações internacionais, neste século XXI, e com expectativas de mudanças a partir da atual administração norte-americana, embora atualmente se possa questionar a atual política externa norte-americana, tendo como exemplo a questão nuclear iraniana.

Desta forma, a compreensão do papel dos Estados nas dinâmicas globais atuais, pautadas por flutuações econômicas e por ascensão de novos atores dispostos a influenciar nas nuances do poder internacional, torna-se de suma importância para a construção de um sistema mundial multipolar, com a participação dos países emergentes no processo internacional, conforme ponderam os postulados do Fórum de Diálogo IBAS. Nesta perspectiva da construção histórica, destacam-se igualmente os eventos terroristas de 11 de Setembro 2001, momento histórico que caracteriza o início do século XXI, bem como uma mudança da política externa dos Estados Unidos com a articulação da Doutrina Bush em termos de combate ao terrorismo internacional e da legítima defesa preemptiva, dispendo um desafio ao seu poderio militar, tendo em vista que se trata de um ator não-estatal, com grande apelo ao fundamentalismo religioso e com a articulação de bases de ação em diversos países

. Em razão dos atentados terroristas de 2001, é imperativo igualmente considerar esta mudança da política de segurança nacional dos Estados Unidos, com a formulação desta doutrina de ação preventiva contra alvos terroristas, sejam eles grupos ou países considerados como ameaça à potência, para que se lograsse a manutenção da sua posição estratégica em termos militares, políticos e econômicos, de forma a garantir o *status quo*, conforme a política neoconservadora da administração do Presidente George W. Bush.

A construção desta estratégia de poder norte-americano⁴⁰ toma em consideração sua postura imperial, por intermédio de seu poderio militar, para que não somente possa haver a imposição da sua vontade nas dinâmicas internacionais geopolíticas e geoeconômicas, como também para que não se incline à sua marginalização no sistema internacional em caso de inércia de ação, cujas atuais expressões se referem ao Iraque e ao Afeganistão. Todavia, há se de considerar estas posturas estratégicas, talvez de uma perspectiva de militarização de sua política externa, em que interpretações errôneas da realidade internacional pelos próprios

⁴⁰“Os Estados Unidos deterão sua preeminente posição de poder nos próximos anos. Todavia, a tarefa de manter e completar a hegemonia no Sudoeste Asiático se fará mais difícil. Os Estados Unidos enfrentarão o duplo desafio de conduzir uma guerra global ao terrorismo e simultaneamente gerar a ascensão da China. (MASTANDUNO, 2005, p. 179, tradução nossa) “The United States will retain its preeminent power position in the years ahead. Nonetheless, the task of maintaining and completing hegemony in East Asia will become more difficult. The United States will face the twin challenges of conducting the global war on terror and simultaneously managing the rise of China.”

Estados Unidos contribuem para o declínio de seu poder global, exatamente por motivos políticos, econômicos e militares, ao se ter sua força militar como elemento estratégico de ação na esfera das relações internacionais.

Nesta perspectiva de um novo imperialismo norte-americano, observa-se a projeção internacional dos Estados Unidos, num mundo pós-Guerra Fria, em que se formula sua política externa num discurso de legitimidade de utilização de seus recursos de toda natureza, tanto políticos quanto jurídicos para a concretização de sua projeção global de poder, principalmente, por se referir a uma superpotência com capacidade de unipolaridade, a partir desta postura de legitimação objetiva para uma defesa global.

Entre o discurso de legitimação de sua ação internacional e a doutrina estratégica de vigilância constante contra aqueles considerados adversários na esfera das relações internacionais, concretiza-se, desta forma, um novo imperialismo a partir desta visão unilateral e belicista para atuação nesta ordem internacional, pautada por uma pluralidade de problemas econômicos, sociais, ambientais, exatamente uma sociedade de risco mundial, numa busca de uma segurança internacional em declínio.

Como consequência desta realidade internacional, parte-se da doutrina de contenção do comunismo global, característica do mundo bipolar, para uma doutrina de ação global, considerada em termos de uma estratégia geral para a consecução da validade da política externa, numa afirmação de sua liderança hegemônica, numa necessidade de ordem, fundamentado no argumento de garantia da segurança internacional.

Conforme Noam Chomsky, numa perspectiva desta grande estratégia imperial, analisando a retórica oficial da estratégia norte-americana de segurança internacional, em que se propõe ao compromisso fundamental de preservação de um mundo unipolar com liderança dos Estados Unidos.

A declaração da estratégia global foi corretamente interpretada como um passo sinistro no concerto mundial. Não basta, porém, com que uma grande potência declare política oficial. Deve passar a estabelecer essa política como uma nova norma de direito internacional mediante a realização de ações exemplares. (CHOMSKY, 2004, p. 29, tradução nossa)⁴¹

⁴¹ “La declaración de la estrategia global fue correctamente interpretada como un paso siniestro en el concierto mundial. No basta, sin embargo, con que una gran potencia declare una política oficial. Debe pasar a establecer esa política como una nueva orden de derecho internacional mediante la realización de acciones ejemplarizantes.”

Desta forma, o argumento da legítima defesa preventiva, com novos contornos da interpretação do artigo 51 da Carta de São Francisco, passa a explicar a norma do direito internacional como um instrumento flexível de orientação para a concretização das estratégias de poder presentes na política externa norte-americana sob os auspícios da administração do Presidente George W. Bush, e cujos objetivos deste panorama de ação se caracterizavam pela importância da ameaça como justificativa do esforço, considerando-a um risco mundial iminente aos desígnios da comunidade internacional.⁴²

Observa-se, em razão desta militarização de sua política externa, a construção de uma nova norma internacional para o uso de força militar na esfera das relações internacionais, em que se trata de uma estratégia de dominação pela força para a contenção de ameaças à sua liderança, bem como se busca a concretização do Destino Manifesto em termos de fomento internacional da democracia, da liberdade e da igualdade entre os povos, de derrota de Estados considerados ilícitos, ou seja, a construção de uma estrutura jurídica para sustentação de sua estratégia de hegemonia mundial.⁴³

Todavia, conforme já salientado ao longo deste tópico do primeiro capítulo, a data de 11 de Setembro de 2001 passa, não somente a ser um divisor de águas da história das relações internacionais contemporâneas, como também o início do processo de legitimação da política de guerra global contra o terrorismo, empreendida pelos Estados Unidos, durante os oito anos de administração do Presidente George W. Bush.⁴⁴

A década de 1990 pode ser considerada como o momento da emergência unipolar dos Estados Unidos, que se realiza por intermédio de concretização de sua globalização hegemônica, que por sua vez, passa a ter projetos de globalização contra-hegemônica realizados, principalmente, por atores internacionais excluídos das dinâmicas globais de poder, porém, a primeira década do século XXI aparentemente explicita o declínio de poder norte-americano, não somente como resultado de suas políticas belicistas, mas também da

⁴² Ver HURRELL, Andrew. **Pax Americana or the empire of insecurity?**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 5. Number 2.(2005). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/5/2/153>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 153 a 176.

⁴³ Ver CHOMSKY, Noam. **Estados Fallidos. El abuso de poder y el ataque de la democracia**. Traducción de Gabriel Dols. Ediciones B. Grupo Zeta. Barcelona. 2007. P. 123.

⁴⁴ Ver BARONE, Michael. **United States : Foreign Policy And Strategic Dimensions**. P. 63 a 84. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

emergência de novos atores internacionais dispostos a atuação na esfera das relações internacionais, conforme já observado anteriormente.

Certamente, há de se considerar a necessidade de reconstrução do consenso tanto interno quanto externo para que se possa verificar a continuação de sua liderança dos Estados Unidos, na categoria de única superpotência no sistema internacional em transformação, ou seja, procura-se estabelecer seu papel no século XXI, para além do uso do poder militar, mas também em termos de uso de instrumentos de *soft power* nas dinâmicas globais de poder, além do seu perfil unilateral e unipolar de sua atuação internacional.

Conforme Michael Mann, numa perspectiva da incoerência da ação internacional dos Estados Unidos nesta nova ordem internacional, especialmente, com relação ao seu complexo industrial-militar, bem como sua vantagem essencial de ação global,

*O poder militar norte-americano pode ser gigantesco, mas é suficiente para dar lugar a um império? Os impérios requerem de quatro classes de recursos militares: uma defesa segura ou dissuasão contra os ataques, poder ofensivo, a capacidade de conquistar territórios e povos e a capacidade de pacificá-los depois. São adequadas as forças norte-americanas para estas tarefas? (MANN, 2004, p. 29, tradução nossa)*⁴⁵

Desta forma, é imperativo considerar que a exigência de legitimidade na construção da política externa dos Estados Unidos torna-se também elemento fundamental da redefinição da estratégica norte-americana, em que não somente temas internacionais no tocante ao terrorismo e demais ameaças a paz e a segurança globais, mas também novas temáticas ampliam a possibilidade de uma multipolaridade, de uma cooperação internacional, numa nova inserção internacional dos Estados Unidos,⁴⁶ embora se possa ponderar acerca das contradições que se apresentam em termos do discurso político de uma nova ação global norte-americana e em termos da prática real que se observa nos seus respectivos

⁴⁵ “El poder militar estadounidense puede ser gigantesco pero ¿ es suficiente para dar lugar a un imperio? Los imperios requieren de cuatro clases de recursos militares: una defensa segura o disuasión contra los ataques, poder ofensivo, la capacidad de conquistar territorios y pueblos y la capacidad de pacificar-los después, ¿ Son adecuadas las fuerzas estadounidenses para estas tareas?”

⁴⁶ Ver NORIEGA, Roger. **United States Foreign Policy And Strategic Dimensions**. P. 199 a 213. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

desdobramentos políticos e econômicos, em face dos desafios globais verificados ao longo destes últimos anos.

Trata-se, portanto, de um sistema-mundo em transformação, cujos contornos desta economia capitalista está pautada por falhas estruturais, no tocante à externalização dos custos da divisão internacional do trabalho que levam a um esgotamento ecológico, à globalização das atividades humanas, e à polarização político-econômica, que a sua própria ideologia neoliberal já não detém condições para o seu controle e para a regulação de seu funcionamento nas relações econômicas internacionais, o que se pode considerar como uma limitação do capital internacionalizado e da concretização da mais valia igualmente globalizada. É, nesta perspectiva, que a atuação internacional dos Estados Unidos, que apresenta um déficit econômico e político na esfera das relações internacionais, em razão de, não somente desgaste de sua estratégia nacional de segurança, mas também da teoria econômica neoliberal que conduziu a uma nova e drástica crise econômica, o que redefinirá este mundo pós-americano.⁴⁷

Os Estados Unidos parecem embarcar numa transição em duas grandes frentes: sua própria economia, tanto financeira quanto real e sua relação com o resto de mundo. Há uma relação entre estas duas transições. (WEISBROT, 2008, p. 109, tradução nossa).⁴⁸

Este período de transição do sistema mundial em que os contornos da *pax americana*⁴⁹ se encontram em questionamento e em que há a necessidade de redesenho das estruturas de poder vigentes na esfera das relações internacionais, também, diz respeito aos postulados de democratização do diálogo internacional, que se observa em relação aos objetivos do Fórum de Diálogo IBAS.

Numa perspectiva geral, há de se considerar a atualização das relações internacionais, principalmente, com o seu novo equilíbrio de poder global, primeiramente,

⁴⁷ Ver MEDEIROS Carlos Aguiar De. SERRANO, Franklin **Estados Unidos: A Dimensão Econômica**. P. 85 a 110. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

⁴⁸ “*The United States appears to be embarking on a transition on two major fronts: its own economy, both financial and real; and its relations with the rest of the world. There is some relation between these two transitions.*”

⁴⁹ Ver BLACK, Jan Knippers. **United States Policies And Strategies: Security In A State Of War?** P. 179 a 198. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

num prisma abstrato, teórico do atual paradigma internacional em transformação, no qual não somente o papel dos Estados Unidos se considera relevante, mas também a complexidade da emergência de novos atores internacionais, neste caso, o processo de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, o que implica igualmente a reconstrução política, econômica, social e cultural dos consensos internacionais.

Trata-se, portanto, de desafios neste redesenho das relações internacionais em que se apresentam uma geopolítica multilateral, uma questão da política de mudanças de regimes, especialmente, aqueles que são considerados Estados falidos internamente, e, finalmente, a concretização da cooperação internacional, não somente em sede do IBAS, mas principalmente em sede da ONU, mas também há de se considerar demais instituições internacionais, como a OMC e o FMI, organismos estes que igualmente apresentam as contradições da racionalidade instrumental da globalização, da divisão epistemológica da sociedade internacional.

Assim, nesta perspectiva de hegemonia ou de uma sobrevivência na esfera das dinâmicas internacionais de poder estrutura-se o futuro da América, na busca de sua liderança, nas possibilidades de decadência de seu poder mundial e da incoerência de sua atuação nesta nova ordem internacional que se apresenta no século XXI, com contornos no que diz respeito à emergência de novos atores internacionais, com maior atenção, ao BRIC que almejam, observando as especificidades de suas políticas externas, uma maior participação no contexto internacional, na ação nas relações globais de poder.

Conforme Cristina Soreanu Pecequilo, numa perspectiva do papel dos Estados Unidos e do reordenamento do poder mundial, entre os prismas da renovação, da permanência ou de uma resistência mundial, em que há uma revisão de posicionamentos em relação às dinâmicas internacionais,

Desta forma, existiria, a partir de diversos esforços, uma reavaliação do poder e da dinâmica da ordem internacional no sentido de reconhecer a ascensão de novos centros de influência global, de caráter estatal e não-estatal, e os desafios que esta maior pulverização coloca para os formuladores de política norte-americano, ao lado de seu próprio encolhimento. (PECEQUILO, 2008, p. 138-139)

É possível considerar também que há uma perspectiva de mudança da política externa dos Estados Unidos, com a nova administração do Presidente Barack Obama, a partir

de 20 de Janeiro de 2009, embora haja se de observar o discurso de reconciliação global e a prática da atual política externa norte-americana.

Enquanto a Doutrina Bush se caracterizou por uma ruptura de um projeto de multilateralismo, por uma emergência de uma visão unipolar das dinâmicas globais, por uma ação unilateral e belicosa para realização de uma estratégia de manutenção de sua hegemonia, agora se trata de buscar perspectivas multilaterais, ao menos, há o discurso de engajamento para esta finalidade, o que se pode observar a substituição do G-8 pelo G-20 nas relações econômicas internacionais, porém, numa perspectiva política se observa uma dicotomia com relação ao Irã apesar do acordo firmado entre Brasil, Turquia e Irã sobre o enriquecimento de urânio para o uso pacífico da energia atômica.

Em conclusão, trata-se na necessidade de redesenho da estratégia norte-americana quanto à sua postura perante a realidade internacional que se apresenta no século XXI, entre a ascensão do resto, com emergência de ameaças à paz e a segurança internacionais, que se situam além dos postulados de terrorismo internacional e de tráfico internacional, em que se faz necessário repensar o equilíbrio mundial de poder e suas implicações no paradigma da geopolítica internacional.

Em concomitância a esta perspectiva de mudança da política externa norte-americana, observa-se também a emergência da China com um projeto de inserção internacional, não somente, em termos das relações econômicas, mas também, em termos da política mundial, das dinâmicas tanto regionais quanto globais de poder, passando a considerar o século XXI como o Século da China.⁵⁰

O surgimento da China⁵¹, considerada como um dos principais atores internacionais, em razão de aspectos singulares do desenvolvimento econômico e de dinâmicas estratégicas, verifica-se em meio a circunstâncias internacionais, e também internas que possibilitam sua dinâmica reforma e modernização, o que implica igualmente considerar esta nova geografia

⁵⁰”Para melhorar seu material humano, a China emprega duas estratégias. A primeira é uma reforma fundamental do sistema educacional. A segunda é um grande esforço por atrair à pátria aos muitos científicos e engenheiros que saíram do país em busca de oportunidades de educação nos países industrializados.”(SHENKAR, 2005, p. 100, tradução nossa) “Para mejorar su material humano, la China emplea dos estrategias. La primera es una reforma fundamental del sistema educativo. La segunda es un gran esfuerzo por atraer a la patria a los muchos científicos e ingenieros que salieron del país en busca de oportunidades de educación en los países industrializados.”

⁵¹” Não se trata mais da questão se a China terá ou não um grande papel no mundo das arenas políticas e econômicas, trata-se da questão de qual papel a China terá. (GUTHRIE, 2006, p. 04, tradução nossa).” “It is no longer a question of whether China is going to play a major role in world economic and political arenas, it is only a question of what role China will play.

mundial, câmbios domésticos do poder, a ocorrência de violações de direitos humanos no país, sua assimetria de poder econômico e tecnológico em relação às potências desenvolvidas.

Aspectos domésticos, no tocante à liderança política, às energias sociais destinadas ao desenvolvimento econômico, ao processo de revolução permanente na realização da ascensão global, centrados num auto-reconhecimento do país num passado cultural comum, significam a formulação da estratégia de modernização e de ascensão pacífica da China, o que também implica a consideração de mudança na ordem internacional para o século XXI, bem como o seu papel na esfera das relações internacionais.

A emergência da China como uma potência econômica mundial, neste contexto internacional do século XXI, leva em consideração, não somente, aspectos demográficos e estatísticos do seu desenvolvimento econômico que se verifica nos últimos trinta anos, a partir do planejamento de reformas econômicas empreendidas sob os auspícios de Deng Xiaoping nas dimensões da indústria, da agricultura, da ciência e da defesa, mas também o seu impacto igualmente nas relações de poder numa perspectiva regional com a compreensão de suas conseqüências para as estruturas de poder no continente asiático e para o panorama global do século XXI.

Trata-se de um planejamento econômico a longo prazo, cujo propósito destas políticas das quatro modernizações consistia na transformação da China como uma nação realmente rica e poderosa na esfera das relações internacionais por volta do ano de 2049, ano em que se comemora o centenário da fundação da República Popular da China, da instauração de seu regime comunista⁵².

Sua ascensão, num fenômeno contínuo e acelerado, tem como principal significado a sua presença tanto no diálogo internacional, quanto nos estudos acadêmicos, bem como nos mercados econômicos internacionais, perpassando pelas transações comerciais, mas também na inovação tecnológica, na produção de conhecimento e na construção de sua infra-estrutura para a expansão econômica ao interior de seu território. Portanto, a compreensão das suas potencialidades e das dinâmicas internas da China⁵³ torna-se de vital importância para as relações econômicas internacionais e para a articulação de políticas e de estratégias dos

⁵² MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping. O Homem que pôs a China na cena do século XXI.** Tradução de Antonio Sepulveda. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2007. P. 01.

⁵³ *Para se saber se a China é realmente uma potência regional ou global importante, devem-se tomar em conta três fatores adicionais ao econômico: sua força política, militar e tecnológica.* (ROCH, 2008, p. 20, tradução nossa) *“Para se saber si China es realmente una potencia regional p global importante, deben tomarse en cuenta tres factores adicionales al económico: su fuerza política, militar y tecnológica.”*

demais países em face do Dragão Chinês, ao se considerar o seu modelo econômico e seu ambiente comercial que passam a transformar a economia mundial em diversos aspectos.

Neste prisma, há de se considerar elementos específicos em cada um de seus fatores que possibilitam conceber a China como potência mundial em ascensão, uma vez que se trata de um país considerado em desenvolvimento, cuja sociedade ainda se caracteriza por ser marcadamente rural e por seu desenvolvimento econômico se verificar nas cidades próximas ao seu litoral, as chamadas zonas econômicas especiais.

Todavia, conforme já mencionado, trata-se de um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, o que possibilita considerar sua influência global, embora esta condição geopolítica tenha se configurado em razão dos acordos políticos das potências aliadas ao final da Segunda Guerra Mundial, e que se tenha modificado na história desta organização internacional, quando China não ocupava esta posição na entidade até a sua recuperação em outubro de 1971, em virtude de estratégias geopolíticas do período da Guerra Fria.

Por outro lado, China possui arsenal estratégico nuclear⁵⁴, cujo projeto vem desenvolvendo desde os anos de 1960, numa perspectiva de sua força militar, o que lhe confere a condição de potência nuclear, embora inferior em número, em capacidade destrutiva de seu arsenal e em capacidade de ativação para lançamento, em comparação a outras tradicionais potências nucleares, com especial atenção, a Estados Unidos e Rússia.

Em termos geográficos, sua localização lhe confere uma contigüidade marítima, com relativa projeção geopolítica e também de atuação militar na Ásia-Pacífico, abrangendo um grande aspecto da geografia política e econômica da região, mais especificamente, o Japão como uma grande potência econômica e tecnológica do Primeiro Mundo, nações economicamente avançadas como Austrália, Coreia do Sul, e demais tigres asiáticos, Rússia com sua força militar e nuclear, e finalmente, a Índia como outra nação em desenvolvimento e com arsenal estratégico nuclear, porém, trata-se de uma região extremamente polarizada em

⁵⁴ Ver CHENG, Ta-chen. **China's nuclear command, control and operations**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 7. Number 2. (2007). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/7/2/155>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 155 a 178.

razão de suas rivalidades históricas, envolvendo China, Índia, Paquistão e Japão⁵⁵, como exemplo.

Neste contexto geopolítico, faz-se necessário igualmente compreender suas dinâmicas regionais, que se caracterizavam por conflitos militares em sua fronteira com demais países vizinhos, fundamentados em interesses nacionais discrepantes, em formação de alianças estratégicas durante a Guerra Fria e diferenças ideológicas entre as lideranças regionais, o que corrobora com a mudança de sua política externa, atualmente, pautada no discurso de ascensão pacífica⁵⁶. Esta política externa, pautada numa ascensão pacífica, traduz-se de vital importância para a própria sustentabilidade do processo de desenvolvimento da China, ao se considerar que a tendência para a resolução pacífica de conflitos favorece a ascensão de sua influência geopolítica, mas também possibilita estruturar a vida política interna e configurar sua atuação internacional na construção do multilateralismo, em razão do redesenho do equilíbrio global de poder.⁵⁷

Este pragmatismo na condução de sua política externa se verifica com critérios de negociações políticas para a superação de tensões regionais, cujas exceções se referem à questão de Taiwan⁵⁸, que segundo o governo da República Popular da China se trata de uma província rebelde em relação à China Continental e se, porventura, houver mudança da circunstância política, abrangendo este e outras regiões que possam ser considerados parte do território chinês, poderia se cogitar um confronto bélico, o que poderia implicar no envolvimento dos Estados Unidos em razão de sua grande presença militar, econômica e política na região da Ásia-Pacífico, bem como a atenção global sobre violações de direitos humanos.

Em virtude disso, é possível considerar numa perspectiva geopolítica o desenvolvimento da projeção da China na Ásia-Pacífico, que se verifica política, diplomática, cultural e economicamente, sendo que o desenho de sua influência regional se realiza por

⁵⁵ Ver INOBUCHI, Takashi. **Introduction to the special issue of International Relations of the Asia-Pacific.** *International Relations of the Asia-Pacific.* Volume 8. Number 3. (2008). P. 271 a 277. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/8/3/271>. . Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

⁵⁶ HUI, Wang. **El Nuevo Orden de China. Sociedad, política y economía de mercado.** Ediciones Bellaterra. Barcelona. 2008. P.17.

⁵⁷ Ver CESARIN, Sergio Marcelo **O Fato r China no s no vos equilibrio s regionais.** P. 113 a 136. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : China** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

⁵⁸ Ver RÍOS, Xulio. **China y Taiwan: explorando nuevas relaciones.** P. 597 a 641. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de un a potenci a en ascens o.** 1 ed. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

intermédio de um processo de interdependência econômica com os demais países da região, ao se ter em vista a própria sustentabilidade do desenvolvimento econômico da China. Em termos de projeção de sua força política, há de se considerar também a trajetória de sua relação bilateral com os Estados Unidos⁵⁹, que se intercambia entre estratégias de contenção no contexto da Guerra Fria e de aproximação diplomático-econômica e novas iniciativas de *detente*⁶⁰ no contexto das atuais relações econômicas internacionais.

Consoante sua perspectiva de projeção internacional para o século XXI, sua ação política deve levar em consideração sua condição de membro permanente do Conselho de Segurança, e conseqüente influência nas temáticas importantes ao funcionamento do sistema de segurança coletiva da ONU, sua atuação nos demais fóruns do sistema ONU, nos organismos econômicos internacionais, demais coalizões internacionais relativas ao Fórum BRIC e a FOCALAL, seu desenvolvimento nuclear com sua ação da AIEA, as suas relações diplomáticas e, finalmente, sua própria diplomacia em termos de maiores compromissos em fóruns multilaterais e de construção de uma imagem de pacifismo e minimização de possível ameaça chinesa em face à comunidade internacional.

Conforme Eugenio Anguiano Roch, numa perspectiva de projeção da China como potência econômica mundial, com ambições globais da política externa, e de concretização de sua influência no continente asiático.

*O primeiro passo da diplomacia chinesa tem sido consolidar sua posição como potência política e econômica na Ásia, a vez defende sua própria concepção de soberania e integridade territoriais, o que implica isolar o regime de Taiwan e evitar que ganhe simpatias qualquer intento de reconhecimento na Ásia da autonomia, não se diga independência, de dito regime. (ROCH, 2008, p. 34, tradução nossa)*⁶¹

⁵⁹ Ver SCOTT, David. **China and the E U: A Strategic Axis for the T wenty-First century?** *International Relations*. Volume 21. Issue. 1. (2007). P. 23 a 45. Disponível no site: <http://ire.sagepub.com/cgi/reprint/21/1/23>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

⁶⁰ Ver ROCH, Eugenio Anguiano. **China como potencia mundial: presente y futuro**. P. 19 a 120. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de un a potencia en ascenso. 1 ed.** El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008. P. 28.

⁶¹ “*El primero paso de la diplomacia china ha sido consolidar su posición como potencia política y económica en Asia, a la vez defiende su propia concepción de soberanía e integridad territoriales, lo que implica aislar al régimen de Taiwan y evitar que gane simpatías cualquier intento de reconocimiento en Asia de la autonomía, no se diga independencia, de dicho régimen.*”

Esta compreensão do papel da China no marco desta ordem internacional em transformação e do processo de sua ascensão torna-se imperativa, em virtude, não somente, das dinâmicas econômicas globais, mas também de seu caráter inter-relacionado com as mudanças políticas e econômicas que se verificam com os demais países em desenvolvimento, principalmente, quando a China passa a qualificar suas relações bilaterais em termos de parceira estratégica, de parceria cooperativa e de cooperação amistosa.⁶²

Com esta perspectiva de ascensão de destaque no cenário das relações internacionais, há de se verificar um quadro de contradições na China⁶³ em sede de sua estrutura social interna, entre o desenvolvimento capitalista de sua economia e o arcabouço comunista de seu regime político, em concomitância ao seu crescimento, o país passa a configurar seu papel na esfera das relações internacionais, verificando-se também tanto as suas potencialidades e grandes questões do país em termos de poder político e da sua sociedade interna.

Estes desafios ao seu processo de desenvolvimento econômico referem-se à fragilidade de seu arcabouço financeiro e bancário, mas também à inefetividade de seu sistema legal, à degradação ambiental, à convulsão social, da necessidade de matérias-primas para sua sustentabilidade em razão destas reformas econômicas, fomento do setor de desenvolvimento tecnológico, da manutenção da unidade territorial, e modernização de suas forças armadas, que também influencia a construção de sua política externa de ascensão pacífica, e na articulação de parcerias na esfera das relações internacionais.

Estas contradições internas da China se referem às mudanças sociais, estruturais e culturais, como fruto das transformações econômicas do seu processo de modernização de sua sociedade, como também há perda do controle do Estado sobre a mobilidade social e da designação dos postos de trabalhos para os seus cidadãos, ao mesmo tempo em que se observa a ocorrência de violações de direitos humanos no país.

Ao mesmo tempo em que se pode conceber a China como uma potência mundial em ascensão, com grandes possibilidades para o desenvolvimento em diversos campos da

⁶² “A intensificação do processo internacional da China está atrelada ao argumento de que ela deverá crescer, desenvolver-se e trabalhar cooperativamente nos assuntos de importância global. Portanto, Beijing conduzirá sua inserção internacional pautada na necessidade de obter recursos a fim de garantir estabilidade nas questões domésticas e preservar um ambiente internacional estável no qual possa avançar mais sobre o seu projeto de modernização.” (XHU, 2005, p. 98)

⁶³ Ver NOLAN, Peter. **China at the Crossroads**. Polity Press.. Great Britain. 2004. PEI, Minxin. **China's trapped transition. The limits of developmental autocracy**. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. 2008.

tecnologia, da economia, da parceria estratégica nas relações comerciais, trata-se de uma nação em desenvolvimento que enfrenta problemas com a urbanização, do deslocamento populacional do campo para as grandes cidades, da crescente disparidade social, da questão cultural e da igualdade de gênero.⁶⁴

Estas mudanças econômicas implicaram igualmente em transformações de muitos aspectos da sociedade chinesa, conforme salientado, quer seja nas regiões urbanas, quer seja nas regiões rurais, com conseqüências negativas, no tocante a diferença de rendas, disparidades regionais, criminalidade, da prestação de serviço público em termos de educação e de saúde, não se tratando mais de seu uma questão de desigualdade social, mas de temáticas de estabilidade social e política, que podem ser considerados como empecilhos ao seu desenvolvimento econômico.⁶⁵

Em termos da dimensão política⁶⁶, é importante considerar a transição política pela qual passa a China, de um regime autoritário a autoritarismo com um único partido, que implica na necessidade de descentralização política e de participação política, mas também significa a adoção de instrumentos de governabilidade e de legitimidade do sistema político, não dependendo somente do aparato burocrático para sua viabilidade.

A estratégia de reforma econômica⁶⁷ significou um dinamismo social na China, devido a um crescimento da complexidade de sua sociedade, com a coexistência entre os espaços urbanos situados na região costeira e sul com alta renda, e cultura cosmopolita, e os espaços no interior de seu território com populações de diferentes etnias, possuindo distintas perspectivas de relacionamento com a política, com a economia e com a vida em sociedade.

Em concomitância a esta desigualdade social, o quadro político da China também se encontra em um paradoxo, na medida em que se faz necessário empreender reformas políticas

⁶⁴ Ver RODRÍGUEZ, María Teresa Rodríguez y. **Desarrollo rural con apertura al exterior**. P. 327 a 442. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso**. 1 ed. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

⁶⁵ Ver MONDRAGÓN, Carlos. **El combate a la pobreza y la iniciativa de Desarrollo de la Región Occidental**. P. 443 a 526. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso**. 1 ed. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

⁶⁶ *"También permanece abierta a pregunta sobre la capacidad del gobierno chinés para acabar o disminuir a grande brecha entre ricos e pobres, um fenómeno recente, incompatible con un régimen que se autodenomina socialista."* (BOTTON, 2008, p. 200, tradução nossa) *"También queda abierta la pregunta sobre la capacidad del gobierno chino para acabar o disminuir la gran brecha entre ricos e pobre, un fenómeno reciente, incompatible con un régimen que se autodenomina socialista."*

⁶⁷ Ver RODRÍGUEZ, María Teresa Rodríguez y. ROCH, Eugenio Anguiano. **Política de desarrollo económico: logros y perspectivas futuras**. P. 271 a 326. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso**. 1 ed. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

para a superação dos entraves internos, no que dizem respeito à corrupção e o abuso de poder local, o que inviabiliza a realização dos programas sociais do governo central e a comunitarização dos benefícios auferidos com as reformas econômicas de liberalização do país. Como também, há entraves ao seu processo de desenvolvimento econômico no que se referem à produção agrícola para o sustento de sua população, à tecnologia de informação e de comunicação, à demanda incessante de fontes de energia para a manutenção de seu crescimento econômico, que influenciam os preços internacionais e a concorrência internacional.

Se, numa perspectiva, a China passa a ocupar um papel de destaque na esfera das relações internacionais como uma potência mundial exportadora e destino de investimentos estrangeiros, conferindo-lhe uma presença tanto econômica quanto diplomática, doutra perspectiva, há de se considerar as problemáticas⁶⁸ em seu âmbito interno em termos de pobreza, corrupção, degradação ambiental e de consolidação de seu Estado no tocante a Taiwan e ao Tibete. Neste sentido, é necessário considerar seus desafios para a sua consolidação como potência mundial em ascensão no século XXI, mas também para a sustentabilidade de seu desenvolvimento, no que diz respeito às suas elevadas taxas de crescimento econômico, ao seu alto investimento do Estado na economia, à sua disponibilidade de mão-de-obra, à atração de investimentos estrangeiros a partir de associação de empresas nacionais e estrangeiras.

Em razão de suas características peculiares, no tocante ao seu território, a sua economia em desenvolvimento, há amplas mudanças sócio-econômicas que influenciam nas dinâmicas da divisão internacional do trabalho, por um aspecto, e doutro, há o desafio de sua estratégia de ascensão como potência global com capacidade de ação no sistema internacional, o que também produz impacto na política internacional.⁶⁹

Em concomitância a estes desafios internos que também influenciam a sua dinâmica internacional, é importante salientar o seu panorama internacional, para que se possa

⁶⁸ Ver SELDEN Mark. **Desigualdade duradoura da China: revolução, reforma e política econômica do desenvolvimento**. P. 137 a 161. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : China** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

⁶⁹ *"Em termos de medidas concretas, há de reconhecer que, como parte de suas novas políticas o governo enfatizou o projeto de melhora e atenção às regiões centrais e ocidentais do país e ao campo em geral. (BOTTON, 2008, p. 265, tradução nossa) "En términos de medidas concretas, hay que reconocer que, como parte de sus nuevas políticas el gobierno ha puesto el acento en el proyecto de mejora y atención a las regiones centrales y occidentales del país y al campo en general."*

compreender a sua inserção internacional, que se refere à expansão e à consolidação de sua influência no continente asiático, tanto política quanto econômica, como também a superação das iniciativas norte-americanas de contenção ao seu desenvolvimento econômico e ao seu projeto de ascensão à potência mundial.

O fenômeno de seu desenvolvimento pode ser considerado em termos de sua vantagem na manufatura, em que há os baixos custos de mão de obra, grande investimento de capital para a construção de sua infra-estrutura, de seu parque industrial que também abarca a ação de empresas multinacionais que passam a operar no seu mercado interno e na exportação, o aprofundamento da integração econômica de seu território e, finalmente, seu trabalho de engenharia que possibilitará sua ascensão como modelo de inovação e de tecnologia em distintas áreas.

Este processo de abertura e de reforma da China, em sede das políticas de modernização de sua estrutura econômica, também se pauta por uma mudança de sua mentalidade, antes fechada à comunidade internacional, como nos anos de 1960 e 1970, para construção de uma mentalidade de inovação e de concretização de seu desenvolvimento econômico. O seu extraordinário crescimento econômico, fundado na articulação das políticas das quatro modernizações, perpassa por seu caráter de ineditismo no pensamento econômico, ao se contemplar o quão rápido se verificam a sua ascensão como potência econômica e o próprio processo de adaptação de sua sociedade a esta nova realidade tanto interna quanto internacionalmente, desde a adoção de suas reformas econômicas.

Num contexto de um sistema-mundo em redefinição, China progride em seu desenvolvimento e consolidação em seu interior, em seu compromisso com as dinâmicas internacionais, como sua entrada na OMC, sua participação em cooperação internacional como a FOCALAL⁷⁰, no Fórum BRIC e a Organização de Cooperação de Shanghai⁷¹, mas também na construção de sua política externa em termos de suas relações bilaterais com os Estados Unidos⁷², Europa, Ásia⁷³, África⁷⁴ e América Latina. Numa perspectiva geral deste

⁷⁰ Para maiores informações sobre a FOCALAL: Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste. Disponível no site: www.focalal.mre.gov.br. Data de Acesso em 24 de Dezembro de 2009.

⁷¹ Ver AL-QAHTANI, Mutlaq . **The Shanghai Cooperation Organization and the Law of International Organizations**. Chinese Journal of International Law (2006), Vol. 5, No. 1, P. 129 a .147. Disponível no site: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=8&sid=3ca4dae3-add3-4d57-be79-45fa116ad41f%40sessionmgr13>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

⁷² Ver KELTON, Maryanne. **US economic statecraft in East Asia**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 8. Number 2. (2008) P. 149 a 174. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/8/2/149>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

gigante econômico da Ásia, é imperativo igualmente destacar o contexto da inserção da China, tanto regional quanto internacionalmente, tendo em vista que a China pode ser considerada como um duplo pólo de centralização econômica⁷⁵ em sede do continente asiático no tocante a determinados fatores políticos e econômicos.

Conforme já salientado, sua ascensão econômica não somente produz impactos significativos na estrutura da economia internacional, fato este aos quais os demais países procuram adaptar suas estratégias e suas políticas externas, mas também influencia nas dinâmicas da Ásia, em termos geopolíticos e da economia regional, nesta perspectiva desta centralização econômica.⁷⁶ Esta concepção de duplo pólo da China se verifica pelos seguintes aspectos, fundamentais para sua compreensão: a) concentração de indústrias intensivas em trabalho, b) ampliação de seu mercado para as exportações regionais para produtos com conteúdo tecnológico, c) fornecimento de matéria-prima para o seu desenvolvimento industrial. Este processo econômico da China se verifica em razão da autonomia da sua política econômica, do dinamismo de seu desenvolvimento econômico, da coordenação regional de negociações.

Este panorama econômico⁷⁷ da China possibilita compreender o seu papel nas relações econômicas asiáticas, uma vez que esta autonomia na condução de sua política econômica possibilita à formação de suas reservas internacionais, a partir de superávits em sua balança comercial e de sua política cambial, à adoção de políticas anticíclicas com incentivos governamentais, quando necessário, mas também o seu dinamismo econômico

⁷³ Ver WIRTH, Christian. **China, Japan, and East Asian regional cooperation: the views of ‘self’ and ‘other’ from Beijing and Tokyo.** *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 9. Number 3. (2009). P. 469 a 496. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/9/3/469>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

⁷⁴ Ver JAKOBSON, Linda. **China’s diplomacy toward Africa: drivers and constraints.** *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 9 . Number 3. (2009) P. 403 a 433. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/9/3/403>. Data de Acesso de 14 de Outubro de 2009.

⁷⁵ Ver MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Deslocamento e Complementariedade: A Estratégia de Desenvolvimento Chinesa e a Economia Regional Asiática.** P. 353 a 366. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (1. : 2006 : Rio de Janeiro, RJ). O Brasil no mundo que vem aí / I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 6 e 7 de julho de 2006. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. P. 358. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

⁷⁶ “A dimensão da China e a sua presença crescente no cenário mundial fazem dela um ator de primeira grandeza, impossível de ser ignorado. Seu desempenho econômico nos últimos anos tem condicionado decisivamente o funcionamento da economia mundial.” (NEVES, 2007, p. 348)

⁷⁷ “O surgimento da China como potência comercial mundial suscita temores entre as potências econômicas já estabelecidas, pela constante geração de superávits nas balanças comerciais e na conta corrente com o exterior do gigante asiático.” (ROCH, 2008, p. 83, tradução nossa) “ El surgimiento de China como potencia mundial comercial suscita temores entres as potencias económicas ya establecidas, por la constante generación de superávits en las balanzas comerciales y en cuenta corriente con el exterior del gigante asiático.”

implica fortes investimentos estatais em suas empresas, expansão de seu consumo, desenvolvimento da exportação de demais países asiáticos voltadas para o mercado chinês, configurando-se assim seu prisma de duplo pólo econômico nas dinâmicas asiáticas.

Concernente ao papel da Índia no contexto das relações internacionais para o paradigma do século XXI, faz-se necessário abordar a perspectiva do Movimento dos Não-Alinhados⁷⁸, conforme será observado mais detalhadamente no Capítulo 3, quanto a construção de um cenário internacional para além das relações com as grandes potências mundiais, tendo em vista que se trata de ascendente potência mundial que articulou com outros países as políticas do neutralismo e não alinhamento durante o período da Guerra Fria.

Trata-se, portanto, de uma coalizão internacional com a realização de diversas conferências internacionais ao longo da segunda metade do século XX, começando na Cidade de Belgrado no ano de 1961 até a mais recente reunião ministerial dos países membros deste movimento na Cidade de Cabo no ano de 2002⁷⁹, uma ação internacional em que o Brasil acompanhou como observador e ou como convidado, sem participar ativamente do desenvolvimento de seus trabalhos, ao passo que os demais membros do Fórum de Diálogo IBAS, ou seja, Índia e África do Sul são igualmente participantes do movimento de não-alinhamento que também abrange atualmente 115 países.⁸⁰

Os seus princípios⁸¹ do movimento de não-alinhamento traduzem numa construção de uma política externa independente com a coexistência com sistemas políticos distintos, suas relações bilaterais, na construção de apoio à independência nacional, na não participação de alianças estratégicas com grandes potências na Guerra Fria, de superação do colonialismo e no neocolonialismo, ou seja, busca-se abordar as temáticas da política internacional, da economia internacional, temas sociais e culturais, da esfera das relações internacionais de forma autônoma dos grandes centros políticos e econômicos internacionais, tendo em vista que muitos de seus membros, na época de fundação deste movimento, eram estados recém-independentes, no processo de descolonização da África e da Ásia que se verificou a partir da Segunda Guerra Mundial.

⁷⁸ Para maiores informações sobre o Movimento dos Não-Alinhados: Ver <http://www.nam.gov.za/>. Data de Acesso: 24 de Dezembro de 2009.

⁷⁹ Para maiores informações sobre as Reuniões Ministeriais do Movimento dos Não-Alinhados: Ver <http://www.nam.gov.za/minmeet/index.html>. Data de Acesso: 24 de Dezembro de 2009.

⁸⁰ Para maiores informações sobre a composição dos países membros do Movimento dos Não-Alinhados. Disponível no site: <http://www.nam.gov.za/background/members.htm>. Data de acesso 24 de Dezembro de 2009.

⁸¹ Para maiores informações sobre os princípios do Movimento dos Não-Alinhados. Disponível no site: <http://www.nam.gov.za/background/history.htm>. Data de acesso 24 de Dezembro de 2009.

Sua administração fica sob a responsabilidade de uma presidência rotativa, sem a articulação de uma constituição formal ou permanente, porém, busca constituir um Secretariado de Coordenação⁸² junto à ONU para a orientação dos trabalhos a serem desenvolvidos por seus países membros,⁸³ significando a existência de grupos de trabalhos com as temáticas de desarmamento, de operações de paz, de eliminação do terrorismo internacional, de reforma do Conselho de Segurança, de direitos humanos, igualmente, de contatos, de forças tarefas, de comitês específicos de concretização da cooperação internacional e de compreensão da realidade internacional, como também comitê de coordenação com o G-77 para a concretização de seus princípios e postulados.

Sua atuação internacional, em que se acordou a realização de suas reuniões ministeriais junto às Sessões Anuais da Assembléia Geral da ONU, igualmente abrange a construção de uma Agenda para o Desenvolvimento Econômico do Sul⁸⁴, de forma a lograr a concretização da Cooperação Sul-Sul e com o conseqüente redesenho do Diálogo Norte-Sul, e da racionalidade instrumental da globalização, o que implica a reformulação do paradigma internacional. Seu arcabouço jurídico abrange resoluções⁸⁵ sobre diversas temáticas como o conflito no Oriente Médio, com especial atenção à questão Israel-Palestina, como também a promoção do direito ao desenvolvimento, à cooperação internacional.

A compreensão dos postulados do Movimento do Não-Alinhamento igualmente se faz necessária para que se possa também diferenciar em face dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, tendo em vista que se trata de dois distintos mecanismos de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, abrangendo elementos definidores e norteadores de uma atuação internacional distintos para cada uma destas articulações políticas internacionais e dados o realismo e o pragmatismo na condução dos trabalhos desta coalizão internacional.

É imperativo considerar que o projeto de cooperação Sul-Sul em sede de desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS se apresenta com elementos de

⁸² Para maiores informações sobre o Secretariado de Coordenação do Movimento de Não-Alinhamento. Disponível no site: <http://www.nam.gov.za/background/history.htm>. Data de acesso 24 de Dezembro de 2009.

⁸³ Para maiores informações sobre os Relatórios dos Trabalhos do Secretariado de Coordenação do Movimento de Não-Alinhamento. Disponível no site: <http://www.nam.gov.za/reports/index.html>. Data de acesso 24 de Dezembro de 2009.

⁸⁴ Ver BASIC DOCUMENTS OF THE XII SUMMIT OF THE NON-ALIGNED MOVEMENT DURBAN, SOUTH AFRICA 2 – 3 SEPTEMBER (1998). Disponível no site: <http://www.nam.gov.za/xiisummit/finaldocument.pdf>. Data de Acesso de 24 de Dezembro de 2009.

⁸⁵ Para maiores informações sobre as Resoluções do Movimento de Não-Alinhamento. Disponível no site: <http://www.nam.gov.za/resolutions/index.html>. Data de acesso 24 de Dezembro de 2009.

pragmatismo, de objetividade no que se refere à concretização de seus postulados, tanto no tocante à cooperação inter-regional, quanto à sua atuação internacional para a reformulação do paradigma internacional em transformação, como igualmente se compõe de três importantes representantes do mundo em desenvolvimento cujas políticas externas compartilham este objetivo global comum, diferindo da composição orgânica do Movimento de Não-Alinhamento, conforme se observará mais detalhadamente nos tópicos do Capítulo 3.

A compreensão, não somente da realidade internacional contemporânea, como igualmente de demais projetos de redesenho internacional, tendo como principal exemplo o desenvolvimento dos trabalhos do Movimento de Não-Alinhamento, faz-se necessário para se lograr vislumbrar as limitações, as potencialidades e as singularidades desta cooperação trilateral sectorial em sede dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como ator internacional, com capacidade de influências nas dinâmicas internacionais e como interlocutor do mundo em desenvolvimento, tendo em vista os imperativos de reformulação deste atual paradigma internacional que se encontra em transformação no século XXI.

A compreensão da emergência de novos atores internacionais, com potencialidades de influência nos contornos do diálogo político e econômico internacional se torna imperativo em razão da construção desta Epistemologia do Sul Global, igualmente visando à construção de Multilateralismo e da Cooperação para o desenvolvimento do Sul, o que leva a considerar o papel do Fórum de Diálogo IBAS como interlocutor do mundo em desenvolvimento.

Em conclusão, trata-se de compreender as dinâmicas das relações internacionais que se apresentam no limiar do século XXI em que se observa uma transformação de seu paradigma, contudo, não há a delimitação de seus elementos definidores deste sistema internacional, em que há a emergência de novos atores internacionais com capacidade de influência nas relações tanto políticas quanto econômicas internacionais, cenário internacional este em que se realizarão os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, principalmente, a sua atuação internacional para a construção de multilateralismo e a promoção e a concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, conforme postulado nos documentos oficiais desta parceria estratégica trilateral.

2.3. Por um novo paradigma de relações internacionais do século XXI: a construção do Fórum BRIC e suas implicações para as dinâmicas globais e para as dinâmicas do Fórum de Diálogo IBAS.

Este sistema internacional, que se encontra em transformação, caminhando para uma estrutura de multilateralismo, também observa a emergência de novos atores internacionais, advindos, principalmente, da divisão epistemológica da dinâmica global, do Sul Global, e que nesta perspectiva, corroboram com a mudança da realidade internacional, em que os países considerados emergentes, como os membros do Fórum de Diálogo IBAS, passam a ter papel importante na esfera das relações internacionais e das dinâmicas econômicas.

Desta forma, é imperativo ressaltar igualmente o papel do Fórum BRIC⁸⁶, que abrange as principais economias emergentes do século XXI, ou seja, Brasil, Rússia, Índia e China, para este redesenho das dinâmicas internacionais de poder, tanto políticas quanto econômicas, o que implica considerar a compreensão do Fórum BRIC⁸⁷ neste sistema internacional em transformação, e suas conseqüências também para o processo de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS em termos de multilateralismo e da cooperação Sul-Sul.

Como também, faz-se necessário destacar o papel das potências econômicas emergentes do Fórum BRIC tanto na recuperação do desenvolvimento da economia internacional⁸⁸, abrangendo o mundo desenvolvido e demais economias emergentes, após a deflagração da última crise financeira internacional de 2008 e a atual crise econômica européia que atinge principalmente os países periféricos de seu processo de regionalização, quanto na perspectiva de se constituírem os principais instrumentos de sustentação do

⁸⁶Ver CRONOLOGIA DO FÓRUM BRIC. Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

⁸⁷ “As freqüentes análises sobre as economias emergentes, sobretudo sobre as de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), devem-se as elevadas taxas de crescimento apresentadas por essas economias a partir de meados da década de 90, que impulsionaram a economia mundial. Nunca antes, na história econômica, países fora do bloco hegemônico, denominado desenvolvido, foram protagonistas do crescimento econômico mundial.” (OLIVEIRA, 2009, P. 11)

⁸⁸ Ver YAMAKAWA, Tetsufumi. AHMED Swarnali. KELSTON, Alex. **BRICs Lead the Global Recovery**. Goldman Sachs Economic Research. P. 01 a 04. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

consumo global⁸⁹, considerando que projeção econômica se fundamenta em sua história de crescimento, da projeção de crescimento da renda per capita dos países do BRIC e, finalmente, de crescimento do peso geoeconômico do Fórum.

Concernente ao papel dos países membros do Fórum BRIC, argumenta-se que há um processo de normalização dos processos econômicos internacionais, projetando-se que o crescimento da demanda doméstica advinda dos mercados econômicos emergentes, em especial os países do BRIC, o que pode se caracterizar como um dos instrumentos da recuperação econômica, fundamentada na exportação de seus produtos, nas economias do mundo desenvolvido nos próximos anos.

Neste contexto da economia internacional (YAMAKAWA, 2005, p. 01), estima-se que o crescimento econômico da China possa implicar a recuperação dos patamares econômicos internacionais, com o retorno global de seu crescimento, em meados do ano de 2010, enquanto países como Brasil e Índia retomarão os índices de crescimento no ano de 2011 e a Rússia com perspectiva de retomada de seu crescimento em 2012, porém, numa perspectiva de um maior crescimento que outras economias emergentes. Embora haja discrepâncias na retomada de crescimento econômico entre os países do Fórum BRIC, projeta-se o maior crescimento destes países, diminuindo as suas diferenças com os índices de crescimento das economias avançadas.

Já, numa perspectiva de contribuição dos países membros do Fórum BRIC como principal instrumento de sustentação do consumo global (YAMAKAWA, 2005, p. 01), é necessário ressaltar que, apesar das dificuldades particulares para a recuperação de suas economias, o aumento no consumo pode ser considerado mais relevante por intermédio da introdução de diferentes bens nos mercados econômicos dos países do BRIC, porém, o baixo índice de crescimento implica que há maior possibilidade de crescimento nos próximos anos a partir da consolidação de seu processo de recuperação econômica.

Numa perspectiva geral, pondera-se também sobre a solidez das economias emergentes dos países do Fórum BRIC⁹⁰ a partir da análise de seus índices de crescimento,

⁸⁹ Ver YAMAKAWA, Tetsufumi. AHMED Swarnali. KELSTON, Alex. **The BRICs as Drivers of Global Consumption**. Goldman Sachs Economic Research. P. 01 a 04. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

⁹⁰ Ver O'NEILL Jim. WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa. STUPNYTSKA, Anna. **How Solid are the BRICs?**. Goldman Sachs Economic Research. GS GLOBAL ECONOMIC WEBSITE. Economic Research from the GS Institutional Portal. Global Economics Paper No: 134. P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

bem como a perspectiva de inclusão destes países no processo de construção das políticas econômicas internacionais, que representaria o redesenho das relações econômicas e das dinâmicas do sistema internacional, porém, argumenta-se em torno da necessidade de uma maior melhoria em suas políticas públicas na construção de suas projeções de desenvolvimento econômico.

Desta forma, este estudo econômico (O'NEIL, 2005, p. 03) destaca o papel das economias emergentes do BRIC com crescente influência global, considerando-as como um peso geoeconômico maior do que a temática de novos mercados emergentes, mas como um essencial elemento ao paradigma moderno da globalização, tendo em vista que os países do BRIC passam a ter a capacidade de exercício desta influência econômica internacional e de serem influenciados por estas dinâmicas econômicas internacionais.

A perspectiva do peso econômico do Fórum BRIC caracteriza-se pelas temáticas da globalização e da interdependência econômica em relação ao mundo desenvolvido, porém, trata-se de uma distinção entre as projeções econômicas e sua concretização na realidade internacional, para que se possa considerar sua participação efetiva nas dinâmicas econômicas globais. O impacto do Fórum BRIC⁹¹ nas dinâmicas da economia internacional pode ser considerado em termos de crescimento do comércio internacional, do desenvolvimento do fluxo de capitais em que estes países passam a acumular grandes reservas internacionais de capital, com especial atenção à China, mas também termos de demanda de energia para a própria sustentabilidade do desenvolvimento econômico dos países do BRIC.

Ao se analisar a perspectiva do mundo em desenvolvimento, os países do Fórum BRIC se destacam não somente pelos seus índices de crescimento econômico, mas também pelo prisma demográfico, com seu respectivo impacto nas demandas globais e nos índices de consumo global, o que influencia igualmente as estratégias econômicas dos países desenvolvidos para adequação a este crescimento do peso geoeconômico do Fórum BRIC.

Numa perspectiva do processo de evolução histórica deste Fórum, o termo BRIC passou a ser cunhado para se referir às economias emergentes, a partir de um Estudo realizado por Jim O'Neill, publicado pela Goldman Sachs, na data de 30 de Novembro de 2001,

⁹¹"A história do BRICs não é simplesmente sobre os sucessos do crescimento de país emergente. O que faz os BRICs especiais é que eles têm a escala e a trajetória de desafiar as maiores economias em termos de influência sobre a economia mundial." (O'NEIL, 2005, p. 07, tradução nossa) "The BRICs story is not simply about developing country growth successes. What makes the BRICs special is that they have the scale and the trajectory to challenge the major economies in terms of influence on the world economy"

trabalho este intitulado *Building Better Global Economic BRICs*⁹², em que se destacam vários aspectos do desenvolvimento econômico destes respectivos países, seu impacto nas relações econômicas internacionais e, especialmente, a sua compreensão pelos países desenvolvidos para a articulação de suas políticas externas e econômicas em relação aos países do Fórum BRIC.

Conforme este estudo econômico, trata-se de compreender o desenvolvimento econômico destes respectivos países e o seu panorama de crescimento econômico para o século XXI, bem como, consoante o prognóstico daquele momento internacional, destacava-se que nos anos de 2001 e de 2002, os índices reais do GDP (Gross Development Product) de crescimento no tocante às grandes economias de mercado emergentes sobrepujariam os índices econômicos dos países membros do G-7 (as setes economias mais desenvolvidas do mundo).

Neste sentido, destacavam-se igualmente nestes parâmetros do estudo⁹³ índices do ano de 2000 em que os percentuais em dólares, num índice de PPP (Purchasing Power Party) destes países mencionados no trabalho eram de 23.3% do índice mundial e ao se ter somente este índice de GDP, naquele momento da realidade internacional, os países do BRIC abrangiam 8% do parâmetro mundial, o que predizia um panorama de maior importância do BRIC, com especial atenção à China, em relação à sua consequência econômica global, bem como à construção das políticas econômicas de Brasil, Rússia, Índia e China.

Este respectivo panorama do desenvolvimento econômico dos países do Fórum BRIC também significa a perspectiva de redefinição dos fóruns econômicos internacionais de forma a realizar a incorporação dos países do BRIC no processo de construção das decisões econômicas mundiais, o que viria a ocorrer no ano de 2009, em que o G-8 passou a ser substituído pelo G-20, abrangendo as principais economias emergentes, e que neste caso, inclui os países membros do Fórum BRIC.

⁹² Ver O'NEIL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 66. P. 1-16. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 em Janeiro de 2010.

⁹³ O'NEIL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 66. P. 1-16. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 02.

Em sede deste trabalho econômico⁹⁴, em que se delineam os novos contornos da realidade internacional do século XXI, há a abordagem de quatro possíveis panoramas econômicos para a próxima década em razão da emergência das economias dos países membros do Fórum BRIC e sua correlação com o mundo desenvolvido, fundamentando-se este estudo a partir dos números econômicos apresentados nos anos de 2001 e de 2002.⁹⁵

O primeiro cenário econômico do estudo procura abordar uma simples projeção do crescimento do produto interno bruto, em valor nominal, conforme os índices de 2000, para no ano de 2010, concluindo que a China seria a quinta maior economia do mundo. O segundo cenário econômico traça projeções das estimativas de desenvolvimento econômico, tomando como referências demais índices econômicos e modelos econômicos de análise.

O terceiro cenário busca as mesmas projeções de crescimento, porém, de forma contínua, sem maiores mudanças do panorama econômico internacional, nos dez anos seguintes deste estudo. E, finalmente, o quarto cenário delinea os índices de crescimento dos países do Fórum BRIC para o ano de 2011, com a perspectiva de aumento do peso econômico internacional destes países a partir dos elementos de pesquisa analisados quando da elaboração do estudo.

Trata-se de compreender o crescimento do peso geoeconômico dos países do Fórum BRIC, com a formulação de recomendações de expansão das políticas globais de economia por intermédio da inclusão destes países no processo de construção das decisões econômicas internacionais para que o mundo desenvolvido possa melhor se adequar às relações econômicas internacionais em razão da inserção internacional dos países do Fórum BRIC.

Em razão deste estudo econômico, argumenta-se que estas projeções de crescimento geoeconômico dos países do BRIC implicam importantes conseqüências na articulação das políticas econômicas, fiscais e monetárias internacionais, o que se faz necessária a concretização de uma cooperação político-econômica internacional para maior representatividade das relações econômicas internacionais. Numa análise individual das

⁹⁴ O'NEIL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 66. P. 1-16. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro em 2010. P. 04.

⁹⁵ O'NEIL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 66. P. 1-16. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro em 2010. P. 04.

economias emergentes do BRIC⁹⁶, argumenta-se em torno das perspectivas de interesses específicos dos países em estudo, em termos das dinâmicas políticas e econômicas globais. Para Rússia, argüi-se acerca da sua participação regular da Cúpula do G-8 (as setes maiores economias mais a Rússia) e de sua importância geoeconômica em razão de sua produção de petróleo.

Para o prisma estratégico do Brasil, pondera-se acerca de sua importância geopolítica em relação a sua inserção na América Latina, tornando-se um parceiro econômico mais aceitável em razão de sua aproximação com os Estados Unidos e Europa. Para a perspectiva da China, apesar de seu grande progresso econômico, há diferenças em relação ao atual G-7 em termos de modelo social e o pouco desenvolvimento do mercado chinês de capitais, porém, a sua participação torna-se importante para a apreciação da economia internacional. E, finalmente, para a perspectiva da Índia, trata-se de sua inclusão à discussão da Cúpula do G-8 em razão de seu tamanho territorial, de sua população, e de sua potencialidade geopolítica e geoeconômica para que se possam desenvolver novas dinâmicas nas relações econômicas internacionais.

Numa perspectiva histórica, há de se verificar a publicação do trabalho de Dominic Wilson e Roopa Purushothaman, na data de 01 de Novembro de 2003, estudo este intitulado *Dreaming with BRICs: the path to 2050*⁹⁷ em que se destacam os postulados referentes ao desenvolvimento econômico dos países de Fórum BRIC, e o panorama de sua influência nas dinâmicas econômicas internacionais no século XXI.

Conforme este trabalho de 2003, há a perspectiva de que nos próximos cinquenta anos as economias emergentes dos países do Fórum BRIC poderão se constituir uma grande força econômica na esfera das relações econômicas internacionais, a partir de suas projeções demográficas, de seus modelos de acumulação de capital e crescimento da produtividade, utilizados no desenvolvimento deste estudo econômico, por intermédio de projeção da renda per capita e dos movimentos econômicos.

Concernente aos resultados deste estudo econômico de 2003 (WILSON, PURUSHOTHAMAN, 2005, p. 03), reitera-se que caso haja um progresso constante, sem

⁹⁶ O'NEIL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 66. P. 1-16. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 10.

⁹⁷ WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming with BRICs : the path to 2050**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010 .

maiores discrepâncias no desenvolvimento econômico dos países do Fórum BRIC, estas economias emergentes poderiam corresponder a metade do tamanho das economias dos seis maiores países desenvolvidos no ano de 2025 e para o ano de 2050, o panorama aparentemente indica a superação destas seis economias desenvolvidas em termos de índices de dólar pelas economias do BRIC, tomadas em seu conjunto, e somente Estados Unidos e Japão poderiam ser incluídas no grupo das seis maiores economias mundiais no ano de 2050, porém, o índice das economias dos países do BRIC naquele momento da realidade internacional correspondiam a menos de 15% nesta comparação.

Os parâmetros deste trabalho de 2003 tomam em consideração suas projeções de manutenção das políticas econômicas e do desenvolvimento de suas instituições políticas e econômicas dos países do Fórum BRIC, ao se ponderar que cada país possui individuais desafios a superar para a sustentabilidade de seu desenvolvimento econômico, o que implica haver cenários econômicos distintos daqueles concebidos neste estudo econômico, porém, caso as projeções econômicas se mantenham, poderá haver grandes implicações nas relações econômicas internacionais.

Desta forma, destaca-se o argumento de que a importância geoeconômica dos países do BRIC como um novo instrumento de demanda de crescimento e de poder geopolítico pode significar grande influência na economia internacional, em razão do maior crescimento destas economias emergentes, do impacto da população em crescimento e do menor crescimento das economias desenvolvidas, ao se considerar que haverá maior demanda de capital, maior peso do BRIC no perfil de investimentos internacionais, sendo que o fluxo de capital se destinará a estas economias emergentes, promovendo seu realinhamento destes países, o que se tornou realidade com o advento do Fórum de Diálogo IBAS no ano de 2003 e do Fórum BRIC no ano de 2009.⁹⁸

Como consequência, faz-se necessário maior investimento e envolvimento em cooperação com as economias emergentes do Fórum BRIC, como importante escolha estratégica diante das dinâmicas econômicas internacionais que se apresentam a partir da

⁹⁸ Ver OPPENHEIMER, Peter O'NEILL, .Jim MOE, Timothy. MATSUI, Kathy. KOSTIN, David J.. MOSER, Gerald. LING,.Anthony FORREST,.Sarah HOWARD, Andrew. **The BRICs Ni fty 5 0: The EM & DM winners**. .P. 1 a 36. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

inserção destes países emergentes na economia internacional, ao se ter como parâmetros⁹⁹ o peso econômico, o crescimento econômicos, os índices de investimento e de crescimento demográficos, as demandas por parceiras globais e os movimentos do fluxo econômico internacional, bem como as individuais projeções de crescimento econômicos dos países do Fórum BRIC¹⁰⁰.

Todavia, é imperativo ressaltar a perspectiva da África do Sul¹⁰¹, que neste primeiro momento não faz parte dos países do Fórum BRIC em análise, mas sua compreensão em sede deste estudo econômico se verifica em razão dos desafios do continente africano para a sua inserção nas relações econômicas internacionais, abrangendo projeções demográficas, a dimensão da força de trabalho, a problemática da saúde em sede da epidemia de AIDS/HIV e projeções dos índices de crescimento econômico.

Em sede destas projeções para as quatro economias emergentes do BRIC, estabelecem-se condições materiais¹⁰² para a garantia do sólido crescimento econômicos dos países do Fórum BRIC em termos de construção de políticas macroeconômicas e de sólido panorama macroeconômico, de estabilidade e de fortalecimento das instituições políticas, de maior abertura ao comércio internacional e ao investimento estrangeiro direto, como importantes elementos para o sucesso de desenvolvimento econômico e, finalmente, de maior patamar de educação, contribuindo para um maior crescimento econômico e de alcance dos patamares sócio-econômicos do mundo desenvolvido.

Argumenta-se em torno dos desafios ao desenvolvimento econômico do Brasil¹⁰³ em razão de seu menor índice em comparação com as demais economias emergentes do Fórum BRIC, referindo-se à necessidade de estabilidade macroeconômica, à sua abertura aos

⁹⁹ WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming with BRICs : the path to 2050**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 04-05.

¹⁰⁰ WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming with BRICs: the path to 2050**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 10.

¹⁰¹ WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming with BRICs: the path to 2050**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 11.

¹⁰² WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming with BRICs: the path to 2050**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 14..

¹⁰³ WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming with BRICs: the path to 2050**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 15.

mercados econômicos internacionais, aos baixos índices de investimento e de poupança, ao grande volume da dívida pública e da dívida internacional.

Como também, trata-se de compreender os impactos da ascendência¹⁰⁴ das economias emergentes dos países do BRIC ao se ter em consideração os parâmetros de sua inserção geográfica no tocante à perspectiva de que demais vizinhos a estes países podem se beneficiar das oportunidades de crescimento dos países do BRIC, e de que três das quatro economias emergentes se encontram na Ásia, fato este que corrobora para a configuração da importância geopolítica desta região, especialmente, a emergência da China com significativo impacto nas oportunidades internacionais asiáticas e, finalmente, que um forte crescimento sustentado das economias do BRIC pode implicar similar influência em seus maiores parceiros comerciais.

Nos anos de 2006 a 2009, houve a realização de quatro reuniões dos Ministros das Relações Exteriores do Fórum BRIC, às margens da 61^o, da 62^o, da 63^o e da 64^o Sessões Anuais da Assembléia Geral da ONU, sendo que estas reuniões se verificaram na data de 24 de Setembro de 2006, de 2007, de 2008 e de 2009, ficando acordando que estes encontros entre os Chanceleres dos países membros do Fórum BRIC deveriam se realizar de forma anual, exatamente à margem das Sessões Anuais da Assembléia Geral de ONU.

Em comunicado de imprensa¹⁰⁵ apresentado na data de 25 de Setembro de 2009, destaca-se a reunião dos países do BRIC na Residência Oficial da Missão Diplomática Brasileira junto às Nações Unidas, que contou com as presenças de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, do Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, do Ministro das Relações S.M. Krishna, e o embaixador Liu Zhenmin, representante do Ministro das Relações Exteriores da China. Este encontro deu prosseguimento ao processo iniciado em 2006 quando da realização do Encontro dos Ministros em paralelo à abertura da 61^o Sessão Anual da Assembléia Geral da ONU, cujos trabalhos serão desenvolvidos quando da realização da I Cúpula do BRIC na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia na data de 16 de Junho de 2009.

¹⁰⁴ WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming with BRICs: the path to 2050**. Goldman Sachs Economic Research. Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 16.

¹⁰⁵ Ver COMUNICADO DE IMPRENSA DA IV REUNIÃO DOS CHANCELERES DOS BRIC - BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA - NOVA YORK, 24 de setembro de 2009. (2009). Nota à Imprensa nº 478. 25 de setembro de 2009 da Assessoria de Imprensa do Gabinete de Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. .Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

Em sede deste encontro dos representantes dos países do Fórum BRIC, houve um intercâmbio de visões sobre os resultados da I Reunião, quando da realização da Conferência da ONU sobre Mudança Climática, e da realização da Reunião do G-20 na Cidade de Pittsburg, como também, no tocante aos postulados de cooperação energética e sobre as possibilidades de realização da II Reunião de Cúpula do Fórum BRIC. Como também, acordou-se acerca da realização de um Fórum Empresarial e de Conferência de Especialistas a serem organizados em paralelo a esta II Cúpula do Fórum BRIC e acerca do encontro entre os Ministros da Agricultura dos respectivos países e entre institutos de estatísticas dos quatro países também a ser realizados quando desta verificação da II Cúpula.

Houve também, neste processo de desenvolvimento histórico do Fórum BRIC, a publicação do trabalho de Jim O'Neil, trabalho este intitulado *BRICs and Beyond*¹⁰⁶ na data de 23 de Novembro de 2007, que se trata de uma coletânea de artigos deste autor sobre o Fórum BRIC. Em sede deste trabalho¹⁰⁷ de Jim O'Neil, de 2007, como uma coletânea de artigos de diversos autores, trata-se da abordagem da evolução do desempenho económicos dos países do BRIC auferido neste período de seis anos deste a publicação do seu artigo *Building Better Global Economic BRICs*, em que equidade de mercado pode ser considerado como um importante valor no crescimento económico destes países ao longo do anos e cuja performance no marco desta equidade de mercado é uma das realizações do peso geoeconómico dos países do BRIC.

Todavia, argumenta-se em torno da capacidade de desenvolvimento económico da Rússia em comparação aos índices de crescimento dos demais países do BRIC, bem como da limitação da infra-estrutura da Índia como obstáculo ao seu desenvolvimento, do desenvolvimento económico do Brasil também para possa se figurar como uma economia emergente do BRIC e, finalmente, da perspectiva de China e Índia para se tornarem grandes potências políticas e económicas no século XXI.

Conseqüentemente, há de se considerar a perspectiva de outros países que possam contribuir com a mudança das relações económicas internacionais, com uma nova denominação de N-11, ou seja, identificam-se outras economias consideradas em

¹⁰⁶ O'NEIL, Jim. *BRICs and Beyond*. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America. 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹⁰⁷ O'NEIL, Jim. *BRICs and Beyond*. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America. 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 06-07.

desenvolvimento, sob o critério de países com grande população, que podem ter um impacto similar ao Fórum BRIC nas dinâmicas internacionais, referindo-se a grupo diverso composto por Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coreia do Sul, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnã e também o GCC¹⁰⁸, incluindo Bahrem, Kuwait, Omã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos com grande capacidade deste último grupo de desenvolvimento econômico em razão das dinâmicas regionais, da disponibilidade de recursos econômicos à sua disposição e da demanda global por energia.

Trata-se de uma compreensão da realidade econômica internacional mais ampla do que a emergência dos países do BRIC, como também a análise de suas potencialidades e limitações ao seu desenvolvimento econômico, para além da ascensão de outras economias que também podem contribuir para o redesenho do sistema internacional, podendo se pautar pelo multilateralismo e pela emergência de novos pólos econômicos.¹⁰⁹

Este trabalho econômico divide-se em três seções em que se discutem temas relacionados, primeiramente aos países do BRIC¹¹⁰ com a abordagem de limitações e de potencialidades de desenvolvimento econômico dos mesmos, em segundo lugar, aos países inseridos no Grupo N-11¹¹¹ e do Grupo GCC¹¹², com igual abordagem de suas perspectivas econômicas e, finalmente, à abordagem do impacto geoeconômico dos países do Fórum BRIC¹¹³ como novos mercados globais. No marco deste tópico, será conferida a maior atenção aos países membros do Fórum BRIC. Em sede do estudo econômico dos países do

¹⁰⁸ Ver AKARLI, Ahmet O. **The GCC Dream: Between the BRICs and the Developed World**. Goldman Sachs Economic Research. P. 1-20. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹⁰⁹ “Vale salientar que, mesmo com os avanços em seus hiatos tecnológicos, os países do BRIC (incluindo a China que diminuiu seus hiatos de forma exponencial) ainda estão longe dos padrões de capacitação tecnológica dos países desenvolvidos que, se por um lado reforça a permanência de suas fragilidades tecnológicas, por outro lado, abre espaço para a manutenção de progressos que podem representar mais oportunidade de crescimento e desenvolvimento.” (JÚNIOR, 2008, P. 164)

¹¹⁰ O’NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 09 a 128.

¹¹¹ O’NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 129 a 164.

¹¹² O’NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 165 a 182.

¹¹³ O’NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 183 a 269.

BRIC, argumenta-se em torno da Índia¹¹⁴ com suas potencialidades de crescimento, de aumento da produtividade numa projeção para a próxima década, e perspectivas para 2050, justificando-se pela contribuição deste país, cada vez maior, para o crescimento da economia internacional.

Em virtude destas projeções econômicas, argumenta-se em torno dos fatores econômicos que impulsionam o desenvolvimento econômico da Índia, no que se referem ao aumento da eficiência da iniciativa privada, em razão do aumento do comércio internacional, mas também ao crescimento do setor financeiro e à realização de investimentos para o desenvolvimento de tecnologias de comunicação.

Os fatores de produção como terra, capital e trabalho têm sido transferidos de uma agricultura de baixa produtividade para setor industrial de alta produtividade e de serviços, tornando-se elementos dinâmicos que fundamentam o crescimento da produtividade, o que leva em consideração a abertura do comércio, estabelecimento de créditos mais acessíveis, investimento em tecnologia, a necessidade de construção de infra-estrutura.

O dinamismo do crescimento econômico da Índia, conforme este estudo¹¹⁵, verifica-se com fundamento na indústria e no setor de serviços, levando em consideração o processo de urbanização e de grande migração do campo para as grandes cidades, cuja estabilidade econômica se baseia no controle da inflação, da dívida pública e da dívida externa e cujas condições macroeconômicas se referem à realização de investimentos, à abertura de seu mercado, ao capital humano, às condições políticas e à sua capacidade tecnológica.

Neste sentido, há igualmente um estudo sobre a emergência de oportunidades quanto ao processo de urbanização da Índia¹¹⁶ em que se delineiam os custos e os benefícios deste fenômeno de urbanização para o desenvolvimento econômico deste país numa projeção de uma economia emergente do Fórum BRIC, em termos de construção de sua infra-estrutura, do incremento de seu comércio tanto para o mercado interno quanto para o mercado

¹¹⁴ "Desde 2003, a Índia tem sido uma das grandes econômicas de rápido crescimento, implicando a um rápido aumento da renda per capita, da demanda e de integração com a economia global." (PODDAR, 2007, p. 11, tradução nossa) "Since 2003, India has been one of the fastest-growing major economies, leading to rapid increases in per capita income, demand and integration with the global economy"

¹¹⁵ PODDAR, Tushar. YI, Eva **India's Rising Growth Potential**. P. 10 a 26. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 19.

¹¹⁶ KIM, Sun Bae. LIANG, Hong. Poddar, Tushar. Fung, Enoch. Qiao, Helen (Hong) . Song, Yu. TAN, Mark. Yi, Eva. **India's urbanization: Emerging opportunities**. Asia Economics Analyst. Issue No: 07/13. Goldman Sachs Economic Research.. P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010

internacional, da concretização dos serviços públicos de transporte, de saneamento e de distribuição de água.

Como também, pondera-se em torno de necessidade de realização de mudanças para o desenvolvimento econômico da Índia¹¹⁷ no que diz respeito à melhoria da governança de suas instituições políticas e econômicas, à melhoria do patamar de educação pública, com o aumento da quantidade e da qualidade de suas universidades, ao controle da inflação mais uma vez, à introdução de uma política de controle fiscal, à necessidade de liberalização de seus mercados financeiros, à necessidade de aumento de intercâmbio comercial com seus países vizinhos, à necessidade de aumento da produtividade de seu setor da agricultura, novamente, à necessidade de melhoria de seu sistema de infra-estrutura e, finalmente, à necessidade de proteção ambiental para um desenvolvimento econômico sustentável. Conclui-se, portanto, pela perspectiva de que a Índia poderá contribuir, em razão de suas potencialidades, para o desenvolvimento da economia internacional.

Concernente à perspectiva da Rússia¹¹⁸, cuja categoria na esfera internacional se torna igualmente difícil de definição, de uma superpotência, ou de país de segundo mundo, e uma potência econômica emergente conforme o atual discurso econômico global, argumenta-se em torno da transição política de seu governo para a administração de Putin, bem como de seu colapso econômico à recuperação de seu crescimento e de construção de sua estabilidade política, em razão de sua capacidade de exploração de petróleo, de investimento externo, e de investimento estatal na construção de infra-estrutura, o que também influi na construção da projeção macroeconômica do Fórum BRIC.

Concernente à China¹¹⁹, tem-se a perspectiva das dinâmicas de sua força de trabalho, principalmente, em razão do crescente número de idosos em sua população, bem como da

¹¹⁷ Ver O'NEILL, Jim. PODDAR, Tushar. **Ten Things for India to Achieve its 2050 Potential**. Global Economics Paper No: 169. GS GLOBAL ECONOMIC WEBSITE Economic Research from the GS Institutional Portal.. Goldman Sachs Economic Research.. P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹¹⁸ "A forte performance econômica e recuperação financeira da Rússia nos últimos oito anos devem-se muito ao aumento do preço do petróleo e uma extremamente favorável correlação com o alto crescimento global." (MACFARQUHAR, 2007, P. 39, tradução nossa) "Russia's strong economic performance and financial recovery over the last eight years owes a lot to rising oil prices and the extremely favourable tail-winds from high global growth." "A forte performance econômica e recuperação financeira da Rússia nos últimos oito anos devem-se muito ao aumento do preço do petróleo e uma extremamente favorável correlação com o alto crescimento global." (MACFARQUHAR, 2007, p. 39, tradução nossa)

¹¹⁹ QIAO, Helen (Hong). **Will China Grow Old Before Getting Rich?** P. 47 a 58. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007 Goldman Sachs Economic Research. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

realização de seu controle de natalidade com a política de um filho único por casal, o que implica num baixo percentual de crescimento demográfico. Como também, pondera-se acerca do processo de acumulação de capital humano, da produtividade industrial num processo de crescimento contínuo, e da construção de projeções do crescimento econômico a partir do complexo de fatores referentes à transição demográfica, ao seu capital humano em construção, à força de trabalho advinda do setor da agricultura.

Todavia, argumenta-se em torna da formulação de políticas públicas a serem adotadas pela China¹²⁰, para o fortalecimento de seu processo de desenvolvimento, políticas estas que dizem respeito da expansão da educação pública, facilitação do processo de migração de sua população rural, reforma do sistema de aposentadoria, bem como se têm em consideração as temáticas do seu dinamismo econômico com influência regional e no desempenho de G-7, de consolidação de seu mercado interno a partir da instalação de empresas multinacionais no país.

Em termos do fortalecimento do investimento interno da China, argüi-se em torno da problemática da deflação, da inequidade das estatísticas sobre o consumo interno de serviços, da necessidade de maior acumulação de capital financeiro¹²¹ para gerenciar a própria sustentabilidade de seu processo de desenvolvimento econômico, da necessidade de retorno deste investimento interno, do fortalecimento de seu sistema bancário, da concretização da equidade de seu mercado interno.

Com relação ao Brasil¹²², destaca-se a existência de limitações ao processo de desenvolvimento econômico em termos de baixo percentual de investimento e de poupança que deverá ser solucionado com a melhoria das políticas públicas de ajustes fiscais, mas também deverá haver maior abertura aos mercados econômicos internacionais, maior qualidade da educação para construção de melhor capital humano e realização de reformas

¹²⁰ LIANG, Hong. **China's Investment Strength Is Sustainable**. P. 59 a 72. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America Goldman Sachs Economic Research. 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹²¹ GARZARELLI, Francesco. LAWSON, Sandra. VAKNIN, Michael. SHENG, Zhong. XU, TengTeng. **Bonding the BRICs: The Ascent of China's Debt Capital Market**. P. 183 a 203 IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹²² LEME, Paulo. **The BRICs: Unlocking Brazil's Growth Potential**. P. 73 a 84. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

estruturais para a melhoria das instituições políticas e econômicas, visando o aumento do fator total da produtividade.

Numa projeção de crescimento de 5% da economia do Brasil¹²³, delineam-se propostas deste estudo, para a realização deste índice de crescimento, em termos de aumento do percentual dos índices de investimento e de poupança para 25% do produto interno bruto do Brasil, de realização de reformas de seguridade social, da reforma do problema fiscal, da implementação de uma abrangente redução da carga tributária, de realização de investimento em infra-estrutura, de redução mais efetiva da inflação, do aprofundamento do setor de crédito para financiamento da iniciativa privada, de realização de reforma constitucional para concretização da autonomia do Banco Central, da liberalização comercial, de realização de acordos comerciais multilaterais, da implementação da reforma trabalhista.

Como também, há de se verificar outras medidas para a efetivação do desenvolvimento econômico do Brasil neste estudo, para que se possa lograr uma maior inserção internacional em sede do Fórum BRIC, no tocante à melhoria da qualidade e da eficiência do serviço público de educação, ao fortalecimento das agências reguladoras com maior transparência e autonomia técnica, à privatização de serviços públicos, à implementação de garantia da concorrência e da desregulamentação, à reforma do sistema judicial e, finalmente, à reforma política para maior eficiência e redução da corrupção.¹²⁴

Ao se considerar a perspectiva do desenvolvimento histórico do Fórum BRIC, é imperativo ressaltar que, nas datas de 10 e 11 de Março de 2008, houve a realização da I Reunião dos Vice-Ministros do Fórum BRIC na cidade de Rio de Janeiro. Nas datas de 15 e 16 de Maio de 2008, houve a realização da I Reunião Ministerial do Fórum BRIC na Cidade de Ecatimburgo, na Rússia, em que houve a articulação da Declaração Conjunta do Fórum sobre Segurança Alimentar, a qual viria a ser adotada quando da realização da I Cúpula do Fórum BRIC, aproximadamente, um ano após esta reunião ministerial.

¹²³ LEME, Paulo. **The .B. In Brics: Unlocking Brazil's Growth Potential**. P. 73 a 84. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010. P. 82.

¹²⁴ "Todavia, progresso tem sido modesto em algumas áreas, particularmente, nas políticas fiscais e comerciais, enquanto a dívida pública, a carga de tributos e abrangente qualidade da política fiscal permaneceram o grande entrave para o crescimento." (LEME, 2007, p. 84, tradução nossa) "However, progress has been modest in some areas, particularly on fiscal and trade policies, while the public debt, the tax burden and the overall quality of fiscal policy have remained a major drag on growth."

Em sede desta I Reunião Ministerial, trabalha-se em torno desta Declaração sobre segurança alimentar¹²⁵ a qual ressalta que as flutuações dos preços mundiais de alimentos, em conjunto com a crise financeira internacional constituem uma ameaça à concretização da segurança alimentar mundial e conseqüentemente o flagelo da fome e da desnutrição podem representar um obstáculo ao cumprimento da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sendo necessária uma ação resoluta de todos os governos e das instituições internacionais competentes.

Neste sentido, argüi-se a necessidade de cooperação entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos no postulado da segurança alimentar, conforme o princípio de responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, cooperação esta em que os países desenvolvidos devem disponibilizar apoio tecnológico e financeiro aos países em desenvolvimento na área de produção de alimentos, enquanto os países do BRIC reconhecem as várias iniciativas nessa área em sede da ONU e de suas agências especializadas, reafirmando o seu compromisso para a contribuição aos esforços de superação da crise alimentar internacional.

Trata-se de um indispensável entendimento, completo e claro, das causas do problema da fome mundial, em que intentos de explicação do aumento de preços mundiais em razão de aumento do consumo nos países em desenvolvimento podem ser considerados como obstáculos às verdadeiras causas, que são de natureza complexa e multifacetada, abrangendo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Como também, a temática da mudança climática e dos desastres naturais pode ter implicações diretas na questão da segurança alimentar, em virtude das transformações das condições agro-ecológicas, e se afirma que a crise econômica e financeira internacional no momento atual também implica negativamente na segurança alimentar em razão da diminuição dos recursos financeiros disponíveis para o setor agrícola.

Neste contexto, argumenta-se que a restrição aos mercados e a existência de subsídios dos países desenvolvidos são elementos distorcivos do comércio internacional, que impossibilitaram o desenvolvimento da capacidade de produção de alimentos em países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que as condições do mercado global não criaram

¹²⁵ Ver DECLARAÇÃO CONJUNTA DO BRIC SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR. (2009). Disponível no site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

incentivos adequados à expansão da produção agrícola nestes mesmos países emergentes, ou de menor desenvolvimento relativo, os quais se tornaram grandes importadores de produtos alimentares.

Como também, afirma-se a importância dos desafios e oportunidade postos pela produção e pelo uso de biocombustíveis, não somente em relação à segurança alimentar, mas também à segurança energética e à necessidade do desenvolvimento sustentável, o que implica na construção de um mecanismo de cooperação internacional para a revisão e a reavaliação das repercussões a longo termo do desenvolvimento da energia a ser produzida pela biomassa e para o auxílio do desenvolvimento de políticas adequadas.

Desta forma, os países membros do Fórum BRIC afirmam com o compromisso com o intercâmbio de experiências em termos de tecnológica de biocombustíveis, de normas e de regulações com a finalidade de garantia da produção e do uso dos mesmos, de forma sustentável, conforme os três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja, os parâmetros sociais, econômicos e ambientais, ao se ter em consideração o imperativo de alcance e de manutenção da segurança alimentar global.

O paradigma dos biocombustíveis sustentáveis constitui um instrumento importante para a inclusão social e a distribuição de renda, com especial atenção, em relação às áreas rurais empobrecidas de países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, região esta onde está situada a maior parte da fome mundial. Assim, é necessário constituir uma ação coordenada para a realização destas medidas, em que a comunidade internacional impescinde de uma implementação de uma estratégia abrangente para a resolução deste problema mundial.

Nesta perspectiva, os países membros do Fórum BRIC reconhecem os resultados dos relevantes fóruns internacionais, em especial, da Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial¹²⁶, realizada em Roma, bem como do Fórum Mundial de Grãos, realizado na cidade de São Petersburgo¹²⁷, com a conclamação de todos os Estados interessados e organizações internacionais para a realização da implementação das medidas adotadas neste Fórum Mundial.

¹²⁶ Para maiores informações sobre a Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial, ver site: https://www.fao.org.br/dma_msgDG.asp. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

¹²⁷ Para maiores informações sobre Fórum Mundial de Grãos, ver site: <http://www.grain-forum.com/>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

Assim, faz-se necessário garantir a segurança alimentar através de um mercado mundial e de um sistema internacional de comércio, que sejam funcionais para os alimentos e para a agricultura, fundamentados nos princípios da justiça e da não discriminação, o que implica a concretização da Rodada de Doha da OMC, de forma a formulação de soluções tomadas em consenso para as reduções radicais de subsídios agrícolas, os quais podem ser considerados como distorcivos às condições de comércio e impeditivos ao aumento da produção agrícola pelos países em desenvolvimento.

O Fórum BRIC compromete-se a uma oposição ao protecionismo a partir da construção de um regime internacional justo para o comércio agrícola com incentivos aos produtores dos países em desenvolvimento para seu engajamento na produção. Neste sentido, os países membros do Fórum BRIC afirmam seu apoio a uma adoção de um conjunto de medidas de médio a longo prazo para resolução da problemática da segurança alimentar.

Estas medidas podem compreender a alocação de recursos e assistência para o setor agrícola pelos canais dos respectivos orçamentos nacionais e instituições de desenvolvimento internacionais, principalmente para agricultura familiar, considerada como fonte principal de produção de alimentos, bem como através de inovações tecnológicas e cooperação internacional para seus habitantes no setor agrícola dos países em desenvolvimento e aumento de sua produtividade, da elevação da qualidade da infra-estrutura agrícola, aprimoramento do intercâmbio de conhecimento e de biocombustíveis sustentáveis, acesso nacional e internacional maior a alimentos por políticas apropriadas e sistemas de distribuição, intercâmbio de melhoras práticas dos programas de distribuição pública, fornecimento de recursos financeiros e tecnológicos aos países em desenvolvimento para a implementação plena das medidas de adaptação voltadas para a minimização dos impactos da mudança climática sobre a segurança alimentar.

Na data de 09 de Julho de 2008, verificou-se a Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Fórum BRIC por ocasião da realização da Cúpula do G-8 em Hokkaido, no Japão. Nas datas de 07 de Novembro de 2008 e de 13 de Março de 2009, houve a realização de dois Encontros de Ministros de Finanças do Fórum BRIC, primeiramente na Cidade de São Paulo e posteriormente na cidade de Horsham. Nas datas de 28, 29 e 30 de Maio de 2009, houve a realização da Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pela Temática da Segurança na Cidade de Moscow.

Na data de 16 de Junho de 2009, na Cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, houve a realização da I Cúpula Presidencial do Fórum BRIC em que se firmou um comunicado conjunto dos Líderes dos Países do Fórum BRIC¹²⁸ com a abordagem da situação atual da economia global e outros temas prementes de desenvolvimento global, e também perspectivas para o fortalecimento da cooperação no âmbito de desenvolvimento deste Fórum,, bem como a verificação do desenvolvimentos dos trabalhos quando da realização da II Cúpula do Fórum BRIC no Brasil da data de 16 de Abril de 2010, com a firma da Declaração Conjunta da II Cúpula Presidencial do BRIC.¹²⁹

Em sede destes documentos oficiais das Cúpulas Presidencial do Fórum BRIC, destacam-se diversos postulados sobre o imperativo de redesenho das estruturas globais de poder, tanto políticas, quanto econômicas, para que se possam refletir as novas circunstâncias da realidade internacional.

Em termos das dinâmicas econômicas internacionais, destaca-se o papel central desenvolvido pelos trabalhos das Cúpulas do G-20, neste caso, referindo-se ao grupo das maiores economias do mundo, no tocante às ações políticas tomadas para reverter a crise financeira internacional, bem como se estabeleceram a concretização da cooperação, da coordenação de políticas e do diálogo político na abordagem dos assuntos econômicos e financeiros internacionais.

Destaca-se também o postulado da necessidade da ação vigorosa de todos os Estados e de organismos internacionais competentes para a completa implementação das decisões adotadas quando da realização da Cúpula do G-20 na Cidade de Londres na data de 02 de Abril de 2009, e conseqüentemente, argüi-se a cooperação entre os países membros do Fórum BRIC para a garantia de maior progresso de ações coletivas em sede da Cúpula do G-20 realizada na cidade de Pittsburgh na data de 26 de setembro de 2009, com expectativas de um resultado positivo da Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Econômica e Financeira

¹²⁸ Ver COMUNICADO CONJUNTO DOS LÍDERES DOS PAÍSES BRIC. (2009). Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹²⁹ Ver COMUNICADO CONJUNTO DA II CÚPULA DO BRIC (2010). Disponível no site: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/comunicado-ii-cupula-bric/view>. Data de Acesso em 10 de Agosto de 2010.

Mundial e seu Impacto sobre o Desenvolvimento¹³⁰ realizada na Cidade de Nova York entre os dias 24, 25 e 26 de Junho de 2009.

Há também, neste panorama histórico, o compromisso com a promoção da reforma das instituições financeiras internacionais para que possam se adequar às novas circunstâncias da realidade econômica internacional, ao se argumentar que as economias emergentes devem obter uma representatividade maior, uma voz mais ativa no processo de tomada de decisões em sede das instituições financeiras internacionais, cujos diretores e líderes deveriam ser escolhidos sob a observância dos princípios de seleção aberta, de transparência e de fundamento no mérito.

Como também, argüi-se a necessidade de constituição de um sistema monetário internacional, que seja pautado por sua estabilidade, previsibilidade e sua diversificação, ao lado da reforma da arquitetura financeira e econômica mundial a partir da implementação de princípios de tomada de decisões e de processo de implementação democráticos e transparentes nas organizações financeiras internacionais, de construção de um arcabouço jurídico sólido, de compatibilidade de atividades de instituições regulatórias nacionais efetivas e órgãos internacionais de definição de padrões e de fortalecimento de gerenciamento de risco e de práticas de supervisão.

Concernente às relações comerciais internacionais, reconhece-se o importante papel desempenhado pelo comércio internacional e pelos investimentos estrangeiros diretos na recuperação econômica mundial, argumentado pela cooperação internacional para o aperfeiçoamento do ambiente mundial para o comércio internacional e para o investimento, em termos da estabilidade do sistema multilateral de comércio, da redução do protecionismo comercial, e do impulso aos resultados abrangentes e equilibrados para a Agenda de Desenvolvimento de Doha, da OMC.

Com relação aos países mais pobres afetados pela crise financeira internacional, argüi-se a necessidade de intensificação dos esforços a fim de prover liquidez para esses países, com uma ação da comunidade internacional para minimização do impacto da crise sobre o desenvolvimento e para a garantia da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como os países desenvolvidos deveriam destinar 0,7% de seu Produto

¹³⁰ Para maiores informações sobre a Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Econômica e Financeira Mundial e seu Impacto sobre o Desenvolvimento, ver site: <http://www.unric.org/pt/novedades-desenvolvimento-economico-e-social/24204>. Data de Acesso de 12 em Dezembro de 2009.

Nacional Bruto à Assistência Oficial para o Desenvolvimento, e convalidar os esforços adicionais para aumentar a assistência, o alívio de dívidas, o acesso a mercados e a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

Em termos do desenvolvimento sustentável, argumenta-se a implementação de seu conceito a partir da inclusão da Declaração do Rio, da Agenda para o Século XXI e dos acordos ambientais multilaterais, necessitando constituir vetor principal na mudança de paradigma de desenvolvimento econômico, mas também há o compromisso para o fortalecimento da coordenação e da cooperação entre os Estados no campo da energia, inclusive entre produtores e consumidores de energia e Estados de trânsito, em um esforço para redução da incerteza e da garantia da estabilidade e da sustentabilidade, para a diversificação de fontes e suprimento de energia, com a inclusão da energia renovável, segurança das rotas de trânsito de energia e criação de novos investimentos e infra-estrutura energética.

Em termos da cooperação energética internacional, arguiu-se a construção de um diálogo construtivo sobre a mudança do clima, baseado no princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, considerando a necessidade de combinação de medidas de proteção do clima com as medidas necessárias ao cumprimento de nossas incumbências de desenvolvimento sócio-econômico.

Em sede da cooperação dos países membros do Fórum BRIC, reafirma-se o compromisso para a cooperação em áreas de interesse comum e para o aumento dos esforços para a provisão de assistência humanitária internacional e para a redução de riscos de desastres naturais, levando em consideração o comunicado sobre segurança alimentar global como contribuição fundamental dos países BRIC aos esforços multilaterais para determinação das condições sustentáveis para a realização destas metas, bem como a reafirmação da cooperação entre nossos países em ciência e educação com o objetivo de engajamento de pesquisa básica e desenvolvimento de tecnologias avançadas.

Em termos da construção de um sistema internacional, pautado pela multipolaridade, por sua democratização e fundado pelo respeito ao direito internacional, igualdade, respeito mútuo, cooperação, ação coordenada e tomada de decisões coletiva por todos os países, há a afirmação para esforços políticos e diplomáticos em sede da solução pacífica de controvérsias internacionais, com forte condenação a todas as formas de terrorismo, com apoio à Convenção Abrangente contra o Terrorismo Internacional e sua adoção em caráter urgente.

Expressa-se também, neste sentido, o compromisso com a diplomacia multilateral, com a Organização das Nações Unidas como ator central no tratamento dos desafios e das ameaças globais, reafirmando a necessidade de uma reforma abrangente da ONU com vistas a torná-la mais eficiente para que ela possa lidar com os desafios globais atuais de forma mais efetiva, com o reconhecimento da importância da Índia e do Brasil nas questões internacionais e apoio às suas aspirações no sentido de desempenho de um papel mais relevante na Organização das Nações Unidas.

Argumenta-se também que houve progresso na promoção de diálogo e cooperação entre os países do Fórum BRIC, sendo que o diálogo e a cooperação não são destinados apenas aos interesses comuns de economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, mas também para a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum.

Desta forma, trata-se de compreender este paradigma das relações internacionais que se apresenta neste limiar do século XXI, especialmente em sede do imperativo de redefinição dos parâmetros internacionais, abordando esta ascensão do resto ¹³¹, as possibilidades e as limitações da atuação, tanto do Fórum de Diálogo IBAS, como igualmente, do Fórum BRIC, dados os seus postulados e princípios de atuação regional e internacional.

Em conclusão com a perspectiva histórica da construção deste Fórum, é imperativo ressaltar que, na data de 4 de Setembro de 2009¹³², realizou-se a Reunião de Ministros da Fazenda e dos Presidentes de Bancos Centrais dos países membros do Fórum BRIC, mas também em termos de suas implicações para o redesenho das relações econômicas e comerciais internacionais, de modo a igualmente possibilitar a inserção internacional do Fórum de Diálogo IBAS, tendo em vista que seus respectivos países membros passam a ter papel de destaque no cenário internacional, na medida em que passam a ter influências nas dinâmicas econômicas globais, conforme as suas específicas estratégias de inserção global, e especialmente em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS.

¹³¹ Ver AMSDEN, Alice A. **A ascensão do resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.** Tradução de Roger Maioli dos Santos. Editora Unesp. São Paulo. 2009. ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World.** W. W. Norton & Company. First Edition. United States. 2008.

¹³² Ver CRONOLOGIA DO FÓRUM BRIC. Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

2.4. A defesa da multipolaridade e da cooperação para desenvolvimento do Sul: os desafios de uma ordem internacional em transição e o papel do Fórum de Diálogo IBAS diante desta realidade internacional.

A construção do sistema internacional pautado pela multipolaridade e pelo desenvolvimento do Sul se verificará com o processo de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, cujos parâmetros jurídico-institucionais serão analisados no Capítulo 2 deste trabalho, tendo em vista que se trata de um instrumento de efetivação da cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul, a partir da concretização de seus objetivos e postulados na esfera das relações internacionais.

O cenário atual da esfera das relações internacionais, conforme já salientado anteriormente, estrutura-se pela emergência de novos pólos políticos e econômicos, levando igualmente em consideração a potencialidade dos países membros do Fórum BRIC quanto sua influência nas dinâmicas econômicas internacionais, e também capacidade do Fórum de Diálogo IBAS na concretização de seus postulados e de seus princípios que propõem a construção de um novo paradigma internacional para o século XXI, tendo em vista que os membros do Fórum IBAS são considerados as principais economias emergentes.¹³³

Conseqüentemente, delinea-se o importante papel desta iniciativa trilateral, abrangendo esta coalizão internacional de Brasil, Índia e África do Sul, para a concretização da Cooperação Sul-Sul e da construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo, conforme será analisado no Capítulo 4, bem como a sua pretensão de se configurar um instrumento de aproximação das relações entre os seus países membros, mas também em termos de ser um ator internacional importante e interlocutor do mundo em desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de uma construção de uma ética para o desenvolvimento dos povos¹³⁴, por intermédio da cooperação internacional em sede dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS, de forma a permitir o redesenho do contexto das relações internacionais, e sua conseqüente superação dos ditames globais de poder.

¹³³ Ver O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de acesso em 06 em Janeiro de 2010.

¹³⁴ Ver NAVARRO, Emilio Martínez. **Ética para el desarrollo de los pueblos**. Editorial Trotta. Simancas Ediciones S. A. Madrid. 2000.

Conforme Emílio Martínez Navarro, numa perspectiva de denominação desta ética para o desenvolvimento dos povos, em que se traduz a necessidade de cooperação internacional de forma a garantir o desenvolvimento econômico dos países emergentes,

*Desde esta perspectiva, a Ética para o Desenvolvimento poderia ser definida como aquela parte da reflexão ética responsável de orientar os processos de desenvolvimento dos povos, subtraindo já desde o próprio nome a meta do desenvolvimento como desideratum ético que se propõe como fim específico que deve orientar os esforços das pessoas e das instituições, assim como as relações dos povos entre si. (NAVARRO, 2000, p. 23, tradução nossa)*¹³⁵

Desta forma, a construção de estratégias de desenvolvimento às quais se propõe a fazer o Fórum de Diálogo IBAS, conforme os seus documentos oficiais, perpassa não somente por intermédio do crescimento econômico de seus países membros, mas também pela formulação de um diálogo internacional com a finalidade de superação dos desafios desta ordem internacional em transição neste século XXI, conforme já salientado anteriormente, no que diz respeito à segurança internacional, à questão climática, à efetividade do comércio internacional, ao desenvolvimento sustentável e às temáticas dos Grupos de Trabalho e dos Fóruns Temáticos que compõem o arcabouço institucional do Fórum IBAS.

Assim, pondera-se acerca da concretização do desenvolvimento sócio-econômico como parte destas estratégias de inserção internacional do Sul Global, como também maior participação do mundo em desenvolvimento nas dinâmicas políticas e econômicas internacionais, na superação do decálogo do Consenso de Washington e da racionalidade instrumental da globalização e, especialmente, visando a concretização do desenvolvimento do Sul, para além das relações com o Norte Global.¹³⁶

Nesta construção de uma ordem internacional multipolar torna-se imperativa a atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS a partir da formulação de um marco comum de interesses de seus países membros a ser implementado na inserção desta iniciativa trilateral

¹³⁵ “Desde esta perspectiva, la Ética para el Desarrollo podría ser definida como aquella parte de la reflexión ética encargada de orientar los procesos de desarrollo de los pueblos, subrayando ya desde el propio nombre la meta del desarrollo como desiderátum ético que se propone como fin específico que ha de orientar los esfuerzos de las personas y las instituciones, así como las relaciones de los pueblos entre sí.”

¹³⁶ Ver RICUPERO, Rubens. **Diversidade e desenvolvimento**. P. 25 a 41. IN: ARBIX, Glauco. COMIN, Álvaro. ZILBOVICIOUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. (organizadores). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. Editora UNESP. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

no contexto das relações internacionais, de modo a ser uma perspectiva de desenvolvimento mais efetiva do que se afirmou com o neoliberalismo, bem como na efetividade de seus postulados junto às instituições políticas e econômicas internacionais.¹³⁷

Uma visão mais equilibrada começou a surgir nos últimos anos do século XX, quando o consenso de Washington se mostrou incapaz de cumprir suas promessas. (RODRIG, 2002, p. 44)

A construção desta multipolaridade internacional igualmente perpassa pela superação das perspectivas de insegurança¹³⁸ no contexto das relações internacionais, ou seja, uma insegurança em termos econômicos, alimentar, políticos, ambiental, da comunidade internacional, da proteção dos direitos humanos. Enfim, trata-se da concretização desta ética para o desenvolvimento dos povos, fundamentando a concretização desta Cooperação Sul-Sul, com especial atenção à consolidação do Fórum IBAS na construção desta multipolaridade.

Igualmente, a inserção internacional do Fórum de Diálogo IBAS, na promoção da cooperação para o desenvolvimento do Sul, deve levar em consideração a delimitação de suas áreas de atuação, que se verifica com as temáticas de cooperação trilateral sectorial, à construção de reconhecimento e de legitimidade perante a comunidade internacional, à construção de uma estratégia de comunicação, o que se verifica com os Fóruns Temáticos para a participação dialógica de seus destinatários, ou seja, a participação de suas sociedades nacionais dos países membros, conforme será mais detalhadamente analisado no Capítulo 3.

Conseqüentemente, há de se verificar as potencialidades e as limitações para a concretização dos postulados e dos objetivos aos quais se propuseram os respectivos países membros desta iniciativa trilateral no contexto atual das relações internacionais, de modo a implicar nos processos de sua construção e de sua consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, conforme se observa em seus documentos oficiais que formam o seu arcabouço jurídico-institucional.

Ao se pensar na concretização da Cooperação Sul – Sul, ou seja, na cooperação entre países emergentes, deste lado da divisão epistemológica da realidade internacional, de forma a

¹³⁷ Ver STIGLITZ, Joseph E. **El malestar en la globalización**. Traducción de Carlos Rodríguez Braun. Taurus Pensamiento. Buenos Aires. Argentina. 2002.

¹³⁸ Ver NAVARRO, Emilio Martínez. **Ética para el desarrollo de los pueblos**. Editorial Trotta. Simancas Ediciones S. A. Madrid. 2000. P 105.

proporcionar condições para o seu desenvolvimento, é importante considerar o papel do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de redefinição dos parâmetros atuais da realidade internacional.

A crescente cooperação Sul-Sul entre países emergentes e em suas próprias regiões indica a busca por novas formas de multilateralismo e mudanças na hierarquia internacional de Estados. (GRATIUS, 2010, p. 81)

Assim, na atualidade que ocorrem diversos câmbios em termos da economia global, das relações comerciais, igualmente se apresentam oportunidades de desenvolvimento em sede da cooperação trilateral do Fórum de Diálogo IBAS, mas também desafios à concretização de seus postulados, em três perspectivas¹³⁹ no que se refere a uma globalização da violência, à necessidade de cooperação global e a uma comunidade de riscos e de carências à satisfação dos interesses da comunidade internacional, o que implicará uma maior atuação do Fórum IBAS como ator internacional e como interlocutor do mundo em desenvolvimento, tendo em vista que se faz necessária uma ação global com atores internacional de competência global.

Trata-se, portanto, de construção de uma cidadania mundial¹⁴⁰ para que se possa abranger a convivência de diversas culturas do mundo, a justiça social, a construção de um novo paradigma comunitário das relações internacionais no século XXI, de uma valorização ética para além da divisão epistemológica do panorama internacional, de um pluralismo em termos de ação global, em detrimento de uma hegemonia individual e de uma cidadania econômica¹⁴¹.

Em virtude disso, a construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul, especialmente, em sede da atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS apresentam-se como desafios aos países membros deste organismo político de cooperação, uma vez que se trata de superação das atuais dinâmicas globais que vão além da perspectiva jurídica e teórica, perpassando pela dialética política das relações de poder que ainda permanecem com o objetivo de manutenção do *status quo*.

¹³⁹ Ver HÖFFE, Otfried. **Ciudadano económico, ciudadano del Estado, ciudadano del mundo. Ética política en la era de la globalización**. Traducción de Carlos Díaz Rocca. 1 Ed. Editora Katz. Buenos Aires. 2007. P. 09.

¹⁴⁰ Ver SAÍZ, Juan Manuel Ramírez. **Ciudadanía Mundial**. Universidad Iberoamericana. Guadalajara. México. ITESO. 2006.

¹⁴¹ Ver HÖFFE, Otfried. **Ciudadano económico, ciudadano del Estado, ciudadano del mundo. Ética política en la era de la globalización**. Traducción de Carlos Díaz Rocca. 1 Ed. Editora Katz. Buenos Aires. 2007. P. 35.

Conforme Otfried Höffe, numa perspectiva de construção de uma ética mais voltada à promoção dos direitos humanos, a uma ética mais antropológica como fundamento da construção de uma comunidade global,

O intercâmbio transcendental tem lugar, com maior exatidão, de três maneiras. No caso dum intercâmbio negativo, intercambiam-se renúncias que conduzem a direitos de liberdade negativos, quando o intercâmbio é positivo ações que fundamentam os direitos de liberdade positivos ou bem os direitos sociais e culturais, finalmente, o intercâmbio de autorização política se manifesta nos direitos de cooperação democráticos. (HÖFFE, 2007, p. 181, tradução nossa)¹⁴²

Assim, há de se verificar que ao se cogitar o papel do Fórum de Diálogo IBAS neste paradigma atuais das relações internacionais, nesta construção de uma nova ética internacional para a concretização do desenvolvimento do Sul, é importante destacar a concretização do diálogo entre os países emergentes, com especial atenção, aqueles que compõem esta iniciativa trilateral, de forma a propiciar o desenvolvimento dos trabalhos do Fórum IBAS, bem como as possibilidades de sua ampliação, conforme será melhor analisado nos próximos capítulos, de forma a considerar suas potencialidades e suas limitações.

Desta forma, faz-se igualmente necessário ponderar o papel das economias emergentes, conforme já salientado sobre os países do BRIC em tópico anterior, restando abordar igualmente o papel da Rússia que ao lado da China poderá vir a fazer parte deste organismo internacional de cooperação, transformando o G-3, o Fórum IBAS, para o G-5, o que poderá implicar novos contornos às dinâmicas internacionais de poder, especialmente, e razão de perspectivas geopolíticas e geoeconômicas, lembrando-se aqui da cláusula democrática para a participação no Fórum de Diálogo IBAS, como melhor se abordará nos próximos capítulos.

Além da perspectiva econômica, a qual foi abordada quando da compreensão do Fórum BRIC e da capacidade destes países emergentes na influência das dinâmicas

¹⁴² “El intercambio transcendental tiene lugar, con mayor exactitud, de tres maneras. En el caso de un intercambio negativo, se intercambian renuncias que conducen a derechos de libertad negativos, cuando el intercambio es positivo se intercambian acciones que fundamentan los derechos de libertad positivos o bien los derechos sociales y culturales, finalmente, el intercambio de autorización política se manifiesta en los derechos de cooperación democráticos.”

internacionais da política e da economia, o papel da Rússia¹⁴³ também pode corroborar com a construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo, tendo em vista que igualmente se trata de um país considerado emergente, com assento permanente no Conselho de Segurança, assim como a China, o que pode corroborar com as pretensões dos países do Fórum IBAS no tocante à reforma deste órgão máximo da ONU, sendo melhor analisado nos próximos capítulos.

Neste sentido, a Rússia¹⁴⁴ apresenta similitudes com os demais países membros do Fórum de Diálogo IBAS, especialmente, com o Brasil e a Índia, no que diz respeito à extensão de seu território, ao tamanho de sua população, ao seu peso geoeconômico num prisma de seu contorno regional, e ao seu peso geopolítico na esfera das relações internacionais de poder, corroborando com o necessário redesenho do paradigma internacional que se apresenta no século XXI, o que torna imperativo caracterizar sua inserção global, conforme a literatura de relações internacionais em virtude da atual arquitetura das relações internacionais.

Conseqüentemente, a compreensão desta realidade internacional em que se insere a emergência da Rússia como uma das potências mundiais em ascensão no contexto do século XXI se faz necessária igualmente para entender a construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, bem como a possibilidade de inclusão daquele país no quadro desta iniciativa trilateral de cooperação internacional.

Trata-se, portanto, de uma potência nuclear, com uma tradição no contexto das relações internacionais em razão da existência da União Soviética, que dividiu o poder mundial com outra superpotência, ou seja, os Estados Unidos a partir da segunda metade do século XX, e atualmente a sua presença e sua recuperação no contexto atual do panorama internacional podem ser consideradas de grande importância na construção de políticas externas e de estratégias de atuação internacional, quer seja, individualmente com parcerias bilaterais, quer seja, em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS com seu postulado de redesenho do paradigma internacional.

¹⁴³ Ver MACFARQUHAR, Rory. **Russia: A Smooth Political Transition**. P. 29 a 43. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Goldman Sachs Economic Research, Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

¹⁴⁴ Ver II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : Rio de Janeiro : 2007) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Rússia**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

Em virtude deste panorama internacional, a Rússia pode vir a contribuir, não somente como membro permanente do Conselho de Segurança em termos de segurança internacional, mas também no diálogo internacional em sede do G-20¹⁴⁵ em termos das relações econômicas e comerciais internacionais e, em termos de cooperação energética, e de desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, há um vasto campo de cooperação com este país, corroborando com a consolidação internacional do Fórum de Diálogo IBAS.

Numa perspectiva de atuação internacional da Rússia¹⁴⁶, há de se considerar sua política externa em termos de sua independência, de sua autonomia de ação, de atuação para o multilateralismo, de cooperação econômica com os demais países membros do Fórum BRIC, e de não deflagração de conflitos com a União Européia e principalmente com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se procura consolidar a sua estrutura interna¹⁴⁷, a sua sociedade pós-comunista¹⁴⁸ e suas instituições políticas e econômicas¹⁴⁹.

Ao se retomar a perspectiva do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul, o papel do Fórum de Diálogo IBAS, como um projeto de globalização anti-hegemônica, como instrumento de cooperação entre países emergentes, conforme anteriormente salientado, torna-se imperativo na efetivação destes postulados, de forma a possibilitar igualmente um arcabouço de atuação internacional para a resolução das problemáticas internacionais que compõem essa sociedade de risco mundial e para a concretização de uma nova ética internacional propícia ao desenvolvimento sócio-econômico dos povos.

¹⁴⁵ Ver **DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G- 20**. (2009). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/g20/G-20_Pittsburgh-Declaracao_de_Lideres_em_portugues.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

¹⁴⁶ Ver MARKOV Serguei. **Rússia na mais importante etapa política das eleições parlamentares de 2007 e presidenciais de 2008**. P. 19 a 48. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : Rio de Janeiro : 2007) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Rússia**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. P 40-41-42. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

¹⁴⁷ Ver FILHO Daniel Aarão Reis . **Rússia – Política e Estratégia**. P. 49 a 79. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : Rio de Janeiro : 2007) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Rússia a**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

¹⁴⁸ Ver SERGRILLO, Angelo de Oliveira. **Rússia: Economia e Sociedade**. P. 19 a 98. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : Rio de Janeiro : 2007) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Rússia**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

¹⁴⁹ Ver POMERANZ Lenina. **Rússia: Economia e Sociedade**. P. 99 a 116. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : Rio de Janeiro : 2007) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Rússia a**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

Conforme Dani Rodrik, numa perspectiva de construção de estratégias de desenvolvimento para o novo século, para além do paradigma econômico pautado no neoliberalismo, de forma a concretizar os postulados dos países emergentes no tocante à governança internacional,

Enfim, o desenvolvimento econômico deriva de uma estratégia criada em casa, não do mercado mundial. Os formuladores da política dos países em desenvolvimento devem evitar modismos, colocar a globalização em perspectiva e empenhar-se na construção de instituições internas. Devem ter mais confiança em si e na construção de instituições internas, e menos na economia global e nas cópias azuis que dela provêm. (RODRIK, 2002, p. 75)

Desta forma, a construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS perpassam necessariamente pela formulação de políticas comuns, de marco comum de ação internacional, fruto da coordenação efetiva entre os seus países-membros, conforme se observará nos próximos capítulos, igualmente a partir da concretização de uma estratégia comum de ação tanto em sede da cooperação trilateral, quanto em sede dos fóruns internacionais de modo a possibilitar a efetividade de seus objetivos elencados em seus documentos oficiais.

Trata-se, portanto, de uma necessária ruptura do modelo internacional¹⁵⁰ em que há a construção de um arcabouço teórico que implica na limitação das funções estatais, conforme já anteriormente salientado, para a construção de um paradigma alternativo para o século XXI de modo a propiciar a construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul, numa perspectiva deste mundo pós-americano, com a ascensão do resto, num paradigma internacional em que se poderá verificar a atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS como um espaço institucional para estas finalidades, para além da racionalidade instrumental da globalização.

Neste sentido, os desafios presente nas relações internacionais, que se apresentam à construção de um paradigma internacional, pautado pelo multilateralismo, não somente numa

¹⁵⁰ Ver CHANG, Ha-Joon. **Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neo liberal do mercado e do Estado.** P. 99 a 134. IN: ARBIX, Glauco. COMIN, Álvaro. ZILBOVICIOUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. (organizadores). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegar am depois.** Editora UNESP. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

perspectiva econômica com o resenho da economia internacional, mas também política com o redesenho das relações políticas internacionais, e igualmente à concretização da Cooperação Sul-Sul em razão dos distintos patamares de desenvolvimento dos países emergentes, correspondem ao imperativo da ação internacional do Fórum de Diálogo IBAS, para a superação desta sociedade de risco mundial, em busca de uma segurança perdida no contexto internacional

.Conforme Ha-Joon Chang, numa perspectiva do imperativo de redesenho internacional, a partir de sua crítica à ideologia do neoliberalismo, o que vem a corroborar com os postulados e os objetivos do Fórum de Diálogo IBAS,

A afirmação neoliberal segundo a qual a política corrompe inevitavelmente o mercado é problemática não só porque os próprios mercados são constructos políticos, mas também porque a noção neoliberal de mercado incorruptível se baseia num conjunto particular de convicções políticas que não pode pretender superioridade sobre os outros. (CHANG, 2002, p. 129)

Conseqüentemente, nesta construção de uma nova geografia internacional em que países emergentes, como os membros do Fórum de Diálogo IBAS, possam ter voz no processo de tomada de decisões tanto nas perspectivas políticas quanto nas perspectivas econômicas, como se pretende realizar no G-20 como coalizão entre as maiores economias mundiais, e igualmente nas propostas de reformas das instituições políticas e econômicas, há de se considerar que se trata de uma iniciativa trilateral com nações em distintos patamares de desenvolvimento, com imperativos regionais e com problemáticas internas que poderão condicionar o desenvolvimento dos trabalhos de reformulação deste sistema internacional.

Ao mesmo tempo em que se observa um declínio do paradigma neoliberal, após a deflagração da última crise econômica, representando um divisor de águas nas relações econômicas internacionais, é imperativo ponderar que a concretização do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul perpassa pela necessidade de consolidação da inserção internacional dos países membros do Fórum IBAS, e principalmente do Fórum como articulador das demandas do mundo em desenvolvimento.

A compreensão da realidade internacional, como salientado ao longo destes tópicos, faz-se necessária para se verificar as potencialidades e as limitações da atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS, bem como a possibilidade de concretização de seus princípios, tendo em vista que se trata de uma coalizão internacional entre países, considerados líderes regionais, mas concomitantemente se apresentam com limitações internas e externas na concretização dos objetivos políticos internacionais.

Ao se ponderar sobre a capacidade de influência destas economias emergentes, como se verifica em sede dos postulados do Fórum BRIC, o que igualmente poderá implicar nas dinâmicas do Fórum de Diálogo IBAS¹⁵¹ na concretização de seus postulados, há de se considerar que se trata de uma iniciativa inovadora no quadro internacional, com uma abrangência de princípios e de campos de cooperação, representando uma ampla reformulação do sistema internacional, o que poderá significar avanços e retrocessos em seu processo de desenvolvimento.

O Fórum de Diálogo IBAS, conseqüentemente, pode ser considerado um projeto de globalização anti-hegemônica, conforme já salientado anteriormente, bem como um resultado das próprias transformações pelas quais passa a atual realidade internacional em que a emergência de novos atores internacionais, como as economias emergentes desta iniciativa, passam a ter um espaço de ação da esfera das relações internacionais, em concomitância ao imperativo de redesenho do sistema internacional.¹⁵²

A construção do multilateralismo tanto político quanto econômico e a concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, conforme já ponderado anteriormente, perpassa, não somente pelos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS em sede das dinâmicas internacionais de poder, como igualmente pela formulação de um marco comum de ação global de seus respectivos países membros no que diz respeito a uma convergência de inserção internacional e de atuação nos fóruns internacionais multilaterais, conforme as suas potencialidades para a tão necessária mudança do sistema internacional contemporâneo.

¹⁵¹ "O desafio é priorizar áreas para a reforma e a construção de um espaço para manter e expandir os existentes esforços de reestruturação. "(FAN, REIS, JARVIS, BEATH, FRAUSCHER, 2008, p. 03, tradução nossa) "The challenge is to prioritize areas for reform and build momentum to sustain and broaden existing restricting efforts."

¹⁵² Ver III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI : (3 : Rio de Janeiro :2009). "O Brasil no mundo que vem aí" : **Crise financeira**. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

As relações econômicas internacionais são caracterizadas, antes de mais nada, pela enorme desigualdade de poder e de recursos entre as muitas nações que integram, segundo diferentes modalidades de inserção, o chamado sistema econômico mundial.(ALMEIDA,2004, p.323)

Neste sentido, a concretização da Cooperação Sul-Sul, compreendida aqui como a cooperação internacional entre os países emergentes, considerados deste lado da divisão epistemológica do paradigma internacional, pode e deve se desenvolver em distintas áreas temáticas, importantes para o desenvolvimento sócio-econômico dos países emergentes, abrangendo a segurança regional, a proteção ambiental, a cooperação tecnológica, industrial e militar, aprofundamento das relações comerciais e econômicas inter-regionais de modo a possibilitar um espaço internacional de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, conforme os seus postulados elencados em seus documentos oficiais.

Em conclusão, a defesa que se faz pela necessidade de construção de um multilateralismo e da efetivação da Cooperação Sul-Sul perpassa pelas dinâmicas internacionais, por intermédio da emergência de novos pólos econômicos, da situação hegemônica dos Estados Unidos, do redesenho da globalização, pela capacidade de influência das principais economias emergentes, corroborando com os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como um instrumento de efetivação destes referidos postulados e, principalmente, como interlocutor do mundo em desenvolvimento de modo a possibilitar a concretização de um novo paradigma internacional para o século XXI.

3 A CONSTRUÇÃO DO FORÚM DE DIÁLOGO ÍNDIA – BRASIL – ÁFRICA DO SUL EM MARCO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SUL.

“América, no invoco tu nombre en vano. Cuando sujeto al corazón la espada, cuando aguanto en el alma la gotera, cuando por las ventanas un nuevo día tuyo me penetra, soy y estoy en la luz que me produce, vivo en la sombra que me determina, duermo y despierto en tu esencial aurora: dulce como las uvas, y terrible, conductor del azúcar y el castigo, empapado en esperma de tu especie, amamantado en sangre de tu herencia.” Pablo Neruda. Canto General de América.

3.1. O advento do Fórum de Diálogo IBSA: perspectiva histórica do desenvolvimento da iniciativa trilateral em sede da cooperação para o desenvolvimento do Sul.

O Fórum de Diálogo Índia – Brasil - África do Sul, que também pode ser conhecido por suas denominações como IBAS, ou em idioma inglês, como IBSA (India – Brazil – South Africa), ou na literatura de relações internacionais como G-3,¹⁵³ pode ser considerado um instrumento de convergência, de cooperação para o desenvolvimento do Sul, na perspectiva das relações internacionais entre os respectivos países envolvidos nesta instância internacional.

Este Fórum de Diálogo trilateral pode também se caracterizar como um organismo político-econômico de Cooperação Sul-Sul, cujas propostas e objetivos delimitados em seus documentos oficiais, que serão objeto de análise nos seguintes tópicos, abrangem diversas temáticas tanto globais quanto regionais, visando o redesenho da ordem mundial e a construção de um sistema internacional multilateral.

A perspectiva histórica do Fórum IBAS pode remontar a alguns anos anteriores à sua constituição internacional, propriamente dita, a partir da assinatura da Declaração de Brasília (2003) em 2003, tendo - se a concepção deste Fórum de Diálogo como fruto de uma proposta sul-africana, em que se trabalhava acerca da premissa da falibilidade do G-8 como

¹⁵³ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais.** P. 159-194. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006. P. 182.

instrumento de solução para as problemáticas mundiais e do imperativo de incorporação sobre as perspectivas dos países em desenvolvimento no diálogo mundial.

Conforme Paulo G. Fagundes Vizentini e Analúcia Danilevicz Pereira, numa perspectiva das bases do IBAS e do desenvolvimento e a inserção internacional da Índia, Brasil e da África do Sul,

A concepção do IBAS remonta a uma idéia da direção da ANC (African National Congress), surgida ainda antes de o partido chegar ao poder. Ela recomendava que a África do Sul trabalhasse em prol de um grupo que, no Sul, espelhasse (como numa superfície côncava) o G-8 e dele se tornasse interlocutor. (VIZENTINI, PEREIRA, 2009, p. 153)

Todavia, questões internas da política da África do Sul impossibilitaram a articulação internacional para o desenvolvimento deste projeto de cooperação, tendo em vista a própria transição democrática deste país, ao sair do regime do *Apartheid* que durou quatro décadas para a constituição do primeiro governo eleito democraticamente, a posse de Presidente Nelson Mandela no ano de 1994 e adoção de uma nova Constituição.¹⁵⁴ Neste momento histórico da África do Sul, Pretória não vislumbrava uma política externa em termos de construção de compromissos para um protagonismo internacional no contexto do mundo em desenvolvimento, ao se pensar que segmentos da comunidade internacional, embora com perspectivas esperançosas acerca da reconstrução política do país, pudessem cogitar descaminhos, contratempos na transição política sul-africana que se pretendia realizar naquela situação.

A retomada da articulação desta proposta se verificou após a consolidação do regime democrático na África do Sul e a segurança de transferência de poder do Presidente Mandela ao Presidente Thabo Mbeki que recentemente o fez em relação ao Presidente Zuma e, desta forma, erigiram-se condições favoráveis à construção mais efetiva deste projeto de cooperação para o desenvolvimento do Sul, que começou a se delinear no encontro do então Presidente Thabo Mbeki com o então Chanceler Lampreia em 2000, nesta fase de articulação para a efetivação desta coalizão internacional.

¹⁵⁴ Ver OTTAWAY, Marina. **South Africa: The struggle for a New Order**. The Brookings Institution. Washington, D.C. 1993. P. 153.

Nestes primórdios da articulação deste projeto internacional, cogitou-se também uma reunião entre África do Sul, Brasil, Arábia Saudita, Índia e China a se verificar em novembro de 2001, tendo como finalidade o próprio lançamento desta proposta de formação deste grupo de cooperação para que o mesmo pudesse se constituir um interlocutor do então grupo dos sete países mais desenvolvidos mais a Rússia, isto é, o denominado G-8, que viria a ser substituído pelo G-20 em 2009 como fórum de discussão acerca das relações econômicas internacionais, como se analisará mais profundamente no Capítulo 3.

Entretanto, houve uma convulsão na esfera das relações internacionais em virtude do acontecimento dos atentados terroristas de 11 de Setembro¹⁵⁵, o que levou ao declínio quanto a sua presença de diversos países, mais especificamente, Brasil, Índia e China, para a realização desta reunião, justificando-se com base nesta turbulência internacional.

Com o adiamento da reunião, a diplomacia sul-africana aproveitou a oportunidade para realizar sondagens mais minuciosas sobre sua proposta. (VIZENTINI, 2009, p. 44)

Neste sentido, constataram-se aspectos específicos para a construção e consolidação deste projeto de cooperação, referindo-se à exigência da credencial ou cláusula democrática, o que inviabilizou a participação da China e da Arábia Saudita em razão de possível perda de legitimidade desta coalizão para negociações e também à existência da rivalidade indo-chinesa, fruto de contingentes históricos.

A retomada do diálogo entre os respectivos países restantes somente se verificou, com maior vigor, a partir de 2003, ano em que se realizaram encontros entre os Chefes de Estado e de Governo, e Chanceleres de Brasil, Índia e África do Sul com a assinatura de específicos documentos oficiais que marcam efetivamente o início da construção do Fórum de Diálogo IBAS.

A proposta de criação do Fórum IBAS foi lançada em encontro dos Chanceleres dos três países por ocasião da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de Janeiro de 2003. (MOURA, 2008, p. 09)

Conforme anteriormente mencionado, a fundação do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul se realiza com a assinatura da Declaração de Brasília em 06 de Junho de 2003, emitida conjuntamente pelos Ministros das Relações Exteriores dos respectivos

¹⁵⁵ Para maiores elucidações: CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro**. Tradução de Luiz Antônio Aguiar. 4ª Edição. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2002.

países, ou seja, Chanceleres Celso Amorim, do Brasil, Nkosazama Dlamini-Zuma, da África do Sul e, finalmente, Yashwant Sinha, da Índia, momento em que se determina a denominação desta iniciativa trilateral.

A Declaração de Brasília (2003) é, portanto, fruto de contínuas consultas entre os respectivos chanceleres, bem como das conversações entre os respectivos Chefes de Estado e de Governo quando da realização do Encontro do G-8 na cidade francesa de Evian¹⁵⁶. Segundo este documento oficial, trata-se de um pioneiro encontro de países com vibrantes democracias, situadas em três regiões do mundo em desenvolvimento, com a apresentação das credenciais democráticas, ativas na perspectiva global, com o anseio de examinar temas da agenda internacional e também temáticas de interesses mútuos aos países envolvidos nesta cooperação trilateral, procurando formalizar o IBAS como instância de consultas políticas e de intercâmbio de informações para efetivação da cooperação e da coordenação de suas posições sobre estes mesmos temas de interesse comum.

Contata-se, neste sentido, que nos últimos anos a importância e a necessidade de processo de diálogo entre nações em desenvolvimento e países considerados do Sul tenham emergido na esfera das relações internacionais, conforme articulado nesta Declaração, prevendo um amplo conjunto de atividades para o desenvolvimento conjunto dos três países, em especial, a articulação de tratados de liberalização comercial em andamento entre eles e a cooperação trilateral em diversos setores de interesse dos países do IBAS.

Neste contexto do estabelecimento formal do Fórum de Diálogo IBAS, há uma consideração especial, dos respectivos Ministros de Relações Exteriores, no que se refere à importância do papel do Direito Internacional, ao fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, à prioridade do exercício da diplomacia como importante instrumento para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Concernente a este tópico deste documento oficial, vislumbra-se acerca da reafirmação da necessidade de combate às ameaças para a paz e segurança na esfera das relações internacionais, argumentando-se que este objetivo seja realizado em consonância à Carta de São Francisco e aos instrumentos legais dos quais Brasil, Índia e África do Sul façam parte.

¹⁵⁶ O encontro do então consenso econômico do G-8 se realizou na Cidade Francesa de Evian, neste referido ano, em que se buscou dialogar sobre temáticas globais no que se refere ao comércio mundial, à saúde, ao desenvolvimento sócio-econômico da África, ao desenvolvimento sustentável a partir da concretização da Ciência e da Tecnologia, ao Meio Ambiente, à não-proliferação de armas nucleares, e demais tópicos elencados seus documentos oficiais. Para maiores elucidações, consultar: http://www.g8.fr/evian/english/navigation/2003_g8_summit/summit_documents.html. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

Afirma-se também em torno da necessidade de reforma das Nações Unidas, particularmente, de seu órgão máximo, o Conselho de Segurança e, nesta perspectiva, os Ministros das Relações Exteriores aludem à necessidade de expansão deste referido órgão institucional no tocante à categoria de membros tanto permanentes e não-permanentes, abrangendo a participação de países em desenvolvimento em ambas as categorias, mas também concordam com a conjugação de esforços para garantia da efetividade da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social.

No marco da Declaração de Brasília, argumenta-se também que as novas ameaças à segurança internacional, tais como o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, substâncias intorpecentes e crimes relacionados a esta problemática, crime organizado transnacional, tráfico ilegal de armas, ameaças à saúde pública em particular o HIV/AIDS, desastres naturais e o tráfico de substâncias tóxicas e detritos radioativos por via marítima, devam ser enfrentados por intermédio de uma cooperação internacional solidária, efetiva e coordenada no contexto das organizações internacionais competentes, fundamentando-se no respeito à soberania estatal e no Direito Internacional.

Nesta mesma perspectiva, destaca-se também a prioridade concedida pelos três governos envolvidos neste projeto de cooperação em termos da promoção de equidade e inclusão sociais que devem ser realizados por intermédio de implementação de efetivas políticas para o combate à fome e à pobreza, apoio à agricultura familiar, promoção da segurança alimentar, saúde, assistência social, emprego, educação, direitos humanos e proteção ambiental.

Argüi-se também que o reforço social é vital para o uso das potencialidades humanas, contribuindo para o desenvolvimento econômico de forma significativa, bem como os Chanceleres fizeram recomendações acerca de intercâmbio de experiências no combate à pobreza, à fome e à doenças nos três países, reconhecendo a importância do esforço internacional no combate à fome, o que levou à ponderação destes países para a exploração de uma programa trilateral de assistência alimentar.

Em termos de discussão sobre igualdade, vislumbram-se os postulados da importância, por razões de equidade e de metas de desenvolvimento, da eliminação de todas as formas de discriminação racial, da promoção da igualdade de gênero e da construção de perspectivas de gênero na implementação de políticas públicas, o que torna necessário considerar a diversidade cultural e os elementos sociais que compõem os respectivos países

membros do Fórum de Diálogo IBAS. Em termos de compromissos internacionais, há uma coordenação de posição quanto à aprovação da Convenção sobre Controle de Tabaco (2003) quando da realização da 56^o Assembléia Mundial da Saúde, com o compromisso destes representantes para esforço de ratificação deste tratado internacional no menor período possível, para a promoção de principal objetivo desta Convenção, ou seja, a proteção de presentes e futuras gerações contra as devastadoras conseqüências do consumo de tabaco e contra a exposição ao fumo do tabaco.

Em termos desta proposta internacional, identifica-se a cooperação trilateral no contexto deste diálogo internacional como um importante instrumento para a realização da promoção do desenvolvimento social e econômico. Em virtude desta colaboração internacional, verifica-se que há diversas áreas de excelência nas respectivas sociedades em termos de ciência e tecnologia o que leva ao surgimento de uma grande gama de potencialidades de comércio, investimento, viagem e turismo e a uma apropriada conjugação dos melhores esforços na geração de sinergia tão necessária para a consolidação desta iniciativa, o que se observa na articulação da cooperação trilateral.

Nesta perspectiva de cooperação trilateral em termos de ciência e tecnologia, destacam-se campos de pesquisa conjunta no tocante à biotecnologia, às fontes alternativas de energia, área espacial, aeronáutica, tecnologia de informação e agricultura, e a cooperação em defesa deve ser tomada em consideração. Vislumbra-se nesta temática de cooperação a articulação de projetos concretos de cooperação num portfólio para ciência e tecnologia, defesa, transporte e aviação civil, o que se verifica no respectivo memorando de entendimento.

Em termos de tecnologia, há um compromisso para a intensificação da cooperação em tecnologia de comunicação e de informação, abrangendo esforços e iniciativas internacionais direcionados para o domínio das tecnologias digitais, ao se levar em consideração a transformação do mundo de forma veloz e fundamental em termos tecnológicos, a diferença tecnológica entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento o que afeta adversamente a capacidade destes na obtenção de benefícios do processo de globalização, o que também se articula no respectivo memorando de entendimento. Consoante o tópico de proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável, reconhecem-se as diretrizes fundamentais contidas na Conferência do Rio e sua Agenda 21(1992), Cúpula do Milênio (2000), de Monterrey (2004) e de Johannesburgo (2002) e no Programa para

Implementação da Agenda 21(2002) para a orientação da ação dos governos e das iniciativas de cooperação.

Reafirma-se também neste contexto que a Agenda 21 enumera os maiores fatores para a contínua deterioração do meio ambiente global como insustentáveis elementos de consumo e de produção o que requer uma necessária tomada de ação como já elaborada no Programa de Implementação de Johannesburgo, (2000) ressaltando também preocupações sobre os resultados do aquecimento global devido à emissão de gases de efeito estufa, o encorajamento de adoção de metas de redução na emissão dos mesmos pelos países no marco do Protocolo de Quioto (1997), a cooperação internacional para sua completa implementação e para a sua necessária assinatura e ratificação deste protocolo, porém, há de se ressaltar o resultado da realização da Conferência de Copenhage.

Nestes mesmos postulados, reitera-se acerca dos esforços internacionais para uma efetiva implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (1992), com especial atenção aos direitos dos países relativos às origens de seus próprios recursos genéticos, bem como a proteção ao conhecimento tradicional associado. A distribuição justa e equitativa dos benefícios oriundos do acesso, uso e gerenciamento dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional deve ser estruturada de forma a estimular o desenvolvimento sócio-econômico, mas também deve conferir valor e garantir o beneficiamento dos recursos fundados na biodiversidade em países detentores de megadiversidade.

Neste paradigma, há especial atenção acerca das negociações de instrumento internacional desta distribuição de benefícios sob a perspectiva desta Convenção Internacional, conforme acordado na Cúpula de Johannesburgo, bem como se expressa uma coordenação das atividades do Grupo dos Países de Megadiversidade, compostos pelos países membros deste Fórum de Diálogo para uma maior importância, enfatizando também a necessidade de adequação das normas relevantes do Acordo TRIPS (1994) com a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Concernente ao tópico de relações econômicas internacionais, postula - se que, apesar da expansão do crescimento econômico, do desenvolvimento social e aumento nos padrões de vida em diversos países em desenvolvimento como fruto da liberdade de circulação de comércio, capital e tecnologia, existam ainda grandes bolsões mundiais de miséria que não se beneficiam do processo de globalização, que se torna igualmente um

postulado do IBAS em termos de redefinição desta racionalidade instrumental da globalização.

Desta maneira, pondera-se que a globalização deva se tornar num instrumento positivo de mudança para benefício de todos os povos e também de maior número de países, de forma a ser mais inclusivo, integrativo, humano e equitativo, o que se realizará por intermédio de formulação de políticas, programas e iniciativas nos distintos fóruns internacionais, dando atenção à ação conjunta dos países membros do Fórum IBAS.

Espera-se que a realização da globalização com equidade demanda boa governança em primas nacionais e internacionais em razão da influência de fatores externos na concretização do desenvolvimento sustentável, o que igualmente se faz imperativo no tocante à atuação desta coalizão internacional.

Em termos de comércio internacional, destaca-se o tópico do protecionismo para a proteção de setores menos competitivos dos parceiros comerciais, bem como se demonstra importante o desenvolvimento da Agenda de Desenvolvimento de Doha (2001), enfatizando a importância dos resultados das rodadas de negociações comerciais como instrumento de superação das políticas protecionistas e práticas comerciais distorsivas através da melhoria das regras do sistema econômico multilateral, o que se destaca em razão dos desdobramentos da crise européia, possibilitando uma mudança internacional em razão de uma nova correlação de forças nas futuras negociações comerciais internacionais.

Assim, reitera-se a expectativa de novo ímpeto político nas negociações para a superação das problemáticas fundamentais de grande interesse para os países em desenvolvimento antes da realização da 5^o Conferência Ministerial em Cancún, bem como há uma articulação trilateral dos países do IBAS para concretização de iniciativas de liberalização comercial.

Ao se ponderar sobre as questões econômicas internacionais, destaca-se o postulado acerca da crescente vulnerabilidade econômica dos países em desenvolvimento face às flutuações dos preços globais das *commodities*, considerando a importância da construção de um sistema comercial internacional transparente, previsível e fundado em regras multilaterais para a possibilidade de maximização do desenvolvimento dos países emergentes através da exportação de bens e de seus serviços com vantagens competitivas.

Há, finalmente, no contexto deste postulado econômico, o discurso acerca dos impactos sócio-econômicos como fruto da volatilidade dos fluxos globais de finanças, o que leva a necessidade de fortalecimento da cooperação internacional para a construção de uma nova arquitetura econômica internacional destinada ao desenvolvimento e a efetiva prevenção de crises financeiras tanto nacionais como regionais.

Conforme Gilberto F. G. de Moura, numa perspectiva de ponderações e perspectivas da construção do Fórum IBAS, em especial, acerca dos principais fatores de aproximação dos três países e de identidade entres os países no marco da Declaração de Brasília, que não estão explicitamente elencados neste documento oficial, o referido autor pondera que:

A condição de potências médias, o peso específico regional, a caracterização como economias emergentes, o padrão de atuação similar em organismos internacionais, os parques industriais desenvolvidos, o perfil de suas sociedades, com acentuados problemas de distribuição de renda e parcelas consideráveis de populações economicamente excluídas, bem como por fim, o desejo de reforma das Nações Unidas, de modo a conferir ao Organismo maior equilíbrio e, portanto, aos países em desenvolvimento, uma maior representatividade. (MOURA, 2008, p. 10)

O processo de construção do Fórum de Diálogo, a partir da adoção da Declaração de Brasília em que os respectivos países firmaram o compromisso para a realização de consultas regulares, visando o aperfeiçoamento do conhecimento e da compreensão de suas perspectivas políticas em termos de coordenação e cooperação trilateral, conta também com o Comunicado de Nova Iorque, que ao lado daquele documento oficial já analisado, representa a pedra angular do IBAS quanto aos seus princípios, objetivos e arcabouço institucional.

O Comunicado de Nova Iorque (2003), firmado pelos respectivos Chefes de Estado e de Governo dos países do IBAS, mais especificamente, Senhor Atal Bihari Vajpayee, da Índia, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil e Senhor Thabo Mbeki, da África do Sul em 24 de Setembro de 2003 em encontro concomitante, quando da realização da 58ª Sessão Anual da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi precedido por uma reunião também paralela entre os Ministros de Relações Exteriores em que houve um intercâmbio de visões sobre uma gama de temáticas internacionais.

Nesta Cúpula, abordam-se e se desenvolvem temas já delineados quando da realização do encontro dos respectivos Ministros de Relações Exteriores mediante a assinatura da Declaração de Brasília (2003).

Delinea-se a necessidade de fortalecimento do multilateralismo, neste contexto, acorda-se numa cooperação em conjunto ao Secretário Geral da ONU para maiores reformas da entidade internacional, bem como novamente uma cooperação nos fóruns internacionais e discussão sobre problemáticas internacionais, o que deve ser igualmente a ação global do Fórum de Diálogo IBAS.

Em termos da economia internacional, reconhece-se o comércio como instrumento fundamental no crescimento econômico e na criação e distribuição de riqueza, argumentando a importância da promoção da Agenda de Desenvolvimento (2001) no marco da OMC, as perspectivas da Rodada de Doha, mas também há compromissos no marco do IBAS para maior cooperação em termos de reforma comercial na agricultura através de eliminação de subsídios e de garantia de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, da necessidade de operacionalização do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento.

Em termos da governança global, reitera-se a determinação do IBAS para a contribuição ativa na implementação das metas de desenvolvimento acordadas quando da realização das Conferências das Nações Unidas e da Cúpula do Milênio, procurando atender em 2015 os bolsões mundiais de miséria e pobreza, o que leva a se verificar a ausência de renovados esforços para a promoção e financiamento da implementação de estratégias na realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio (2000), em termos de redefinição da *global governance* e da consolidação da ação global desta coalizão internacional.

Concernente às questões humanitárias, afirmam-se os esforços para a erradicação da fome e da pobreza, que deverão ser abordados de forma abrangente no marco da promoção dos direitos humanos, especialmente, os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento, o que faz imperativa igualmente uma releitura dos Pactos de Nova Iorque de 1966 a esta nova arquitetura das relações internacionais.

A superação destes flagelos sociais se verifica com a formulação de medidas estruturais em termos de educação, saneamento, saúde, pleno emprego, desenvolvimento rural e infra-estrutura, o que leva ao compromisso dos países do IBAS em termos de uma

cooperação na formulação e na implementação de projetos viáveis para redução da pobreza, eliminação da fome e melhoria de acesso àquelas medidas estruturais.

Estes referidos projetos devem ser identificados em termos de aplicabilidade tanto regional quanto internacional como exemplos concretos para o efetivo avanço destas Metas de Desenvolvimento do Milênio, sendo que a preparação, aprovação e implementação destes programas se verificam conforme os procedimentos adotados dentro do PNUD e demais agências da ONU.

Há também, neste prisma, a garantia para o apoio do setor privado e a participação da sociedade civil, a se iniciar com o compromisso em termos de contribuição financeira destinada à realização destes projetos, levando em consideração que esta iniciativa deve ser considerada como complementar aos demais esforços em andamento pela comunidade internacional para a concretização destes objetivos.

Consoante já demonstrado nos postulados da Declaração de Brasília e do Comunicado de Nova Iorque, delineam-se assim os principais objetivos deste projeto de cooperação Sul-Sul, seus princípios e iniciativas em diversas temáticas tanto regionais quanto internacionais, constituindo o IBAS como um instrumento de desenho das relações internacionais, ao mesmo tempo em que se buscam o desenvolvimento desta parceria trilateral e a concretização de suas estratégias globais e regionais e o reconhecimento de sua liderança global.

Trata-se de uma inovação em termos de cooperação internacional, por ser uma aliança trilateral com ênfase no aumento do diálogo político entre os participantes e busca de resultados concretos na promoção do desenvolvimento, via cooperação Sul-Sul. (BUSS, FERREIRA, 2009, p. 196)

A partir deste momento histórico da construção e consolidação desta iniciativa trilateral, passa a se constituir o Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul, em termos de sua estrutura institucional, seus projetos de cooperação trilateral em diversas áreas temáticas, suas reuniões periódicas e sua produção normativa comum que orientará a coordenação dos trabalhos e dos grupos temáticos deste organismo ao longo dos anos.

A atual estrutura do Fórum IBAS, fruto do dinamismo e evolução deste organismo internacional de cooperação verificados a partir do ano de 2003, verifica-se hierarquicamente através de Cúpula, formada pelos Chefes do Estado e de Governo, a Comissão Mista

Trilateral, formada pelos Ministros das Relações Exteriores, os Pontos Focais formados por representantes diplomáticos para orientação dos Grupos de Trabalho, o Fórum entre os Povos, o Fundo IBAS para o combate a fome e a pobreza sob a coordenação do PNUD, Fórum Empresarial, Fórum das Mulheres e, finalmente, os Grupos de Trabalhos para a realização da cooperação trilateral em diversas áreas temáticas.

Desta forma, este arcabouço jurídico-institucional do Fórum IBAS, cujos panoramas normativos serão analisados do decorrer destes tópicos, concretiza-se numa oportunidade de coordenação política, sendo esta uma das diretrizes fundamentais desta cooperação trilateral, o que orientará os trabalhos de construção e de consolidação desta iniciativa tão única na esfera das relações internacionais, o que igualmente implica considerar os princípios democráticos e ideológicos para a construção de uma nova *global governance* nas coalizões internacionais.

Numa perspectiva da iniciativa em si, trata-se de um esforço conjunto entre países em patamares de desenvolvimento distinto, porém, complementares, destinado a ser um instrumento de correção das desigualdades internas, mais especificamente, de problemas sociais, políticos e de produção de conhecimento, o que possibilitará a concretização de uma cooperação mais simétrica e equitativa entre os seus respectivos membros. Ao levar em consideração o estabelecimento desta cooperação, o Fórum IBAS constitui-se, conseqüentemente, como um forte mecanismo de coordenação político-econômico destinado às mudanças na arquitetura da governança global, em termos de redesenho social, econômico, político e, com especial atenção, da segurança internacional, o que se verifica com os seus postulados de reforma do sistema global de segurança coletiva.

Desta forma, conforme Zélia Campbell, numa perspectiva de análise dos trabalhos já desenvolvidos e dos avanços já realizados por esta iniciativa trilateral, desde a adoção das respectivas normativas internacionais,

*De fato, IBAS preocupa-se com uma gama de problemáticas atuais que são particularmente relevantes para os países em desenvolvimento, nominamente, eliminação da pobreza, desenvolvimento sócio-econômico, função social, acompanhamento, criação de emprego, progresso da mulher, etc. (CAMPBELL, 2009, p. 157, tradução nossa)*¹⁵⁷

¹⁵⁷ “*In fact, IBSA is concerned with a plethora of current issues which are particularly relevant for developing countries, namely, poverty alleviation, social and economic development, social delivery and accountability, employment creation, advancement of women, etc.*”

Embora o Fórum de Diálogo ainda não tenha estruturas formalizadas, apesar do funcionamento dos órgãos institucionais já mencionados anteriormente, como um modelo de Secretariado ou um órgão máximo permanente, os processos de construção e de consolidação desta iniciativa trilateral se verificam por instituições funcionais, dado o mecanismo de coordenação, o que revela a importância da dimensão da vontade política dos seus membros e de uma diplomacia presidencial na condução deste mesmo processo de aperfeiçoamento do IBAS, implicando, nesta perspectiva, um desafio à concretização de suas estratégias globais e regionais.

Em termos institucionais, é imperativo ressaltar que a constituição do IBAS é fruto da própria dinâmica de sua proposta de cooperação, tendo em vista que a concepção da iniciativa trilateral se verifica numa estrutura ampla, que se traduz numa informalidade, ao se ter a coordenação política como principal elemento de condução deste projeto, consoante afirmado anteriormente.

Os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS possibilitam ponderar igualmente as suas potencialidades no que se refere à sua afirmação como um ator internacional relevante num atual paradigma internacional em transformação e igualmente como interlocutor do mundo em desenvolvimento, de modo a concretizar seus postulados e princípios para a construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Como mecanismo inovador estabelecido por três das principais democracias de massa multiétnicas do mundo em desenvolvimento, o IBAS tem peso político próprio e legitimidade para se apresentar como interlocutor relevante para todos os temas da agenda global. (MOURA, 2008, p. 11)

Em razão das circunstâncias atuais da realidade internacional, esta parceria estratégica trilateral torna-se de fundamental importância tanto para os seus respectivos países membros, que compartilham objetivos externos e estratégias de inserção internacionais semelhantes, porém, com imperativos regionais distintos, quanto para o mundo em desenvolvimento, tendo em vista que se propõe a ser um projeto de globalização anti-hegemônica com a finalidade de se constituir um instrumento de redefinição dos parâmetros do paradigma global, que ainda se pauta pelas dialéticas de poder tanto político quanto econômico e pela divisão epistemológica da comunidade internacional.

O Fórum de Diálogo IBAS, portanto, pode e deve ser considerado em termos de suas potencialidades e sua capacidade de influência no paradigma global, na medida em que abrange três países emergentes com determinado peso geoeconômico e geopolítico, tanto numa perspectiva regional quanto internacional, o que vem de encontro com o imperativo categórico de reformulação do sistema internacional e com as demandas do mundo em desenvolvimento perante a qual esta iniciativa de cooperação trilateral pretende se legitimar como seu representante global e como instrumento de uma nova e boa *global governance* nas coalizões internacionais.

Ao se ponderar acerca do papel desta parceria estratégica trilateral, é imperativo considerar as limitações e as potencialidades no que diz respeito à sua atuação global para a construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo e para a concretização da Cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, de modo que o Fórum de Diálogo IBAS possa se tornar efetivamente um ator internacional relevante no contexto das dinâmicas internacionais de poder e igualmente se configurar como interlocutor do mundo em desenvolvimento em sede dos organismos internacionais multilaterais, porém, há de se tomar em consideração as suas estratégias de ação global e o respeito à diversidade cultural de seus respectivos países membros.

Embora este organismo político de Cooperação Sul-Sul, no marco de seus postulados presentes nos documentos oficiais, possa representar um novo projeto de globalização anti-hegemônica, ainda o sistema internacional se pauta pelas dialéticas da negação do outro, que deverão ser superadas por intermédio dos processos de construção e de consolidação desta iniciativa trilateral, levando em consideração as possibilidades de reformulação deste paradigma internacional que se apresenta no século XXI.

Finalmente, o Fórum IBAS apresenta-se como um instrumento para uma melhor inserção dos respectivos países-membros desta iniciativa nas dinâmicas utilitárias das relações internacionais, em especial, aos ditames globalitários do sistema econômico, que se pretende verificar através de formulação de alternativas nas relações de poder, na cooperação Norte-Sul e da governança global, procurando efetivar a construção de um novo paradigma internacional em que o mundo em desenvolvimento tenha voz em sede dos diálogos políticos e econômicos globais.

3.2. O arcabouço institucional do Fórum de Diálogo IBAS: perspectiva histórica da construção de sua estrutura orgânica para consolidação de seu papel internacional.

O arcabouço jurídico-institucional do Fórum de Diálogo IBAS é fruto do processo de evolução desta iniciativa, ao se verificar que os mais diversos temas e projetos de cooperação trilateral em diversos setores de interesse comum dos países envolvidos são analisados e aperfeiçoados por intermédio de reuniões periódicas realizadas em distintas cidades brasileiras, sul-africanas e indianas ao longo dos anos, a partir da assinatura da Declaração de Brasília e do Comunicado de Nova Iorque, em 2003.

Conforme mencionando anteriormente, o Fórum IBAS compõe-se de uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, Comissão Mista Trilateral, os Pontos Focais, Fórum entre os Povos, o Fundo IBAS, Fórum Empresarial, Fórum das Mulheres e os Grupos de Trabalhos, no intuito de concretização dos princípios, dos objetivos e das propostas abordadas ao longo da articulação dos documentos oficiais.

Neste sentido, faz-se uma necessária análise da institucionalidade do IBAS para maior elucidação desta iniciativa trilateral. O funcionamento dos órgãos institucionais do IBAS se verifica já a partir do ano de 2004, com reuniões periódicas, em especial da Comissão Mista Trilateral, Pontos Focais e dos Grupos de Trabalho, com menor frequência a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo e, finalmente, a constituição de demais órgãos internos ao longo do processo de aprofundamento desta cooperação.

Numa perspectiva cronológica, houve seis Encontros dos Ministros das Relações Exteriores como Comissão Mista Trilateral, sendo este o primeiro, dentre os diversos órgãos institucionais do IBAS, a entrar em funcionamento.

O I Encontro da Comissão Trilateral se verificou na Cidade de Nova Délhi entre os dias 04 e 05 de Maio de 2004 com a assinatura da então denominada Agenda para Cooperação (2004) que se apreciou o progresso alcançado, enfatizou a importância da continuidade do diálogo multifacetário para o desenvolvimento desta cooperação internacional

e os trabalhos do encontro trilateral dos Ministros de Defesa¹⁵⁸ realizado no dia 01 de Fevereiro de 2004 na cidade sul-africana de Pretória.

O II Encontro da Comissão Trilateral se realizou na Cidade do Cabo, na África do Sul entre os dias 10 e 11 de Março de 2005 com a elaboração do Comunicado Ministerial de Cape Town (2005) com abordagem de temas delineados nos precedentes documentos oficiais, prosseguindo com os postulados para a condução e coordenação políticas do Fórum de Diálogo.

O III Encontro da Comissão Trilateral se verifica na Cidade de Rio de Janeiro na data de 30 de Março de 2006, com a elaboração do Comunicado Ministerial do Rio de Janeiro (2006) em que há considerações sobre os trabalhos desenvolvidos até o presente momento no marco da cooperação Sul-Sul.

O IV Encontro da Comissão Trilateral toma lugar novamente na Cidade de Nova Délhi, na data de 17 de Julho de 2007, também com a articulação do Comunicado Ministerial de Nova Délhi (2007), levando em consideração o processo de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS.

O V Encontro da Comissão Trilateral acontece novamente na Cidade sul-africana de Somerset West na data de 11 de Maio de 2008, mais uma vez com a adoção do Comunicado Ministerial de Somerset West (2008) em que se discutem temas globais e temáticas de interesse comum para o desenvolvimento da cooperação trilateral sectorial.

O VI Encontro da Comissão Trilateral é realizado novamente na Cidade de Rio de Janeiro, entre os dias 31 de Agosto e 01 de Setembro de 2009, ocasião em que os respectivos Ministros das Relações Exteriores dos países-membros desta iniciativa trilateral levaram em consideração o progresso dos trabalhos realizados nas reuniões ministeriais precedentes, bem como as ponderações das Reuniões da Cúpula do IBAS que começaram no ano de 2006 e, finalmente, o funcionamento dos Grupos de Trabalhos no desenvolvimento da cooperação trilateral nas diversas áreas temáticas.

Neste último encontro ministerial, delinea-se o Comunicado Ministerial do VI Encontro do Rio de Janeiro (2009), fruto das ponderações realizadas quando da realização

¹⁵⁸ O Encontro Trilateral dos Ministros de Defesa se realizou na data de 01 de Fevereiro de 2004 na Cidade Sul-Africana de Pretória. Para maiores informações, ver AGENDA PARA COOPERAÇÃO (2004). Disponível no http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=71. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

desta reunião, ao se levar em consideração os postulados, os princípios e objetivos aos quais se propuseram a trabalhar para o redesenho da dinâmica das relações internacionais.

É necessário salientar uma Reunião Informal do IBAS (2009) entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sua Excelência Celso Amorim, o Ministro do Comércio e da Indústria da Índia, Sua Excelência Anand Sharma, e o Ministro do Comércio e Indústria da África do Sul, Sua Excelência Rob Davies, em 25 de junho de 2009, em Paris, à margem da Reunião Ministerial da OCDE, com a discussão sobre temas relacionais ao comércio internacional e às relações econômicas internacionais, o que evidencia a importância da ação global do Fórum IBAS no tocante ao comércio internacional e aos demais instituições internacionais da *lex mercatoria*, como a OMC.

Houve uma nova reunião ministerial da Comissão Mista Trilateral na Cidade de Nova Iorque em 21 de Setembro de 2009 (2009), quando da realização da 64^o Sessão Anual da Assembléia Geral da ONU, momento em que há novamente a reafirmação dos postulados orientadores no trabalho de construção deste Fórum de Diálogo.

Como também, verificou-se uma Conferência entre as Cortes Supremas dos respectivos países do IBAS (2009) também no ano de 2009, ocasião em que se reconheceu o papel desta iniciativa trilateral como instrumento de fortalecimento das relações diplomáticas entre os seus membros, bem como se afirmou novamente o objetivo do Fórum IBAS como patamar de promoção de um conhecimento mútuo das três sociedades nacionais e de identificação de áreas de cooperação e de promoção de iniciativas conjuntas.

É imperativo ressaltar que, ao lado do funcionamento da Comissão Mista Trilateral, há os trabalhos desenvolvidos pela Cúpula de Chefes de Estado e de Governo nas suas distintas Reuniões realizadas, conforme já mencionado anteriormente, a partir do ano de 2006, tendo em vista que estes são os principais órgãos institucionais do IBAS responsáveis pela formulação das diretrizes fundamentais tanto para a coordenação política deste organismo internacional de cooperação, quanto para a orientação dos trabalhos dos demais órgãos internos, o que evidencia o caráter político e intergovernamental nos processos de construção e de consolidação desta parceria estratégica trilateral.

Desta forma, faz-se inevitavelmente necessário analisar os trabalhos já conduzidos e o progresso já realizado por este órgão máximo da estrutura institucional do Fórum de Diálogo IBAS, implicando uma melhor compreensão substancial tanto da Cúpula quanto da

Comissão Mista Trilateral. Assim, até o presente momento, ao se considerar novamente a perspectiva cronológica e da construção histórica dos trabalhos de aprofundamento institucional do IBAS realizaram-se quatro Reuniões da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo.

A I Reunião da Cúpula do IBAS se realizou na Cidade de Brasília na data de 13 de Setembro de 2006, ocasião em que houve a adoção da Declaração Conjunta de Brasília (2006), dando início aos trabalhos deste órgão institucional do organismo de cooperação, levando também em consideração as ponderações já realizadas por demais órgãos internos do IBAS e as perspectivas da Cúpula quanto ao aprofundamento da cooperação e dos objetivos no contexto das relações internacionais.

A II Reunião da Cúpula se verificou na Cidade Sul-Africana de Tshwane na data de 17 de Outubro de 2007, quando também houve a articulação da Declaração Conjunta de Tshwane (2007), momento em que se realizaram ponderações acerca do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento tanto de cooperação trilateral sectorial, quanto de promoção do diálogo Sul-Sul.

A III Reunião de Cúpula ocorre na Cidade de Nova Délhi na data de 15 de Outubro de 2008, quando houve a articulação da Declaração Conjunta de Nova Délhi (2008), momento em que os Chefes de Estado e de Governo dos países-membros do IBAS expressaram profunda satisfação com o progresso já alcançado na consolidação desta iniciativa trilateral, bem como discutiram temas da agenda internacional, sendo que a IV Reunião da Cúpula do Fórum IBAS se verifica na Cidade de Brasília na data de 15 de Abril de 2010 com a firma de sua respectiva Declaração Conjunta (2010) e igualmente a articulação de Estratégias de Desenvolvimento Social (2010) do Fórum de Diálogo IBAS.

A partir desta análise histórico-descritiva destes dois órgãos internos do IBAS, faz-se necessária a compreensão maior dos documentos oficiais articulados nos encontros ministeriais e nas reuniões de Cúpula.

A Agenda dá especial ênfase à Cooperação Sul-Sul na expectativa de que essa cooperação seja um fator positivo de maior aproximação entre os países membros do Fórum e na promoção do desenvolvimento humano. (GUIMARÃES, 2008, p. 09)

Desta forma, os Comunicados Ministeriais e as Declarações Conjuntas, já elencados, vislumbram diversos tópicos da cooperação trilateral, em especial, o progresso dos Grupos de

Trabalho, mas também postulados relacionados à Declaração de Brasília e ao Comunicado de Nova Iorque e ao funcionamento dos órgãos internos do IBAS, consoante anteriormente assinalado.

Nos preâmbulos destes mencionados documentos oficiais, argumenta-se que as discussões sobre os princípios e os objetivos delineados no Fórum IBAS se verificaram numa atmosfera amigável e cordial em que houve um intercâmbio de perspectivas sobre temáticas internacionais e regionais que são de interesse mútuo, bem como se enfatizou o valor dos benefícios auferidos desta cooperação trilateral como instrumento de efetivação da Cooperação Sul-Sul.

Em virtude disso, afirma-se o IBAS como significativo instrumento para a contribuição desta cooperação, ao ser considerado como fator positivo de avanço do desenvolvimento humano por intermédio de promoção da sinergia entre os seus respectivos membros, demonstrando ser um excelente ambiente para intercâmbio de visões sobre desenvolvimento tanto global quanto regional. .

Neste contexto, argüi-se também o papel do Fórum IBAS como elemento de construção na dinâmica das relações internacionais e de manutenção de relações amistosas como todos os países, mas também se destaca o IBAS como mecanismo para formulação de consultas políticas e de coordenação, como instrumento de fortalecimento da integração dos respectivos países em áreas sectoriais, interação entre os povos, demonstrando ser uma realidade tangível para as três sociedades, e de promoção das suas relações econômicas entre as três grandes democracias multiculturais e multiraciais da Ásia, África e América do Sul.

Conseqüentemente, trata-se da importância do IBAS, não somente restrita ao impacto positivo nas relações, em termos econômicos, sociais e diplomáticos, dos países-membros desta iniciativa trilateral, mas também demonstra ser uma plataforma que possibilitará maior ímpeto na aproximação entre os países em desenvolvimentos das regiões sul-americanas, asiáticas e africanas, contribuindo no aprofundamento de cooperação para o desenvolvimento do Sul e para a construção de uma nova epistemologia do Sul Global.

Novamente, ressaltam-se o compromisso para a construção de um sistema internacional caracterizado pelo multilateralismo, e o seu fortalecimento como meio de solução das problemáticas globais, com especial atenção ao papel proeminente das Nações

Unidas no tocante à manutenção da paz e da segurança internacionais e também à promoção do desenvolvimento sustentável.

Neste prisma das Nações Unidas, enfatiza-se do discurso de coordenação de posições comuns, com especial atenção, a uma redesenho da ordem mundial em termos de maior democratização e justiça, no qual o papel da ONU se torna necessário por intermédio de esforços políticos e democráticos com a finalidade de conferir a esta organização internacional maior representatividade, legitimidade, efetividade na persecução de seus princípios e objetivos elencados em seu tratado constitutivo.

Pondera-se também sobre a importância do Fórum de Diálogo IBAS como essencial elemento para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e para a construção de uma voz uníssona dos países emergentes, fundamentando-se esta cooperação internacional nas experiências comuns, complementariedades e recursos, mas também se trata de uma iniciativa não somente vinculada às atividades governamentais ao se pretender incluir as comunidades de negócio, a sociedade civil e a integração entre os povos, como se observa o desenvolvimento dos fóruns temáticos desta respectiva coalizão internacional.

No marco de fortalecimento desta cooperação, destaca-se o postulado de eliminação da fome e da pobreza, através do crescimento econômico sustentado e inclusivo e da ênfase da construção de capacidade para o desenvolvimento sustentável, abordando a importância da implementação dos princípios da Declaração do Rio e da Agenda 21, bem como o Plano de Implementação de Johannesburgo, especialmente, o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada.

Nesta perspectiva, é imperativo ressaltar que o conteúdo dos documentos oficiais que compõem os trabalhos da Cúpula do IBAS e da Comissão Mista Trilateral podem ser subdivididos em dois distintos títulos, um primeiro referente a tópicos internacionais que abrangem temáticas gerais na dinâmica das relações internacionais e um segundo referente aos tópicos da cooperação trilateral sectorial com a análise do funcionamento do arcabouço institucional desta iniciativa de forma a efetivar a estratégia global do Fórum IBAS.

Com relação ao primeiro título que será analisado neste tópico, destacam-se os diversos tópicos que se podem classificar como gerais, inerentes à comunidade internacional, referentes à Cúpula do Milênio, à governança global, à Cooperação Sul-Sul, ao NEPAD, ao NAASP, ao processo de integração latino-americana, à reforma da arquitetura financeira

internacional, à OMC, ao desenvolvimento sustentável, à mudança climática, à manutenção da paz e da segurança internacionais, ao redesenho da globalização, ao desenvolvimento social, problemas regionais, à gestão de desastres, às metas de desenvolvimento do milênio, à propriedade intelectual, à proteção ambiental, aos direitos humanos, à urbanização, à questão energética, à igualdade de gênero.

Com relação ao segundo título, abordam-se temáticas mais específicas relacionadas à cooperação sectorial do Fórum de Diálogo IBAS na construção e na consolidação dos trabalhos desenvolvidos em sede dos Grupos de Trabalho, ao longo das reuniões periódicas, que atualmente são dezesseis áreas temáticas, compreendendo administração pública, administração tarifária e aduaneira, agricultura, assentamentos humanos, ciência e tecnologia, comércio, cultura, defesa, energia, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, sociedade de informação, turismo e transporte que são analisados nos tópicos específicos. Mas também no marco deste segundo título, avaliam-se os trabalhos desenvolvidos da gestão do Fundo IBAS para eliminação da fome e da pobreza, e a realização dos demais Fóruns temáticos que também serão analisados em tópicos específicos.

Ao se retornar ao primeiro título, referentes aos tópicos gerais para o redesenho das relações internacionais, é imperativo ressaltar o progresso já auferido na realização das proposições elencadas nas Declarações Conjuntas, fruto das Reuniões da Cúpula do IBAS, e nos Comunicados Ministeriais, fruto dos Encontros Ministeriais da Comissão Mista Trilateral.

Em termos da Cúpula do Milênio, avalia-se o trabalho conduzido quando da realização desta Conferência Internacional entre os dias 14, 15 e 16 de Setembro de 2005, momento em que os representantes dos países do IBAS expressaram suas expectativas no tocante à um necessário equilíbrio entre o desenvolvimento e a problemática da segurança, enfatizando o desenvolvimento como efetivo instrumento na construção de um novo sistema de segurança coletiva.

Em termos do multilateralismo, novamente se argüi o imperativo da reforma da ONU, argumentando-se pelo fortalecimento do sistema multilateral por intermédio da democratização desta organização internacional com a finalidade de corresponder às prioridades de seus Estados-Membros, particularmente aqueles dos países em desenvolvimento que compõem a maioria de seus membros.

Desta forma, para a realização deste objetivo, acorda-se entre os países-membros do IBAS acerca da cooperação entre as suas respectivas delegações na ONU e demais agências especializadas e outros órgãos multilaterais para coordenação de posições políticas, mas também se ressaltam a criação da Comissão de Manutenção da Paz como importante instrumento intergovernamental para persecução deste objetivo, a criação da Comissão de Direitos Humanos e sua operacionalização.

No prisma da reforma do Conselho de Segurança, tem-se também um postulado acerca da ausência de representatividade deste órgão no tocante às características atuais da realidade internacional, o que tornam necessárias a sua expansão de membros permanentes e não-permanentes para países sul-americanos, africanos e asiáticos e a efetividade de suas decisões como instrumento de satisfação dos interesses da comunidade internacional.¹⁵⁹

Todavia, percebe-se a ausência de progresso auferido na realização deste objetivo de redesenho da estrutura da ONU, em razão da configuração tanto política quanto jurídica desta organização internacional e suas diversas proposições de reforma¹⁶⁰, conforme se observará mais detalhadamente no Capítulo 4.

Em termos de governança global, tem-se o compromisso na persecução de políticas, programas e iniciativas em diferentes fóruns internacionais para a reconfiguração do processo de globalização e, conseqüentemente, destaca-se a inequidade das estruturas e mecanismos econômicos globais, expressando a necessidade de democratização das instituições financeiras internacionais por intermédio da garantia de voz e de participação dos países emergentes na condução e na administração das Instituições de Bretton Woods, apesar do pouco progresso nesta temática, o que evidencia o imperativo das relações comerciais e econômicas globais.

Em termos da Cooperação Sul-Sul, argumenta-se em torno de um desenvolvimento de uma visão comum a esta cooperação internacional com o intuito da realização de uma agenda de desenvolvimento do Sul durante o século XXI, de desenvolvimento econômico

¹⁵⁹ Ver JORNADA, Helena. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Comentários ao Artigo 26 da Carta da ONU**. P. 425 a 429. IN: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. (organizador) **Comentários à Carta das Nações Unidas**. Centro de Direito Internacional. Belo Horizonte. 2008.

¹⁶⁰ Ver JORNADA, Helena. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Comentários ao Artigo 26 da Carta da ONU**. P. 425 a 429. IN: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. (organizador) **Comentários à Carta das Nações Unidas**. Centro de Direito Internacional. Belo Horizonte. 2008.

com equidade social no contexto do mundo globalizado, de intercâmbio de visões¹⁶¹ sempre levando em consideração o papel do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de efetividade desta cooperação e na construção de uma nova epistemologia do Sul no contexto das relações internacionais do século XXI.

Em termos do NEPAD¹⁶², afirma-se o apoio ao desenvolvimento do Programa com o compromisso da parceria do IBAS para concretização efetiva das medidas tomadas para a implementação do Programa. Neste contexto, procura-se ressaltar a experiência comum na luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento, a complementariedade dos patamares de desenvolvimento dos respectivos países o que implica na possibilidade de intercâmbio de informações e melhores projetos na abordagem de desafios comuns e na identificação de áreas de interesse comum.

Ao se considerar a cooperação trilateral com o continente africano, argumenta-se em torno de possibilidades de promoção de comércio, investimento, ciência e tecnologia, energia, tecnologia de informação e comunicação, biotecnologia, saúde, turismo e educação, transporte, saneamento, recursos hídricos, enfim, temas da agenda africana.

Em termos do NAASP¹⁶³, nota-se o desenvolvimento das relações econômicas entre África e Ásia, mais especificamente, a construção deste projeto de parceria estratégica e da criação da Cúpula Afro-Asiática de Negócio, ao se enfatizar áreas em que há a necessidade de desenvolvimento para os respectivos continentes concernente a problemas econômicos, comércio, investimento, saúde, recursos humanos e infra-estrutura.

Em termos da regionalização latino-americana, argüi-se a constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações no marco do desenvolvimento dos trabalhos da Unasul¹⁶⁴ para o fortalecimento da coordenação política e a integração econômica, comercial e infra-estrutural dos países sul-americanos.

¹⁶¹ Ver TECHNICAL COOPERATION AMONGST DEVELOPING COUNTRIES. (2004). Disponível no site: http://www.upu.int/development_cooperation/en/technical_cooperation_among_developing_countries_en.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009

¹⁶² Ver DIALLO, Alfa Oumar. **A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África. (NEPAD) – Paradigma pra o desenvolvimento.** 2006. 229f. Tese. (Doutorado). Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. Porto Alegre.

¹⁶³ Para maiores informações sobre **New Asian -African Strategic Partnership (NAASP)**. Ver site: <http://www.naasp.gov.za/>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

¹⁶⁴ Ver PACHECO, Silvestre Eustáquio Rossi. **A construção da Comunidade Latino-Americana de Nações no marco de fundamento da identidade regional de Nuestra América.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2008.

Em termos da necessidade de reforma da arquitetura financeira internacional, destaca-se o discurso do imperativo de renovação e do fortalecimento deste sistema para a promoção e apropriado financiamento destinado ao desenvolvimento de países em distintos patamares de crescimento, bem como da necessidade de maior participação dos países em desenvolvimento no processo de decisões econômicas internacionais para maior representatividade e legitimidade das Instituições de Bretton Woods, em especial, o FMI, perante a comunidade internacional.

Em termos da OMC, acorda-se a intensificação da cooperação nas distintas áreas de interesse comum, principalmente, quando da realização de rodadas de negociações comerciais internacionais, sendo que esta cooperação exemplificada pelo G-20¹⁶⁵ em negociações sobre o tema da agricultura para a efetivação de oportunidades de comércio sob os auspícios de um sistema comercial multilateral aberto, justo, equitativo, transparente e fundado em regras.

Com maior atenção à Rodada de Doha, argumenta-se em torno da construção de uma Agenda de Desenvolvimento¹⁶⁶, apesar dos retrocessos das promessas de desenvolvimento desta rodada de negociação, o que leva à privação de condições materiais para a efetivação do direito ao desenvolvimento dos países emergentes e de suas vantagens comparativas na agricultura, indústria e serviços.

Com relação à temática da agricultura, argüi-se o prejuízo do seu comércio e de sua produção, em especial aos produtos de exportação, de interesse dos países em desenvolvimento, por intermédio de barreiras e distorções adotadas em medidas não-tarifárias, uso de tarifas elevadas, subsídios à exportação. Como membros do G-20, há uma interlocução entre os países do IBAS também membros do NAMA – 11¹⁶⁷, quanto objetivos de eliminação de políticas distorsivas do comércio, do fortalecimento do sistema multilateral de comércio favorável ao desenvolvimento, à promoção do crescimento econômico e do emprego e à redução da pobreza.

¹⁶⁵ Ver SANTOS, Cristiane Márcia dos. **Determinantes do crescimento econômico dos países em desenvolvimento do Bloco G-20**. 2008. 167f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Viçosa. Minas Gerais.

¹⁶⁶ Ver MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND**. 2005. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

¹⁶⁷ Para maiores informações sobre Non-Agricultural Market Access, ver site: http://www.wto.org/english/tratop_E/markacc_e/markacc_negoti_e.htm. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

Como também, em termos do comércio internacional e também da propriedade intelectual, reconhece-se a importância de inclusão da dimensão do desenvolvimento relativas a propriedade intelectual, com a finalidade de formulação de políticas para acesso ao conhecimento, saúde, cultura e um meio ambiente sustentável, o que se verifica com lançamento de uma Agenda de Desenvolvimento na Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Em termos do tópico de desenvolvimento sustentável, há o apoio aos compromissos assumidos em relação à segurança química na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável¹⁶⁸ quando da sua realização no ano de 2002, com também referências à proteção do meio ambiente, enquanto avançam em direção ao desenvolvimento socioeconômico em seus respectivos países, concordando sobre a promoção de uma cooperação para a garantia de uma cooperação para assegurar o desenvolvimento sustentável¹⁶⁹.

É imperativo ressaltar os progressos em termos das negociações sobre o relacionamento entre o Acordo TRIPS e Convenção sobre Diversidade Biológica, reafirmando a necessidade de uma solução imediata quanto a concessão de direitos de propriedade intelectual relacionados a ou que façam uso de recursos genéticos e conhecimento tradicional associado sem o cumprimento das disposições relevantes da Convenção sobre Diversidade Biológica¹⁷⁰.

Em termos da mudança climática, reconhecem-se os resultados das reuniões de Montreal, com a adoção dos Acordos de Marraqueche do Grupo de Trabalho *Ad-hoc* sobre Compromissos Adicionais para as Partes do Anexo I sob o Protocolo de Kyoto para o período além de 2012, o desenvolvimento da Conferência da ONU sobre Mudança Climática em Copenhague. Em termos de temáticas regionais, abordam-se as condições políticas de Sudão, de Zimbabué, Afeganistão, Iraque, Irã, Líbano e Processo de Paz no Oriente Médio, Saara

¹⁶⁸ Ver DECLARAÇÃO DA CÚPULA DO MILÊNIO. (2000). Disponível no site: http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

¹⁶⁹ Os respectivos países membros do Fórum de Diálogo IBAS faz parte do Comitê de Capacitação do Grupo de Observação da Terra (GEO), que se constitui em termos de construção de uma parceira intergovernamental visando a concretização do Sistema Global de Sistemas de Observação da Terra (GEOSS). Para maiores informações, ver site: <http://www.earthobservations.org/>. Data de Acesso de 12 de Dezembro de 2009.

¹⁷⁰ VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8/CBD), que se realizou em Curitiba, Brasil (20-31 de março). Eles concordaram que a COP-8 constitui uma oportunidade para antecipar a implantação efetiva da CBD. Para maiores informações, ver site: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Guia_Convencao_Diversidade_Biologica.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

Ocidental, situações de instabilidade política em que o Fórum de Diálogo IBAS procura delinear igualmente o seu papel de mediação, em concomitância ao seu objetivo de interlocutor do mundo em desenvolvimento em busca de reformulação do sistema internacional.

Com relação à situação de caráter humanitário do Sudão, argüi-se em sede dos documentos oficiais desta parceria estratégica trilateral o imperativo de resolução do problema político interno do país, com especial atenção à questão humanitária da região de Darfur, de forma a se verificar uma efetiva cooperação internacional para o alívio da população civil e o fortalecimento necessário de suas estruturas políticas e de desenvolvimento, igualmente a partir da cooperação no processo de paz com o objetivo de finalização do Diálogo interno de Darfur sob a orientação da Organização da União Africana e da ONU.

Nesta perspectiva, pondera-se igualmente sobre o desenvolvimento dos trabalhos da operação conjunta da ONU e da União Africana, situação em que estes organismos internacionais e o governo sudanês no que se refere ao desenvolvimento de uma força de paz híbrida destinada a contribuir para a estabilização de Darfur em sede de suas perspectivas políticas, humanitárias e de segurança, considerando que qualquer adoção de medida não deve afetar adversamente a população civil e implicar em maiores agravamentos de sua situação humanitária.

Em sede da cooperação da comunidade internacional para ajuda humanitária de Darfur, argüi-se o imperativo de fornecimento de apoio financeiro e material para o desenvolvimento da força híbrida da ONU e da União Africana em termos de superação da situação de crise humanitária e igualmente a partir da necessidade de cumprimento das obrigações assumidas em sede da realização da Conferência de Doação de Oslo na Noruega nas datas de 05 e 07 de Maio de 2008.

Igualmente se postula acerca da ordem de prisão realizada sob os auspícios do artigo 58 do Estatuto de Roma do TPI contra o Presidente da República do Sudão, considerando que este fato jurídico internacional pode ser considerado uma causa de preocupação para o continente africano.

Conseqüentemente, os países membros do Fórum IBAS, como partes da comunidade do Sul Global, apóiam a posição de paz da União Africana e do Conselho de

Segurança da ONU, como também expressam a convicção de que a perseguição penal pode ser elemento negativo na efetividade dos esforços internacionais para resolução desta questão humanitária, a promoção de uma paz durável e de desenvolvimento deste país com um todo, arguindo um compromisso global para a implementação do acordo de paz, das resoluções da ONU e da União Africana e o fim dos ataques aos funcionários da ONU.

Concernente à situação política de Zimbabué, os postulados do Fórum de Diálogo IBAS se referem às problemáticas de suas eleições, expressando fé na capacidade de sua população para a resolução de seus desafios enfrentados por este país, com destaque do papel da África do Sul no desenvolvimento dos esforços de mediação através da SADC em sua assistência na concretização de solução aos desafios políticos internos do Zimbabué e, finalmente, ressalta-se o acordo da data de 11 de Setembro de 2008 no tocante à construção de um governo de unidade nacional.

Concernente à situação do Afeganistão, postula-se o apoio do Fórum IBAS na reconstrução da soberania, da democracia e de seu desenvolvimento, embora se ressaltem as problemáticas da segurança interna e os conseqüentes riscos ao desenvolvimento do progresso para a sua estabilização política em face do ressurgimento do Talibã e fortalecimento do terrorismo internacional, ao mesmo tempo em que se reiteram a importância de esforço internacional unido e coerente em termos de segurança e de desenvolvimento social e econômico deste país, como igualmente o compromisso para o fortalecimento e consolidação do processo democrático e das instituições constitucionais do Afeganistão, destacando o seu ingresso como oitavo membro da SAARC quando da realização da 14^o Cúpula em Abril de 2007.

Com relação ao Iraque, destacam-se os postulados sobre a necessidade de retorno da paz e da estabilidade no país, considerando que são elementos essenciais para a concretização do seu desenvolvimento e de sua prosperidade, os quais serão realizados por intermédio da exigência de políticas públicas inclusivas e democráticas, como igualmente se faz referência ao papel da ONU, de suas agências especializadas e da comunidade internacional em sua contribuição para os esforços de reconstrução do Iraque.

No tocante à situação do Líbano, os postulados do Fórum IBAS se referem à circunstância política do país, ressaltando a necessidade da efetividade das Resoluções 1559 (2004), 1701 (2006) e 1757 (2007) do Conselho de Segurança da ONU, o seu apoio às

iniciativas da Liga dos Países Árabes e de seu Secretário Geral, ao estabelecimento de um governo de unidade nacional e de aprovação de uma nova legislação eleitoral.

Com relação ao Irã, postula-se acerca do direito inalienável do todos os Estados à aplicação pacífica de energia atômica, conforme disposto em suas obrigações legais internacionais, como igualmente se destaca a importância de efetividade de uma resolução diplomática do problema nuclear deste país em sede da atuação da Agência Internacional de Energia Atômica. Concernente ao Processo de Paz no Oriente Médio, argumenta-se em sede dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS acerca da efetividade do Processo de Paz de Anápolis e como a Iniciativa Árabe de Paz, com a continuidade das negociações para a unidade palestina e fim das ocupações israelitas dos territórios árabes.

E, finalmente, no tocante à Saara Ocidental, pondera-se acerca da implementação da Resolução 1813 do Conselho de Segurança da ONU (2008), como igualmente ao imperativo de cooperação internacional para assistência ao programa de refugiados desta região. Todavia, há de se considerar os desdobramentos do tratado entre Brasil, Turquia e Irã e da atuação do Conselho de Segurança em face deste dilema nuclear iraniano.

Com relação ao processo de globalização, argüi-se nos principais documentos do Fórum de Diálogo IBAS o imperativo de formulação de políticas, programas e iniciativas nos fóruns internacionais com a finalidade de redesenho da racionalidade instrumental, utilitarista da globalização para uma perspectiva inclusiva, integrativa, igualitária e de construção de nova e boa *global governance* na esfera das relações internacionais. Neste sentido, enfatizam-se os trabalhos conduzidos e os resultados auferidos da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização.

Em termos do postulado da manutenção da paz e da segurança internacionais, destacam-se temas relacionados ao combate a todas as formas de terrorismo através de uma cooperação multilateral e da adoção de uma Convenção Abrangente sobre o assunto, ao desarmamento e não proliferação de Armas de Destruição em Massa a ser realizado por intermédio da cooperação multilateral, a adoção da Resolução 1540 pelo Conselho de Segurança da ONU (2004), à atuação da AIEA e Organização para a Proibição de Armas Químicas, ao uso pacífico de energia atômica, a universalização da Convenção para a Proibição de Armas Químicas e Convenção de Armas Biológicas, a necessidade da Conferência de Revisão de 2006 do Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir,

Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armas Leves em Todos os Seus Aspectos.

Em termos de desenvolvimento social, argumenta-se sobre compromisso para a eliminação de todas as formas de discriminação racial e a promoção da igualdade de gênero. Em termos de gestão de desastres, reconhece-se o papel do Fundo de Resposta a Emergência da ONU¹⁷¹ em virtude do sofrimento humano, de impacto econômico, que foram resultados de desastres naturais ao redor do mundo.

Em termos das Metas de Desenvolvimento do Milênio, ressalta-se o compromisso para a realização destas metas como parte dos esforços globais para eliminação da fome e da pobreza, o que requer apoio internacional e o desenvolvimento dos trabalhos da Assistência Oficial de Desenvolvimento.

Em termos da proteção ambiental, destaca-se a importância das decisões tomadas na 8^o Conferência para Convenção sobre Diversidade Biológica realizada na Cidade de Curitiba em Março de 2006, e da necessidade de finalização das negociações do Regime Internacional de Acesso e Distribuição de Benefícios.

Em termos de questão energética, trabalha-se em torno do problema do preço do petróleo e seu impacto sobre as economias dos países em desenvolvimento, especialmente, os países do Sul, destacando a necessidade de estabilidade do preço internacional e a necessidade de cooperação na exploração de fontes alternativas de energia como biocombustíveis mediante desenvolvimento sustentável.

Em termos da igualdade de gênero, discute-se a contínua luta global pela igualdade de gênero, expressando a negligência de compromisso coletivo da comunidade internacional tanto para esta igualdade quanto para crescimento do papel da mulher na sociedade, mas se argüi o compromisso para a implementação da Plataforma de Ação de Beijing (1995).

A concretização dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS, conforme elencados e analisados ao longo deste tópico do Capítulo 2, faz-se pelos processos de construção e de consolidação desta parceira estratégica trilateral, para além de sua articulação política e da interlocução entre os seus respectivos países membros, tendo em vista que ao se tratar de um projeto de globalização anti-hegemônica, a concretização desta parceria estratégica trilateral

¹⁷¹ Para maiores informações sobre o Fundo de Resposta a Emergência da ONU, ver site: <http://www.un.org/News/Press/docs/2010/ga10913.doc.htm>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

representa não somente um instrumento de aproximação entre estes países emergentes como igualmente um instrumento de redefinição deste paradigma internacional em transformação do século XXI.

Seus respectivos princípios e postulados que orientam o desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos do Fórum de Diálogo IBAS devem representar igualmente a construção de um espaço institucional de atuação do mundo em desenvolvimento, para além de sua estrutura pautada pela informalidade e pela diplomacia presidencial na condução desta cooperação sectorial trilateral, de modo que possa se configurar como um ator internacional relevante com capacidade de mudanças sistêmicas e também como interlocutor do mundo em desenvolvimento.

No marco de concretização desta Epistemologia do Sul¹⁷², em termos do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global, o Fórum de Diálogo IBAS se apresenta como uma alternativa de inserção do mundo em desenvolvimento, e como interlocutor do mesmo no diálogo político e econômico internacional, de forma a proporcionar, não somente uma instância global de Cooperação Sul-Sul, como igualmente um efetivo instrumento de articulação política para a concretização do imperativo categórico de redefinição do paradigma internacional, com construção de um novo sistema internacional, mais inclusivo, e mais democrático, conforme se postula em seus documentos oficiais, em suas declarações de princípios de ação internacional.

Em conclusão, trata-se de compreender as dinâmicas e institucionalidade dos principais órgãos do IBAS, ou seja, a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo e a Comissão Mista Trilateral, cujos delineamentos designam as atividades dos demais institutos do Fórum IBAS para a efetividade desta cooperação sectorial trilateral, como igualmente a concretização do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global.

¹⁷² Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas gerais globais a uma ecológica de saberes**. P. 23 a 71. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina S.A. Coimbra. 2009.

3.3. A perspectiva dos trabalhos dos Pontos Focais, de Fórum entre os Povos, Fórum Empresarial e Fórum das Mulheres para a consolidação do papel do Fórum de Diálogo IBAS.

A construção do arcabouço institucional do Fórum de Diálogo IBAS que, ao lado de seus principais órgãos dirigentes, compreende também diversos outros institutos internos com a finalidade de realização dos princípios, dos objetivos e das políticas comuns articuladas nesta iniciativa trilateral.

Desta forma, trata-se necessariamente de analisar o desenvolvimento dos trabalhos realizados, mais especificamente, do Instituto dos Pontos Focais que se eregiu como principal responsável na articulação das diretrizes a serem seguidas pelos Grupos de Trabalho, do Fundo IBAS, mas também dos Fóruns Temáticos que se destinam a realizar os objetivos de participação da sociedade civil dos respectivos países, a efetivação da igualdade de gênero e ao fortalecimento do comércio inter-regional.

Concernente aos Pontos Focais, tem-se o desenvolvimento de reuniões periódicas, que são realizadas em concomitância com a articulação dos trabalhos dos Encontros Ministeriais da Comissão Mista Trilateral, com a finalidade de revisão dos resultados alcançados por estes órgãos dirigentes deste organismo internacional.

É imperativo ressaltar que a esfera de atuação do Fórum de Diálogo IBAS compreende a coordenação de posições oficiais sobre tema de importância global, multilateralismo, cooperação em áreas sectoriais trilaterais consideradas importantes no processo de fortalecimento desta iniciativa, estruturando-se numa interação entre fóruns não-governamentais e também a gestão do Fundo IBAS.

Nesta perspectiva de fortalecimento institucional do Fórum IBAS, estrutura-se o órgão dos Pontos Focais, cuja composição abrange representantes diplomáticos brasileiros, sul-africanos e indianos¹⁷³, destinado a efetivação de suas competências institucionais, fruto das articulações dos documentos oficiais, porém, suas reuniões periódicas, de forma semestral, não necessariamente produzem normativas e atualmente está em vigor a 12ª Declaração dos Pontos Focais. (2008)

¹⁷³ Referência dos Componentes de Cada Ponto Focal se encontra disponível no site <http://www.forumibsa.org/interna.php?id=7>. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

A coordenação do Ponto Focal Brasileiro está sob a responsabilidade do Embaixador Roberto Jaguaribe, ao ter como função de Subsecretário-Geral junto ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, cuja coordenação nacional é conduzida por Gilberto Moura, Diretor do Departamento de Mecanismos Regionais deste Ministério, compondo-se também por João Genésio de Almeida Filho, Representante da Divisão do IBAS na função de Conselheiro, Francisco Figueiredo de Souza, Secretário do IBAS com a função de Terceiro-Secretário, Gustavo Ludwig Rosas, Secretário do IBAS, com a função de Terceiro-Secretário e Francisco Simplício junto à Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD.¹⁷⁴

A coordenação do Ponto Focal Indiano é de responsabilidade do Embaixador Nalim Surie, compondo-se também por Malay Mishra, com a função de Coordenador Nacional Indiano, e D. Charandasi, Sub-secretário de Assuntos Multilaterais da Índia.

A coordenação do Ponto Focal Sul-Africano é de responsabilidade do Embaixador Jerry Matjila, compondo-se também por Johannes Spies na função de Coordenador Nacional Sul-Africano, Pierre Jordaan, Diretor, Negócios Econômicos e Organizações Regionais, do Ministério das Relações Exteriores da África do Sul e Patiwe Booi, também deste Ministério.

Este quadro de funcionários se estrutura internamente de forma que cabe a direção executiva do Fórum aos denominados Pontos Focais Nacionais, mas também cabe aos Coordenadores Nacionais a orientação das atividades dos Grupos de Trabalho e gestão administrativa do Fórum.

No desenvolvimento dos trabalhos do Instituto dos Pontos Focais¹⁷⁵, têm-se os resultados auferidos das reuniões concernentes à cooperação sectorial trilateral em sede dos atuais dezesseis Grupos de Trabalho criados ao longo do processo de construção e de consolidação do IBAS.

Conseqüentemente, em termos do Grupo de Trabalho da Agricultura, decidiram-se sobre medidas de produção de animais, saúde animal, medidas sanitárias e fito-sanitárias, a finalização do projeto de biotecnologia aplicada à produtividade da agropecuária, e agenda de um encontro técnico na Índia sobre identificação animal e sistemas de identificação. Mas

¹⁷⁴ Para maiores informações da Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD, ver site: <http://www.pnud.org>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

¹⁷⁵ DECLARAÇÃO DOS 12⁰ DOS PONTOS FOCALIS (2008). Disponível no site http://www.forumiba.org/resultado_doc.php?id=94. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

também, há a construção de capacidade e de pesquisa em sede de treinamento na produção de algodão e de adição de valor na Índia, na produção de vinhos com adição de valor na África do Sul, e na produção de soja no Brasil.

No campo das políticas públicas, têm-se a realização de workshop sobre técnicas e ferramentas para a construção destas capacidades, bem como no campo do agronegócio, há o intercâmbio de informações sobre atração de investimentos estrangeiros, sobre estatísticas de comércio na identificação de commodities agrícolas para acesso ao mercado internacional e identificação de obstáculos à expansão do comércio de produtos agrícolas e, finalmente, intercâmbio de informações sobre políticas agrícolas.

Em termos do Grupo de Educação, há a discussão sobre a criação de um programa de estudos do IBAS em instituições de ensino superior com a finalidade de possibilitar o intercâmbio de informações, de acadêmicos, estudantes, estágios pós-doutorais entre os respectivos países, sobre organização de seminários acadêmicos sobre o IBAS, sobre a proposta brasileira de criação de dois sub-grupos de Esporte e educação.

Em termos do Grupo de Desenvolvimento do Assentamento Humano, há proposições acerca do memorando de entendimento sobre a temática deste grupo a ser assinado quando da realização da III Reunião de Cúpula do IBAS, acerca da cooperação de posições no segundo diálogo do Fórum Mundial sobre Urbanização, denominado *Cidades Socialmente Harmoniosas*.

Em termos do Grupo de Cultura, compreende-se a temática da configuração de um comitê a ser implementado e a se reunir concomitantemente aos encontros dos Pontos Focais do IBAS, mas também se afirma que a cooperação cultural deverá ir além dos temas de música e dança e de organização de festivais culturais e acadêmicos sobre este tema.

Em termos do Grupo de Energia, acorda-se sobre a construção de uma força tarefa sobre biocombustíveis, sobre a confirmação dos respectivos países quanto a realização dos procedimentos legislativos para a implementação do memorando de entendimento sobre biocombustíveis e de adoção de memorando de entendimento sobre recursos eólicos, o que significou o compromisso dos três países na indicação de membros para o Ponto Focal sobre energia e para a força tarefa cujo objetivo se refere à articulação de um plano de implementação focalizando as áreas prioritárias.

Em termos do Grupo de Ciência e Tecnologia, há uma chamada para proposições de projetos que serão realizados simultaneamente em todos os três países por intermédio de esforços trilaterais a partir de ano de 2008, sendo que o Brasil se responsabilizaria da apresentação destas propostas a serem objeto de apreciação de Índia e África do Sul para revisão.

Neste sentido, argüi-se em sede deste Grupo de Trabalho a necessidade de formulação de um Memorando Trilateral de Entendimento sobre a realização de cooperação em Ciência e Tecnologia, enfatizando a descrição de modos e de áreas de colaboração e divisão comum de despesas e de financiamentos acerca das atividades colaborativas.

No marco destas atividades de cooperação, acordou-se o financiamento pelos respectivos países para cada atividade, destinado ao uso por cada país para apoio dos custos locais das atividades e para mobilização de cientistas sob a égide destas atividades acordadas. Mas também se firmou o entendimento acerca da realização de um encontro de Ministros de Estado de Ciência e Tecnologia a ser realizado concomitantemente à III Reunião de Cúpula do IBAS na Índia.

Ao prosseguir neste Grupo de Trabalho, houve uma proposta do Brasil acerca de realização de um encontro em separado, menor, com representantes dos respectivos países do IBAS para a identificação de áreas específicas de colaboração em Oceanografia, também a abordagem sobre pesquisa na Antártica, acordando a realização de encontros de pesquisadores à margem dos Encontros internacional multilaterais da Antártica para coordenação de prioridades e articulação de projetos de colaboração e, finalmente, a proposta da África do Sul sobre a inclusão do Sistema de Conhecimento Indígena.

Em termos do Grupo de Sociedade de Informação, acordou-se que áreas de cooperação em Inteligência e Gestão de Risco, transferência de valores e de combate à fraude seriam incluídos como objeto de trabalho deste Grupo. Desta forma, erigiram-se quatro tópicos a serem discutidos neste Grupo de Trabalho, abordando o tema do intercâmbio de informações para cooperação em desenvolvimento de mecanismo de combate à evasão fiscal, o tema de assentamento e de controle de risco, o tema da transferência de valores e de taxação internacional no contexto de construção de capacidade para articulação do tópico e, finalmente, o tema da revisão e melhoria do existente sistema de valoração dos parceiros do IBAS.

Em termos do Grupo de Comércio e Investimento, acordou-se acerca da necessidade de identificação de similitudes sobre pequenas e médias empresas para a facilitação de comunicação, da criação de um subgrupo sobre esta temática com o intuito de implementação de futuro plano conjunto de ação e o progresso dos trabalhos realizados pelas organizações comerciais dos países do IBAS. Em razão disso, articula-se o objetivo de facilitação de comércio intra-bloco a partir do intercâmbio de informações sobre as agências reguladoras e, finalmente, trabalha-se acerca da adoção de um tratado de comércio trilateral abrangendo o Mercosul, a União Aduaneira da África Austral e Índia¹⁷⁶.

Em termos do Grupo de Transporte, há a subdivisão temática, abrangendo o transporte marítimo e o transporte aéreo de forma a possibilitar a concretização da cooperação sectorial trilateral, conforme postulado pelos documentos oficiais do Fórum de Diálogo IBAS.

Com relação ao transporte marítimo, trabalha-se em torno de uma cooperação governamental para a adoção de um plano de ação na área de cooperação, incluindo a cooperação entre organizações e empresas da área e promoção de oportunidade de turismo, cooperação entre instituições educacionais marítimas, intercâmbio de dados e informações sobre o fluxo de comércio, cooperação entre as administrações marítimas sobre funções regulatórias, cooperação do setor privado para tecnologia, cooperação em desenvolvimento portuário e conectividade regional interna, desenvolvimento de conexão marítima regional e desenvolvimento da capacidade em termos de recursos humanos.

Concernente ao transporte aéreo, nota-se o pouco progresso auferido na conectividade entre os destinos dos países do IBAS, mas também se acordou sobre a realização entre os reguladores e operadores aéreos para a facilitação do processo e sobre a articulação sobre um plano de ação sobre a aviação civil.

Em termos do Grupo de Meio Ambiente, nota-se a cooperação trilateral a partir da inclusão de sub-temas sobre mudança climática, biodiversidade e fauna, da necessidade de realização de encontro às margens de reuniões internacionais multilaterais sobre tema para coordenação de posições quando possível, da necessidade de acordo sobre os termos de referência deste grupo.

¹⁷⁶ Ver INDIA-MERCOSUR-SACU INFORMAL MINISTERIAL MEETING. JOINT COMMUNIQUÉ (2009). Disponível no site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2257&Itemid=1564. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

É imperativo perceber a construção desta cooperação trilateral em diversas áreas temáticas em sede do Instituto dos Pontos Focais, com a adoção de memorandos de entendimento na articulação de diretrizes orientadoras que serão analisados no tópico referente aos Grupos de Trabalhos e de propostas de colaboração, todavia, em patamares distintos de aprofundamento desta iniciativa. Desta forma, há a decisão deste órgão institucional para ponderações sobre os Grupos de Trabalho quanto ao exame de propostas destinadas à melhoria da estrutura operacional, incluindo a criação de novos Grupos de Trabalho e de um possível mecanismo de articulação temática para os trabalhos dos Grupos.

Como também, no tocante ao funcionamento do Instituto dos Pontos Focais, há a articulação de memorandos de entendimento sobre desenvolvimento de assentamentos humanos, ciência e tecnologia, mudança climática, turismo, direitos sobre propriedade intelectual, facilitação para o comércio, o plano de ação de cinco anos sobre transporte marítimo e o plano de ação sobre aviação civil, mas também a revisão sobre os projetos do Fundo IBAS e agendamento de novos encontros dos Pontos Focais em concomitância aos Encontros Ministeriais da Comissão Mista Trilateral.

Com relação ao Fórum entre os Povos¹⁷⁷, reconhece-se o papel da sociedade civil no fortalecimento da importância e da visibilidade do Fórum de Diálogo, ressaltando a realização de Foro de Governança Local do IBAS, cuja sigla é LGF apresentado em Conferência organizada pelo Instituto de Ciências Sociais em janeiro de 2008 na Índia, com a adoção da Carta do IBAS-LGF, em que se busca uma integração cultural entre os respectivos países membros desta parceria estratégica trilateral com respeito à sua diversidade.

Com relação ao Fórum entre as Mulheres¹⁷⁸, argumenta-se que o objetivo deste Fórum Feminino, realizado à margens do V Encontro Ministerial da Comissão Mista Trilateral, se refere à contribuição para a transformação das vidas das mulheres nos três países, por intermédio de esforços dos seus governos para o aprofundamento Cooperação Sul-Sul e a promoção de desenvolvimento igualitário e sustentável dentro e entre seus países, embora haja de se considerar que estes países apresentam episódios de discriminação racial e estratificação social conforme as suas peculiaridades históricas, sociais e culturais.

¹⁷⁷ Ver COMUNICADO MINISTERIAL DE SOMERSET WEST.(2008). Disponível no site http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=75. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

¹⁷⁸ Ver COMUNICADO MINISTERIAL DE SOMERSET WEST.(2008). Disponível no site http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=75. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

No contexto deste Fórum Temático¹⁷⁹, há um compromisso de lançamento de um livro, durante a IV Cúpula do IBAS, sobre estrutura macro-econômica inclusiva, que reflita a culminação do trabalho do Fórum de Mulheres até a data, e como resultado do seminário realizado em Brasília em julho de 2008.

Ao se tratar deste Fórum, imperativo ressaltar a assinatura do Memorando de Entendimento acerca cooperação na área de programas para o desenvolvimento da mulher e a igualdade de gênero¹⁸⁰ cujo preâmbulo se refere ao compromisso dos respectivos países quanto a esforços conjuntos e à colaboração no campo do desenvolvimento das mulheres para promoção de estratégias voltadas à igualdade de gênero e para aceleração da erradicação da pobreza, bem como a cooperação com os programas da ONU e de outros programas globais pertinentes, visando influenciar a seleção de temas nos diferentes Fóruns Globais e de relações Sul-Sul sobre desenvolvimento das mulheres.

Compete a implementação deste Memorando de Entendimento ao Ministério para o Desenvolvimento de Mulheres e Crianças do Governo da Índia, à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil e ao Ministério na Presidência da África do Sul, nos termos do artigo 1. Nos termos do artigo 2 deste memorando, delimitam-se as áreas de cooperação no tocante a políticas macroeconômicas inclusivas e pesquisa, ao orçamento de gênero em relação ao financiamento para o fortalecimento da mulher, a microfinanças, a cooperativas com mulheres, ao desenvolvimento de habilidades e treinamento, ao combate à violência contra a mulher, a parcerias com a sociedade civil, a cooperação em fóruns multilaterais e a cooperação em projetos trilaterais.

Em seu artigo 3, há as formas de cooperação, referindo-se ao intercâmbio de visitas e o compartilhamento de informações e experiências, ao intercâmbio de especialistas e de viagens de estudos, à promoção de cooperação da sociedade civil no âmbito dos três países, a monitorias e programas de intercâmbio para facilitar a transferência de conhecimento, ao intercâmbio de pessoal técnico de instituições, ao desenvolvimento de recursos humanos e

¹⁷⁹ Ver COMUNICADO MINISTERIAL DO VI ENCONTRO DA COMISSÃO TRILATERAL DO FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS. (2009). Disponível no site http://www2.mre.gov.br/ibas/2009_09_01_Brasilia_VI_Comista.pdf. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

¹⁸⁰ MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER E A IGUALDADE DE GÊNERO (2008). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

treinamento de servidores, representantes da sociedade civil e acadêmicos, a cooperação entre os institutos de treinamento e ao estabelecimento de instituições comuns, projetos e outros mecanismos conjuntos.

Sua implementação se verificará por intermédio de um programa de ação nas respectivas áreas de cooperação, cujos procedimentos de implementação, revisão e supervisão estão a cargo do Fórum que se reunirá anualmente para esta finalidade, conforme artigo 4, mas também há a criação de um grupo sobre desenvolvimento da mulher e a equidade de gênero, responsável pela provisão do suporte técnico para a promoção da cooperação trilateral para as finalidades dispostas no artigo 5.

É imperativo ressaltar que todos os memorandos de entendimento adotados, seja em sede deste Fórum Feminino, seja em sede dos Grupos de Trabalhos, adotam a possibilidade emenda, de suspensão e a solução de controvérsias acerca da interpretação, aplicação ou implementação das disposições, por meio de consultas e negociações. Concernente ao Fórum Empresarial¹⁸¹, destaca-se o resultado deste encontro de negócios, que também realizado às margens do V Encontro Ministerial da Comissão Mista, para a concessão de maior impulsão ao intercâmbio comercial entre os respectivos países do IBAS.

Com um maior envolvimento das grandes lideranças das comunidades de negócios dos três países, por meio do Fórum Empresarial do IBAS, criam-se condições de se alavancar comércio e investimentos reciprocamente vantajosos. (MOURA, 2008, p. 12)

Em conclusão, trata-se de compreender as dinâmicas e o progresso já auferido por quatro órgãos do Fórum de Diálogo IBAS para se verificar a concretização dos princípios e objetivos elencados em seus documentos oficiais, tendo em vista que este organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global pretende se constituir como um instrumento de interlocução entre seus respectivos países membros, como igualmente como fundamental instrumento de reformulação das dinâmicas internacionais, tanto políticas quanto econômicas, deste paradigma internacional em transformação.

¹⁸¹ Ver COMUNICADO MINISTERIAL DE SOMERSET WEST.(2008). Disponível no site http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=75. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

3.4. O papel do Fundo IBAS para combate à fome e à pobreza na concretização do papel do Fórum de Diálogo IBAS.

O Fundo IBAS¹⁸² para o Alívio da Fome e da Pobreza foi criado em Março de 2004 e formalmente estruturado em 28 de Maio de 2004 pelos Chefes de Estado e de Governo dos países que compõem o Fórum de Diálogo IBAS, a partir de Reunião entre os respectivos Ministros de Relações Exteriores deste projeto de cooperação trilateral, em concomitância à realização da 58^o Sessão Anual da Assembléia Geral da ONU em Setembro de 2003, recebendo o Prêmio Parceria Sul-Sul para Aliança Sul - Sul em evento cerimonial na ONU em Dezembro de 2006.

Indicou, porém, o PNUD, sua capacidade de desenhar um novo mecanismo financeiro, sob a forma de um fundo fiduciário, com objetivos, características e governanças específicos. (MOURA, 2008, p. 21)

É imperativo salientar que o aporte financeiro deste Fundo é realizado a partir de contribuições monetárias, de forma anual, dos respectivos países do IBAS na quantia de um milhão de dólares, o que tem como objetivo aparente de representar uma característica peculiar deste instituto em relação à gama tradicional de doadores provenientes da comunidade internacional.

Os trabalhos a serem conduzidos sob os auspícios da administração do PNUD se desenvolvem com a finalidade de apoio de projetos viáveis e passíveis de reprodução que ao se fundamentaram nas capacidades disponíveis dos países integrantes do IBAS e no intercâmbio de informações por intermédio de experiências já realizadas nos respectivos países, destinam-se a contribuir para a realização da eliminação da fome e da pobreza através das prioridades nacionais de outros países emergentes e de apresentação adicional de exemplos práticos de programas para o cumprimento das Metas do Milênio.

Todos os países em desenvolvimento podem se apresentar como possíveis candidatos a receber financiamento do Fundo IBAS, sendo que o PNUD se responsabiliza no tocante à divulgação desta iniciativa como resposta ao seu suporte administrativo.

¹⁸² Ver FUNDO IBAS. (2004). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

Para orientação dos trabalhos a serem desenvolvidos com o financiamento do Fundo IBAS, faz-se necessário ressaltar os princípios norteadores do procedimento de apreciação dos respectivos projetos, correspondendo o princípio do *ownership*, ou seja, do alinhamento com as prioridades por parte do país beneficiário, o princípio da auto-sustentabilidade que possa ultrapassar a adequação do propósito central deste Fundo, do princípio da eliminação da pobreza e da mitigação da fome, o princípio da replicabilidade, possibilitando a aplicação das experiências comuns a outras situações de mesma natureza, o princípio do impacto identificável, o princípio da inovação e, finalmente, há o período de realização de doze a quatorze meses.

Até o presente momento, há três projetos realizados que foram financiados pelo Fundo IBAS, mais especificamente em três países distintos, em Guiné Bissau, em Cabo Verde e, finalmente, em Haiti, com distintos objetivos, e financiamentos advindos tanto do Fundo IBAS para erradicação da Fome e da Pobreza, como igualmente de iniciativas públicas e privadas dos respectivos países auxiliados por este postulado do Fórum de Diálogo IBAS.

Em Guiné-Bissau, realiza-se o Projeto de Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária em Guiné-Bissau¹⁸³, cuja primeira fase compreendeu o período entre Marco de 2005 e Junho de 2007, com o orçamento de US\$ 498.750, 00¹⁸⁴, beneficiando grande parte da população daquele país, por intermédio da evolução da dieta e da introdução de sementes adaptadas ao período de chuvas.

Em sede deste projeto de desenvolvimento rural, tem-se em consideração que a concretização de seus objetivos se destinou à solução de diversas problemáticas no tocante à agricultura e à pecuária deste país, abrangendo à produção de arroz, à capacitação dos camponeses em sede desta produção agrícola, da gestão sustentável dos recursos hídricos da região, da capacitação de líderes comunitários no tocante à gestão e à organização dos empreendimentos agrícolas, à formação técnica destinada às atividades de comercialização deste produto, à formulação de dados para compreensão da produção e do rendimento do arroz e, finalmente, à realização de pesquisa para a identificação de pestes que podem afligir o desenvolvimento agrícola ao qual se propõe a concretização deste projeto.

¹⁸³ Ver RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE GUINÉ BISSAU (2007). Disponível no site http://www2.mre.gov.br/dibas/Guinea_Bissau_Evaluation_Report_Sept_17_2007.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

¹⁸⁴ Este valor é divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, mas especificamente pelo Departamento do Fórum de Diálogo IBAS deste Ministério. Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Acesso na data de 08 de Dezembro de 2009.

Em concomitância à realização da produção de arroz, como um dos objetivos do projeto de Guiné Bissau, há de se considerar igualmente os seguintes objetivos no que se referem à produção hortícola e frutícola, mais especificamente à distribuição de sementes, à formação técnica destinada à produção e ao trabalho com frutas tropicais e subtropicais, à capacitação técnica dos produtores no tocante aos modos de produção, organização e gestão de seus empreendimentos agrícolas e, finalmente, à formulação de pesquisas no combate às pragas.

No tocante ao objetivo do desenvolvimento da pecuária em Guiné Bissau, há de se considerar os seus elementos norteadores deste projeto no que diz respeito ao denominado produção animal de período curto, abrangendo à concretização de condições de produção sustentável de animais, à formação técnica de profissionais destinada aos trabalhos de produção, melhoria genética, ao uso sustentável dos pastos naturais, à gestão do empreendimento em termos de sistema de comercialização.

Igualmente no tocante ao desenvolvimento da pecuária, o projeto destinou-se à formação e à capacitação técnicas da população, principalmente, os trabalhadores nacionais, os agentes públicos e privados, os trabalhadores agrícola, voltadas em aperfeiçoamento de técnicas de produção, e de processamento de caju, ao processo de industrialização deste produto agrícola e, finalmente, realizou-se uma pesquisa também destinada ao combate às pragas que afligem esta modalidade de atividade agrícola.

E, finalmente, houve a formulação de conclusões e de recomendações sobre futuros projetos, que tenham finalidades e objetos semelhantes, a serem financiados pelo Fundo IBAS para erradicação da fome e da pobreza, de modo a possibilitar a concretização dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS no que dizem respeito à promoção do desenvolvimento sócio-econômico tão necessário a este lado da divisão epistemológica do sistema internacional.

No Haiti, realiza-se o Projeto de Coleta de Resíduos sólidos: uma ferramenta para a redução de violência e conflitos em Carrefour-Feuilles, que se verifica na referida comunidade da Cidade de Porto Príncipe, abrangendo-se o período de Fevereiro de 2006 a Abril de 2007, com o orçamento de US\$ 550.000,00.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Ver NOTA TÉCNICA SOBRE O PROJETO DO HAITI. Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dibas/Technical_Note_Haiti.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

Em Cabo Verde, realizou-se o Projeto de Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada, que se trata de uma comunidade carente de recursos e com difícil acesso na ilha de São Nicolau, em Cabo Verde, onde houve a reforma da Unidade Básica de Saúde de Covoada, que logrou adquirir a capacidade de atendimento de 230 pessoas do local, possuindo localização próxima a Cruz Vermelha, e presta assistência social a idosos. Seu custo final do projeto foi de US\$ 37.236,00¹⁸⁶.

Segundo este relatório sobre o desenvolvimento dos trabalhos deste Projeto de Reabilitação, trata-se de uma região isolada geograficamente, que impõe diversos obstáculos ao transporte de pacientes que ali procuram atendimento, em razão da própria distância desta localidade, comparando com outros centros de saúde desta Ilha de Cabo Verde, o que igualmente implicava na sua deterioração da prestação de serviços de saúde a estes 23° moradores.

Como igualmente, é importante ressaltar que a geografia difícil, que concomitantemente representava limitações à adequada prestação de serviços públicos de saúde a esta comunidade local da Ilha de Cabo Verde, implicou também empecilhos na realização deste projeto de revitalização do Posto Sanitário no que se refere ao transporte de materiais necessários ao desenvolvimento do projeto e à maior duração dos trabalhos de reabilitação deste centro de saúde.

O desenvolvimento deste projeto em Covoada também representou um intercâmbio de experiências, em sede dos trabalhos do Fundo IBAS para a erradicação da fome e da pobreza, principalmente neste caso no que se refere à melhoria da qualidade de vida da comunidade local em virtude da renovação do centro comunitário de saúde, que igualmente contou com a participação do poder público por intermédio de financiamento de 10% do valor do custo total do projeto e com o emprego de trabalhadores locais para o desenvolvimento deste programa financiado pelo Fundo IBAS.

Todavia, em razão da revitalização deste Posto Sanitário de Covoada, esta comunidade local atualmente tem a prestação de saúde neste no centro, com maior facilidade de locomoção, não implicando maiores obstáculos com o transporte aos grandes centros

¹⁸⁶ Ver RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CABO VERDE. (2008). Disponível no site http://www2.mre.gov.br/dibas/Report_IBSA_Cape_Verde.pdf. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

urbanos da Ilha à procura dos mesmos atendimentos médicos, agora oferecidos nesta comunidade.

Em concomitância à concretização deste projeto de renovação do centro comunitário sanitário da comunidade de Covoada, houve também o desenvolvimento de outro projeto financiado pelo Fundo IBAS na Ilha de Cabo Verde¹⁸⁷, no que diz respeito ao projeto de pintura e de fornecimento de equipamento para o edificio destinado ao funcionamento da Cruz Vermelha neste respectivo país, com um custo de US\$ 1.423.000,00, financiado totalmente a partir dos próprios recursos do Fundo IBAS para a erradicação da fome e da pobreza.

Em sede de desenvolvimento deste projeto da Cruz Vermelha, trata-se de concretização de um centro para assistência social destinado ao atendimento de pessoas idosas, a quem são oferecidos serviços público básicos como saúde e alimentação, como igualmente à renovação do centro de atendimento, voltado à assistência de aproximadamente 221 pessoas da Cidade de Ribeira Brava.

Os recursos destinados ao Fundo IBAS, formados pelas contribuições anuais dos países-membros do IBAS estão sob a administração da Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul, instituição integrante do PNUD, sendo necessário um pagamento de taxa de administração. Além desta competência, esta Unidade Especial tem como responsabilidades a função administrativa de secretariado das reuniões da Junta de Diretores do Fundo e o papel de contribuição para o procedimento de elaboração, análise, aprovação, execução e fiscalização dos projetos adotados pelo Fundo IBAS.

A principal instância decisória do Fundo IBAS são os Pontos Focais Nacionais dos respectivos países do IBAS, conforme salientado na análise da 12^o Declaração dos Pontos Focais, competindo-lhes a aprovação da identificação de projetos e de seus possíveis executores, sendo que a atualização no Brasil fica sob a responsabilidade do Departamento do Fórum de Diálogo IBAS, do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

A supervisão das articulações para efetivação dos objetivos do Fundo IBAS está sob a responsabilidade da Junta de Diretores do Fundo, que é formada pelos Representantes

¹⁸⁷ Ver RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CABO VERDE. (2008). Disponível no site http://www2.mre.gov.br/dibas/Report_IBSA_Cape_Verde.pdf. Acesso na data em 08 de Dezembro de 2009.

Permanentes Alternos dos Estados-membros junto à ONU com reunião periódica com a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul.

Conseqüentemente, é imperativo ressaltar o papel deste Fundo, conforme os postulados do Fórum de Diálogo IBAS, configura-se como um instrumento fundamental para a promoção e a concretização do desenvolvimento sócio-econômico, não somente, no que se refere aos países emergentes, como àqueles que igualmente se encontram à margem das dinâmicas internacionais de poder.

Conforme observado, o desenvolvimento dos trabalhos do Fundo IBAS representa uma singular oportunidade tanto para os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS no tocante a ser configurar como interlocutor do mundo em desenvolvimento, quanto para os demais países emergentes ou de menor desenvolvimento no que se refere à concretização de seu respectivo desenvolvimento sócio-econômico e de sua inserção internacional mais equânime e mais eqüitativa, embora se possa considerar as limitações e as potencialidades deste organismo político de cooperação para a construção do Multilateralismo e da Cooperação Sul-Sul.

No marco de construção da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global, no que se refere à concretização da Epistemologia do Sul¹⁸⁸, é imperativo considerar o papel do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de articulação e de inserção, especialmente, em sede do desenvolvimento dos trabalhos deste Fundo para o combate à fome e à pobreza, na medida em que seus postulados vislumbram à necessidade de maior auxílio do mundo em desenvolvimento.

Em conclusão, o Fundo IBAS para a erradicação da fome e da pobreza representa igualmente em sede dos objetivos e dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS um fundamental instrumento na redefinição dos parâmetros das relações internacionais, de modo a possibilitar o desenvolvimento sócio-econômico dos países em desenvolvimento, o que vem de encontro com a política desta parceria estratégica trilateral de se constituir um interlocutor do mundo em desenvolvimento.

¹⁸⁸ Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas gerais globais a uma ecológica de saberes**. P. 23 a 71. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina S.A. Coimbra. 2009.

3.5. O papel dos Grupos de Trabalhos na construção da cooperação trilateral sectorial em sede do Fórum de Diálogo IBAS.

O processo de desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS quanto a sua construção e tanto a sua consolidação na esfera das relações internacionais, em especial, no tocante a interlocução entre os respectivos países do IBAS tem nos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho o seu importante instrumento na efetivação dos objetivos e dos princípios elencados em seus documentos oficiais.

Nesta perspectiva, conforme mencionado anteriormente na análise do Instituto dos Pontos Focais, os atuais Grupos de Trabalho se destinam à articulação política e diplomática dos postulados erigidos para a efetivação da cooperação trilateral nas áreas de interesse comum, que podem ir além dos limites das chancelarias com a possibilidade de atuação de demais órgãos ministeriais, como poderá se verificar na compreensão dos memorandos de entendimento.

Todavia, em razão da dinâmica desta cooperação trilateral sectorial, há a possibilidade de expansão destas áreas de atuação do Fórum IBAS para vinte e cinco grupos temáticos, e neste sentido, destaca Gilberto F. G. de Moura que:

Além dos Grupos de Trabalhos indicados, o diálogo trilateral tem ocorrido informalmente em outras áreas, havendo, em alguns casos, propostas para o estabelecimento de novos GTs, como: (q) Questões de Gênero (mulher), (r) Pequenos Negócios, (s) Cooperação Sindical, (t) Sistemas Carcerários, (u) Obras Públicas e Infra-Estrutura, (v) Relações Federativas, (w) Temas Florestais, (x) Desarmamento e Não Proliferação e (y) Propriedade Intelectual. (MOURA, 2008, p. 27)

Desta forma, a compreensão dos memorandos de entendimento e dos acordos de cooperação trilateral entre os membros desta parceira estratégica trilateral e a análise da evolução dos trabalhos já desenvolvidos na perspectiva dos existentes dezesseis Grupos de Trabalho se fazem necessárias no intuito de consolidação das iniciativas no IBAS, de promoção da boa governança e do fortalecimento da cooperação Sul-Sul, para que se possa lograr a concretização de seus postulados e de seus objetivos propostos em seus documentos

oficiais na construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Até o presente momento, existem nove Memorandos de Entendimentos assinados em sede da realização da cooperação trilateral sectorial do Fórum de Diálogo IBAS e já em vigência, referentes às diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento dos trabalhos dos Grupos de Trabalho, compreendendo Administração Pública, Meio Ambiente, Cultura, Desenvolvimento de Assentamentos Humanos, Educação Superior, Recursos eólicos, Saúde e Medicina e Temas Sociais.

Todavia, ainda aguardam procedimentos legais para sua entrada em vigência os Memorandos de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins e sobre Biocombustíveis, mas também se espera a finalização de Memorandos de Entendimento no tocante ao temas de Energia, Saúde, Administração Tarifária e Aduaneira, Transporte, em especial da Aviação Civil e Turismo.

Em outros Grupos de Trabalhos, há o Acordo de Estrutura de Cooperação em Sociedade de Informação para este Grupo, Acordo de Cooperação das Administrações Tarifária e Aduaneira e Acordo sobre Transporte Marítimo no Grupo de Transporte, em que se procura a efetivação da cooperação trilateral sectorial do Fórum de Diálogo IBAS.

O Grupo de Trabalho sobre Defesa abrange não somente exercícios militares navais no marco do IBSAMAR¹⁸⁹, como também o intercâmbio de experiências nas áreas de Doutrina de Emprego Conjunto de Forças Armadas, Estrutura e Doutrina de Comando e Controle de Forças Armadas e Licitação de Material de Defesa.

Neste sentido, há também as negociações de adoção de um Acordo Trilateral de Livre Comércio entre Mercosul-Índia-SACU (JOINT COMUNIQUE INDIA-MERCOSUL-SACU, 2009) que será objeto de cooperação trilateral com a desenvolvimento dos trabalhos do Grupo de Trabalho sobre comércio. O Grupo de Ciência e Tecnologia trabalha em torno das áreas de pesquisa na Antártica, Oceanografia e Nanotecnologia, igualmente para adoção de normativas comuns de cooperação nesta área temática.

¹⁸⁹ Para maiores informações sobre IBSAMAR, ver site: http://www.idsa.in/idsastrategiccomments/IndiaBrazilSouthAfricaTangoatSea_GSKhurana_160508. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

Como também, cada Grupo de Trabalho é formado por representantes de cada país do Fórum de Diálogo IBAS, oriundos das autoridades competentes às quais se referem os memorandos de entendimento e os acordos firmados no âmbito desta iniciativa trilateral, o que pode ser considerado um instrumento de aproximação dos membros desta iniciativa estratégica trilateral em termos de convergência de esforços e de experiências específicas de sua inserção internacional.¹⁹⁰

O Grupo de Agricultura é formado por Célio Brovino Porto, Shri Mukesh Khullar e Gilbert Nkoana, respectivamente do Brasil, Índia e África do Sul. No Grupo de Cultura, Maria Clara de Abreu Rada, Shri Ajit Gupte e Tosca Makhambeni. No Grupo de Educação, Leonardo Rosa, Shri Sunil Kumar J.A.V Bhali. No Grupo de Defesa, Marcos Vinicius Pinta Gama, Shri Sanjeeva Kumar, Col Wylie Crawford.

No Grupo de Meio Ambiente, Andre Odenbreit Carvalho, Shri Sudhir Mittal e Stuart Mangold. No Grupo de Energia, Helena Cláudia Cantizano, Shri G.B.Pradhan, Sandile Tyatya. No Grupo da Saúde, Eduardo Botelho Barbosa, Shri Vineet Chawdhry e Moses Kau. No Grupo de Turismo, Carlos Santana, Leena Nandan, Patience Molokoza. No Grupo de Assentamentos Humanos, Luiz Carlos Fabbri, Shri Sunil Kumar Singh e Monika Glinzler.

No Grupo de Sociedade de Informação, Rodrigo Assumpção, Shri M.M.Nambiar, Ellen N. Kornegay. No Grupo de Desenvolvimento Social, Rawlinson Dias Rodrigues, Suthapa Majumdar, Mimi Tau. No Grupo de Comércio, Sergio de Toledo, Shri Amarendra Khatua, Elsabe Steyn. No Grupo de Transporte, Ronaldo Costa Filho, Shri R.K.Singh (Transporte Aéreo), Shri Rajiv Gupta (Transporte Marítimo) e Nosipo Sobekwa (Transporte Marítimo) e Bella Sithole (Transporte Aéreo).

No Grupo de Ciência e Tecnologia, José Monserrat Filho, Shri Y.P.Kumar e Portia Raphasha. No Grupo de Administração Pública, Cláudio Almeida Machado, Shri Satish Kumar, Moseamo Sebola. E, finalmente, no Grupo de Administração Aduaneira e Tarifária, Marcus Vinícius Vidal Pontes, Shri P.S.Pruthi e Emelda Behr.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Administração Pública, há o Memorando de Entendimento para Cooperação nas áreas de administração e governança (2007). Afirma-se em seu preâmbulo o reconhecimento das iniciativas no âmbito do IBAS para a promoção

¹⁹⁰ Referência dos Componentes de Cada Grupo de Trabalho se encontra disponível no site <http://www.forumibsa.org/interna.php?id=7>. Acesso na data em 08 de Dezembro de 2009.

de boas práticas de governança, de desenvolvimento social e econômico dos povos de seus respectivos países por meio de serviços públicos eficientes, acessíveis, transparentes e responsáveis.

Desta forma, acorda-se para a efetivação da cooperação trilateral cabendo sua implementação, nos termos de seu artigo 1, ao Ministério do Funcionalismo, Ouvidoria e Pensões da Índia, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil e ao Ministério do Serviço Público e Departamento da Administração da África do Sul.

Conforme o seu artigo 2, as áreas de cooperação abrangem monitoramento e avaliação integrados, e-governança, desenvolvimento de recursos humanos, prestação de serviços direcionados ao cidadão, ética e combate à corrupção e responsabilidade com a prestação de contas e transparência.

Todavia, para que não haja a justaposição de esforços sobre e-governança, deverá haver a consulta ao Comitê Trilateral de Cooperação em Sociedade de Informação (2006) a que se refere o Artigo 5 do Acordo sobre Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação.

A forma de cooperação se verificará, consoante disposto no artigo 3, através de visitas, de informações, sistemas e de experiências, intercâmbio de especialistas para palestras, cursos de capacitação e pesquisas comparativas conjuntas, viagens de estudos, programas de tutorias e de intercâmbio para a transferência de habilidades, apoio a visitas de servidores públicos das instituições, desenvolvimento de recursos humanos e treinamento de servidores públicos, cooperação entre instituições de treinamento das Partes, criação de instituições, projetos e outros mecanismos conjuntos.

A estrutura deste Grupo de Trabalho realiza-se, no artigo 4, por igual número de representantes dos países do IBAS para a condução da implementação do programa de cooperação, com reuniões anuais a serem realizadas rotativamente entre os países membros do Fórum de Diálogo IBAS.

Nesta perspectiva, o país anfitrião da referida reunião se responsabilizará pelo apoio administrativo, pelos ajustes financeiros, nos termos do artigo 6, serviços de secretaria, pela formulação dos relatórios, pelos trabalhos de coordenação e de transição para a próxima reunião, sendo que cada autoridade compete designar um ponto focal para os trabalhos de

coordenação e de contatos do Grupo de Trabalho, com a publicação periódica de seus relatórios.

Nos termos de seu artigo 5, a implementação da cooperação se verificará com um programa de ação, que estabelecerá as áreas de cooperação, dos processos de implementação e supervisão do programa de ação, criação de grupos-tarefa para implementação de qualquer componente do programa de ação, uma avaliação de progresso do programa de ação, revisão das áreas de cooperação e apresentação de relatórios.

Nos termos do artigo 7, há a proteção aos direitos de propriedade intelectual e de confidencialidade. As demais normas referem-se à possibilidade de emendas no artigo 8, de suspensão no artigo 9, a solução de controvérsias sobre interpretação, aplicação ou implementação, no artigo 10 e, finalmente, o período de vigência no artigo 11.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente, há o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação nesta área (2008) de modo a concretizar os postulados de cooperação trilateral sectorial, conforme postulado em seus documentos oficiais desta parceria estratégica trilateral.

Em seu preâmbulo, afirmam-se a importância da natureza global das muitas questões ambientais e a urgência de soluções com a necessidade de crescimento econômico e com a luta contra a pobreza, o papel estratégico das tecnologias limpas, promoção da cooperação benéfica para o desenvolvimento sustentável, os princípios vigentes sobre proteção ambiental, sendo estes o objetivo deste memorando de entendimento, conforme o seu artigo 1, em que se pondera acerca da necessidade de cooperação para a superação dos ditames que limitam o desenvolvimento sustentável de seus respectivos países membros do Fórum de Diálogo IBAS.

Em seu artigo 2, a cooperação na temática de meio ambiente se realizará por intermédio de diálogo e a interação entre os três países sobre questões ambientais globais, promoção da cooperação na transferência mútua de conhecimento e a promoção e desenvolvimento de tecnologias limpas, desenvolvimento de estratégias e posições de negociação comuns na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, da Convenção sobre Diversidade Biológica, para conservação e uso sustentável da diversidade biológica e da repartição justa e equânime dos benefícios advindos da sua utilização, para Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação, para o Foro das Nações Unidas sobre Florestas, as parcerias múltiplas em áreas pertinentes, promoção do intercâmbio

de informações e conhecimentos, proficiência técnica, melhores práticas e tecnologia de ponta e, finalmente, promoção da cooperação em outras áreas mutuamente acordadas.

A forma de cooperação se verificará, nos termos de artigo 3, através de intercâmbio de informações, de documentação, de visitas por especialistas, acadêmicos e delegações, seminários, oficinas e reuniões conjuntas, empreendimento de projetos em colaboração, e demais formas que vierem a ser acordadas, sem que isso afete as obrigações internacionais dos países nos termos do artigo 6.

Nos termos de seu artigo 4, há a proteção dos direitos de propriedade intelectual, conforme direito nacional e tratados internacionais e mais especificamente o Acordo TRIPS, com a Declaração Ministerial de Doha sobre o TRIPS e Saúde Pública e com a Convenção de Diversidade Biológica. Como igualmente em sede deste artigo 4, o imperativo da proteção dos direitos de propriedade intelectual igualmente se refere ao conjunto de condições de aquisição, manutenção e de exploração comerciais dos projetos auferidos em sede desta cooperação trilateral sectorial, mais especificamente deste Grupo de Trabalho.

Neste sentido, há de se verificar a manifestação de vontade dos países membros para a divulgação das informações sobre os direitos de propriedade intelectual em sede do desenvolvimento dos trabalhos deste Grupo temático do Fórum de Diálogo IBAS, sendo que igualmente se verificarão as regras e procedimentos no tocante à concretização da solução de controvérsias sobre a propriedade intelectual deste Grupo de Trabalho e seu respectivo Memorando de Entendimento.

A coordenação das atividades, consoante disposto no artigo 5, compete a este Grupo de Trabalho, com reuniões sucessivas e anuais nos respectivos países para revisão e análise do progresso das atividades, sendo que haverá um coordenador sênior para supervisão e coordenação do planejamento, desempenho, avaliação e aprovação das atividades de cooperação.

Nos termos do artigo 6 deste Memorando de Entendimento, as disposições desta normativa deste Grupo de Trabalho do Fórum de Diálogo IBAS não poderão influir nas obrigações dos países membros desta iniciativa trilateral advindas de outros tratados, convenções e acordos sobre meio ambiente de que estes países façam parte. As demais normas referem-se à possibilidade de emendas nos termos do artigo 7, de suspensão no artigo

8, a solução de controvérsias sobre interpretação, aplicação ou implementação no artigo 9 e, finalmente, o período de vigência no artigo 10.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Administrações Aduaneiras e Tributárias, há um Acordo de Cooperação das Administrações (2007), que conforme o seu preâmbulo evidencia o objetivo de promoção de coordenação sobre temas mundiais, a importância dos existentes e crescentes vínculos econômicos e comerciais entre os respectivos países, modernização das administrações e a ação contra violações à legislação aduaneira e tributária, cujo memorando de entendimento ainda se encontra indefinido.

Em seu artigo 1, há as definições para Administração correspondendo ao Departamento de Receita da Índia, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Serviço de Receita da África do Sul, informação e pessoa física ou jurídica e dados pessoais.

No artigo 2, esta cooperação visa contribuir para a facilitação de comércio e investimentos legítimos, combate a fraude comercial, o contrabando, o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro e outras atividades comerciais internacionais ilícitas, controle da elisão fiscal abusiva e os programas de modernização das Administrações por meio do incremento de capacidades e cooperação.

Suas áreas de cooperação, nos termos do artigo 3, correspondem a implementação de Instrumentos Aduaneiros e Tributários Internacionais, desenvolvimento de interconectividade eletrônica e o intercâmbio de informações, estabelecimento de sistemas e mecanismos para o intercâmbio, mecanismos de valoração e de preços de transferência e de sistemas de apoio, o desenvolvimento de abordagens comuns em relação a ilícitos aduaneiros e tributários, a execução de atividades coordenadas para cumprimento das leis e o estabelecimento de equipes coordenadas de controle ou investigação de atos ilícitos, comércio, o desenvolvimento de um sistema de Operadores Econômicos Autorizados do IBAS e o reconhecimento mútuo, modernização aduaneira e tributária e adoção, por meio de consultas, de posições comuns em organismos internacionais.

No artigo 4, há as formas de intercâmbio de informações sobre distintos temas relacionados aos objetivos do artigo precedente, e no artigo 5 os mecanismos para o aumento da capacidade e de intercâmbio de experiências no tocante aos assuntos aduaneiros e tributários na efetivação deste memorando de entendimento. Neste sentido, busca-se concretizar este postulado do artigo 5 por intermédio de novos sistemas aduaneiros e

tributários, de disponibilização de funcionários e perito para intercâmbio de conhecimento, de intercâmbio de experiências em sede da utilização de sistemas e de tecnologias destinadas a esta finalidade, de dados profissionais e, finalmente, de realização de projetos para efetivação deste memorando de entendimento.

O seu artigo 6 determina o cumprimento da assistência para o desenvolvimento de cooperação, incluindo as atividades que precisam ser executadas e os períodos de tempo requeridos.

O seu artigo 7 determina os custeios, os termos e condições desta cooperação, o artigo 8 dispõe sobre a confidencialidade das informações, o artigo 9 sobre os anexos para facilitar a implementação deste acordo trilateral e, finalmente, a sua implementação será conforme os procedimentos determinados pelas Administrações e disponibilidade de recursos, nos termos do artigo 10.

As demais normas referem-se à possibilidade de emendas no artigo 13, de suspensão no artigo 12, a solução de controvérsias sobre interpretação, aplicação ou implementação no artigo 9 e, finalmente, o período de vigência nos termos do artigo 11.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Cultura, há o memorando de entendimento sobre Cooperação Cultural (2007), cujo preâmbulo destaca a importância da cooperação sectorial em cultura, o fortalecimento das relações entre os respectivos em termos de cultura, a necessidade de desenvolvimento e de aprofundamento das relações culturais como instrumento de efetivação do desenvolvimento sócio-econômico e do reconhecimento da diversidade cultural.

Os objetivos deste memorando de entendimento, nos termos de artigo 1, refere-se ao intercâmbio cultural de atividades e experiência, à cooperação nas áreas de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultura, instrumento para aprofundamento e fortalecimento do entendimento mútuo sobre arte e cultura e ao intercâmbio cultural como instrumento de difusão da nomenclatura do Fórum de Diálogo IBAS entre os seus respectivos países membros.

As áreas de cooperação, nos termos do artigo 2, compreendem pesquisa e desenvolvimento nas artes e na cultura, educação e treinamento nas artes e na cultura,

promoção cultural, patrimônio cultural, diálogo cultural, promoção da diversidade cultural e toda outra forma de cooperação em sede desta temática.

Em seu artigo 3, a coordenação está sob a responsabilidade do Conselho Indiano para as Relações Culturais da Índia, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura do Brasil e o Departamento de Artes e Cultura da África do Sul, sendo que sua implementação será através de programas e projetos de cooperação nos termos do artigo 4 e por uma Comissão Mista de Implementação com suas competências delineadas nos termos do artigo 5, referindo-se à implementação do seu respectivo memorando de entendimento, à formulação de recomendações de programas e de projetos de cooperação trilateral nesta área de interesse mútuo, e à supervisão da implementação desta normativa para o encaminhamento de relatórios das atividades de implementação deste memorando de entendimento.

Há a proteção da propriedade intelectual nos termos do artigo 6, a solução de controvérsias quando a interpretação ou aplicação nos termos do artigo 7, possibilidade de emendas nos termos do artigo 8 e período de vigência no artigo 9.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Assentamentos Humanos, há o memorando de entendimento (2008) cujo preâmbulo afirma a cooperação para o desenvolvimento de assentamentos humanos, realização de políticas sociais inclusivas, promoção da vontade política em temas sociais e contribuição de intercâmbio de experiências e de informações, de modo a possibilitar o desenvolvimento de pesquisa em sede de habitação e de assentamentos humanos, abrangendo a convergência de esforços na superação dos entraves dos países em desenvolvimento concernente ao fornecimento de moradia e outros serviços públicos básicas às camadas sociais menos privilegiadas.

Em seu artigo 1, determinam-se as autoridades competentes, que compreendem o Ministério da Habitação e do Alívio da Pobreza Urbana da Índia, o Ministério das Cidades do Brasil e o Departamento da Habitação da África do Sul.

Os seus objetivos estão delineados no artigo 2, referindo-se à formulação conjunta de conceito e tratamento sobre desenvolvimento de assentamentos humanos, principalmente no que tange à melhoria de favelas e à habitação para os pobres, estabelecimento de cooperação na definição dos fundamentos da habitação e do desenvolvimento de assentamentos humanos e prosseguimento da cooperação já existente por intermédio de intercâmbio de especialistas de participação em atividades multilaterais nos foros internacionais pertinentes e em outras

áreas de interesse que abrangem a gestão do desenvolvimento de assentamentos humanos, planejamento urbano e regional, a construção de sistemas de informação de geografia, o desenvolvimento de tecnologias para assentamento humano, para infra-estrutura e, finalmente, construção de políticas públicas de habitação.

Os princípios da cooperação sobre esta temática encontram-se no artigo 3, referindo-se ao trabalho em conjunto e à cooperação para o desenvolvimento de assentamentos humanos como instrumento de alívio da pobreza, à construção deste Grupo de Trabalho do Fórum de Diálogo IBAS, à manutenção de consultas para o desenvolvimento de trabalhos, ao reconhecimento do papel da mulher na implementação dos programas de trabalhos, sendo que suas áreas de cooperação estão delimitadas no artigo 4, a implementação no artigo 5.

As demais normas referem-se à possibilidade de emendas nos termos do artigo 7, de , a solução de controvérsias sobre interpretação, aplicação ou implementação desta normativa, nos termos do artigo 6 e, finalmente, o período de vigência nos termos dos artigos 8 e 9.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Educação, há o memorando de entendimento (2007) sobre Educação Superior, cujo preâmbulo afirma os acordos já assinados entre os países, a promoção do desenvolvimento de programas de cooperação e intercâmbio entre as universidades dos países membros do Fórum de Diálogo IBAS.

Os objetivos dispostos no artigo 1 referem-se à criação de condições para a cooperação acadêmica entre as Instituições de Ensino Superior, à exploração, pesquisa e desenvolvimento de novas formas de vínculos Sul-Sul no campo da cooperação trilateral em educação, ao alinhamento dos respectivos sistemas de educação superior com o desenvolvimento social e econômico, ao fortalecimento de treinamento e de programas de desenvolvimento de recursos humanos, ao intercâmbio de informações científicas e de documentação para a realização de pesquisas acadêmicas de alto nível.

As áreas de cooperação delimitadas no artigo 2 se referem à Engenharia, Ciência da Computação e Matemática, Biotecnologia, Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Sustentável, Transformação Social, e Estudos em Educação Superior.

A implementação deste memorando, nos termos do artigo 3, cabe à Comissão de Bolsas Universitárias do Ministério de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Índia, à

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação do Brasil e a Educação Superior do Departamento de Educação da África do Sul.

A cooperação sectorial em Educação Superior se verifica nos termos do artigo 4 por intermédio de intercâmbio de estudantes de pós-graduação e pós-doutorandos, um programa de intercâmbio para docentes, realização de seminários, projetos de pesquisa, mecanismos de financiamento adequados e publicação de trabalhos acadêmicos. O financiamento está delimitado no artigo 5, a possibilidade de emenda no artigo 6, resolução de controvérsias no artigo 7, e período de vigência no artigo 8.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Energia, há o memorando de entendimento sobre cooperação em recursos eólicos (2007), cujo preâmbulo evidencia a necessidade de parceiras estratégicas, especialmente, em recursos energéticos, a importância de desenvolvimento de fontes de energia seguras, renováveis e ambientalmente sustentáveis.

Em seu artigo 1, as áreas de cooperação em recursos eólicos se referem à avaliação dos recursos energéticos eólicos, através de metodologias de mensuração e modelagem, determinando o potencial técnico e econômico desta modalidade de recurso energéticos, a padrões, instalações para testes e procedimentos de certificação para sistemas, subsistemas e componentes de recursos eólicos, emprego de sistemas de energia eólica, ao projeto e desenvolvimento de sistemas de energia eólica.

Nesta perspectiva, haverá a identificação de instituições de pesquisas e de organizações especializadas para o fortalecimento desta cooperação sectorial, estando este memorando sob a coordenação do Grupo de Trabalho de Energia do Fórum IBAS.

Em seu artigo 2, determina-se a possibilidade de emendas, a solução de controvérsias quanto à interpretação, à aplicação ou a implementação deste memorando de entendimento se verifica nos termos do artigo 3 e o período de vigência, duração e denúncia nos termos do artigo 4.

No âmbito do Grupo de Trabalho sobre energia, há também o memorando de entendimento sobre a constituição de força-tarefa trilateral sobre biocombustíveis (2006) ainda em procedimento legislativo para a sua entrada em vigência.

Em seu preâmbulo, destacam-se os postulados da necessidade de fortalecimento da Cooperação Sul-Sul em termos de energia, o desenvolvimento de fontes energéticas voltadas

ao desenvolvimento sustentável, cooperação em biocombustível, criação de mercado mundial para a concretização destes postulados presentes neste memorando de entendimento firmado em sede do desenvolvimento dos trabalhos de cooperação trilateral do Fórum de Diálogo IBAS.

Em seu artigo 1, determina-se a constituição de uma força-tarefa sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho de Energia do Fórum IBAS com a finalidade de análise das potencialidades da cooperação em biocombustível e tecnologia relacionada.

Sua composição inclui o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, o Ministério de Fontes Não-Convencionais de Energia, o Ministério da Energia, o Ministério do Petróleo e Gás Natural, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Rural e o Ministério de Ciência e Tecnologia da Índia, e Departamento de Minerais e Energia, o Departamento de Negócios Exteriores, o Departamento de Ciência e Tecnologia, o Departamento de Agricultura e o Departamento de Comércio e Indústria da África do Sul.

Nos termos do artigo 2, as áreas focais abrangem a transferência de tecnologia, a promoção da produção e do consumo de biocombustíveis, promoção de marcos compatíveis para produção, uso, distribuição e venda, desenvolvimento de programas de cooperação técnicas, intercâmbio de informações sobre políticas e desenvolvimento tecnológico para o setor, promoção de capacitação de produção sustentável, promoção de comercialização do etanol, pesquisa sobre produção e uso e promoção de intercâmbio para o desenvolvimento de motores de automóveis. Em seu artigo 3, há disposições sobre a entrada em vigor e de vigência deste Memorando de Entendimento.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Saúde, há o memorando de entendimento em cooperação na área da saúde e da medicina¹⁹¹ cujo preâmbulo destaca o papel desta cooperação sectorial como instrumento das relações diplomáticas entre os países do IBAS.

¹⁹¹ MEMORANDO DE ENTENDIMENTO EM COOPERAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE E MEDICINA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de Acesso em 08 de Dezembro de 2009.

Em seu artigo 1, determinam-se a promoção e desenvolvimento desta cooperação fundadas na equidade, nos benefícios mútuos e em conformidade com as legislações nacionais.

Nos termos do artigo 2, a cooperação se verificará nas áreas de HIV/AIDS com a inclusão de esforços para uma estratégia comum e ações paralelas nos três países, em resposta à epidemia de HIV, de produção de drogas antiretrovirais para assegurar acesso universal e a preços acessíveis a medicamentos de emergência e de suporte à vida, de pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas e antimicrobianos, de produção de matérias-primas para a fabricação de testes rápidos, para testes de carga viral de CD4 e genotipificação, e de transferência e compartilhamento de tecnologia em ciências laboratoriais para garantia de qualidade, pesquisa sobre resistência de drogas, confecção de kits de diagnóstico de baixo custo e recursos correlatos.

Como também nos termos deste dispositivo, há a cooperação na área de Desenvolvimento de programa de tuberculose, de Programas de combate a malária, de programas de assistência farmacêutica, de fornecimento de medicamentos, de vacinas, de pesquisa e desenvolvimento em medicina, em consonância com o Programa de Trabalho do IBAS para Ciência e Tecnologia, de Medicina tradicional, de direitos de propriedade intelectual e vigilância de doenças.

Nos termos de seu artigo 3, a implementação desta cooperação sectorial se verificará com intercâmbio de informação na área de saúde e medicina, de intercâmbio de profissionais de saúde para conhecimento de novas técnicas e tecnológicas, de programas de cooperação científica, e de transferência de tecnologia.

Conforme disposto no artigo 4, há constituição deste grupo de trabalho para efetivação desta cooperação, supervisão da implementação deste memorando de entendimento, com reuniões anuais, de forma rotativa dos respectivos países do IBAS. Para realização destas diretrizes, são responsáveis, nos termos do artigo 5, o Ministério da Saúde e Bem-Estar da Família da Índia, o Ministério da Saúde do Brasil e o Departamento da Saúde da África do Sul. A possibilidade de emenda deste memorando se verifica nos termos do artigo 6, a solução de controvérsias no artigo 7 e período de vigência no artigo 8.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Social, há o memorando de entendimento para cooperação trilateral na área de temas sociais (2007) cujo preâmbulo enfatiza a promoção de boa governança, os esforços conjuntos, a colaboração na área de

desenvolvimento social como instrumento de desenvolvimento econômico e social da população dos respectivos países e a reafirmação das Principais Conclusões e o Relatório do Seminário Índia-Brazil-África do Sul sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, de 3 e 4 de agosto de 2005 (2007).

Ao se destacar o desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS em sede do preâmbulo deste memorando de entendimento, as iniciativas no contexto do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Social ponderam acerca do fortalecimento da Cooperação Sul-Sul com a finalidade de contribuição em termos de desenvolvimento social e econômico da população dos respectivos países membros desta parceira estratégica trilateral.

Nos termos do artigo 1, a implementação deste memorando está sob a responsabilidade da Comissão de Planejamento da Índia, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil e do Departamento de Desenvolvimento Social da África do Sul.

As áreas de cooperação na temática do desenvolvimento social, nos termos do artigo 2, correspondem a erradicação da pobreza, a seguridade social, a política social, ao monitoramento e avaliação, ao desenvolvimento de capacidade institucional a microfinanças e, finalmente, a cooperação em foros multilaterais.

As formas de cooperação nos termos do artigo 3 se verificam por intermédio de intercâmbio de visitas e compartilhamento de informações e experiências, intercâmbio de especialistas, intercâmbio de visitas de estudos, promoção da cooperação da sociedade civil entre os três países, tutoria e programas de intercâmbio para a transferência de habilidades, estágios de técnicos em desenvolvimento social de instituições, desenvolvimento de recursos humanos e treinamento de funcionários de governo, representantes da sociedade civil e acadêmicos, cooperação entre institutos de treinamento das Partes, estabelecimento de instituições conjuntas, projetos e outros mecanismos conjuntos e outros mecanismos que vieram a ser acordados.

Conforme disposto no artigo 4, a cooperação sectorial será de responsabilidade do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Social, que contribuirá para a implementação deste memorando de entendimento, com reuniões anuais, de forma alternana, nos países do IBAS, sendo que a Parte anfitriã disporá assistência secretarial e apoio organizacional para as reuniões do Grupo de Trabalho, coordenação e contato, a preparação de agenda acordada

para o próximo e designação de um ponto focal para coordenação e contato para as atividades do Grupo de Trabalho.

Nos termos do artigo 5, a implementação desta cooperação sectorial em desenvolvimento social se verificará por intermédio de programa de ação, procedimentos de implementação e supervisão do programa de ação, possibilidade de criação de uma ou mais forças-tarefas.

As disposições financeiras estão determinadas no artigo 6, os direitos de Propriedade Intelectual e Confidencialidade nos termos do artigo 7, o artigo 8 dispõe sobre a possibilidade de emendas, o artigo 9 determina o procedimento de suspensão do memorando de entendimento, o artigo 10 sobre a solução de controvérsias sobre a interpretação, aplicação ou implementação do memorando e no artigo 11, há a regra sobre a entrada em vigor, duração e denúncia deste memorando.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Agricultura, seu memorando de entendimento (2006), consoante afirmado anteriormente, encontra-se em fase de incorporação mediante processo legislativo de normas internacionais, bem como está em fase de finalização o documento denominado O Futuro da Cooperação Agrícola no IBAS.

No preâmbulo do Memorando de Entendimento sobre a cooperação trilateral na agricultura, reconhecem-se a importância da cooperação para uso de sinergia potencial entre os respectivos países do IBAS como instrumento de efetivação da Cooperação Sul-Sul e a identificação de áreas de cooperação agrícola.

Em seu artigo 1, delineam-se os propósitos de criação de quadro de cooperação agrícola, com a finalidade de melhoria da agricultura e áreas afins, incluindo desenvolvimento rural e mitigação da pobreza. Em seu artigo 2, cabe a implementação deste memorando de entendimento o Ministério da Agricultura da Índia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e o Ministério da Agricultura da África do Sul.

Em seu artigo 3, as áreas de cooperação agrícola abrangem a pesquisa, a capacitação técnica, o comércio agrícola, o desenvolvimento rural e mitigação da pobreza e demais áreas que vieram a ser estabelecidas no âmbito deste Grupo de Trabalho, sendo a gestão do Grupo definida no artigo 4 a partir de reuniões anuais e rotativas nos países.

Conforme disposto no artigo 5, este Grupo de Trabalho é responsável pela construção de um programa de ação das atividades das áreas de cooperação, pela revisão do processo de implementação desta cooperação sob a égide deste Memorando de Entendimento, reavaliação das áreas de cooperação, sendo que as obrigações financeiras estão dispostas em seu artigo 6.

As obrigações internacionais devem ser observadas em paralelo ao progresso da cooperação trilateral em agricultura, conforme artigo 7, bem como relação a outros acordos internacionais, nos termos do artigo 8, a solução de controvérsias quanto a interpretação, a implementação está no artigo 9, a possibilidade de emendas no artigo 10 e o período de vigência, duração e términos nos termos do artigo 11.

Concernente ao Grupo de Trabalho sobre Transporte, há o Memorando de entendimento sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo (2006) cujo preâmbulo ressalta a importância do fortalecimento e desenvolvimento das relações na navegação, contribuindo para o crescimento das relações econômicas e comerciais trilaterais entre os três países membros do Fórum de Diálogo IBAS.

Nos termos do seu artigo 1, há as definições quanto a autoridade competente, a legislação doméstica, membro da tripulação do navio, Empresa Nacional de Navegação, navio de uma Parte, a embarcações em geral . As autoridades competentes são o Ministro da Navegação, Transporte Rodoviário e Rodovia da Índia, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários do Brasil e o Ministro dos Transportes da África do Sul, ou funcionários investidos de seus poderes total ou parcialmente.

Em seu artigo 2, há a determinação do âmbito de aplicação deste acordo quanto ao transporte internacional marítimo de mercadorias que será realizado conforme s princípios de acesso livre, igualitário e não discriminatório às cargas, sujeito às leis domésticas e práticas domésticas vigentes.

Conforme disposto no artigo 3, há o desenvolvimento da cooperação nesta tema sectorial através das relações marítimas entre suas organizações e empresas de transporte marítimo, intercâmbio e treinamento de funcionários, informações sobre fluxo de mercados, eliminação de obstáculos e atuação do setor privado.

No artigo 4, determina-se o tratamento que deve ser conferido aos navios nos portos, no artigo 5, determina-se a necessidade de observância das normas nacionais sobre proteção ambiental, no artigo 6 determina-se o reconhecimento de documentos, no artigo 7, a observância da legislação doméstica quanto a medidas de segurança de tráfego, imigração, controle de fronteira, no artigo 8, os direitos de trânsito e permanência dos membros da tripulação, no artigo 9, a obrigação especial sobre escala de navios e no artigo 10, o auxílio ao navios em dificuldades.

Em seu artigo 11, determina-se a criação de uma Comissão Marítima para promoção de cooperação sustentável na navegação mercante e no transporte marítimo, no artigo 12 a solução de controvérsias, no artigo 13, o pagamento de encargos e taxas, no artigo 14, a possibilidade de emenda no artigo 15, a entrada em vigor deste memorando e, finalmente, no artigo 16, a duração e denúncia a esta normativa.

E, finalmente, concernente ao Grupo de Trabalho sobre Sociedade da Informação, há o Acordo para criação da Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação (2006), cujo preâmbulo argüi o papel estratégico das tecnologias da informação e da comunicação, da promoção da cooperação diversificada nesta área e necessidade de promoção da competitividade das três economias nacionais, como igualmente a emergência destes três países como atores ativos no paradigma da sociedade global da informação fundamentada em valores democráticos, no desenvolvimento e na concretização da inclusão social.

Em seu artigo 1, há a delimitação de seus objetivos, estando responsável por sua implementação o Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação da Índia, todos os Ministérios e Agências Governamentais envolvidos diretamente com a Sociedade da Informação, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério das Comunicações da África do Sul.

Em seu artigo 2, há as áreas de cooperação em inclusão digital, governo eletrônico e governança, tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento e coordenação de posições na Cúpula Mundial da Sociedade de Informação, sendo que as modalidades de cooperação estão definidas no artigo 3 e as promoções de parcerias no artigo 4.

Há um Comitê Conjunto com as suas competências delimitadas no artigo 5, abrangendo a concretização de um programa de ação conjunta, de procedimentos de supervisão e execução do mesmo, da verificação de possibilidades de extensão e de

diversificação da cooperação trilateral em termos de tecnologia da informação e da comunicação.

A proteção da propriedade intelectual se encontra disposta no artigo 6, a solução de controvérsias no artigo 7, a possibilidade de emendas no artigo 8 e as normas de entrada em vigência e denúncia no artigo 9.

Em conclusão, a compreensão da institucionalidade do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul se faz necessária para que se possa analisar a inserção internacional dos respectivos países integrantes desta iniciativa trilateral, como também o contexto das relações internacionais em que se verificam a atuação deste organismo político e a perspectiva de efetividade de seus postulados.

4 AS PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DE ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO MARCO DE UMA COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS DO FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS.

“Tenho duas mãos e o sentimento do mundo, mas estou cheio de escravos, minhas lembranças escorrem e o corpo transige na confluência do amor. Quando me levantar, o céu estará morto e saqueado, eu mesmo estarei morto, morto meu desejo, morto o pântano sem acordes. Os camaradas não disseram que havia uma guerra e era necessário trazer fogo e alimento. Sinto-me disperso, anterior a fronteiras, humildemente vos peço que me perdoeis.” Carlos Drummond de Andrade.
Sentimento do Mundo

4.1. Perspectivas gerais do processo de desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS: por uma compreensão de suas dinâmicas em sede do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul.

O processo de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS perpassa por um redesenho das relações internacionais e pela efetividade da cooperação internacional, uma vez que busca abordar temáticas sensíveis da comunidade internacional, dentre elas, terrorismo, comércio internacional, papel da ONU, energia atômica, o que leva ao intento de superação das dinâmicas utilitaristas da globalização e das políticas de poder, tão marcantes no cenário internacional.

Desta forma, o contexto desta iniciativa trilateral se apresenta como uma nova forma de inserção internacional dos países em desenvolvimento, buscando, conforme os preceitos presentes em suas normativas de seu arcabouço institucional, o aperfeiçoamento de conhecimento mútuo e de compreensão de suas perspectivas políticas no intuito de construção de uma coordenação política nos mais distintos temas internacionais presentes em seu discurso.

Diante de novos tempos na perspectiva das relações internacionais, os países emergentes, ou em desenvolvimento, intermediários ou potências regionais¹⁹², como o são os países-membros do IBAS passam a ter maior protagonismo no cenário global, que a partir de suas vantagens comparativas e dinâmicas internas e externas podem corroborar para a

¹⁹² “Triangulando com essas duas definições, podemos definir potências emergentes como potências médias em ascensão: estados que têm a capacidade e a intenção de se trilhar seu caminho dentro das condições das grandes potências” (SAHNI, 2006, p. 89, tradução nossa) “Triangulating from these two definitions, we can define emerging powers as middle powers on the ascendant: states that have the capability and intention to maneuver their way into great power status”

reformulação das políticas internacionais e para o advento de um novo ordenamento internacional.

O conceito de potências emergentes¹⁹³ pode ser considerado, em termos desta nova arquitetura das relações internacionais, comparando-o com as concepções de grandes potências e de médias potências no tocante à capacidade de estruturação dos sistemas e dos regimes internacionais, ao comportamento, em prismas geográficos, econômicos, culturais e diplomáticos, dos demais atores internacionais e, principalmente, em relação à potência hegemônica.

Estas potências médias podem se diferenciar no cenário internacional em relação aos demais países em razão de sua capacidade material, às peculiaridades no desempenho de um papel distinto nas relações internacionais, bem como à formulação de estratégias de inserção internacional ou demais elementos específicos que individualizam sua percepção internacional, procurando oportunidades de desenvolvimento distinto à Cooperação Norte-Sul, conforme se pretende realizar em sede do Fórum de Diálogo IBAS em termos de multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul.

Neste prisma, em virtude disso, há uma conjugação de estratégias para lograr uma inserção internacional mais equânime, uma autonomia relativa nas dinâmicas internacionais de poder quanto possível, por um aspecto e por outro lado, ainda estes países apresentam vulnerabilidades externas que condicionam as suas oportunidades, conferindo-lhes uma duplicidade sócio-econômica e um fator de aproximação na construção de parcerias internacionais o que evidencia sua posição intermediária no contexto internacional.

Em virtude destas novas contingências internacionais, é imperativo ressaltar a necessidade de fomento ao multilateralismo e de redesenho das instituições político-econômicas internacionais como instrumento de cooperação internacional para o controle dos fluxos transnacionais e de construção de um diálogo internacional mais favorável ao desenvolvimento sócio-econômico destes novos atores internacionais, sendo que o papel das velhas e novas potências está atrelado à sua capacidade de adaptação a estes novos tempos nas relações internacionais.

¹⁹³ Ver SAHNI, Varun. **Tangential yet tangible: IBSA in the context of India's Security Concerns.** P. 87 a 113 IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa.** Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006. P. 90.

Nesta realidade internacional, pautada por cenário econômico assimétrico, por uma crescente interdependência nas relações econômicas, é necessário construir um patamar de cooperação, principalmente, entre os países em desenvolvimento como instrumento de ação coletiva nas demandas internacionais.¹⁹⁴

O processo de constituição de coalizões internacionais tem ocupado papel central na dinâmica das negociações multilaterais e regionais de comércio, particularmente no que tange às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional.(OLIVEIRA, ONUKI, DE OLIVEIRA,2004, p. 157)

Assim, a emergência de novos desafios globais e o surgimento de novos atores regionais, com projeção internacional relevante, como China, Índia e retorno da Rússia na esfera das relações internacionais, conforme estudado no primeiro capítulo, significa a reintrodução da centralidade e, principalmente, da importância da coalizão das alianças, neste caso, de Cooperação Sul-Sul, para que se possa lograr a realização de um sistema internacional multilateral mais equânime, mais igualitária, bem como a efetividade dos objetivos do Fórum de Diálogo IBAS, mais precisamente.

Nas relações Sul-Sul, num paradigma de interações entre países que podem ser considerados excluídos das regras centrais do capitalismo global e dos grandes centros internacionais das decisões político-econômicas, é imperativo ressaltar a necessidade de construção de uma pauta de política externa, não somente individual de país para país, mas de um marco comum em torno de um projeto de cooperação como se quer realizar no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS.

Todavia, a profundidade das transformações deste sistema mundo ainda não se encontra totalmente concretizada na dinâmica das relações internacionais, porém, ainda está pautada pelas políticas unilaterais de poder, como se pode perceber na ONU¹⁹⁵ e nas rodadas de negociações comerciais em sede da OMC, em razão da própria sistemática do câmbio tanto político quanto econômico prevalecente do paradigma global¹⁹⁶, embora se possa argumentar

¹⁹⁴ Ver VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **As Bases do IBAS: O desenvolvimento e a inserção internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul.** IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. P. 41 a 87. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

¹⁹⁵ Ver KENNEDY, Paul. **The Parliament of Man. The United Nations and the Quest for World Government.** Penguin Books. Great Britain. 2006.

¹⁹⁶ Ver DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação.** São Paulo. Editora UNESP. 2005.

sobre uma nova realidade econômica internacional a partir da última crise econômica internacional e da atual crise européia, o que pode representar uma nova correlação de forças nas futuras negociações econômicas e comerciais internacionais.

A realidade internacional que se apresenta atualmente em virtude deste novo redesenho do sistema mundial que poderá ir além do G-2, ou seja, Estados Unidos e União Européia em questão agrícola e agora além do G-8 em temas econômicos, ainda está em construção, sem a plenitude de nitidez, o que leva a considerar a importância do papel dos países em desenvolvimento e, em especial, dos países do IBAS na reformulação das regras do jogo internacional, em sua estratégia de reformulação do comércio internacional e da *global governance* na esfera das relações internacionais.

As potencialidades e as virtualidades do processo de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS propiciam o desenvolvimento de condições materiais, por intermédio da convergência de esforços, de intercâmbio de visões, que podem ser consideradas igualmente como oportunidades para o aprofundamento da Cooperação Sul-Sul, construindo um arcabouço jurídico-institucional, em sede do multilateralismo, distinto das possibilidades da Cooperação Norte-Sul e propícias à construção de uma nova epistemologia do Sul Global.

Índia, Brasil e África do Sul compartilham muito em sua história, particularmente em sua história moderna. Emergindo dessa experiência comum, eles compartilham uma gama de desafios comuns para seu desenvolvimento contemporâneo. (MUKHERJEE, 2009, p. 113, tradução nossa)

É, portanto, neste mundo pós-americano¹⁹⁷, em que há a ascensão do resto do mundo¹⁹⁸ com a emergência de novos pólos econômicos, implicando o imperativo categórico de construção e de consolidação do Fórum IBAS como instrumento do multilateralismo e de uma globalização humanitária.¹⁹⁹ Como consequência deste panorama global, a construção e a consolidação do Fórum IBAS como um ator internacional e, principalmente, como interlocutor dos países ditos em desenvolvimento no diálogo internacional devem levar em consideração o aperfeiçoamento de sua institucionalidade de modo a contribuir para a

¹⁹⁷ Ver ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. W. W. Norton & Company. First Edition. United States. 2008.

¹⁹⁸ Ver AMSDEN, Alice A. **A ascensão do resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. Tradução de Roger Maioli dos Santos. Editora Unesp. São Paulo. 2009.

¹⁹⁹ Ver SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Editora Record. Rio de Janeiro. 2006.

perspectiva da Cooperação Sul-Sul e ser um instrumento essencial ao desenvolvimento sócio-econômico da comunidade internacional.

Esta iniciativa trilateral em sede do Fórum IBAS, neste panorama internacional em transformação, de uma nova geografia mundial, pode ser considerada um paradigma emblemático das novas dinâmicas internacionais, principalmente, do dinamismo das relações Sul-Sul, tendo em vista que um dos seus postulados visa a construção de uma estrutura de concretização da Cooperação Sul-Sul.

Desde a sua instituição no ano de 2003, por intermédio da assinatura da Declaração de Brasília e do Comunicado de Nova Iorque e da posterior produção normativa de seus órgãos internos a partir de então, o Fórum de Diálogo IBAS vislumbra, não somente o objetivo de coordenação entre os seus respectivos membros nos fóruns internacionais, mas também o postulado de ter um papel construtivo no contexto das relações internacionais com a introdução de uma nova sinergia nestas interações.

É imperativo ressaltar que, em razão deste mencionado redesenho internacional, o advento deste projeto de cooperação trilateral pode ser considerado como uma consequência destes novos contornos internacionais, porém, o seu paradigma político no desenvolvimento de seus trabalhos, embora seja o elemento central desta cooperação, também pode ser considerado como seu elemento limitador na concretização de seus objetivos.²⁰⁰

Como mecanismo de cooperação internacional, mais precisamente, como instrumento fundamental na efetivação da Cooperação Sul-Sul, o Fórum IBAS se erigiu como uma parceria estratégica entre três países considerados potências intermediárias na esfera das relações internacionais, ao ter como principais elementos definidores o compromisso com a credencial democrática, a incorporação do postulado de erradicação da fome e da pobreza à construção de políticas públicas e o fortalecimento do multilateralismo face aos ditames da dialética global.

Em concomitância a estes elementos singulares desta iniciativa, há inevitavelmente de se considerar as dimensões continentais de Índia e Brasil, e sua imediata influência em seus contornos políticos regionais, como também a posição geográfica da África do Sul como

²⁰⁰“ Isto é também em razão do grande aporte entre os seus membros, e a essencial dimensão da vontade política detrás disso.” (CAMPBELL, 2009, p. 157, tradução nossa). “This is also because of a great deal of rapport among its members, and the essential dimension of political will behind it.”

elemento de interligação entre as áreas de interesses imediatos dos dois primeiros países, referindo-se aos Oceanos Atlântico e Índico.

Cada um dos países envolvidos nesta iniciativa de cooperação trilateral encontra-se inseridos estrategicamente em seus subcontinentes, sendo considerados líderes regionais, e com atuação em conjunto, em sede do Fórum de Diálogo, Índia, Brasil e África do Sul agregam um peso geoeconômico e geopolítico que poderá influenciar a uma nova articulação das regras internacionais e maior impacto nas discussões com atores economicamente mais poderosos, o que faz imperativo considerar o seu desenvolvimento como coalizão internacional, com respeito à diversidade e aos princípios democráticos das relações internacionais.

Numa perspectiva do dilema entre o conceitual e o político na concretização da Cooperação Sul-Sul e da iniciativa trilateral do Fórum IBAS, Monica Hirst destaca que:

O cenário internacional vem estimulando a geração de novas percepções e estratégias de ação para lidar com a agenda social global, em relação à necessidade de combater ou aliviar as manifestações mais dramáticas das carências do mundo em desenvolvimento. (HIRST, 2009, p. 216)

Entretanto, o processo de aprofundamento da cooperação em sede do Fórum de Diálogo IBAS também exige abordar aspectos singulares aos seus países-membros que os diferenciam quanto as suas estratégias de atuação internacional, as suas políticas externas para sua inserção e a sua diplomacia para adaptação à racionalidade instrumental da globalização, e concomitantemente os interligam quanto aos seus comuns objetivos de novos contornos da geografia Norte-Sul em razão da interdependência global e da complementariedade das economias nacionais.

É, pois, nesta perspectiva um das ponderações a se fazer para que o Fórum IBAS deixe de ser somente uma instância de cooperação intergovernamental, atrelado aos desígnios das autoridades públicas dos respectivos países e passa a se configurar como um elemento intrínseco nas políticas do Estado, ou seja, uma *Realpolitik*, com a finalidade de consolidação desta iniciativa trilateral e de concretização de seus postulados no tocante à concretização de sua liderança global.

É importante destacar, neste sentido, que em razão dos imperativos regionais específicos para Índia, Brasil e África do Sul e também dos distintos patamares de desenvolvimento, que serão analisados nos tópicos seguintes deste capítulo, condiciona-se inevitavelmente a formulação de suas políticas externas, pois se trata de adequar às dinâmicas assimétricas globais, num sistema mundo ainda caracterizado por desequilíbrios e, não somente entre países desenvolvidos e emergentes, mas também pela projeção de status de poder de demais emergentes²⁰¹.

Este imperativo, em sede desta iniciativa trilateral, refere-se também a necessária adequação entre as suas diplomacias regionais e globais dos respectivos países do IBAS como requisito de construção de uma voz própria e singular do Sul nas instâncias internacionais de governança, representando um importante instrumento na construção do multilateralismo, de sua legitimidade internacional e da necessária atuação coletiva.

O processo de desenvolvimento dos trabalhos do Fórum IBAS pode ser considerado de vital importância em diversas perspectivas, mais precisamente, na condução, na expansão e na concretização dos objetivos nacionais e internacionais dos seus respectivos países-membros, procurando conciliar interesses específicos e um marco comum da cooperação trilateral nas suas respectivas inserções internacionais.

Uma outra ponderação a se conceber com relação à efetividade desta cooperação trilateral, conforme já afirmado anteriormente, será a concretização de uma formalidade institucional do IBAS que ainda se desenvolve por intermédio da informalidade, de realização de consultas políticas para a coordenação dos trabalhos a serem realizados em sede dos seus órgãos internos, com especial destaque, do Instituto dos Pontos Focais e dos Grupos de Trabalho.

O panorama institucional do Fórum IBAS se densificou ao longo dos anos desde a sua constituição no ano de 2003, com o desenvolvimento dos trabalhos das Reuniões de Cúpula, dos Encontros Ministeriais da Comissão Mista Trilateral, as Reuniões Semestrais dos Pontos Focais, os acordos e memorandos de entendimento nos Grupos de Trabalho e realização dos Fóruns Temáticos, e com a construção de um ordenamento jurídico próprio.

²⁰¹ VER ENGARDIO, Pete. **Chinidia. Como China e Índia es tã re volucionando l os ne gócios globales.** Traducción Yolanda Cervantes Espinosa. McGraw – Hill. Internamericana. México. 2008.

Em razão desta estrutura pautada pela informalidade, trata-se de se constituir uma convergência de países considerados emergentes, em distintos patamares de desenvolvimento, em sede de um mecanismo de construção de coordenação política com o objetivo de exame de temas da agenda internacional e de interesse mútuo, o que implica na necessidade de uma organização formal que permite maior uniformidade em sua atuação global coletiva e não apenas uma convergência de posições no cenário internacional.

Conforme já analisado no segundo capítulo, o arcabouço jurídico-institucional desta iniciativa trilateral demonstra a grande relevância ainda dada ao papel intergovernamental na condução dos trabalhos já desenvolvidos e a serem desenvolvidos, em sede de sua perspectiva de desenvolvimento e de cooperação sectorial em áreas de interesse mútuo. Embora haja uma periodicidade das reuniões de seus respectivos órgãos internos, o que contribui para a consolidação do Fórum IBAS e também para a efetividade desta cooperação trilateral, é necessário salientar que há desafios para a concretização de seus postulados elencados em seus documentos oficiais.

Em primeiro lugar, há de se verificar a participação dialógica dos cidadãos das respectivas sociedades como instrumento fundamental na articulação dos trabalhos desta cooperação trilateral sectorial e novo impulso às atividades da cooperação, tendo em vista que os mesmos são destinatários das normas produzidas em sede do Fórum IBAS e um dos postulados se refere ao desenvolvimento social, considerando o bem-estar dos povos como centro dos esforços internacionais, principalmente no desenvolvimento dos trabalhos do Fórum entre os Povos, conforme ponderado no Capítulo 2.

Conforme a própria denominação do Fórum IBAS, o diálogo torna-se um importante instrumento na perspectiva de concretização dos objetivos e dos postulados elencados em seus documentos oficiais, porém, não se trata somente do diálogo político entre as mais altas autoridades públicas responsáveis pela coordenação desta iniciativa, mas também a contribuição cidadã no desenvolvimento dos trabalhos de cooperação.

Esta parceria estratégica, na perspectiva da Cooperação Sul-Sul, que abrange diversas temáticas regionais e globais se concretizará, não somente através da materialização e da necessidade de continuação da coordenação política, conforme já salientado, mas também por intermédio da efetivação de sua agenda de cooperação, nos Grupos de Trabalhos e nos Fóruns Temáticos, considerando uma exigência para a efetividade do Fórum IBAS no contexto das relações internacionais.

Conforme Zélia Campbell, ao considerar este projeto de cooperação trilateral como uma inovação no contexto internacional com maior capacidade de atuação tanto na coordenação política quanto uma ação coletiva internacional,

Esta parceria estratégica trilateral, embora não concebida a ser exclusiva no início, para o qual foi construída a até incluir China e Rússia, é uma das mais importantes iniciativas envolvendo potências regionais que também são três grandes democracias (com a Índia sendo a maior democracia no mundo hoje), como também três países em desenvolvimento engajados em obter um melhor acordo para o mundo em desenvolvimento nos fóruns multilaterais. (CAMPBELL, 2009, p. 158, tradução nossa)²⁰²

Há, nesta perspectiva, de se perceber da própria leitura dos tratados firmados em sede dos Grupos de Trabalho, consoante sua análise no Capítulo 2, o caráter político e não dialógico e não participativo dos respectivos destinatários das normas do Fórum de Diálogo IBAS, ao se determinar que as autoridades competentes para a implementação dos memorandos de entendimento são os funcionários dos próprios Ministérios dos respectivos países do IBAS, sem referência ou pleno conhecimento dos cidadãos, embora haja o desenvolvimento dos trabalhos dos Fóruns Temáticos, especialmente do Fórum entre os Povos, ainda permanece uma cooperação intergovernamental, sem maior envolvimento dos cidadãos e uma real integração entre os povos para o conhecimento de suas trajetórias históricas, políticas e culturais e com respeito à sua diversidade cultural.

Os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS podem e devem levar em consideração a participação dialógica dos cidadãos dos países membros desta iniciativa para que possa lograr a realização de seus postulados e de seus objetivos, principalmente, no que diz respeito a se constituir um instrumento de aproximação entre os respectivos países, não somente permanecendo adstrito às relações diplomáticas, comerciais e econômicas com o intuito de uma projeção e de uma inserção internacionais mais propícias às suas políticas externas particulares, mas também à construção deste marco comum de cooperação inter-regional.

²⁰²“This trilateral strategic partnership, although not conceived to be exclusive at the beginning, for it was mooted to even include China and Russia, is one of the most important initiatives involving three regional powers which are also three great democracies (with India being the largest democracy in the world today), as well as three developing countries engaged in getting a better deal for the developing world at multilateral forums.”

É, portanto, neste sentido que se faz necessária a existência de uma efetiva participação das respectivas sociedades dos países integrantes desta parceria estratégica, não somente em razão do desenvolvimento e da consolidação dos trabalhos do Fórum entre os Povos, mas também para além do debate no ambiente acadêmico, com o intuito de promoção de seus postulados, de suas políticas comuns e do intercâmbio de experiências e de informações entre os mesmos.

Trata-se de uma iniciativa que visa à reformulação do paradigma internacional, principalmente, no que diz respeito ao redesenho das dinâmicas internacionais de poder, a partir da construção de multilateralismo e da concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul, o que representa uma oportunidade de participação de seus principais destinatários, os cidadãos dos respectivos países integrantes do Fórum de Diálogo IBAS, a partir da elaboração de estratégias de comunicação e de procedimentos de participação.

Além desta necessária participação cidadã nos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, há igualmente de se verificar a capacidade de ação dos respectivos membros desta parceria estratégica, principalmente no que diz respeito às suas possibilidades no tocante ao postulado de manutenção da paz e da segurança na esfera das relações internacionais, o que vem de encontro com as possibilidades de ação internacional do Fórum de Diálogo IBAS em seu intuito de se tornar um ator global relevante, o que vem a corroborar com o desenvolvimento do Foro de Governança Local do IBAS e do Fórum entre os Povos no instrumento de interlocução entre os respectivos países na concretização do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global.

Consoante Marco Cepik, numa perspectiva de segurança nacional e cooperação Sul-Sul no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS, para compreensão das limitações e potencialidades desta iniciativa trilateral no campo de segurança e da defesa,

A natureza e o alcance da cooperação sul-sul não decorre apenas dos constrangimentos sistêmicos colocados no âmbito global e regional. Ele depende também de decisões políticas que podem ou não ser facilitadas pela existência de uma institucionalidade de segurança nacional capaz de processar informações relevantes sobre os custos de oportunidades associados a esses constrangimentos sistêmicos, além da existência de capacidades estatais complementares (ligadas ao fenômeno bélico), que produzam estruturas de incentivos positivas para a cooperação. (CEPIK, 2009, p. 65)

No momento atual da realidade internacional em que se observa a crise do capitalismo global²⁰³ e da vulnerabilidade das sociedades nacionais em face de sua abertura à racionalidade instrumental da globalização, o papel desta parceria estratégica em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS deve traduzir este esforço diplomático em termos da cooperação sectorial trilateral, especialmente, mas também os demais postulados políticos, econômicos, sociais e culturais em um efetivo espaço comum de ação internacional dos respectivos países, a partir de suas potencialidades e limitações internas e externas que condicionam a sua projeção internacional, conforme se observará nos próximos tópicos deste Capítulo 3.

O Fórum de Diálogo IBAS pode e deve ser considerado um fundamental instrumento de redefinição dos parâmetros do atual sistema internacional, em que se observa a emergência de determinados países em desenvolvimento no cenário internacional, principalmente no tocante às economias do BRIC, evidenciando uma possibilidade de consolidação desta parceria estratégica, o que implica a importância de um marco comum de atuação global e de construção de uma nova e boa *global governance* a partir de suas estratégias de inserção e de ação internacionais.

Conforme José Vicente De Sá Pimentel, numa perspectiva das relações bilaterais entre Brasil e Índia, e suas implicações no desenvolvimento do Fórum IBAS,

Cabe agora traduzir a afinidade diplomática em ações concretas de cooperação bilateral nas muitas áreas em que os dois países são complementares, e concretizar as oportunidades econômico-comerciais existentes. O papel da diplomacia é encontrar atalhos para consolidar interesses e apressar uma aproximação em benefício mútuo. O IBAS se insere nesse contexto. (PIMENTEL, 2007, p, 400)

O desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS pode ser considerado um fundamental instrumento na expansão e na consolidação, não somente dos postulados e objetivos específicos desta parceria estratégica e de sua identidade como ator internacional, como também das pretensões nacionais e internacionais de seus respectivos países membros, principalmente no que dizem respeito às suas respectivas inserções internacionais de modo a

²⁰³ Ver SOROS, George. **A crise do capitalismo global: perigos da sociedade globalizada – uma visão crítica do mercado financeiro internacional**. Tradução de Cristina Serra. Editora Campus. Rio de Janeiro. 2001. P. 253.

proporcionar um espaço internacional de atuação, conforme as premissas de suas individuais de suas políticas externas, como se observará nos tópicos seguintes.

As possibilidades e potencialidades da atuação internacional desta parceria estratégica, conforme os seus postulados, verificar-se-ão diante das dinâmicas internacionais de poder, tendo em vista que embora pondere acerca do redesenho das relações internacionais, há de se superar as dialéticas de poder que tendem a preservação do *status quo* do sistema internacional e igualmente os próprios condicionamentos internos de seu projeto de cooperação e de seus respectivos países membros deste organismo político.

Em termos da concretização da Epistemologia do Sul²⁰⁴, como instrumento da construção do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul Global, o Fórum de Diálogo IBAS se apresenta, não somente como instrumento de articulação política e de inserção internacional dos seus respectivos países-membros, como igualmente um instrumento de redesenho da racionalidade instrumental da globalização e de redefinição dos parâmetros das relações internacionais, de forma a possibilitar a concretização de um projeto de globalização anti-hegemônica, no que diz respeito a uma maior participação do mundo em desenvolvimento nos processos de tomadas de decisão sobre os rumos da política e da economia internacionais, especialmente, no marco do paradigma internacional que se apresenta neste limiar do século XXI.

Em conclusão, trata-se de compreender as perspectivas gerais dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, de modo a considerar o seu papel no redesenho das relações internacionais, principalmente, no que diz respeito a se constituir um instrumento fundamental para a concretização da Cooperação Sul-Sul e para que se possa tornar um interlocutor do mundo em desenvolvimento, a partir da efetivação de seus objetivos, de seus postulados e, em especial, as suas políticas de cooperação sectorial trilateral, num primeiro momento, e de cooperação internacional no segundo momento.

²⁰⁴ Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. **Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolita subalternas**. P. 31 a 60. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. GAVARITO, César A. Rodríguez. (editores). **El derecho y la globalización desde abajo. Hacia una legalidade cosmopolita**. Traducción de Carlos F. Morales de Setién Ravina. Anthropos Editorial. México. 2007. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas gerais globais a uma ecológica de saberes**. P. 23 a 71. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina S.A. Coimbra. 2009.

4.2. Perspectivas da inserção internacional do Brasil: para uma compreensão do contexto do Fórum de Diálogo IBAS.

A construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, conforme já salientado anteriormente, verificar-se-ão concretamente, em concomitância ao aprofundamento da institucionalidade desta iniciativa trilateral, e à realização de seus objetivos e de seus postulados, também a partir da análise dos imperativos regionais de cada um de seus membros. É necessário salientar que o contexto regional de Brasil, de forma específica, condiciona a formulação de suas políticas externas, a condução de sua diplomacia tanto para os temas da agenda internacional quanto para a articulação da cooperação em áreas de interesse comum em sede do Fórum IBAS, tendo em vista os seus projetos de regionalização, quer seja em sede do Mercosul, quer seja em sede da UNASUL e demais coalizões internacionais em sede do Fórum BRIC e da FOCALAL.

Conforme Edmundo Fujita, numa perspectiva de desafios e oportunidade para o Brasil no contexto das relações internacionais da Ásia, em sua política externa do Brasil, para a construção do multilateralismo e do papel da Ásia na estratégia de projeção internacional do Brasil, o que vem a corroborar com sua ação internacional,

A Ásia se apresenta para o Brasil como um dos últimos grandes espaços econômicos a serem ocupados e consolidados para conformar nosso perfil internacional. Por seu dinamismo econômico e diversidade civilizacional, oferece sinergias e complementariedades em diversos campos de atividades. (FUJITA, 2004, p. 28)

Desta forma, é imperativo considerar a projeção internacional do Brasil, neste sistema internacional em transformação, em termos de construção de uma hegemonia consensual na América Latina²⁰⁵, em que se observam a sua postulação a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o projeto de regionalização em sede da

²⁰⁵ Ver BURGESS, Sean W. **Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War.** *International Relations*. 2008. Vol. 22. Issue 1. Disponível no site: <http://ire.sagepub.com/cgi/content/abstract/22/1/65> .Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P 65 a 84..

UNASUL²⁰⁶ para a constituição de uma comunidade latino-americana de nações, mas também em termos de desenvolvimento de Cooperação Sul-Sul²⁰⁷, ao se ter em consideração os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, nesta perspectiva de redesenho das dinâmicas internacionais de poder para o século XXI.

Embora se possa questionar a aplicabilidade, a efetividade das postulações da política externa brasileira, tanto numa perspectiva internacional, quanto numa perspectiva global, há de se ponderar acerca de sua ação dúbia no contexto das relações internacionais, tendo em vista que o Brasil se projeta com uma liderança regional e como parte de um projeto de interlocução do mundo em desenvolvimento, porém, permite a si mesmo contradições em distintas situações regionais e globais, com especial atenção às disputas entre seus vizinhos na América do Sul, o que minimiza as suas aspirações de inserção global.

Num primeiro momento, trata-se de compreender estas dinâmicas da hegemonia consensual do Brasil, em que a política externa deste país tende ao objetivo de liderança regional, como interlocutor natural latino-americano, considerado assim, quer seja, em sede do processo de regionalização, quer seja, em sede da sua atuação nos fóruns políticos e econômicos internacionais, além de contar com a emergência de novos pólos políticos econômicos.²⁰⁸

Ao se considerar o Brasil como uma potência econômica emergente, com a capacidade de influência nas relações político-econômicas internacionais, conforme já salientado em sede do paradigma do Fórum BRIC²⁰⁹ no Capítulo 1, a construção de uma posição de liderança em seu contexto regional pode significar a concretização de seus objetivos de sua estratégia de inserção internacional e de consolidação de seu papel no paradigma das relações internacionais no século XXI, tendo em vista que potências médias como Brasil passam a cumprir uma função de pacificação e de estabilidade em sua realidade regional de forma a propiciar a construção de sua posição hegemônica.

²⁰⁶ Ver PACHECO, Silvestre Eustáquio Rossi. **A construção da Comunidade Latino-Americana de Nações no marco de fundamento da identidade regional de *Nuestra América***. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2008.

²⁰⁷ Ver THE BRAZILIAN MINISTRY OF EXTERNAL RELATIONS. **South-South Cooperation Activities Carried Out By Brazil**. (2007). Disponível em site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso de 20 de Dezembro de 2009.

²⁰⁸ Ver CESARIN, Sergio M. **China e Índia en América Latina y el Caribe: Enfoques com parados de inserción regional**. P. 19 a 40. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (coordenador). **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios**. Juruá Editora. Curitiba. 2009. P. 19.

²⁰⁹ Ver COMUNICADO CONJUNTO DOS LÍDERES DOS PAÍSES BRIC. (2009). Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, a concretização desta hegemonia consensual, por intermédio de consolidação de sua liderança regional dentro dessas perspectivas já mencionadas, verifica-se com as potencialidades e as limitações da atuação internacional do Brasil em sede dos fóruns políticos e econômicos internacionais, mas também com sua atuação regional para a estabilidade das relações entre os seus vizinhos, e mais especificamente à iniciativa trilateral do Fórum de Diálogo IBAS, no que se diz respeito à Cooperação Sul-Sul e à concretização do Tratado Trilateral de Livre-Comércio entre Mercosul-SACU-Índia, representando uma oportunidade de desenvolvimento sócio-econômico da região.

Conseqüentemente, a capacidade de ação tanto regional quanto internacional do Brasil, ao ser ter a perspectiva de suas potencialidades políticas, econômicas e igualmente militares para formulação de sua política externa, perpassa também pela possibilidade de construção de consensos com os seus demais vizinhos em distintas temáticas relativas às dinâmicas regionais²¹⁰ de forma a proporcionar a concretização de seus postulados de sua política externa, bem como dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS, tendo em vista que se pode considerar uma dupla atuação do Brasil em seu contorno regional e em sua projeção das relações globais de poder, de forma a propiciar a sua reformulação.

Em termos da política externa brasileira, para a construção de consensos em distintas temáticas regionais, principalmente, na questão do projeto de regionalização, tanto no aprofundamento do Mercosul quanto da Unasul, é imperativo ressaltar o seu instrumento na construção de uma estratégia de afirmação de uma potência média que postula a redefinição dos parâmetros das relações internacionais no século XXI, embora haja pretensões divergentes quanto a sua natural liderança regional. Em virtude disso, há pretensões divergentes em que se procura questionar estes elementos da política externa do Brasil no que diz respeito à atuação internacional da Venezuela²¹¹ com sua revolução bolivariana e também à postulação de Argentina e de México a um assento permanente no Conselho de Segurança com projetos distintos da reforma da ONU, que será menor analisado no Capítulo 4, além de

²¹⁰ Ver LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política da integração regional do Governo Lula**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.

²¹¹ Ver SANJUÁN, Ana María. **América Latina y el bolivarianismo del siglo XXI: Alcances y desafíos de la política venezolana hacia la región**. P. 145 a 178. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008. P 150.

contar com a onipresença dos Estados Unidos nas dinâmicas regionais de poder na América Latina.²¹²

Assim, a verificação do papel do Brasil nas relações internacionais da América Latina deve ser levada em consideração de modo a ser postular acerca de suas estratégias regionais e internacionais, principalmente, em sede de demais projeções internacionais de outros países, em particular, da América Latina para que se possa concretizar a construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo e os objetivos da Cooperação Sul-Sul, entre novos e velhos paradigmas da América Latina.²¹³

O fortalecimento de sua hegemonia regional poderá se verificar no aprofundamento do consenso entre os demais países vizinhos da América Latina, mas também com projeções ao continente latino-americano, com a convergência da participação e do avanço dos interesses comuns dos países que integram as dinâmicas regionais, não somente referindo-se à consolidação do projeto de regionalização em sede da UNASUL, mas também à consolidação do papel do Fórum de Diálogo IBAS de modo a conferir maior dinamismo ao continente latino-americano em termos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Trata-se, portanto, de uma dialética em termos do paradigma da América Latina, entre o projeto de regionalizado em sede de distintas propostas e a fragmentação diante da onipresença regional dos Estados Unidos, caracterizando-se o seu dilema entre as estruturas regionais e internacionais de poder e suas forças insurgentes²¹⁴, o que evidencia as suas dinâmicas e seus imperativos que condicionam os objetivos da política externa do Brasil em termos de reconhecimento de liderança regional e de representatividade regional diante do sistema internacional.

Nesta perspectiva, a concretização do papel do Brasil não somente diz respeito à consolidação regional a partir da superação das dialéticas regionais que podem implicar o retrocesso do desenvolvimento sócio-econômico da América do Sul, num primeiro momento, e da América Latina, num segundo momento, mas também à projeção internacional como

²¹² " *Embora haja duas grandes visões de como uma ordem hegemônica é construída no arcabouço da teoria das relações internacionais, em ambas instâncias o objetivo final é a proteção e o avanço dos interesses hegemônicos do Estado dominante.*" (BURGES, 2008, p. 68, tradução nossa) " *Although there are two main visions of how the hegemonic order is provided in mainstream international relations theory, in both instances the end goal is protection and advancement of the economic interests of the dominant state*".

²¹³ Ver CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. P. 150.

²¹⁴ Ver RIBEIRO, Darcy. **El dilema de América Latina: estructuras de poder y fuerzas insurgentes**. 14 Ed. Siglo XXI Editores. Buenos Aires. 2004. P. 17.

potência mundial em ascensão ao lado de outras economias emergentes, que pertencem ao Fórum BRIC e, principalmente, à coordenação política em sede do Fórum de Diálogo IBAS na cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul.

Há de se considerar que num paradigma atual das relações internacionais, conforme já salientado no Capítulo 1, é imperativo construir este arcabouço consensual para sua hegemonia de potência média ou regional, e, principalmente, para a concretização dos objetivos de sua política externa nas mais distintas instâncias internacionais.²¹⁵

Conseqüentemente, a perspectiva da inserção internacional do Brasil pode ser considerada igualmente em termos dos desafios globais em termos das relações econômicas e comerciais internacionais, principalmente, no contexto atual em que se verificam o papel dos países emergentes na recuperação econômica após a deflagração da última crise financeira internacional, mas também a sua influência nos contornos econômicos G-20²¹⁶ e do Fórum BRIC²¹⁷ para a concretização desta reformulação do paradigma internacional, o que leva igualmente a considerar o papel do Fórum de Diálogo IBAS neste sistema mundial.

No contexto regional do Brasil, em termos latino-americanos, há de se considerar as características de sua inserção e de sua estratégia de ação, o que implica nas dinâmicas do Fórum de Diálogo IBAS a partir do aprofundamento das relações com a África do Sul²¹⁸ e com a Índia²¹⁹. Assim, os esforços da construção de sua política externa destinam-se não somente ao seu papel regional como internacional, como interlocutor latino-americano e como articulador da regionalização em sede de seus projetos anteriormente mencionados, tendo em vista que se trata de uma política regional estratégica e com projeção a longo termo.

²¹⁵ *"O imperativo não era submeter outros Estados regionais à vontade brasileira, mas ao contrário criar o processo de formação regional através do Brasil e as proposições da posição do país e prerrogativas como fator central unificador de uma potencial região sul-americana"*(BURGES, 2008, p. 75, tradução nossa) *"The imperative was not to subsume other regional states to Brazilian will, but instead to cycle the region-forming process through Brazil and position the country's propositions and prerogatives as the central unifying factor of a potential South American region"*

²¹⁶ Ver **DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G-20**. (2009). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/g20/G-20_Pittsburgh-Declaracao_de_Lideres_em_portugues.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

²¹⁷ Ver **COMUNICADO CONJUNTO DOS LÍDERES DOS PAÍSES BRIC**. (2009). Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

²¹⁸ Ver FILHO, Pio Penna. **Do Pragmatismo Consciente À Parceria Estratégica: As Relações Brasil-África Do Sul (1918-2000)**. 2001. 441f. Tese (Doutorado). Universidade De Brasília. Instituto De Ciências Humanas Departamento De História. Programa De Pós-Graduação Em História na Linha De Pesquisa: História Das Relações Internacionais. Brasília.

²¹⁹ Ver BASTOS, Camila Arruda Vidal. **Cooperação Brasil-Índia: u ma trajetória d e a proximação**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife.

Trata-se, desta forma, de uma política externa que se destina a uma projeção do continente latino-americano nas dinâmicas internacionais de poder, a partir da construção de consensos em sede de suas coalizões internacionais, em concomitância a uma diversificação de suas relações econômicas e comerciais, quer seja com parcerias bilaterais com potências do Norte Global, que seja com parcerias com demais países, representantes do Sul Global, conforme ponderado no contexto de suas atividades de Cooperação Sul-Sul nesta nova arquitetura internacional, com especial atenção ao Fórum de Diálogo IBAS.

Em seu papel de principal potência regional, o Brasil tem-se articulado, não somente em sede dos projetos de regionalização, conforme já salientado, como também no exercício de seu papel de mediador em eventuais conflitos entre os seus vizinhos, conforme se pode observar com a resolução da crise política da Bolívia no ano de 2008, os atritos entre Colômbia e Equador em razão da incursão daquele no território deste igualmente no ano de 2008, a instalação de bases militares norte-americanas na Colômbia no ano de 2009, embora se possa questionar a efetividade de sua atuação nestas situações regionais, além de se considerar a concretização de sua liderança na missão de paz da ONU no Haiti.

Todavia, as potencialidades econômicas e políticas do Brasil no marco de construção desta hegemonia consensual para a projeção internacional de interlocutor da América Latina contradizem com desigualdades internas, um certo distanciamento do país em relação ao contexto regional em termos políticos e econômicos e igualmente demais projetos de poder de outros países, hegemônicos ou não, que podem impossibilitar o reconhecimento como principal representante da América Latina, embora se articulam projetos de regionalização²²⁰.

Desta forma, é imperativo reconhecer que as características do Brasil, em razão do tamanho de seu território, de sua população, de suas potencialidades econômicas de seu desenvolvimento, a construção de um poder cultural, de um arcabouço militar, podem implicar a sua categorização de potência em ascensão no contexto das relações internacionais e de uma hegemonia regional em termos de disponibilidade de recursos, de construção de uma interdependência, de uma influência e de legitimidade regionais em sua representação global.

No caso brasileiro, as dificuldades de coordenação são agravadas pela história das relações do país com a região, na qual inclui a variável da vontade política dos governantes

²²⁰ Ver ROSALES, Osvaldo. **La integración latinoamericana: entre los sueños y la realidad**. P. 295 a 304. IN: ELIZONDO, José Rodríguez. CASANUEVA, Héctor. (editores) **¿ Qué pasa en América Latina? Realidad política y económica de nuestra región**. Editorial Andrés Bello. Santiago de Chile. 2008. P. 296.

para promover a cooperação regional também é bastante recente. (LIMA, 2008, p. 95, tradução nossa)²²¹

Numa perspectiva de construção da política externa brasileira, levando-se em consideração diversos fatores que possibilitam qualificar o Brasil como uma potência mundial em ascensão neste novo paradigma internacional que se apresenta no limiar do século XXI, pondera Susanne Gratius que:

O Brasil é o único player global da América Latina por três razões: 1) possui política externa de longo prazo e serviço exterior altamente profissionalizado, o qual atua com relativa independência do Executivo; 2) cultiva relações comerciais divididas em partes iguais entre Europa, E.U.A., América Latina e Ásia; 3) e consta de longas e ativas presenças e participações em foros e negociações internacionais. (GRATIUS, 2007, p. 12)

Assim, pode-se argumentar que a inserção internacional do Brasil igualmente perpassa por uma atuação da política externa, de forma independente, do Itamaraty, não estando vinculada a setores do governo ou a uma diplomacia presidencial, o que pode significar as perspectivas de continuidade e de previsibilidade de sua ação diplomática, implicando conseqüentemente a construção e a consolidação de seus projetos de parcerias bilaterais e multilaterais, principalmente em sede do Fórum de Diálogo IBAS.

A concretização do eixo Sul-Sul em que se observa o desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS deve ser tomada em consideração de forma a se concretizar os postulados e objetivos de reforma das dinâmicas econômicas e comerciais, a partir das possibilidades internacionais para a construção de autonomia de ação do Brasil, bem como a partir das parcerias bilaterais no tocante ao Mercosul – SACU e ao Mercosul - Índia, corroborando com as relações econômicas trilaterais, conforme as pretensões da política externa do Brasil.

Em virtude disso, há também de se considerar sua atuação junto à OMC, principalmente no desenvolvimento dos trabalhos do G-20 para reforma da agricultura e promoção do desenvolvimento, como será melhor analisado no próximo capítulo, de maneira

²²¹ “*En el caso brasileño, las dificultades de coordinación son agravadas por la historia de las relaciones del país con la región, en la que incluso la variable de la voluntad política de los gobernantes para promover la cooperación regional también es bastante reciente.*”

a concretizar os objetivos da política externa brasileira no que diz respeito à reformulação das regras do comércio internacional, que sejam propícias ao crescimento econômico dos países emergentes.

Estes imperativos, advindos tanto das dinâmicas regionais quanto das dinâmicas internacionais, refletem na construção da atuação internacional do Brasil, bem como na construção de seu perfil na esfera das relações internacionais como uma potência em ascensão, do Sul, e voltada para a cooperação internacional e para a concretização de projetos de globalização anti-hegemônica.

Liderança baseada em cooperação, mediação e instituições regionais é a única opção do Brasil para acumular influência, posto que seus recursos são escassos, e os Estados Unidos predominam no continente americano. (GRATIUS, 2007, p. 24)

Conseqüentemente, ao se ponderar sobre as perspectivas de construção de multilateralismo no sistema internacional e da concretização da Cooperação Sul-Sul, mais especificamente em sede do Fórum de Diálogo IBAS, é necessário considerar que as possibilidades de autonomia internacional, neste caso, do Brasil vinculam-se, em certa medida a uma margem de ação na esfera das relações internacionais que seja propícia à superação de suas condições de subdesenvolvimento e à efetivação de um desenvolvimento social, econômico, tecnológico e humano capaz de fundamentar a sua categoria de potência mundial no século XXI.

Numa perspectiva mais ampla, principalmente, em termos de atuação global, há de se considerar, conforme anteriormente salientado, a participação do Brasil nas mais diversas temáticas internacionais, no que concerne à segurança internacional, especialmente, na realização de operações de paz²²², a sua atuação regional no sistema interamericano²²³, às rodadas de negociação da OMC com a construção do G-20 sobre agricultura e desenvolvimento²²⁴, às conferências sobre mudança climática, o que vem a corroborar com o

²²² Ver ARRAES, Vírgilio. **O Brasil e a ONU, de 1990 a no ssos dias: das grandes conferências às grandes pretensões.** P. 7 a 41. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

²²³ Ver VAZ, Alcides Costa. **O Brasil e o sistema interamericano: dos anos 1990 até o presente momento.** P. 43 a 73. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

²²⁴ Ver SATO, Eiiti. **De GATT para a OMC e a agenda do Brasil no comércio internacional.** P. 125 a 158. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

projeto de inserção internacional e de projeção de ator de grande relevância nas dinâmicas internacionais.

Em virtude disso, o panorama internacional o qual se procura definir a partir dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS para a construção de um multilateralismo tanto econômico quanto político condiciona as possibilidades de concretização de seus objetivos específicos de sua política externa, quanto dos postulados comuns desta iniciativa trilateral.

Embora se possa considerar o papel do Brasil no cenário internacional, principalmente em razão dos novos contornos globais advindos nesta primeira década do século XXI, é imperativo igualmente verificar uma certa permissibilidade dos principais atores hegemônicos, tais como Estados Unidos²²⁵ e União Européia²²⁶, em termos de aceitação de construção de processos compartilhados do exercício do poder na esfera das relações internacionais para que se possa cogitar a concretização dos objetivos da política externa brasileira em sua busca de auto-determinação e de autonomia global.

O Fórum de Diálogo IBAS apresenta um espaço institucional de ação realmente importante e útil aos postulados da política externa do Brasil, no que diz respeito à institucionalização de um mundo multilateral e de sua projeção internacional como representante latino-americano e como uma potência econômica em ascensão, do Sul Global, o que vem a corroborar com a necessidade de superação dos entraves internos ao desenvolvimento sócio-econômico deste país que limitam a sua ação global.

As perspectivas da projeção internacional do Brasil, o que pode influenciar nas articulações da coordenação política e da consolidação internacional do Fórum de Diálogo IBAS, dizem respeito igualmente a suas deficiências estruturais, em termos de patamar de desenvolvimento, em comparação a outras economias do BRIC²²⁷, também em termos de fortalecimento de suas instituições políticas, econômicas e sociais, em termos de índices de desenvolvimento humano, além de possibilidade de espaço para a sua atuação internacional frente aos ditames do Norte Global.

²²⁵ Ver DOMÍNGUEZ, Jorge I. **Las relaciones contemporâneas entre los Estados Unidos y América Latina: entre la ideología y el pragmatismo.** P. 179 a 208. P. 83.

²²⁶ Ver GRABENDORFF, Wolf. **La relación América Latina-Unión Europea: entre las percepciones erróneas y las buenas intenciones.** P. 239 a 268. IN: IN: P. 243.

²²⁷ Ver ROETT, Riordan. **América Latina y el surgimiento de China en un contexto global.** P. 269 a 292. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008. P. 270.

Embora se possa argumentar acerca de sua ascensão no contexto das relações internacionais, há de se ponderar que se trata de um país considerado em desenvolvimento, ou também emergente, conforme a literatura de relações internacionais, com um longo caminho a percorrer para a concretização de seus objetivos internos e internacionais, quer seja, individualmente com sua política externa, quer seja, em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS.

Conforme Hélio Jaguaribe, nas perspectivas do Brasil quanto à concretização de seus postulados de sua política internacional, principalmente, no que se refere aos requisitos ao longo prazo para a promoção de seu desenvolvimento sócio-econômico.

A definitiva superação do subdesenvolvimento brasileiro consiste, predominantemente, na erradicação dos bolsões de ignorância e extrema pobreza e numa significativa elevação dos níveis de educação, de cultura e de vida do povo, dentro das condições orientadas para assegurar o pleno emprego. (JAGUARIBE, 2003, p. 34)

Por um lado, a cooperação trilateral que se apresenta em sede do arcabouço institucional do Fórum de Diálogo IBAS, conforme observado nas diretrizes dos Memorandos de Entendimento dos Grupos de Trabalhos, pode significar um instrumento de intercâmbio para a superação das respectivas desigualdades sociais e estruturais dos países membros deste projeto. Doutro, há de se considerar que as especificidades da realidade brasileira que influenciam e limitam as suas oportunidades de liderança regional e de reconhecimento de um ator global de relevância perante o paradigma das relações internacionais que ainda se caracterizam por dinâmicas de poder e de regras de hegemonia individual.

Neste sentido, os desafios brasileiros²²⁸ neste momento de redefinição dos parâmetros da realidade internacional correspondem igualmente a uma perspectiva interna, dos problemas sociais, políticos, econômicos e institucionais, conforme já salientado, que obstaculizam a concretização de seus objetivos de desenvolvimento econômico e de sua política externa, embora se possa observar a mudança nas dinâmicas comerciais e econômicas internacionais, o que corrobora com maior possibilidade de atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS.

²²⁸ Ver GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Editora Contraponto. Rio de Janeiro. 2005. P. 15.

Conforme Samuel Pinheiro Guimarães, numa perspectiva da existência de uma macroestrutura já institucionalizada na sociedade brasileira e da sua influência na permanência das vulnerabilidades externas do país em face dos ditames internacionais de poder, mas também em razão da inserção internacional do Brasil e de sua relação com o mundo desenvolvido,

As vulnerabilidades externas associam-se a visões do mundo e da sociedade brasileira, de seu funcionamento econômico e político, e afetam de forma diferenciada, de um lado, os setores beneficiários, e de outro os setores vítimas das disparidades internas. Essas vulnerabilidades decorrem da forma de criação e de expansão da economia capitalista brasileira e de sua inserção na economia mundial. (GUIMARÃES, 2005, p. 23)

Conseqüentemente, é imperativo considerar estas vulnerabilidades políticas e econômicas do Brasil, que podem ser consideradas resultados em face das disparidades internas, dos processos de concentração de riqueza e de poder por parte da minoria de sua população, fato este que pode ser considerado análogo aos demais países membros do Fórum de Diálogo IBAS, representam as problemáticas a serem superadas para a concretização do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, numa perspectiva individual e igualmente para a consolidação da cooperação trilateral em razão de seus postulados comuns de aproximação destes três países membros desta iniciativa, conforme disposto em seus documentos oficiais.

Em conclusão, a estratégia de inserção internacional, desde uma perspectiva regional na construção de uma liderança político-econômica e de representante regional, a uma atuação global, constitui-se a partir igualmente da construção de sua identidade internacional, ou seja, uma potência econômica em ascensão, do Sul Global e com objetivos de redesenho das dinâmicas políticas e econômicas internacionais de modo a possibilitar a concretização do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul.

4.3. Perspectivas da inserção internacional da Índia: para uma compreensão do contexto do Fórum de Diálogo IBAS.

A construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, conforme já salientado anteriormente, verificar-se-ão concretamente, em concomitância ao aprofundamento da institucionalidade desta iniciativa trilateral, e à realização de seus objetivos e de seus postulados, também a partir da análise dos imperativos regionais de cada um de seus membros. É necessário salientar que o contexto regional de Índia, de forma específica, condiciona a formulação de suas políticas externas, a condução de sua diplomacia tanto para os temas da agenda internacional quanto para a articulação da cooperação em áreas de interesse comum em sede do Fórum IBAS, em razão desta nova configuração das relações de poder, tanto globais como regionais, tão importantes para o futuro deste projeto trilateral.

Conseqüentemente, a compreensão específica da Índia²²⁹, abrange temas relacionados ao seu desenvolvimento econômico que segundo a literatura de relações internacionais²³⁰ passa a ser considerado um país emergente, com grande repercussão na esfera econômica global, mas também ao seu papel nesta nova geografia mundial, à temática da segurança internacional com rivalidades regionais e à economia de conhecimento a partir de seu desenvolvimento tecnológico e à sua importância geopolítica na construção do multilateralismo.

Desta forma, a perspectiva da Índia na esfera das relações internacionais pode contribuir tanto para o redesenho do sistema mundial quanto para o sucesso do Fórum de Diálogo IBAS como um instrumento na efetivação da Cooperação Sul-Sul e no papel construtivo nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os respectivos membros deste projeto, a partir também da compreensão de seus recursos de poder e de sua contribuição para a multipolaridade..²³¹

O novo quadro internacional da Ásia, a partir não somente do desmantelamento da União Soviética, a emergência dos Tigres Asiáticos, mas também do surgimento da China e

²²⁹ Ver GANGULY, Sumit. **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

²³⁰ VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

²³¹ “*Numa ordem mundial em processo de redefinição, a Índia busca ocupar uma posição relevante num mundo multipolar.*” (VIZENTINI, PEREIRA, 2009, P. 45)

da Índia²³² nas últimas décadas do século XX e de suas repercussões nas relações econômicas no século XXI, também pode influir na realização dos postulados do Fórum IBAS, novamente, em razão dos imperativos regionais, das dinâmicas políticas, estratégicas e econômicas específicas que influem na formulação das respectivas políticas externas e dos contatos diplomáticos para alianças estratégicas.

De uma perspectiva política, especialmente, no contexto de desenvolvimento das Relações Sul-Sul, o continente asiático passou a adquirir relevância na formulação, não somente, das dinâmicas políticas regionais, mas também de outros atores internacionais, consoante o interesse estratégico com os países da região, o que releva a importância do Fórum de Diálogo IBAS como estratégia para inserção e para cooperação neste panorama regional.²³³

Neste contexto, é necessário, portanto, considerar o processo político e histórico para a compreensão da inserção internacional da Ásia, de uma perspectiva geral, e com especial atenção à Índia em virtude do Fórum IBAS, perpassando pelas dialéticas do mundo bipolar para uma posição estratégica neste sistema internacional em transformação, o que abrange em importante concepção global os prismas econômicos, políticos e também das doutrinas militares dos seus principais atores regionais na formulação de suas estratégias nacionais.

Em razão disso, durante o século XIX, o panorama do continente asiático foi extremamente marcado pelo colonialismo e imperialismo europeu²³⁴ como fruto das dinâmicas da Revolução Industrial e do equilíbrio de poder europeu, já durante o século XX, pela Guerra do Pacífico no contexto da Segunda Guerra Mundial, a Revolução Socialista da China com a fundação da República Popular da China, a Guerra da Coreia com sua divisão política e ideológica, a Guerra do Vietnã e o papel da Índia na política de não-alinhamento de Nehru.

Neste prisma histórico, há de se verificar as nuances das relações de poder, das estratégias regionais e globais, citando como exemplo o desenvolvimento das políticas externas chinesas e, com especial atenção, as indianas para se lograr compreender o processo

²³² Ver YUSUF, Shahid. NABESHIMA, Kaoru. PERKINS, Dwight H. **China and India a resh ape global industrial geography**. P. 35 a 66. WINTERS, L. Alan. YUSUF, Shahid. **Dancing with Giants: China, India and the Global Economy**. The World Bank. Institute of Policy Studies. Washington. 2007.

²³³ “A Ásia foi uma das regiões do mundo onde o fenômeno da “aceleração da História” repercutiu de maneira mais conspícua em termos geopolíticos e geoestratégicos nesta virada de século.” (FUJITA, 2004, p. 13)

²³⁴ Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2007. P. 12.

tão dinâmico de modernização deste continente o que significa, para o momento atual das relações internacionais, a emergência de potências mundiais²³⁵.

Ao se ponderar sobre esta nova geografia internacional, as dinâmicas específicas da Ásia se tornam elemento de reflexão indispensável, não somente em razão da perplexidade de seu crescimento macroeconômico, de sua grande população ou de sua capacidade de harmonia entre o conhecimento tradicional e seus valores, mas também com a produção de conhecimento e inovação tecnológica.²³⁶ No paradigma atual das relações internacionais, pautado por um sistema mundo, numa metamorfose ainda em andamento, é necessário salientar três momentos históricos específicos que moldaram as dinâmicas regionais cujos reflexos são importantes para compreender as percepções estratégicas nas principais potências desta região, que também poderá influir nas dinâmicas do Fórum IBAS e de seu projeto de cooperação trilateral.

Em primeiro lugar, a conclusão da Guerra Fria, que implicou não somente nova uma sistemática de poder numa perspectiva global com a emergência de um unilateralismo estadunidense em termos militares, mas também redesenhou a relevância estratégica da Ásia, abrangendo as parcerias entre Índia e então União Soviética, e entre China e Estados Unidos desenvolvidas na segunda metade do século XX. O vácuo na Ásia em razão de drástica modificação da lógica ideológica e estratégica da hegemonia global, tão marcante no período da Guerra Fria, implicou, num primeiro momento, um retrocesso da Rússia²³⁷ quanto a sua política externa para esta parte do globo e mais voltada ao panorama europeu de quem é o principal fornecedor de gás natural, e ao panorama da OTAN que aproxima de suas fronteiras.

Em contrapartida, há a emergência de novos centros regionais dinâmicos em torno da construção de poder político e econômico na Ásia, abrangendo não somente o Japão com seu milagre econômico após a Segunda Guerra Mundial, a ascensão dos Tigres Asiáticos com suas plataformas de exportação a partir da década de 1970, mas também o desenvolvimento da China com as Reformas de Deng Xiaoping²³⁸ a partir de 1979, e da Índia a partir da década

²³⁵ Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2007. P. 26.

²³⁶ *A Ásia Oriental tem se constituído na região de maior dinamismo econômico no mundo há quase três décadas. Contudo, a importância deste fenômeno não tem sido apreendida em toda a sua dimensão e complexidade.* (VIZENTINI, 2004, p. 33)

²³⁷ Ver RANGSIMAPORN, Paradorn. **Russian perceptions and policies in a multipolar East Asia under Yeltsin and Putin**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 9. Number 2. P. 207 a 244. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/9/2/207>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

²³⁸ Ver MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping. O Homem que pôs a China na cena do século XXI**. Tradução de Antonio Sepúlveda. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2007.

de 1990.²³⁹ Hoje, busca-se também a construção de parcerias igualmente estratégicas neste período de transição entre os séculos XX e XXI, como China e Índia²⁴⁰, a constituição da Organização de Cooperação de Xangai²⁴¹, da ASEAN, da APEC, e da SAARC, de forma a concretizar a inserção internacional mais propícia às suas estratégias regionais e aos seus interesses específicos na esfera das relações internacionais, mais uma vez um fator positivo para a construção de um sistema internacional multilateral.

Em segundo lugar, as atrocidades que ocorrem em razão dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, momento histórico que deu início ao século XXI, também implicaram novos contornos no continente asiático, principalmente, ao se considerar o equilíbrio do poder militar em virtude da intervenção dos Estados Unidos na Afeganistão e a construção de novas alianças estratégicas, citando como exemplo a parceria norte-americana com o Paquistão na sua política de combate ao terrorismo e a construção da doutrina da legítima defesa preventiva²⁴².

Em razão de paradigma global de segurança que se erigiu como resultados dos eventos de 11 de Setembro de 2001, os contornos estratégicos, em termos da perspectiva político- militar, por exemplo, ilustram o cenário do continente asiático no limiar deste século XXI, com novas definições do papel do Paquistão como importante elemento de apoio nas ações militares norte-americanas contra os grupos Talibã e Al Qaeda em virtude de sua posição geográfica estratégica. Como também, trata-se também da perspectiva da Índia, em termos das relações de equilíbrio de poder neste sistema regional, que pode ser considerada como uma nova potência nuclear regional, das dinâmicas do diálogo bilateral com os Estados Unidos, o que leva a considerar um certo constrangimento com a aproximação entre Estados Unidos e Paquistão, mas também a oportunidade de aproximação da Índia com demais países asiáticos.

Como consequência desta projeção norte-americana na Ásia, seja por intermédio de ação político-econômica, seja por intermédio da ação militar com presença em distintos países

²³⁹ Ver GANGULY, Sumit. **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

²⁴⁰ “A China e a Índia são os países que têm apresentado as melhores performances na corrida ao desenvolvimento econômico. Contudo, os desempenhos e as características dos dois países são bastante diferenciados. O que a China tem feito na indústria, a Índia faz nos serviços.” (LIMA, 2008, p. 29)

²⁴¹ Ver AL-QAHTANI, Mutlaq . **The Shanghai Co operation Organization and the Law of International Organizations**. Chinese Journal of International Law (2006), Vol. 5, No. 1. P. 129 a 147. Disponível no site: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=8&sid=3ca4dae3-add3-4d57-be79-45fa116ad41f%40sessionmgr13>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

²⁴² Ver CHOMSKY, Noam. **Hegemonia o s upervivência. El dominio mundial de E EUU**. Traducción de Carlos José Restrepo. Grupo Editorial Norma. Santiago de Chile. 2004. P. 21.

da região, é possível perceber as nuances das relações regionais de poder, contribuindo para uma possível posição de legitimidade da China, ao se favorecer uma aparente adequação das suas divergências entre as políticas específicas dos respectivos vizinhos. E, finalmente, em terceiro lugar, há de se observar também as repercussões da famigerada Segunda Guerra no Iraque sob o pretenso argumento de existência de armas de destruição em massa desse país, supostamente considerado como pertencente ao *Eixo do Mal*, o que pode significar uma ruptura na hegemonia internacional dos Estados Unidos e alterações das concepções dos demais atores internacionais e em especial da Ásia no tocante ao caráter desta projeção do poderio norte-americano nesta região, tendo vista que os Estados Unidos procuram se retirar em razão dos custos financeiros, mas devem ainda se fazer presente por questão estratégica.²⁴³

As relações internacionais dos países asiáticos, principalmente, com seu diálogo externo com os Estados Unidos²⁴⁴ demonstram, portanto, aspectos de aproximação, bem como de contradições e também podem influir na construção deste novo sistema internacional, tendo em vista que há estas questões ainda latentes a serem abordadas para a inserção internacional e o papel político-econômico da Ásia, que deverão ser trabalhadas por seus principais atores regionais. Em virtude disso, é possível perceber as dinâmicas regionais ao se verificar que os fenômenos econômicos e políticos que estão em andamento atualmente no continente asiático, com repercussões importantes também para o campo dos estudos econômicos, apresentam dimensões peculiares apesar de sua interligação com o paradigma das demais transformações globais, e de grande relevância para se lograr a realização das políticas comuns do Fórum IBAS.²⁴⁵

Neste prisma, faz-se necessário compreender as contingências da Ásia a fim de que se possa igualmente analisar o papel na Índia tanto numa perspectiva regional, quanto numa perspectiva de sua contribuição para a construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento do multilateralismo e da Cooperação Sul-Sul, uma vez que pode ser

²⁴³ Ver INOBUCHI, Takashi. BACON, Paul. **Empire, hierarchy, and hegemony: American grand strategy and the construction of order in the Asia-Pacific.** *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 5. Number 2. (2005). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/5/2/117>. P. 117 a 132. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

²⁴⁴ Ver CARLSON, Matthew. NELSON, Travis. **Anti-Americanism in Asia? Factors shaping international perceptions of American Influence.** *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 8. Number 2. (2008). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/8/3/303>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 303 a 324.

²⁴⁵ “Essas considerações, ainda que gerais, já dão idéia de que se a Ásia é importante no mundo que vem aí, China e Índia são grandes destaques nesse contexto.” (DUNLOP, 2007, p. 336)

considerada ao lado de Brasil, China e Rússia uma potência econômica no decorrer do século XXI, conforme salientado anteriormente no Capítulo 1.²⁴⁶

Em razão destas circunstâncias mais específicas da Ásia, no tocante à Índia, é imperativo observar a trajetória política e econômica da Índia desde a sua Independência do Império Britânico no ano de 1947 até os momentos atuais, perpassando por etapas históricas de idealismo político com Nehru, a reformulação de sua política externa a partir de sua derrota no confronto sino-indiano em 1962 com implicações em termos do pensamento militar e da política de defesa nacional e também a sua inserção internacional a partir da década de 1990 com a construção de uma política externa mais pragmática e mais próxima de uma abordagem realista das relações internacionais

Neste contexto, é igualmente necessário compreender suas relações bilaterais, com os Estados Unidos²⁴⁷, com China²⁴⁸, com a Rússia²⁴⁹ e com o Paquistão²⁵⁰ e, de modo geral, com o contexto asiático²⁵¹, tão importante no atual momento das relações internacionais, de forma a considerar o papel da Índia nas dinâmicas tanto regionais quanto globais deste novo mundo multipolar e pós-americano.

Conseqüentemente, a inserção internacional da Índia, como uma economia emergente do BRIC, e com os seus imperativos regionais e os seus condicionamentos internos e externos, implica um redesenho das dinâmicas econômicas internacionais a partir de sua emergência, em termos de uma nova geografia industrial, bem como em termos de desenvolvimento tecnológico, especialmente no setor de serviços e de tecnologia de informação e de comunicação.

²⁴⁶ “É importante compreender porque IBAS pode e deve ser bem sucedido, porque não se trata de uma luz na escuridão, mas uma idéia cujo tempo chegou.” (MUKHERJEE, 2009, p. 92, tradução nossa) “ It is important to understand why IBSA can and must succeed, why it is not just a flash in the pan, but an idea whose time has come”.

²⁴⁷ Ver HATHAWAY, Robert M. **The US-India Courtship. From Clinton to Bush**. P. 6 a 31. IN: GANGULY, Sumit **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

²⁴⁸ Ver GARVER, John W. **Asymmetrical Indian and Chinese Threats at Perceptions**. P. 109 a 134. IN: GANGULY, Sumit **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

²⁴⁹ Ver OLLAPALLY, Deepa. **Indo-Russian Strategic Relations: New Choices and Constraints**. P. 135 a 156. IN: GANGULY, Sumit **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

²⁵⁰ Ver COHEN, Stephen Philip. **India, Pakistan and Kashmir**. P. 32 a 96. IN: GANGULY, Sumit **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

²⁵¹ Ver TELLIS, Ashley J. **Toward a ‘Force-in-being’: The logic, structure and utility of India’s Emerging Nuclear Posture**. P. 61 a 198. IN: GANGULY, Sumit **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

Conforme Sumit Ganguly, numa perspectiva da importância estratégica da Índia na esfera das relações internacionais, no contexto do sul da Ásia, tendo em vista o seu aparato militar atual e considerável, sua detenção de poder nuclear, sua crescente economia com o surgimento de classe média, o funcionamento de suas instituições democráticas.

Mas o papel da Índia é de importante significado por uma segurança a longo prazo e para estabilidade da região. Não é somente o Estado mais populoso na região, mas também possui um número de outros atributos que proporciona seu significado estratégico na região e além. (GANGULY, 2003, p. 01, tradução nossa)²⁵²

A história da Índia como um Estado Nacional independente perpassa por um momento de promoção do discurso de não-alinhamento, num posicionamento político alheio ao confronto político-ideológico que caracterizou o período da Guerra Fria, momento em que suas políticas se caracterizaram por um socialismo indiano, adaptando o nacionalismo não-violento e idealismo político, que foram os princípios norteadores da inserção do país naquele paradigma internacional. Na perspectiva econômica, houve a persecução de políticas econômicas de substituição de importações e num prisma da política interna, o passado colonial influi a formulação das políticas externas, de natureza idealista, numa concepção de autonomia nacional, o que ocasionou conseqüências drásticas com os acontecimentos do ano de 1962. As articulações que caracterizaram a construção da política externa indiana e de sua postura diplomática, neste primeiro momento, advieram de fatores sistemáticos, nacionais e decisões de seus líderes, tendo como exemplo a conduta de seu então Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru que ascendeu ao poder após a independência da Índia, em substituição ao líder do movimento Mahatma Gandhi, entre os anos de 1947 e 1964.

Esta mencionada estratégia da Índia traduziu-se na construção de uma política externa independente, que se caracterizou por aspectos de consistência ou de continuidade, e que apesar das mudanças no cenário internacional, seus principais elementos definidores, fruto do processo de independência com os ideais do movimento pacifista, possuiu certa validade por um grande período de tempo na esfera das relações internacionais. Esta política

²⁵² “Yet India’s role is of Paramount significance for the long term security and stability of the region. It is not merely the most populous state in the region but also has a number of other important attributes that undergird its strategic significance in the region and beyond.”

externa, conhecida como neutralismo ou também do movimento de não-alinhamento²⁵³, fruto desta liderança indiana neste contexto histórico de bipolaridade, pode ser compreendida em termos de objetivos estratégicos nestes primeiros anos de vida independente da Índia, ao se levar em consideração os custos de defesa, realização de oportunidades no contexto da Guerra Fria e a necessidade do seu desenvolvimento econômico.²⁵⁴

Todavia, este princípio de não-alinhamento e, principalmente, do movimento político-principiológico em si, conforme já afirmado anteriormente, se traduziu não somente como forma de inserção internacional dos países no processo de descolonização que se originou tanto na Ásia quanto na África após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, mas também como instrumento de articulação internacional para ação coletiva nas relações internacionais. De um prisma geral, os objetivos da política externa da Índia, em sede de sua liderança do Movimento de Não-Alinhamento, referem-se a um apoio extensivo os países, ainda na condição de colônias ou que atingiram sua auto-suficiência política, em sua luta contra o colonialismo, contra o imperialismo e na sua promoção de paz no mundo, perpassando o seu papel de desarmamento geral do arsenal nuclear perante o mundo naquele contexto das relações internacionais.²⁵⁵

Nesta perspectiva histórica das relações internacionais da Índia, é imperativo reconhecer o papel deste país no contexto da Guerra Fria, não somente como principal articulador do Movimento dos Não-Alinhados, mas também a delimitação dos cinco princípios da co-existência pacífica e sua ação nas instituições internacionais multilaterais, tendo como exemplo, a ONU. A atuação internacional da Índia, neste período, pode ser considerada em termos das perspectivas globais, regionais e nacionais, abrangendo a diminuição das tensões político-ideológicas da Guerra Fria em diversos contextos, tentativas

²⁵³ Esta política de neutralismo, conhecida como Movimento de Não-Alinhamento fora instituída por então Primeiro Ministro da Índia Awaharlal Nehru, em conjunto com o Presidente do Egito Jamal Abdul Nasser, e o Marechal Josef Tito, da Iugoslávia, em 1961, com a finalidade de formalização de um foro de diálogo e de ação coletiva dos países em desenvolvimento. Ver KAPUR, Ashok. **India – From Regional to World Power**. Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2006.

²⁵⁴ *"Interessante o suficiente, nem a União Soviética nem os Estados Unidos evocou qualquer grande interesse na Índia no marco da Guerra Fria".(GANGULY, 2008, p. 54, tradução nossa). "Interestingly enough, neither the Soviet Union nor the United States evinced any great interest in India at the onset of the Cold War."*

²⁵⁵ *"Não-alinhamento então avançou o processo de democratização das relações internacionais."* (MUKHERJEE, 2009, p. 93, tradução nossa) *"Non-alignment thus advanced the process of democratization of international relations"*.

de resolução do conflito territorial com o Paquistão pela Caxemira e da construção de sua doutrina militar de defesa.²⁵⁶

Entretanto, todo este arcabouço teórico que delimitou as ações da política externa da Índia, neste primeiro momento, desde o ano de 1947 e a condução dos trabalhos em sede do Movimento dos Não-Alinhados se desfez, embora parcialmente, em razão das repercussões negativas da derrota deste país em confronto militar com a República Popular da China no ano de 1962, em razão do não reconhecimento chinês da Linha Mac Mahon na fronteira do Tibete. Estes elementos de coexistência pacífica e de política de não-alinhamento, apesar de uma aproximação estratégica com a então União Soviética, em termos de uma aliança contra a China, tornaram-se os pilares fundamentais da conduta diplomática da Índia, porém, houve também confrontos militares com o Paquistão em três oportunidades, nos anos de 1947, de 1965 e de 1971, e estratégias norte-americanas na parceira Nixon e Kissinger.

É necessário salientar que este contexto militar não alterou de forma drástica a condução da política externa e da articulação das políticas de segurança da Índia, bem como não gerou grandes repercussões no tocante às relações entre Estados e União Soviética quanto a uma eventual tomada de posição, porém, em razão deste evento houve uma demonstração das fragilidades da liderança política e militar da Índia, concernente à antecipação desta ação militar e à retirada da China após este episódio.²⁵⁷ O desenvolvimento posterior ao governo de Awaharlal Nehru toma novos rumos no intuito da inserção internacional da Índia, de seu crescimento econômico, a partir de suas reformas e de suas políticas econômicas de forma a se tornar atualmente uma das principais economias asiáticas e uma das potências emergentes no cenário internacional do século XXI.²⁵⁸

Assim, há de se observar as políticas das administrações posteriores à Nehru para compreender o desenvolvimento político-econômico da Índia e os contornos de sua diplomacia tanto em temas internacionais quanto em temas regionais.²⁵⁹ Em termos do

²⁵⁶ Ver GANGULY, Sumit. **India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect**. P. 53 a 68. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional "O Brasil no mundo que vem aí" - III CNPEPI. **Conferência Índia**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2008. P. 56.

²⁵⁷ "Conseqüentemente, a retórica do não-alinhamento permaneceu a marca da política externa. O comportamento político externo da Índia, porém, assumiu de forma crescente uma orientação mais realista." (GANGULY, 2008, p. 58, tradução nossa) "Consequently, the rhetoric of nonalignment remained a staple of Indian foreign policy. India's foreign policy behavior, however, increasingly assumed a more Realist orientation."

²⁵⁸ Ver KAPUR, Ashok. **India – From Regional to World Power**. Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2006. P. 42.

²⁵⁹ Ver KAPUR, Ashok. **India – From Regional to World Power**. Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2006. P. 145.

Movimento de Não-Alinhamento, houve a realização de Cúpulas, em que houve a criação da *Africa*, ou seja, Ação para Resistência de Invasão, Colonialismo e Apartheid em 1986, bem como a promoção da concepção de G-15 como uma coalizão mais compacta do G-77. A política externa indiana pode ser considerada em termos de seus objetivos no que diz respeito à proteção e à promoção dos interesses econômicos do país, em termos de suas decisões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, caracterizando-se por um planejamento econômico, substituição de importação, e uma industrialização fundada numa economia com apoios públicos e privados.

Neste contexto, é imperativo ressaltar, segundo a literatura de relações internacionais, as posteriores administrações da República da Índia, naquelas décadas, como também sua política externa a partir da década de 1990, e sua inserção atual, em conjunto com as políticas comuns do Fórum de Diálogo IBAS, para que possa compreender as atuais conjunturas da Índia. Em virtude disso, apresentam-se desafios extraordinários para a inserção internacional da Índia, em termos de adaptação econômica, ajustes políticos internos, de sua política externa, construção de infra-estrutura para o desenvolvimento sócio-econômico do país, produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, de forma a se preparar na atuação nesta nova geografia internacional, tratando-se do retorno do país ao panorama asiático, embora haja problemas em termos sociais que condicionam a concretização dos objetivos de sua política externa.²⁶⁰

Em primeiro lugar, é imperativo destacar as relações bilaterais com os Estados Unidos, que foram caracterizadas por elementos de desconfiança mútua, ou seja, concernente a perspectiva norte-americana, a Índia, de certa forma, em razão da postura de não-alinhamento e da aproximação soviética, era considerada como país-satélite do bloco socialista. Por outro lado, a perspectiva indiana considerava os Estados Unidos como principal aliado estratégico do Paquistão e da aproximação com a China, ocorrendo isto ao longo do período da Guerra Fria. Certamente, uma situação política que se esgotou nos últimos vinte e cinco anos, período em que a Índia procurou a normalização das suas relações com a China, a busca de resolução ao impasse da Caxemira em disputa com Paquistão, como

²⁶⁰ “Em termos demográficos, a população indiana passou de 395 milhões entre 1950/1995, para 1.100 bilhão em 2005, muito embora a taxa bruta de natalidade (por mil) tenha caído de 45,4 para 22,5 em 2005. A expectativa de vida da população, que era de 36,5 anos nos anos 1950, passou a 64,9 em 2005. Associado a estes problemas, uma forte disparidade regional, com o sistema de castas ainda atuando no sentido do incremento das desigualdades sociais. A infra-estrutura de estradas, energia¹³ (fala-se que existem 400 milhões de indianos sem acesso a energia) e saneamento básico; são problemas que a Índia terá de enfrentar, se quiser atingir um crescimento sustentável”. (LIMA, 2008, p. 90)

também integração ao paradigma de desenvolvimento da Ásia e neste caso, a construção de um novo panorama de diálogo com os Estados Unidos, principalmente, em razão da necessidade do país em termos de capital, tecnologia, mercado para exportação de sua produção.²⁶¹

A partir dos anos de 1990, as administrações dos Presidentes norte-americanos Bill Clinton e George W. Bush procuraram a aproximação das relações diplomáticas com a República da Índia, com diversos avanços e retrocessos nas articulações do diálogo diplomático. Em virtude do fim da Guerra Fria em que a visão norte-americana posicionava a Índia no campo soviético, houve novo compromisso com as reformas econômicas na Índia, crescente pressão política por parte da comunidade indo-norte-americana, como também a mudança da postura dos Estados Unidos, conferindo uma maior importância às relações diplomáticas bilaterais.

Conforme salientado, houve retrocessos nesta reaproximação bilateral, principalmente, em razão da realização de testes nucleares pela Índia na data de 11 de Maio de 1998, fato que significou a imposição de sanções econômicas e militares pelos Estados Unidos a este país, fundamentado na legislação norte-americana e também desaprovação por parte do Brasil. Outros episódios também salientam a reaproximação entre Estados Unidos e Índia, citando como exemplos a criação de comissões conjuntas em distintas temáticas da agenda internacional, realização de Cúpulas com abordagem de temas de interesse comum, resolução da crise de Kargil de 1999 na questão da Caxemira. Todavia, ainda havia entraves nas relações bilaterais, especialmente, em razão da postura dos Estados Unidos em considerar a Ásia como a região mais perigosa no mundo, e a persistência quanto às sanções econômicas e militares com a esperança da adesão da Índia ao Tratado de Não – proliferação de armas nucleares.²⁶²

Com a administração de George W. Bush, as temáticas das sanções e da não proliferação de armas nucleares tomaram novos rumos em razão das políticas deste novo governo norte-americano, demonstrando que o diálogo nuclear não se constituía como um

²⁶¹ “Indignação moral e incompreensão mútua, até em tempos um sentimento de traição, têm sido as características definidoras das relações entre Índia e Estados Unidos ao longo da última metade do século. (HATHAWAY, 2003, p. 07, tradução nossa) “Moral indignation and mutual incomprehension, even at times a sense of betrayal, have been the defining characteristics of relations between India and the United States over the past half century.

²⁶² “Nenhuma parceria genuinamente colaborativa poderia ser formada enquanto uma parte ainda impunha sanções econômicas contra a outra. (HATHAWAY, 2003, p. 09, tradução nossa). “Nor could a genuinely collaborative partnership be formed so long as one party still imposed economic sanctions against the other.”

impedimento nas relações bilaterais, e que se trata de manter o diálogo, a partir da consolidação dos resultados auferidos e do aprofundamento da arquitetura institucional das Cúpulas realizadas. Neste prisma, faz-se necessário destacar os eventos de 11 de Setembro de 2001, fato histórico que também impulsionou uma nova e mais significativa colaboração entre os dois países, a partir de ajuda em termos de inteligência e de cooperação militar, embora houvesse episódios durante a campanha de guerra ao terrorismo internacional que estremeceram as relações bilaterais, como bombardeio à capital da Caxemira e a aproximação com o Paquistão.

Neste sentido, é imperativo considerar esta nova articulação de uma parceria estratégica, que pode ter contornos maiores de um intercâmbio bilateral. Da perspectiva dos Estados Unidos, trata-se de uma estratégia para contrabalançar a crescente influência da China no panorama regional e também global, enquanto que da perspectiva da Índia se trata de uma aproximação realista e pragmática em favor de seus objetivos políticos e econômicos neste contexto de redefinição da geografia regional e internacional.²⁶³

Em virtude desta aproximação indo-norte-americana, é necessário destacar o diálogo nuclear, uma vez que Índia também busca se consolidar como potência nuclear, visando também constituir uma *strategic deterrent* em termos de energia nuclear, distinto do arsenal estratégico das grandes potências mundiais, com fundamento em razões morais e estratégicos e, finalmente, a instalação de bases militares indianas em outros países com sua área estratégica entre o Canal de Suez e o Estreito de Malaca. Todavia, esta política nuclear busca conferir à Índia diversas opções no contexto das relações internacionais, uma vez que se trata de uma força nuclear em construção, de uma reserva estratégica em termos de tamanho, de disposição geográfica e de centralidade do controle, de construção de sua doutrina militar em termos de um *not-first-use*, bem como em termos de segurança nacional, este interesse abrange regiões como seus vizinhos, áreas adjacentes e o mundo exterior.

Numa perspectiva estratégica da Índia, é importância salientar temas da agenda global que influenciam sua decisão de concretização de sua supremacia regional e da sua condição de grande potência, no que se referem ao acesso ao mercado asiático, ao controle das passagens marítimas do Índico, ao acesso ao petróleo do Oriente Médio e à expansão do

²⁶³ “Washington está agora pronta para abraçar a Índia. Mas os Estados Unidos, como todos os países, determinarão suas políticas conforme os cálculos de interesse. (HATHAWAY, 2003, p. 22, tradução nossa)” *Washington is now ready to embrace India. But the United States, like all countries, will determine its policies according to calculations of interest.* “

uso da energia nuclear, tendo em vista sua base institucional de segurança nacional e seu poderio militar quanto à constituição de sua força nuclear.

Conforme Ashley J. Tellis, numa perspectiva de construção da força nuclear indiana em termos de lógica, estrutura e uso.

*A força nuclear indiana se configurará não como uma deterioração recessiva, nem como um arsenal pronto, mas como uma força em ser, isto é, uma deterioração consistindo de componentes disponíveis, mas dispersos que são capazes de ser constituídos em sistemas de armas utilizáveis durante uma emergência suprema. (TELLIS, 2003, p. 62-63, tradução nossa)*²⁶⁴

Na construção de sua força nuclear, houve a criação por parte da Índia no ano de 2003 de uma Autoridade de Comando Nuclear, instituição formada por um Conselho Político e um Conselho Executivo, com competência de formulação de recomendações sobre o uso do arsenal nuclear, porém, cabe ao Primeiro Ministro a decisão final sobre o assunto. Como também, houve no ano de 2004 a criação da figura, pelo Comitê de Assuntos de Segurança do Gabinete de Ministros da União, de um comandante – em - chefe do Comando de Forças Estratégicas com a responsabilidade de controle sobre o arsenal nuclear.

Concernente a sua doutrina militar, houve também a formulação de seu pensamento militar no tocante ao uso de seu arsenal nuclear, em que ressaltam o não uso em primeiro lugar, *not-first-use*, conforme já salientado, a ação massiva contra cidades do agressor na hipótese de ser vítima de ataque nuclear e abstenção do uso contra países não-nucleares, salvo na hipótese de ser vítima de ataque químico ou biológico. Neste contexto, é imperativo ressaltar esta política nuclear da Índia, que vem de encontro às dinâmicas regionais da Ásia ao se ter como vizinho um gigante nuclear, neste caso, a China, e também em razão de considerar discriminatórias as diretrizes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Entretanto, é igualmente necessário ressaltar que esta política nuclear da Índia, de certa forma, já se encontra consolidada perante a comunidade internacional, na condição de uma potência nuclear, em virtude do tratado assinado com os Estados Unidos em fevereiro de 2008, ocasião da visita oficial do então Presidente norte-americano George W. Bush a este país. Conforme os termos deste acordo nuclear, além deste reconhecimento de condição de

²⁶⁴ “*The Indian nuclear force will be configured neither as a recessed deterrent nor as a ready arsenal, but a force-in-being, that is, a deterrent consisting of available, but dispersed, components that are capable of being constituted into usable weapon systems during a supreme emergency.*”

potência nuclear, a Índia logrou obter também um tratamento diferenciado dado pelos Estados Unidos aos países detentores de tecnologia nuclear, com a possibilidade de acesso à tecnologia e fonte nuclear norte-americanos, porém, em contrapartida, quatorze de seus vinte e dois reatores devem estar sob a administração civil, abertos às inspeções regulares da AIEA.

Novamente aqui, faz-se evidente a política norte-americana para a Ásia, em termos da necessidade de diminuir a pressão sobre os preços do petróleo e, principalmente, ao se conferir o status de potência nuclear à Índia, há a configuração de contrapeso à China no contexto das dinâmicas asiáticas. Em segundo lugar, há também que compreender as dinâmicas do conflito indo-paquistanês²⁶⁵, tendo em vista que isto também influenciará a construção da doutrina militar, neste caso, da Índia, particularmente, ao se ter a partir do processo do seu acelerado crescimento econômico sua estratégia de consolidação de sua supremacia regional e de sua condição de grande potência na esfera das relações internacionais.

As origens deste conflito regional remontam a vários aspectos no tocante à falha do regime britânico na gestão de uma partilha política e territorial pacífica, às disputas políticas entre as comunidades regionais do subcontinente, à importância da Caxemira na construção das identidades nacionais de ambos os países, às lideranças políticas de ambos. Estes e outros fatores corroboram com esta disputa, porém, o conflito pode ser considerado maior do que o conjunto de suas razões. Neste sentido, é imperativo verificar que um dos aspectos mais importantes neste conflito se refere, não à percepção de contenção ou de ameaça para o Paquistão, mas à postura da Índia. Em virtude de fatores históricos, estratégicos, ideológicos, e também domésticos, a questão com o Paquistão ainda permanece como elemento central no cálculo estratégico da Índia.

Desde o processo político de independência, os principais líderes da autonomia política dos dois países, do lado indiano Jawaharl Nehru, e do lado paquistanês, Mohammed Ali Jinnah, preocupavam-se com a consolidação da independência e a construção de seus países, considerando que a divisão do *Raj Britânico* não implicaria num conflito entre as duas nações e que a presença de minoridades em cada estado seria um aspecto positivo para as perspectivas das relações bilaterais. Todavia, dois grandes fatos históricos influenciaram no

²⁶⁵ “Todavia, isto permanece um desenvolvimento problemático enquanto abrangente e debilitante rivalidade da Índia com Paquistão continua, incluindo aquela dimensão da rivalidade que perpassa a disputa de 50 anos da Caxemira”. (COHEN, 2003, p. 32, tradução nossa) “However, this remains a problematic development as long as India’s comprehensive and debilitating rivalry with Pakistan continues, including that dimension of the rivalry that encompasses the 50-year-old Kashmir dispute.”

fracasso do processo de normalização das relações bilaterais, isto é, a derrota da Índia para a China em 1962 e a derrota do Paquistão para a Índia em 1971, o que implicaram em conseqüências domésticas para ambos os países, mas também a construção de programas nucleares e de militarização dos respectivos países.²⁶⁶

Como também há de se verificar a perspectiva do Paquistão sobre o conflito, o qual considera que desde o período da independência do país, há uma tentativa indiana de derrubada deste país. Ao se considerar também um povo perseguido, como uma comunidade minoritária, há também uma política de alianças estratégicas com atores internacionais externos à região, bem como concluindo pelo desenvolvimento de arsenal militar em momento de extrema crise. Como conseqüência da deflagração de conflitos em distintos momentos, e principalmente do embate de 1971, é importante salientar a ascensão do Exército ao poder no Paquistão, e desta forma, para a normalização das relações bilaterais, há de superar também esta postura de desconfiança que aparentemente estar já institucionalizada, bem como há de se considerar a ameaça da Índia como elemento definidor da identidade e da unidade nacionais do Paquistão.

Todavia, trata-se de um conflito indefinido, em que as perspectivas futuras envolvem um hesitante movimento ao diálogo político, pautadas por tentativas de ambos os lados para uma ação unilateral fundamentado em suas vantagens individuais, tornando-se um jogo de poder de soma zero, o que torna necessária a normalização das relações bilaterais para que a Índia possa ter um papel de maior relevância na esfera das relações internacionais.²⁶⁷

Em terceiro lugar, é imperativo também compreender suas relações bilaterais com a República Popular da China, tendo em vista que o desempenho das economias asiáticas, especialmente, destes dois países e como também os precedentes históricos pautados entre aproximações e conflitos. Na perspectiva desta relação bilateral, há de também se ressaltar as percepções assimétricas entre os dois países, conforme já salientado nas relações indo-paquistanesas, em que a postura da Índia tende a se caracterizar como apreensiva no tocante à atuação internacional da China, ao passo que este país não considera o mesmo com relação da

²⁶⁶ Ver COHEN, Stephen Philip. **India, Pakistan and Kashmir**. P. 32 a 96. IN: GANGULY, Sumit **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003. P.35.

²⁶⁷ “Para isto ocorrer, deverá haver mais profundas mudanças em seu profundo relacionamento, para eles permanecerá dois Estados alérgicos um ao outro sem o desenvolvimento de fortes laços econômicos, culturais e políticos.” (COHEN, 2003, p. 58, tradução nossa) “ For that to occur, there will have to be more profound changes in their deeper relationship, for they will remain two allergic to each other without the development of strong economic, cultural, and political ties”.

Índia, o que evidencia a articulação de suas políticas externas, em especial, em temas regionais.

Desta forma, o Paquistão continua a ser um ponto de assimetria neste panorama regional, tendo em vista o apoio do China a este país, principalmente, após os eventos de 11 de Setembro de 2001, em que houve uma maior cooperação estratégica com os Estados Unidos na campanha global de combate ao terrorismo internacional, o que também evidencia uma certa insatisfação da Índia com a existência desta realidade regional. Como também, faz-se necessário compreender a política indiana no tocante à construção de uma reserva estratégica de arsenal militar, tendo como justificativa a assimetria das relações sino-indianas, e a percepção de ameaça por parte da República Popular da China, constante dos relatórios de Defesa da República da Índia.²⁶⁸

As dinâmicas regionais, em especial, nas relações bilaterais entre Índia e China²⁶⁹, podem ser consideradas como resultado, conforme anteriormente salientado, das guerras regionais, das políticas chinesas com relação ao Paquistão em termos de cooperação militar. O desenvolvimento da parceria estratégica que se verifica entre China e Paquistão ao longo das décadas pode ser considerada como um dos fatores determinantes na construção da estrutura internacional de poder no contexto das relações internacionais que se apresenta no século, o que mantém as rivalidades regionais como elemento no cálculo estratégico destes respectivos países, constituindo um verdadeiro estado hobbesiano de guerra e de pouca cooperação.

É necessário ressaltar também as políticas chinesas em termos destas percepções de assimetria e de ameaça nas dinâmicas bilaterais com a República da Índia, no que se refere a uma calculada estratégia da política externa chinesa sobre segurança regional, ao desenvolvimento de uma política de boa vizinhança cujos propósitos residem na dissuasão de cooperação da Índia com outras grandes potências externas à região, e de objeção da Índia no tocante à cooperação da China com outros países asiáticos. Nesta perspectiva, há também de se verificar o desenvolvimento dos trabalhos de ambos os países quanto à aplicação de seu poderio individual na correlação de forças em suas relações bilaterais, o que também revela uma assimetria à construção de suas respectivas estratégias regionais e bilaterais.

²⁶⁸ Ver GARVER, John W. **Asymmetrical Indian and Chinese Threat Perceptions**. P. 109 a 134. IN: GANGULY, Sumit **India as an Emerging Power**. Frank Cass Publishers Great Britain. 2003. P. 110.

²⁶⁹ “Beijing recusou aceitar a alegação pública de Nova Délhi de suas preocupações sobre a China. Beijing reagiu forte e negativamente à justificativa dos testes nucleares de Nova Délhi acerca da ameaça da China. (GARVER, 2003, p. 118, tradução nossa). “ Beijing refused to accept New Delhi’s public airing of its concerns about China. Beijing reacted strongly and negatively to New Delhi’s ‘China threat’ justification of the nuclear tests”.

E, finalmente, em termos da relação com Rússia, que devido a sua aproximação estratégica durante a Guerra Fria se tornou a principal fonte de tecnologia e suprimentos militares para a Índia, bem como ambas as nações buscam encontrar seus respectivos papéis no cenário internacional com a construção de suas posturas econômicas e estratégicas. Todavia, as relações bilaterais corroboram com uma cooperação econômica ainda limitada, cujos imperativos nacionais e estratégicos emergem nas dinâmicas regionais e determinam igualmente o desenvolvimento de trabalhos desta relação bilateral, de cooperação com demais países asiáticos.²⁷⁰

Esta abordagem geral do contexto asiático pode ser considerada de suma importância para os desdobramentos das relações diplomáticas da Índia, e com especial atenção à cooperação trilateral em sede do Fórum IBAS para elucidar a efetividade dos objetivos comuns construídos em seus documentos oficiais ao longo destes anos. Neste sentido, embora ainda haja a adoção de planos econômicos quinquenais, a política econômica da Índia que foi empreendida a partir da década de 1990²⁷¹ se caracterizou pelo fim do planejamento econômico como elemento fundamentador de seu desenvolvimento, pela realização de reformas econômicas, pela fixação de marco regulatório, pelas políticas de privatização, pela diminuição de entraves à entrada de capital estrangeiro.

A perspectiva da Índia quanto ao seu desenvolvimento econômico e a sua inserção na economia globalizada perpassa pelo objetivo de afastamento das regulamentações diretivas, concedendo maior prioridade aos incentivos de mercado, elementos políticos indiretos, maior importância à produtividade de seu mercado interno, à competitividade com a abertura à concorrência externa, à promoção de sua exportação.

Conseqüentemente, é possível perceber que a condução da diplomacia indiana na esfera das relações internacionais tem como estes principais objetivos, ao se verificar a busca de seu prestígio internacional por intermédio das políticas de modernização econômica, do redesenho de suas relações bilaterais, principalmente, com os Estados Unidos, conforme observado, com a União Européia e com os demais países asiáticos, consolidação de sua condição de potência regional por intermédio de sua política de aproximação com o Ocidente,

²⁷⁰ “No processo, este período viu uma certa quantia de experiências em temas estratégicos, com lições que não serão perdidas em razão dos limites e das possibilidades de seus futuros laços.” (OLLAPALLY, 2003, p. 135, tradução nossa.) “In the process, this period has witnessed a certain amount of experimentation in strategic affairs by Russia and India, with lessons that are not going to be lost on either vis-à-vis the limits and possibilities of their future ties.”

²⁷¹ “Ao ingressar na última década do século XX, a Índia procedeu a grandes mudanças em sua estratégia de desenvolvimento.” (VIZENTINI, PEREIRA, 2009, p. 45)

de construção de segurança energética e, finalmente, de continuação de papel de liderança entre os países emergentes.²⁷²

Portanto, é neste contexto das dinâmicas da Ásia que se insere a Índia como uma economia em grande crescimento, como um país emergente e de grande potencialidade de ação na esfera das relações internacionais, principalmente, na construção de um sistema internacional multipolar e da cooperação Sul-Sul, o que possibilita o desenvolvimento dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS.

Conforme José Vicente de Sá Pimentel, numa análise da perspectiva da Índia com relação ao processo de desenvolvimento de Fórum de Diálogo IBAS, no tocante à sua construção e à sua consolidação,

Mecanismo pioneiro de articulação e cooperação entre três grandes países em desenvolvimento, o IBAS, do ponto de vista indiano, é importante como prática e precioso como símbolo. A um tempo reforça substantivamente as posições comuns no tocante aos principais temas da agenda mundial e imprime novo e dinâmico perfil ao ideal da cooperação Sul-Sul. (PIMENTEL, 2007, p. 403)

Em razão destas características da projeção internacional da Índia, conforme já salientado, a perspectiva de desenvolvimento do Fórum de Diálogo, principalmente no que se refere aos seus postulados de redesenho das dinâmicas econômicas e políticas internacionais e de papel de interlocutor do mundo em desenvolvimento, pode ser considerada a partir das potencialidades da participação deste país asiático, ressaltando sua liderança no tocante à sua política de não-alinhamento, ao seu desenvolvimento econômico que a faz integrar o rol das principais economias emergentes do BRIC e, finalmente, às suas estratégias e parcerias de integração global, possibilitando a concretização de sua influência nesta nova arquitetura econômica internacional que se apresenta no século XXI.

O papel da Índia, neste processo de reformulação do sistema internacional, implica igualmente a sua contribuição ao desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS, principalmente no que diz respeito à cooperação trilateral sectorial de forma a se lograr a concretização de seu desenvolvimento sócio-econômico.²⁷³ Em virtude de suas

²⁷² “Em um mundo regionalizado, a Índia manifesta-se como força hegemônica na região da Ásia Meridional.” (VIZENTINI, PEREIRA, 2009, p. 46)

²⁷³ “Índia provavelmente será uma grande força em software, procedimentos de negócio, e indústrias de consultorias, (incluindo serviços de desenho e de engenharia), competindo não somente com líderes como Alemanha, Japão e os Estados Unidos, como com atores de médio porte e menor saída (incluindo China, quem logo pode experimentar um limite em termos de volume de habilidades técnicas.)” (YUSUF, NABEXHIMA,

potencialidades econômicas e políticas, a concretização de sua estratégia de integração global pode significar novas possibilidades para os seus objetivos específicos de sua política externa em termos de sua emergência como uma potência econômica e industrial global, como igualmente possibilitar a afirmação do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de cooperação inter-regional.

Conforme Mridula Mukherjee, numa compreensão das dinâmicas desta realidade internacional em transformação, no qual se insere a política externa da República da Índia em termos de construção de seu papel internacional e de sua correlação com o Fórum de Diálogo IBAS:

Índia deve perseguir sua política externa para esta nova situação. Mantendo intacto seu objetivo de ter independência de ação em temas internacionais, e buscando encontrar um lugar respeitável para si mesma na comunidade de nações. Índia deve constantemente avaliar a mutável natureza das alianças internacionais e encontrar meios de garantir seus objetivos. A ordem mundial está em fluxo e provavelmente se mantém por algum tempo e nesta fluída situação uma política externa criativa deve evoluir. O Fórum de Diálogo IBAS é precisamente um exemplo deste tipo de política externa criativa. (MUKHERJEE, 2009, p. 105, tradução nossa)²⁷⁴

O papel da Índia, tanto na perspectiva de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, quanto na perspectiva de concretização de seus objetivos de sua política externa, dados os seus imperativos regionais e internacionais, pode ser considerado em termos de seu desenvolvimento econômico, que influencia igualmente as possibilidades de superação de suas questões sociais, como também possibilita o redesenho das relações internacionais de forma a proporcionar o aprofundamento da Cooperação Sul-Sul.

Em conclusão, a emergência econômica da Índia, de uma potência regional para uma potência mundial, com potencialidades e capacidade de influência nas dinâmicas das relações comerciais e econômicas deste sistema internacional, representa igualmente o seu fundamental papel nesta redefinição deste paradigma internacional, o que leva em

PERKINS, 2007, p. 65, tradução nossa) “India is likely to be a major force in the software, business processes, and consulting industries (including design and engineering services), competing not so much with such leaders as Germany, Japan, and the United States as with the mid-range and lower-end players (including China, which soon might enjoy an edge in terms of technical skills volume). “

²⁷⁴ “India has to suit her foreign policy to this new situation. Keeping intact its goal of retaining independence of action in international affairs, and seeking to find a respectable place for itself in the comity of nations, India must constantly evaluate the changing nature of international alignments and find the means to secure its objectives. The world order is in flux, and likely to remain so for some time, and in this fluid situation a creative foreign policy must evolve. The IBSA Dialogue Forum is precisely an example of this kind of creative foreign policy.”

consideração as possibilidades que se apresentam no século para as economias emergentes do BRIC e especialmente para os países membros do Fórum de Diálogo IBAS em seu postulado de construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul.

4.4. Perspectivas da inserção internacional da África do Sul: para uma compreensão do contexto do Fórum de Diálogo IBAS.

A construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, conforme já salientado anteriormente, verificar-se-ão concretamente, em concomitância aos seus demais desafios internos para se lograr a realização desta iniciativa trilateral, e à efetivação de seus objetivos e de seus postulados, também a partir da análise dos imperativos regionais de cada um de seus membros.

É necessário salientar que o contexto regional de África do Sul, de forma específica, condiciona a formulação de suas políticas externas, a condução de sua diplomacia tanto para os temas da agenda internacional quanto para a articulação da cooperação em áreas de interesse comum em sede do Fórum IBAS, conforme já salientado nas perspectivas regionais de Brasil e Índia, igualmente levando em consideração seus impasses políticos internos e regionais que limitam o desenvolvimento deste país e do continente africano em geral.

O dinamismo histórico se encontra no Sul, invertendo a tendência dos últimos séculos. Assim, o estudo das relações internacionais do mundo afro-asiático se reveste da maior importância. (VIZENTINI, 2007, p. 08)

É imperativo ressaltar que o fim do regime do *Apartheid* na África do Sul foi de extrema importância para a inserção deste país na esfera das relações internacionais, possibilitando a ampliação do processo de integração regional, e a partir deste momento histórico, a África do Sul procura constituir um espaço comum em sede de sua regionalização, para que se possa superar os graves problemas sociais, econômicos, políticos, estruturais, enfim, a superação dos entraves ao desenvolvimento do continente africano.

Neste sentido, a compreensão das dinâmicas regionais da África, e com especial atenção à África do Sul, perpassando pelo recente processo de descolonização que se desenvolveu após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, mas também o processo político

da África do Sul na segunda metade do século XX e projeção para este século, é de fundamental importância verificar as possibilidades de contribuição deste país ao desenvolvimento da cooperação trilateral sectorial em sede do Fórum de Diálogo IBAS, em concomitância à construção de sua estratégia de inserção internacional da África do Sul no paradigma internacional que se apresenta neste século XXI.

Em seu conjunto, o continente africano também se inclui nas dinâmicas do colonialismo e do imperialismo, e a partir da ingerência das potências europeias que ali também infligiram um sistema político, econômico, social que condicionou o desenvolvimento da África a despeito das conjunturas específicas da região. Assim como verificado na América Latina e também na Ásia, a experiência do colonialismo definiu os contornos estruturais do continente africano, e em virtude da exploração direta de suas metrópoles europeias, os Estados Nacionais africanos buscam construir sua unidade política em meio às divergências religiosas, étnicas herdadas do passado colonial, cujos conflitos internos passam a ter uma característica mais tribal.

Enquanto procuram a estabilidade política e econômica de suas sociedades, há também um esforço pelos países africanos em termos de um projeto de regionalização, em sede da União Africana, SACU, SADC, para lograr o seu desenvolvimento e sua inserção internacional mais favorável aos seus objetivos e aos seus imperativos regionais. Trata-se de compreender não um continente integrado, mas um mosaico de unidades sociais e políticas, em distintos patamares de desenvolvimento, em dispersão, caracterizadas por conflitos ao longo destas décadas, e que a mais comum de suas dinâmicas seja provavelmente o enfraquecimento de seus sistemas políticos por suas divergências internas.

Em virtude disso, é possível agregar termos, usados de forma comum no discurso social, ao continente africano como uma terra perdida, um continente sem lei, sem ordem e sem futuro, cujos males sociais não podem ser dissociados do panorama de sua inserção internacional, ou melhor, de sua marginalização da esfera das relações internacionais.²⁷⁵

A grande maioria dos países africanos, conforme já anteriormente salientado, alcançaram sua independência nas últimas décadas do século XX, e cujo panorama político é pautado por golpes de estado, por ditaduras e por guerras civis que parecem infundáveis, por

²⁷⁵ Ver FILHO, Pio Penna. **Do Pragmatismo Consciente À Parceria Estratégica: As Relações Brasil-África Do Sul (1918-2000)**. 2001. 441f. Tese (Doutorado). Universidade De Brasília. Instituto De Ciências Humanas Departamento De História. Programa De Pós-Graduação Em História na Linha De Pesquisa: História Das Relações Internacionais. Brasília. P. 43.

conflitos externos, por episódios de genocídio e de crises humanitárias, por ingerência das grandes potências, em especial, dos Estados Unidos e da então União Soviética no embate político-ideológico que caracterizou a Guerra Fria.²⁷⁶

A partir dos recentes anos de vida política independente, com o fracasso de projetos políticos impostos externamente, com os intentos de construção de seu desenvolvimento a partir de suas próprias características, a África em seu conjunto e mais especificamente a África do Sul procuram formular uma síntese para a realização de seu desenvolvimento, numa época de redefinição da geografia internacional.²⁷⁷

Portanto, é nesta perspectiva que se inserem as dinâmicas regionais da África, que em meio aos seus encontros e seus desencontros, à década perdida de seu desenvolvimento, à definição de seu papel no contexto das relações internacionais pós - Guerra Fria, do processo de globalização, o continente africano busca a sua reafirmação no cenário internacional. O continente africano, num prisma geral, também foi objeto de estratégias deste período em que grupos políticos distintos eram apoiados por uma ou outra superpotência, no embate político-ideológico, mais um elemento que caracteriza este continente a uma marginalização em face da esfera das relações internacionais.²⁷⁸

Concernente à África do Sul, é necessário considerar o panorama singular de sua evolução histórica, em razão da própria conjuntura interna com a criação de um sistema de opressão institucionalizada contra a parcela negra de sua população, institucionalização esta que ficou conhecida historicamente como Apartheid, e que também foi tolerada por questões geopolíticas da Guerra Fria. A partir do processo de democratização com o governo da ANC, liderado por Nelson Mandela, sendo o primeiro presidente democraticamente eleito da África do Sul²⁷⁹, o país passa a ser novamente africano e a ser considerada também como potência regional, com capacidade de contribuir para o desenvolvimento africano, numa perspectiva regional e também para a Cooperação Sul-Sul numa perspectiva internacional.

²⁷⁶ “Trata-se de uma retomada de uma evolução histórica local, distorcida pelo tráfico escravo (que debilitou o continente) e pela dominação colonialista direta, vinculada agora às grandes transformações universais.” (GALLAS, 2007, p. 06)

²⁷⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2007. P. 159.

²⁷⁸ Ver LUIZ, John M. **Evaluating The Performance of South African Economic Departments**. *South African Journal of Economics*. Vol. 77. Issue 4. December 2009 P. 591 a 602. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/123190800/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

²⁷⁹ Ver OTTAWAY, Marina. **South Africa: The struggle for a New Order**. The Brookings Institution. Washington, D.C. 1993. P. 160.

Desta forma, a inserção internacional da África do Sul, a partir dos anos de 1990, caracteriza-se pelo projeto de reconstrução de sua unidade nacional, num contexto político pós-Guerra Fria, em termos internacionais e pós-apartheid em termos nacionais, em concomitância à construção de uma política externa que passou a se constituir em termos de multilateralismo e de desenvolvimento sócio-econômico, embora esteja, em menor grau, em relação ao atual paradigma das economias emergentes, considerado em sede do termo BRIC e mais especificamente aos patamares de desenvolvimento dos demais países membros desta iniciativa trilateral.

Trata-se, portanto, de uma democracia em construção e igualmente uma economia emergente²⁸⁰ no que se refere à África do Sul em seu processo interno de consolidação de suas instituições políticas e econômicas, em concomitância à sua política de superação dos entraves sociais e econômicos que se derivam de sua condição de subdesenvolvimento, dos índices de pobreza e das dificuldades de acesso a recursos num contexto de uma desigualdade social, fruto de seus condicionamentos históricos, sociais e econômicos.

Desta forma, a compreensão da sua inserção internacional da África do Sul, mas também das dinâmicas regionais do continente, de sua trajetória histórica e política, constitui-se um instrumento importante para que possa lograr a concretização de seus objetivos de sua política externa²⁸¹, numa perspectiva individual deste país, igualmente se faz necessária em termos da articulação da coordenação política do Fórum de Diálogo IBAS, tendo em vista, conforme observado no Capítulo 2, trata-se de um projeto de cooperação internacional que se iniciou por intermédio de suas consultas e suas articulações internacionais que posteriormente envolveram Brasil e Índia na construção deste organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Neste contexto de reconstrução de sua unidade nacional a partir do ano de 1994 e de sua estratégia de inserção internacional para a articulação de seu desenvolvimento, a política externa da África do Sul²⁸² passou a ser pautada por novos paradigmas em sua inserção

²⁸⁰ Ver BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa**. Second Edition. Plagrave Macmillan. New York. 2009. P. 05.

²⁸¹ Ver GALLAS, Daniel Russman. **A política externa da África do Sul de 1994 até os dias de hoje: condicionamentos internos e limites externos**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre 2007. P. 14.

²⁸² Ver GALLAS, Daniel Russman. **A política externa da África do Sul de 1994 até os dias de hoje: condicionamentos internos e limites externos**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do

internacional no que concerne à promoção e proteção dos direitos humanos, à promoção da democracia numa perspectiva global, ao desenvolvimento sócio-econômico, não somente deste país, como também do continente africano como um todo, à importância ao respeito do Direito Internacional, à cooperação internacional para a manutenção da paz e da segurança na esfera das relações internacionais e, finalmente, à promoção de uma cooperação regional e igualmente internacional para a construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo.²⁸³

*Mas sul-africanos freqüentemente se consideram ser um povo especial. Sua particularidade, eles acreditam, deriva-se de sua particular história de colonização, segregação racial e democratização triunfante. (BUTLER, 2009, p. 05, tradução nossa)*²⁸⁴

Os condicionamentos históricos²⁸⁵, não somente se referindo ao período da colonização com a descoberta de suas riquezas minerais, mas também ao regime do apartheid vigente entre os anos de 1948 e de 1990, ainda constituem uma herança de divisões sociais, de segregação, de possíveis diferenças sobre o seu significado histórico, em concomitância, ainda se tratam de obstáculos, não somente a sua inserção global, conforme já salientado, mas igualmente a construção de uma sustentabilidade de sua unidade e de sua identidade nacionais, de uma ordem social pautada pela inclusão e pela participação democrática e, finalmente, numa perspectiva do continente africano, há impasses regionais que obstaculizam o desenvolvimento sócio-econômico do continente africano, o que leva em consideração o papel da África do Sul em termos de liderança regional, como igualmente se pretende realizar nos panoramas brasileiros e indianos.

Conseqüentemente, o panorama contemporâneo da África do Sul²⁸⁶, em termos dos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, igualmente influencia as dinâmicas dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, em termos de

Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre 2007. P. 18.

²⁸³ “O maior desafio colocado para a política externa sul-africana no final da última década do século XX e, possivelmente, por um longo período no século XXI, será conciliar o seu desenvolvimento, que requer inversões externas de grande monta, com a difícil situação política do contexto regional no qual se insere o país.” (FILHO, 2001, p. 370)

²⁸⁴ “Yet South Africans often consider themselves to be a special people. Their uniqueness, they believe, derives from their particular history of colonization, racial segregation and triumphal democratization.”

²⁸⁵ Ver BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa**. Second Edition. Plagrave Macmillan. New York. 2009. P. 19-20.

²⁸⁶ Ver LUIZ, John M. **Evaluating The Performance of South African Economic Departments**. *South African Journal of Economics*. Vol. 77. Issue 4. December 2009. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/123190800/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 591 a 602

concretização de seus postulados e de seus objetivos, ao se verificarem as potencialidades e as limitações deste país para a realização da construção do multilateralismo político e econômico e da cooperação para o desenvolvimento do Sul, bem como a concretização dos objetivos de sua própria estratégia de atuação na esfera das relações internacionais, que se pretende realizar desde o período da democratização deste país africano.

Em concomitância aos seus condicionamentos internos e as suas possibilidades de sua ação global²⁸⁷, a África do Sul se apresenta como um instrumento de interligação entre os demais países membros do Fórum de Diálogo IBAS, ou seja, Brasil e Índia, em razão de sua posição estratégica entre os respectivos continentes, América Latina e Ásia, oceanos Atlântico e Índico e, finalmente, os seus principais representantes regionais, que compartilham dos mesmos objetivos de redesenho do atual paradigma das relações internacionais, embora cada um destes atores internacionais partilhe interesses políticos e econômicos distintos e específicos em cada situação, em razão de seus próprios imperativos regionais.

Ao se considerar a sua perspectiva econômica da África do Sul, é imperativo verificar igualmente que se, por um lado, trata-se de um líder regional como uma potência econômica em relação ao continente africano, destacando-se em termos de território, de desenvolvimento econômico, de aparato militar com sua respectiva doutrina, de construção de uma democracia constitucional, doutro, num panorama econômico global, ainda se constitui um ator global, sem grande desenvolvimento político-econômico, se comparado aos demais países integrantes do Fórum de Diálogo IBAS, que são considerados economias emergentes com potencialidade de influência nas dinâmicas econômicas internacionais.²⁸⁸

Os problemas que afligem o desenvolvimento sócio-econômico da África do Sul referem-se a uma ausência de infra-estrutura para a sustentabilidade de seu crescimento, à coexistência de desenvolvimento na área de serviços e de tecnologia de informação com uma pobreza endêmica em suas cidades, à desigualdade social, à questão da governança que igualmente impossibilitam o necessário desenvolvimento sul-africano e sua contribuição à consolidação do papel internacional do Fórum de Diálogo IBAS.

²⁸⁷ Ver VISENTINI Paulo G. Fagundes. PEREIRA Analúcia Danilevicz. **África Do Sul: Uma Transição Inacabada**. P. 141 a 207. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007) : o Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : África** — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão. 2008. P. 141. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

²⁸⁸ Ver AZIAKPONO, Meshach Jesse. **Financial And Monetary Autonomy And Interdependence Between South Africa And The Other Sacu Countries**. *South African Journal of Economics*. Vol. 76. Issue 2 June 2008. P. 189 a 211. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/120780466/PDFSTART>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009.

Estes paradoxos caracterizam, de certa forma, os países em desenvolvimento, abrangendo, neste caso, igualmente Brasil e Índia implicam contradições entre as potencialidades geoeconômicas e as limitações internas que obstaculizam a sua inserção internacional de forma equânime e propícia à concretização de seus objetivos políticos e econômicos. Em razão destas circunstâncias internas da África do Sul, as estruturas e políticas sociais²⁸⁹ igualmente representam obstáculos a serem superados na concretização de seu desenvolvimento sócio-econômico, de sua estratégia de inserção internacional que se caracteriza pela construção do multilateralismo e, principalmente, nos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS.

Desta forma, ao se ponderar acerca do paradigma internacional que se apresenta no século XXI com os elementos políticos e econômicos, conforme analisados do Capítulo 1, é importante salientar o desenvolvimento de suas relações internacionais²⁹⁰ com o redesenho de sua política externa com maior participação nas dinâmicas regionais num projeto de construção de uma nova África do Sul e, especialmente, em busca da solução de uma importante problemática africana no tocante à sua progressiva marginalização do contexto da economia internacional.

A problemática, não somente da África do Sul, como igualmente do continente africano, refere-se principalmente na concretização de sua participação nas dinâmicas econômicas internacionais, de sua estratégia de inserção internacional para que possa concretizar um arcabouço propício para investimentos externos, aprofundamento das relações comerciais, ou seja, ingressando como partícipe da arquitetura econômica internacional, de forma a superar a sua marginalização em face da ordem global. Ainda há de se construir o seu papel geoeconômico e geopolítico para a concretização de seus postulados de sua política externa e sua contribuição da África do Sul a este projeto de cooperação internacional, o que leva em consideração os próprios interesses comuns do Fórum IBAS, tendo em vista que sua estrutura sócio-econômica ainda se encontra difícil de alteração em razão de interesses nacionais e internacionais específicos que condicionam o necessário desenvolvimento sócio-econômico da África do Sul.

²⁸⁹ Ver BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa**. Second Edition. Plagrave Macmillan. New York. 2009. P. 84.

²⁹⁰ Ver BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa**. Second Edition. Plagrave Macmillan. New York. 2009. P. 197.

O denominado Renascimento Africano ²⁹¹ corresponde, portanto, a uma nova estratégia de desenvolvimento do continente, a partir da promoção da cooperação regional para a concretização deste objetivo, da promoção da paz e da igualdade entre os Estados Africanos, embora ainda se caracteriza por uma ambivalência no que se refere a sua definição teórica, em termos objetivos e pragmáticos, abordando diversos temas caros ao desenvolvimento sócio-econômico do continente. Esta concepção de Renascimento Africano pode ser considerada um instrumento de articulação política da África do Sul, na concretização de sua política externa em sede das dinâmicas regionais do continente africano, no que diz respeito à promoção de um conjunto de valores e princípios orientadores da promoção do desenvolvimento da África no contexto das relações internacionais, especialmente, em sede da concretização dos objetivos do NEPAD.

Assim, a concretização dos objetivos específicos da África do Sul em termos de reconstrução, não somente de sua unidade nacional, como também do desenvolvimento sócio-econômico do continente africano, principalmente, neste projeto de Renascimento Africano, vem de encontro com os postulados do Fórum de Diálogo IBAS, principalmente no que diz respeito à efetividade da cooperação trilateral sectorial por intermédio do intercâmbio de informações e de experiências em suas respectivas políticas públicas dos países membros deste projeto de cooperação de modo a possibilitar a inserção internacional mais equânime destes países e o redesenho das dinâmicas internacionais de poder.

Neste sentido, ao se pensar nos processos de construção e de consolidação deste organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul, a participação da África do Sul possibilita uma maior articulação para a solução das problemáticas políticas, econômicas e sociais do continente africano, com uma especial atenção ao NEPAD e à construção de parceria estratégica em relação à NAASP e acordos bilaterais e trilaterais em sede do Fórum IBAS, ao se tratar de um país que pode ser considerado uma potência regional, conforme já salientado, para a promoção de seu ressurgimento no contexto das dinâmicas econômicas e políticas internacionais.

A participação da África do Sul nos processos de construção e de consolidação desta parceria estratégica trilateral igualmente pode ser considerada em termos de cooperação na

²⁹¹ Ver GALLAS, Daniel Russman. **A política externa da África do Sul de 1994 até os dias de hoje: condicionamentos internos e limites externos**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre 2007. P. 55.

área de segurança regional²⁹², principalmente no que se refere à construção de parceria de paz para África²⁹³ de forma a possibilitar a concretização dos postulados do NEPAD no paradigma do Renascimento Africano e de seu ingresso na União Africana²⁹⁴, bem como à estabilidade política do continente, de forma a incluir a África nesta nova arquitetura econômica internacional que se apresenta no século XXI²⁹⁵.

Conseqüentemente, a política externa da África do Sul²⁹⁶ deve lidar, em concomitância, com os seus condicionamentos internos, conforme já salientado, dados a herança nacional da segregação racial, apesar de sua transição política democrática e de seu processo de construção, bem como a persistente divisão sócio-econômica e a problemática de sua segurança interna, e com as restrições das dinâmicas internacionais no que diz respeito à inserção da China²⁹⁷ no continente africano e às implicações da criação de um comando militar africano pelos Estados Unidos.

Estes condicionamentos podem impossibilitar a construção de seu papel que pretende desempenhar não somente no panorama das dinâmicas regionais, como igualmente a sua estratégia de ação internacional, no que diz respeito à construção de sua liderança regional com a finalidade de superação da marginalização internacional da África e à possibilidade de se constituir o representante do continente africano numa possível reforma institucional da ONU, com especial atenção ao Conselho de Segurança, conforme se postula nos documentos oficiais do Fórum de Diálogo IBAS em termos de redesenho do sistema internacional de segurança coletiva para sua maior representatividade, sua maior democratização e legitimidade de suas decisões. Desta forma, há de se considerar igualmente a sua atuação em

²⁹² Ver SOKO, Mills. **A África do Sul e as ameaças tradicionais e não-tradicionais à segurança regional**. P. 23 a 48. IN: KORNEGAY Francis. DADA Jabulani. **A África do Sul e o IB AS: des afios d a segurança humana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE. 2007. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

²⁹³ Ver CILLIERS, Jakkie. **Partnerships for Peace in Africa**. P. 89 a 100. IN: COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra. (editors). **Brazil-Africa For um on Politics, C ooperation a nd T rade**. Brazilian International Relations Institute. Brasilia. 2004.

²⁹⁴ Ver RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **União Africana: possibilidades e desafios**. P. 33 a 72. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007) : o Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : África** — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão. 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

²⁹⁵ Ver GROVOGAI, Siba N. **The Crisis of State in Africa. Challenges for the Democratic Social Compact in Africa**. P 115 a 138. IN: COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra. (editors). **Brazil-Africa Forum on Politics, Cooperation and Trade**. Brazilian International Relations Institute. Brasilia. 2004.

²⁹⁶ Ver LANDSBERG, Chris . **Política Externa da África do Sul**. Tradução de Helena Jornada. P. 49 a 52. IN: KORNEGAY Francis. DADA Jabulani. **A África d o Sul e o IBAS: d esafios da se gurança hum ana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE. 2007.

²⁹⁷ Ver JAKOBSON, Linda. **China's dipl omacy tow ard Africa: drivers and c onstraints**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 9 . Number 3. (2009) P. 403 a 433. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/9/3/403>. Data de Acesso de 14 de Outubro de 2009.

termos do aprofundamento de suas relações com Brasil e com a Índia que culminariam com o advento do Fórum de Diálogo IBAS e seu posterior desenvolvimento²⁹⁸, cuja política externa também abrange os objetivos de reformulação das dinâmicas internacionais de poder, de forma a possibilitar a concretização do projeto de Renascimento Africano. Em virtude disso, a projeção internacional da África do Sul implica a articulação da cooperação, neste caso, da iniciativa trilateral, mas também da construção de políticas comerciais e industriais que possibilitam o aprofundamento de seu desenvolvimento sócio-econômico e o processo de regionalização do continente africano, consolidando a promoção de sua exportação e de atração de investimento e, principalmente, a sua posição de representante da África, numa perspectiva de redesenho das dinâmicas internacionais de poder.

Segundo Pio Penna Filho, numa perspectiva da inserção internacional da África do Sul, ponderando acerca das relações bilaterais tanto com Ásia-Pacífico quanto com a América Latina, o que se revela importante para o aprofundamento da cooperação trilateral em sede do Fórum de Diálogo IBAS, em termos da construção do multilateralismo e da cooperação inter-regional:

Desta forma, há movimentos de Pretória que buscam associações ou acordos comerciais com a União Européia, com os Estados Unidos, com a Ásia-Pacífico, com países banhados pelo oceano Índico (no que resultou a criação, em março de 1997, da “Associação dos Países da Margem do Índico” –Indian Ocean Rim – e, também, com a América Latina, não sem propósito enumerada em último lugar), tendo no Brasil a porta de entrada para uma eventual associação com o Mercosul, ou mesmo para a criação de uma Associação do Atlântico Sul, que poderia ser elaborada nos moldes da celebrada com os países da margem do Índico, inclusive aproveitando-se da estrutura já em funcionamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS). (FILHO, 2001, p. 355)

Assim, há de se considerar este ressurgimento da África do Sul no contexto das relações internacionais²⁹⁹, especialmente em relação a sua participação na consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, tanto como instrumento de aproximação de seus respectivos países membros, e de suas respectivas regionais em estão inseridos, quanto à afirmação de seu papel

²⁹⁸ Ver KORNEGAY, Francis. **The geopolitics of IBSA: The South African dimension**. P. 127 155. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: **Seminário I BAS**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

²⁹⁹ Ver FILHO, Pio Penna. **Do Pragmatismo Consciente À Parceria Estratégica: As Relações Brasil-África Do Sul (1918-2000)**. 2001. 441f. Tese (Doutorado). Universidade De Brasília. Instituto De Ciências Humanas Departamento De História. Programa De Pós-Graduação Em História na Linha De Pesquisa: História Das Relações Internacionais. Brasília. P. 360.

como interlocutor do mundo em desenvolvimento, conforme postulado em seus documentos oficiais.

Ao se retomar as considerações sobre as perspectivas de inserção internacional da África do Sul, é imperativo salientar, não somente o Renascimento Africano³⁰⁰ conforme já salientado anteriormente, mas igualmente a construção de sua estratégia econômica global da África do Sul de forma a ponderar sobre sua contribuição à consolidação do Fórum de Diálogo IBAS e à construção de seu papel nesta nova arquitetura internacional que se apresenta no século XXI. Desta forma, conforme já salientado anteriormente, a perspectiva da estratégia econômica da África do Sul, levando em consideração seu panorama político-econômico interno e a marginalização dos seus demais vizinhos e do continente africano, implica igualmente a construção de políticas públicas destinadas à concretização de sua transformação social e econômica de forma a proporcionar o seu desenvolvimento sócio-econômico, de maneira sustentável, bem como numa maior integração com os demais países africanos em torno de seu projeto de regionalização político-econômica.³⁰¹

O desempenho econômico da África do Sul³⁰², de forma a lhe proporcionar um papel relevante, não somente em sede do panorama regional no que concerne a sua liderança no continente africano, mas igualmente no contexto das relações internacionais, deve ser considerado em termos de seu desenvolvimento nacional, a partir da concretização de suas políticas públicas e das metas de desenvolvimento macroeconômico, para a superação dos entraves oriundos de seus condicionamentos internos e das possibilidades de ação global, de forma a garantir a sua inserção internacional.³⁰³

Em concomitância à sua inserção internacional, neste período de reconstrução política pós-apartheid, é imperativo ressaltar o desenvolvimento de seu panorama econômico, no que se refere à suas políticas econômicas, mais especificamente em temas monetários,

³⁰⁰ Ver AKINBOADE, Oludele A. LALTHAPERSAD-PILLAY, Pinky. **South Africa And The New Partnership For Africa's Development: Economic Spin-Offs And Linkages**. *South African Journal of Economics*. Vol. 73. Issue. 2 June 2005. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118736857/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 243 a 268.

³⁰¹ Ver AZIAKPONO, Meshach Jesse. **Financial And Monetary Autonomy And Interdependence Between South Africa And The Other SADC Countries**. *South African Journal of Economics*. Vol. 76. Issue 2 June 2008. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/120780466/PDFSTART>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 189 a 211.

³⁰² Ver BURGER, Philippe. **The Changing Volatility Of The South African Economy**. *South African Journal of Economics* Vol. 76. Issue 3. September 2008. P. 335 a 355. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/121499414/PDFSTART>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009.

³⁰³ Ver HENTZ, James J. **South Africa and the Logic of Regional Cooperation**. Indiana University Press. Bloomington and Indianapolis. United States of America. 2005.

fiscais, com a finalidade de superação da volatilidade da economia da África do Sul em face da racionalidade instrumental da globalização.³⁰⁴

Todavia, faz-se igualmente salientar que, ao lado deste desempenho econômico sul-africano, passando a ser considerada uma economia em destaque no panorama do continente africano, há déficit deste país em termos de sua estrutura social e de sua política social³⁰⁵, no que diz respeito às suas taxas de desemprego, de inflação, ao desenvolvimento humano, à desigualdade social, índice de pobreza em sua sociedade, conforme já salientado anteriormente, condicionando não somente o seu próprio desenvolvimento e sua estratégia de inserção internacional, como igualmente o desenvolvimento dos trabalhos da parceira estratégia trilateral, na medida em que impossibilita a efetividade de seus postulados e de seus objetivos dados os seus condicionamentos internos e internacionais, em busca de sua afirmação no cenário internacional.

Este paradigma de marginalização da África do Sul, conforme já observado em sede das perspectivas da inserção internacional de Brasil e Índia, implica na construção de parcerias estratégicas, tendo como principal exemplo a articulação política para a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS numa convergência de interesses na reformulação das dinâmicas econômicas e políticas internacionais, de forma a possibilitar a cooperação para o desenvolvimento do Sul e de concretização de sua política externa, especialmente no que diz respeito à sua agenda regional.³⁰⁶

Deste modo, a participação da África do Sul nos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS pode ser considerada importante instrumento de atuação dos seus países-membros quanto aos dilemas do continente africano, no que diz respeito aos problemas sociais, destacando-se a questão da saúde com o combate à transmissão do vírus AIDS/HIV, a questão do desenvolvimento econômico com a construção de infra-estrutura, de seu desenvolvimento sócio-econômico, a questão da segurança regional com Estados Nacionais ainda em construção e com grandes conflitos internos e violações de direitos humanos, como igualmente a concretização desta parceria estratégica trilateral

³⁰⁴ Ver PLESSIS, Stan Du. SMIT, Ben. STURZENEGGER, Federico. **The Cyclical ty Of Monetary And Fiscal Policy In South Africa Since 1994.** *South African Journal of Economics.* Vol. 75. Number 3 September 2007 P. 391 a 411. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/117962046/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

³⁰⁵ Ver HODGE, Duncan. **Growth, Employment And Unemployment In South Africa.** *South African Journal of Economics.* Vol. 77. Issue 4. December 2009. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/123190804/PDFSTART> . Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 488 a 504.

³⁰⁶ “Os interesses da África do Sul e os dos demais países em desenvolvimento amalgamam-se em torno do acesso ao mercado e ao desenvolvimento econômico.” (ISMAIL, DRAPER, CARIM, 2002, p. 227)

possibilita o intercâmbio e a construção de um elemento de interconexão entre os demais países integrantes, considerando que as perspectivas de crescimento e de desenvolvimento se encontram atualmente no panorama do Sul Global.

A concretização destas relações econômicas da África do Sul³⁰⁷, tanto em sede dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, quanto em sede de seus objetivos de sua política externa possibilita igualmente a construção de estratégias em termos do processo de inter-regionalização, neste caso, abrangendo o Brasil como representante latino-americano e a Índia como país asiático para o aprofundamento das relações Sul-Sul, para o desenvolvimento estratégico a partir desta cooperação trilateral, o aprofundamento das relações para a coordenação política desta parceria trilateral, de modo a se verificarem os postulados de reformulação das dinâmicas internacionais de poder.

É imperativo ressaltar, em razão da participação da África do Sul³⁰⁸, não somente no desenvolvimento dos processos de construção e de consolidação desta parceria estratégica trilateral, como igualmente do movimento de não-alinhamento, conforme salientado no Capítulo 1, que sua política externa também está pautada com compromissos da concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul, de forma a se considerar dentro da perspectiva de sua atuação no continente africano em termos de hegemonia política e não somente econômica.

Sua política externa para o século XXI, conseqüentemente, passa a considerar a liberalização de sua economia, sua participação nas dinâmicas do comércio internacional³⁰⁹ de modo a verificar as potencialidades de investimento, de tecnologia, de construção de parcerias, e de desenvolvimento sócio-econômico com especial atenção ao Fórum de Diálogo IBAS, para além das relações econômicas com o mundo desenvolvido, neste caso, Estados Unidos e União Européia, e, principalmente, as implicações de seu crescimento para o

³⁰⁷ Ver BARROS, Rui Duarte. **Trade, Models of Regional Integration and Strategic Development Options**. P. 207 a 234. IN: COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra. (editors). **Brazil-Africa Forum on Politics, Cooperation and Trade**. Brazilian International Relations Institute. Brasília. 2004.

³⁰⁸ Ver BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa**. Second Edition. Plagrave Macmillan. New York. 2009. P. 207.

³⁰⁹ Ver RANGASAMY, L. BLIGNAUT. Z. **How Exposed Is The South African Economy To International Trade?**. *South African Journal of Economics*. Vol. 73. Number 3 September 2005. P. 366 a 388. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118736867/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

desenvolvimento da África em seu objetivo de superação de sua marginalização internacional,³¹⁰ conforme já ponderado anteriormente.

Neste sentido, a estratégia de atuação da África do Sul³¹¹, tanto em termos de seus imperativos nacionais, aliado a seus objetivos regionais e sua inserção continental para o reconhecimento de sua liderança e como representante africano no diálogo político internacional e quanto em termos das dinâmicas das relações Norte-Sul, deve ser considerada uma construção entre os princípios e os postulados de sua projeção com as dinâmicas das relações de poder, conforme já ponderado nas perspectivas de Brasil e Índia, em concomitância com os imperativos políticos e econômicos com demais potências econômicas em ascensão. Trata-se, portanto, da possibilidade de concretização, não somente de seu desenvolvimento econômico, a partir do redesenho do paradigma internacional em termos políticos e econômicos, mas igualmente de seu desenvolvimento social, humano e de bem-estar de sua população, a partir da reconciliação de cidadãos, ainda divididos social e economicamente, de consolidação de sua democracia no contexto de seu pluralismo social.

A perspectiva da África do Sul no contexto do Fórum IBAS se verifica na concretização de uma cooperação estratégica, tanto geopolítica quanto geoeconômica de modo a igualmente se verificar internamente a reconstrução política, econômica, social e cultural, pós-apartheid, o que evidencia também a importância deste organismo político de cooperação para a dimensão sul-africana, em razão de seu papel no panorama regional e do contexto do projeto do IBSAMAR.

³¹⁰ Ver ARORA Vivek. VAMVAKIDIS, Athanasios. **The Implications Of South African Economic Growth For The Rest Of Africa.** *South African Journal of Economics.* Vol. 73. Issue 2. June 2005. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118736856/PDFSTART>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 229 a 242..

³¹¹ “África do Sul está agora no centro de um projeto emergente para refazer a vida política da África e transformar suas projeções econômicas. Ela está também no centro de lutas dos países do Sul por instituições globais mais representativas e ordem comercial internacional mais equitativa.” (BUTLER, 2009, p. 207, tradução nossa) “South Africa is now at the heart of an emerging Project to remake Africa’s political life and transform its economics prospects. She is also at the center of the struggles of the countries of the South for more representative global institutions and for a more equitable international trading order.”

Conforme Francis Kornegay, numa perspectiva da África do Sul na construção da geopolítica do Fórum de Diálogo IBAS, especialmente, a partir de sua participação desta parceria estratégica trilateral,

Em curto a longo prazo, o papel da África do Sul engajado no IBAS como um ator estatal intrínseco ao grupo, unindo-se à esfera de influência do Brasil no Atlântico Sul com os interesses de segurança da Índia no Oceano Índico, determinará largamente como a África do Sul navega o seu contínuo desenvolvimento político e econômico de construção de uma nação pós-apartheid, internamente e regionalmente em sua integração numa maior comunidade política e econômica da África Austral. (KORNEGAY, 2009, p. 143, tradução nossa)³¹²

Conseqüentemente, os processos de construção e de consolidação de identidade nacional e internacional da África do Sul se constituem um instrumento fundamental, no contexto de estratégia de inserção internacional deste país, para a sua ação diante os ditames regionais e internacionais que condicionam o seu respectivo desenvolvimento sócio-econômico, na medida em que é possível considerar as potencialidades da cooperação sectorial trilateral em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum IBAS.

Em conclusão, as dinâmicas regionais influenciam o papel e a construção da agenda geopolítica e geoeconômica da África do Sul no contexto das possibilidades de concretização do projeto de Renascimento Africano, numa perspectiva regional, e igualmente em sede dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, na medida em que se busca a sua afirmação internacional e sua política externa em termos de multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul.

³¹² “In the short-to-medium term, South Africa’s enhanced role within IBSA as the grouping’s pivotal state actor joining Brazil’s sphere of influence in the South Atlantic with India’s Indian Ocean security interests, will hinge largely on how South Africa navigates its continuing post-apartheid nation-building political and economic development internally, and regionally in its integration into a larger Southern African political and economic community.”

4.5. Perspectivas de cooperação trilateral sectorial para o desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS: por uma compreensão do papel dos Grupos de Trabalho em sede do processo de consolidação desta iniciativa trilateral.

Os processos de construção e de consolidação do arcabouço institucional do Fórum de Diálogo IBAS, conforme já salientado nestes últimos tópicos, igualmente possibilitam a concretização da cooperação trilateral em diversas áreas de interesse comum, a partir, mais especificamente, do desenvolvimento dos trabalhos dos atuais dezesseis Grupos de Trabalhos, criados ao longo do tempo, desde a instituição deste organismo político de cooperação no ano de 2003.

Conforme observado no Capítulo 2, trata-se de uma estrutura de cooperação com a atuação de diversos setores das respectivas Chancelarias dos países membros desta iniciativa trilateral, a fim de se possa concretizar através da efetividade dos Memorandos de Entendimento e dos Acordos de Cooperação, já concluídos, em negociação entre os países membros, ou em fase de procedimento legislativo de incorporação de normas internacionais, os seus postulados e seus objetivos de se constituir um instrumento de aproximação entre os membros do Fórum IBAS, num primeiro momento, e de cooperação para o desenvolvimento do Sul, num segundo momento.

Neste sentido, é imperativo salientar que a articulação, em sede do Fórum de Diálogo IBAS, de estratégias de desenvolvimento, principalmente, em termos sociais, econômicos e culturais, através de intercâmbios de experiências e de conhecimento no marco de suas respectivas áreas de excelência dos países membros, pode ser considerada um instrumento importante, não somente para a aproximação entre os países, como também para a concretização das políticas comuns do organismo e igualmente das suas políticas externas individuais, conforme observado em tópicos anteriores no que concernem as suas dinâmicas regionais e sua inserção internacional.

Assim, podem – se destacar interesses comuns entre as respectivas regiões em que estão inseridos os respectivos membros deste organismo político de cooperação, ou seja, América Latina, África e Ásia nesta nova arquitetura global que se apresenta nesta primeira década do século XXI e que se prolonga nos próximos anos, especialmente com a emergência do Fórum IBAS e da verificação da última crise financeira internacional, situação esta em que

os países emergentes passaram a ter um crescente papel de destaque nas dinâmicas internacionais de poder.³¹³

Conseqüentemente, ao se pensar igualmente em sede do desenvolvimento dos trabalhos da cooperação trilateral dos Grupos de Trabalhos e em sede da inserção internacional dos respectivos membros do Fórum IBAS, conforme salientado em tópicos anteriores, estas perspectivas de atuação trilateral podem significar o seu respectivo papel no redesenho das dinâmicas políticas e econômicas internacionais de poder, levando em consideração as potencialidades individuais de cada país membro ao conjunto institucional desta iniciativa trilateral.

Conforme Renato Bauman, numa perspectiva de elementos comuns da inserção comercial, da projeção econômica tanto da América Latina e da Ásia, que podem ser determinados em razão dos aspectos internacionais influentes em sua condição de economias emergentes e na sua comum busca da efetiva transformação das estruturas produtivas e do paradigma econômico internacional, o que vem de encontro com os postulados do Fórum de Diálogo IBAS,

Em linhas gerais, portanto, pode-se dizer que entre os temas de maior interesse para os países em desenvolvimento das duas regiões estão: o acesso mais facilitado aos mercados agrícolas, a eliminação dos subsídios agrícolas, a liberalização progressiva do comércio de serviços intensivos em mão-de-obra, as mudanças no acordo antidumping, os compromissos vinculantes com o Tratamento Especial e Diferenciado, a ampliação do espaço para políticas de desenvolvimento e a revisão do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias. (BAUMAN, 2003, p. 263-264)

Desta forma, o papel da cooperação trilateral sectorial à qual se propôs a construção do Fórum de Diálogo IBAS igualmente abrange estas perspectivas gerais das políticas externas particulares de seus países-membros em sua inserção internacional, conforme já salientado em tópicos anteriores deste Capítulo, porém, com esta institucionalização dos Grupos de Trabalhos, o desenvolvimento da coordenação de seus trabalhos por intermédio da concretização da efetividade de suas normativas poderá significar o desenvolvimento sócio-

³¹³ Ver YAMAKAWA, Tetsufumi. AHMED Swarnali. KELSTON, Alex . **BRICs Lead the Global Recovery**. P. 01 a 04. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso de 06 em Janeiro de 2010.

econômicos dos membros do IBAS na medida em que promoverá uma convergência de esforços e de intercâmbio de informações para a promoção dos postulados de desenvolvimento do Sul Global.

Há, portanto, de se verificar as áreas de excelência respectivas da cada país membro do Fórum de Diálogo IBAS, citando como exemplos o setor energético do Brasil, mais especificamente a tecnologia de biocombustível e de etanol, igualmente se pode ponderar acerca do setor de serviços e do desenvolvimento tecnológico da Índia³¹⁴ e acerca da tecnologia de beneficiamento e processamento mineral e agrícola, e engenharia da África do Sul³¹⁵.

Os Memorandos de Entendimento e os Acordos de Cooperação, que foram articulados em sede da cooperação trilateral sectorial do Fórum de Diálogo IBAS, representam a perspectiva de construção e de consolidação desta iniciativa trilateral, na medida em que a institucionalização de seus comitês trilaterais e da realização de suas reuniões periódicas, conforme salientado no Capítulo 2, promovem a concretização dos postulados do Fórum IBAS, principalmente, no que se diz respeito à consolidação de seu papel tanto regional quanto internacional na redefinição da geografia econômica e política internacional.

Neste sentido, há de se ponderar igualmente a contribuição da África do Sul, com suas potencialidades e oportunidades na reformulação da racionalidade instrumental da globalização, em razão de apresentar, assim como a Ásia e mais especificamente a Índia, interesses comuns às políticas externas dos demais membros do Fórum de Diálogo IBAS, tanto do ponto de vista, geopolítico, quanto de uma perspectiva geoeconômica.

Os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS tornam-se igualmente importantes para a realização dos seus postulados e dos seus objetivos, ao se ter em consideração a concretização da cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul, não abrangendo somente a perspectiva da cooperação trilateral em sede dos Grupos de Trabalhos desta iniciativa, mas também a atuação em fóruns internacionais multilaterais com a finalidade de uma inserção internacional mais equânime dos países em desenvolvimento.

³¹⁴ Ver KAPUR, Ashok. **India – From Regional to World Power**. Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2006. P. 197.

³¹⁵ Ver ISMAIL, Faizal. DRAPER, Peter. CARIM, Xavier. **A estratégia econômica global da África do Sul**. P. 275 a 292. IN: ARBIX, Glauco. COMIN, Álvaro. ZILBOVICIOUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. (organizadores). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegam depois**. Editora UNESP. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002. P. 284.

Desta forma, é imperativo destacar o papel da tecnologia do desenvolvimento econômico especialmente dos países emergentes na esfera das relações internacionais para que se possa lograr a concretização do Fórum de Diálogo IBAS em termos de produção de conhecimento e de construção de seus países membros como economias de conhecimento, o que pode também ser igualmente válido na cooperação entre os demais países em desenvolvimento, e para o desenvolvimento do comércio internacional.

Conforme Jesmond Blumenfeld, numa perspectiva da atuação internacional de Brasil e África do Sul no processo da racionalidade instrumental da globalização, bem como da presença de elementos comuns, em termos políticos, econômicos, sociais e culturais que aproximam estes dois países emergentes,

De uma maneira geral, junto com a maioria dos outros países, a África do Sul e o Brasil estão sendo forçados pela globalização a uma reestruturação fundamental da relação Estado-mercado. No entanto, seja em relação aos controles de câmbio, à política comercial, ao controle sobre o IED, à privatização ou à balança do déficit fiscal, os governos de todas as partes trabalham agora com um grau menor de liberdade. (BLUMENFELD, 1996, p. 404)

Trata-se, portanto, da construção do arcabouço institucional em sede dos Grupos de Trabalhos, articulados até o presente momento, de forma a fundamentar os processos de construção e de consolidação, não somente da cooperação trilateral sectorial em sede do Fórum de Diálogo IBAS, como igualmente proporciona um espaço de ação em termos de colaboração regional e internacional visando, assim, a promoção de nova instrumentalização da governança global, de redesenho das dinâmicas econômicas e políticas internacionais, e principalmente, a concretização dos postulados referentes ao fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

O papel desta cooperação trilateral sectorial representa uma perspectiva de desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS, mais especificamente, com a delimitação de suas áreas de cooperação, que ultrapassam os objetivos geopolíticos e geoeconômicos aos quais se propuseram concretizar os países membros em sede desta coalizão internacional, mas também, conforme observado no Capítulo 2, a temas sociais, ambientais, culturais, o que leva em consideração certos aspectos de suas próprias sociedades nacionais, que concomitantemente aportam experiências e informações para o Fórum IBAS, e apresentam

elementos de sua condição de subdesenvolvimento, de atores internacionais ainda periféricos no sistema internacional.

Conseqüentemente, no momento atual das circunstâncias internacionais, pautadas não somente pela ascensão do resto com a capacidade de influência nas dinâmicas econômicas e políticas globais, mas também pela recuperação da economia mundial após a deflagração da última crise financeira global³¹⁶, as perspectivas desta cooperação trilateral sectorial possibilitam aos países membros do Fórum de Diálogo IBAS um instrumento de superação dos ditames utilitaristas da política econômica global, como igualmente em termos de concretização de uma inserção internacional mais equânime e mais propícia às suas pretensões globais com um papel de maior relevância no paradigma das relações internacionais neste século XXI.

A construção de uma parceria estratégia, não somente entre estas três economias emergentes, que compõem o Fórum de Diálogo IBAS, como também as respectivas regiões, em que estão inseridos, ou seja, América Latina, África e Ásia, como se pretende realizar com o Tratado Trilateral de Livre-Comércio, pode ser considerada um instrumento de superação dos desafios internacionais que se apresentam em termos da globalização, da vulnerabilidade das dinâmicas econômicas internacionais e, principalmente, em termos de inter-regionalização.

Ao se pensar na construção de uma multipolaridade, tanto numa perspectiva política quanto numa perspectiva econômica, igualmente levando em consideração a concretização da Cooperação Sul-Sul e o papel do Fórum de Diálogo IBAS nestes dois postulados presentes em seus documentos oficiais, a consolidação dos projetos trilaterais de seus Grupos de Trabalhos, em suas respectivas áreas de cooperação, pode representar, não somente um instrumento de efetivação das políticas comuns desta iniciativa trilateral, como também um fundamental elemento de superação de seus entraves internos e internacionais a sua projeção internacional no contexto das relações econômicas e comerciais internacionais, conforme articulado nos órgãos institucionais do Fórum de Diálogo IBAS.

Desta forma, numa perspectiva do papel dos Grupos de Trabalhos para a concretização da cooperação trilateral sectorial, há de se considerar que as relações inter-

³¹⁶ Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Ásia no sistema internacional: o primado neowestfaliano e as bases da multipolaridade** P. 33 a 64. IN: JUNIOR, Alberto do Amaral. SANCHEZ, Michelle Rattón. (orgs). **Relações Sul-Sul. Os Países da Ásia e o Brasil**. Editora Aduaneiras. São Paulo. 2004. P. 60.

regionais, conforme quer se construir em sede do Fórum de Diálogo IBAS, devem se levar em consideração os distintos patamares do desenvolvimento sócio-econômico dos parceiros estratégicos, bem como a perspectiva de institucionalização em termos de diferenças em seus sistemas políticos, objetivos econômicos de suas respectivas estratégias de inserção internacional, como também, em termos de construção de suas trajetórias culturais, que podem condicionar o desenvolvimento dos trabalhos nestes processos de construção e de consolidação deste organismo político de cooperação³¹⁷.

Neste sentido, os processos de construção e de consolidação de parceiras estratégias inter-regionais, como se pretende realizar em sede do Fórum de Diálogo IBAS, devem tomar em consideração as potencialidades e as limitações da própria iniciativa de cooperação internacional, sendo que aquelas devem ser exploradas e estas superadas, além das perspectivas individuais, especialmente no que se refere às áreas de interesse comum para a concretização da cooperação trilateral sectorial, em sede dos seus Grupos de Trabalhos.

Em razão do desenvolvimento dos trabalhos destes atuais dezesseis Grupos de Trabalhos, sua contribuição, não somente em termos da concretização do Fórum de Diálogo IBAS, mas também em termos de aproximação dos países membros, pode se constituir uma estratégia de inserção tanto regional quanto internacional de forma a promover a articulação necessária ao redesenho das relações internas e, principalmente, a uma projeção de atuação internacional desta iniciativa trilateral e também individualmente de seus países membros.³¹⁸

Os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico dos seus respectivos membros e como interlocutor do mundo em desenvolvimento devem levar em consideração igualmente o desenvolvimento dos trabalhos dos Grupos de Trabalho em razão da própria natureza ampla deste projeto de cooperação trilateral que abrange tanto temáticas internacionais para a sua atuação no paradigma global quanto temas regionais para a implementação de sua inter-regionalização, de aproximação de três regiões com aspectos internos distintos e com projeções internacionais igualmente distintas.

³¹⁷ Ver VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **As Bases do I BAS: O desenvolvimento e a inserção internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul**. P. 43 a 87. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: **Seminário I BAS**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. P. 80. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

³¹⁸ *Impulsionado pelas necessidades e potencialidades do desenvolvimento e inserção internacional de três grandes países, o Fórum representa uma inovação na vida internacional, que não pode ser mais ignorada.* (VIZENTINI, 2009, p. 82)

Ao se ponderar no redesenho da geografia internacional, em termos de um multilateralismo político e econômico, conforme os postulados do Fórum de Diálogo IBAS analisados no Capítulo 2, os Grupos de Trabalhos, mais especificamente, os temas sobre agricultura, cooperação energética, tecnologia, comércio internacional, abrangendo aqui a administração aduaneira e tarifária, apresentam uma convergência de competitividade nos mercados econômicos globais, de atuação internacional em prol do desenvolvimento do Sul, em concomitância aos seus objetivos específicos das estratégias de inserção global dos países membros desta iniciativa trilateral.

É importante salientar que o Fórum de Diálogo IBAS, em seus processos de construção e de consolidação no paradigma das relações internacionais, pode ser considerado um mecanismo pragmático e institucionalizado para a concretização de sua coordenação política e, mais especificamente, de sua cooperação trilateral sectorial em sede de seus Grupos de Trabalho, visando maior oportunidade de ação global a partir de países considerados emergentes, com capacidade de influência internacional, em concomitância à construção de um espaço global mais equânime aos demais integrantes do mundo em desenvolvimento.

Em sede da concretização da cooperação trilateral sectorial, esta parceria estratégica trilateral passa a representar uma alternativa importante para a superação das dialéticas globais de poder, no que diz respeito à concretização da cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul Global, possibilitando uma efetiva inserção internacional de seus respectivos países membros que pode e deve ser mais equitativa em termos de um efetivo desenvolvimento sócio-econômico e de uma concreta capacidade de influência nas dinâmicas internacionais de poder, superando a retórica da cooperação entre o Norte Global e o Sul Global.

Conforme Zélia Campbell, numa perspectiva de construção e consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, mais especificamente, em termos do desenvolvimento dos trabalhos na concretização da cooperação trilateral sectorial, bem como a influência das dinâmicas econômicas internacionais ao desenvolvimento desta iniciativa trilateral,

*Ao se considerar o IBAS como um mecanismo multilateral, os três países fizeram do multilateralismo a fundação de suas políticas externas. Todavia, o mundo de hoje está numa situação de crise econômica global, todos os países devem enfrentar sérios problemas econômicos internamente. (CAMPBELL, 2009, p. 167, tradução nossa)*³¹⁹

Assim, o processo de desenvolvimento dos trabalhos em sede destes Grupos de Trabalho, com uma vasta gama de temáticas para a concretização da cooperação trilateral sectorial, deve levar em consideração as distintas percepções da globalização, das distintas visões de mundo e, principalmente, os distintos imperativos regionais, conforme salientado em tópicos anteriores, que condicionam a institucionalização de seus postulados e a efetividade dos memorandos de entendimento e dos acordos de cooperação, no intuito de desenvolvimento desta parceria estratégica trilateral e de concretização de suas estratégias de ação global no que se refere aos seus postulados de redefinição do paradigma das relações internacionais.

Em conclusão, a concretização dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS em sede da cooperação trilateral sectorial possibilita, não somente o aprofundamento das relações comerciais, econômicas, sociais, culturais e políticas entre os seus respectivos países membros, como igualmente a construção de um arcabouço de aproximação de suas regiões em que estão inseridos, o que pode também significar novas perspectivas de cooperação em novas áreas de interesse comum para as suas respectivas regiões.

³¹⁹ “Regarding IBSA as a multilateral mechanism, the three countries have all made multilateralismo a foundation of their foreign policies. However, today’s world is in a situation of global economic turmoil and all countries have had to face serious economic problems internally.”

5 O FORÚM DE DIÁLOGO IBAS NO MARCO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO SÉCULO XXI.

“Duras manos parecidas a moluscos o alimañas; color de húmus o sollamadas con un sollamo de salamanda, y tremendamente hermosas se alcen frescas o caigan cansadas. Amasa que amasa los barros, tumba y tumba la piedra ácida revueltas con nudos de cáñamo o en algodones avergonzadas, miradas ni vistas de nadie sólo de la Tierra mágica. Parecidas a sus combos o a sus picos, nunca a su alma; a veces en ruedas lobs, como el lagarto rebanadas, y después, Árbol-Adámico viudo de sus ramas altas. Las oigo correr telares, en hornos las miro abrasadas.” Gabriela Mistral. Manos de Obreros.

5.1. O papel do Fórum de Diálogo IBAS no marco de redesenho do sistema internacional: por uma maior legitimidade do sistema internacional de segurança coletiva.

Os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS podem se constituir um instrumento na efetivação de uma nova geografia internacional, a partir da redefinição das dinâmicas globais de poder, abrangendo, nesta perspectiva, o seu papel na manutenção da paz e da segurança internacional, seu papel em sede de organismo político internacional de cooperação e, igualmente, o seu papel como interlocutor do mundo em desenvolvimento no marco da cooperação sul-sul e do multilateralismo.

Em sede do sistema internacional de segurança coletiva, estruturado na ONU, tem-se o imperativo de reforma de seus órgãos institucionais, principalmente, o seu órgão máximo, o Conselho de Segurança, com a finalidade de fortalecimento de uma ordem internacional pautada no multilateralismo, como também a necessidade desta reforma institucional da ONU destina-se a uma maior democratização e maior aos países em desenvolvimento que constituem a maioria de seus membros, mas também a concretização do papel da ONU na manutenção da paz e da segurança internacionais no que se refere às temáticas globais de combate ao terrorismo internacional, ao desarmamento e não proliferação de armas nucleares e, finalmente, ao uso pacífico de energia atômica.

Numa perspectiva mais restrita ao Conselho de Segurança, argüi-se em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo, conforme já salientado no Capítulo 2, que este órgão institucional consoante a sua configuração atual não corresponde às dinâmicas

das relações internacionais contemporâneas, em que se observa a emergência de novos pólos político-econômicos, como no caso do Fórum BRIC, e do Fórum IBAS, que se caracterizam por países emergentes com capacidade de atuação internacional e de mudança das regras internacionais do jogo de poder.

O imperativo da reforma institucional da ONU, o que poderia implicar em maior e mais importante equilíbrio e representatividade deste organismo internacional perante a realidade internacional contemporânea, igualmente se destaca com expansão do Conselho de Segurança tanto na categoria de membros permanentes, quanto na categoria de membros não-permanentes, o que vem de encontro com as políticas externas individuais dos países membros do Fórum IBAS, que possuem iguais pretensões ao posto de membros permanentes do Conselho de Segurança, como representantes regionais da América Latina, África e Ásia.

Desta forma, afirma-se que as decisões do Conselho de Segurança da ONU devem ser vistas em termos de instrumento de satisfação dos interesses da comunidade internacional, o que leva em consideração a cooperação trilateral dos países membros do Fórum IBAS em termos de articulação de políticas comuns para a resolução desta problemática institucional com a finalidade de aceleração do processo de tomadas de decisões. Em concomitância da necessidade de reforma do Conselho de Segurança, argüi-se igualmente o imperativo de redesenho da Assembléia Geral e do Conselho Social e Econômico, aproveitando o processo de Revisão do Milênio que se verificou com a Cúpula de 2005, como sério esforço na realização destes objetivos articulados em sede intercâmbio de informações e em sede de cooperação trilateral do Fórum de Diálogo IBAS.

Conforme Paul Kennedy, numa perspectiva da reforma institucional na ONU considerando que uma reestruturação constitucional deste organismo internacional pode ser vista como implausível apesar dos méritos das proposições de sua redefinição,

Quando a ONU mudar, se mudar totalmente, as transformações deverão conseqüentemente ser parciais e graduais. Não se trata de dizer que não serão importantes. Serão muito importantes. Uma abordagem suave para reforma da ONU é crítica, ao contornar os obstáculos usuais das Grandes Potências, legislações nacionais e outros que preferem a permanência da situação. (KENNEDY, 2006, p. 224, tradução nossa)³²⁰

³²⁰ “When the UN changes, if it changes at all, the transformations will therefore have to be partial and gradual. That is not to say they will be unimportant. They will matter a great deal. So a “softly, softly” approach to

O imperativo da reforma institucional da ONU perpassa não somente por proposições políticas, conforme articulado pela coordenação política do Fórum de Diálogo IBAS, mas também por um redesenho das dinâmicas internacionais de poder que fundamentam a correlação de forças geopolíticas que estão por detrás do aparato do funcionamento deste organismo internacional, de forma a concretizar a sua legitimidade e representatividade perante a comunidade internacional em seus interesses de paz e de segurança na esfera das relações internacionais, no contexto da cooperação internacional para o redesenho do sistema global de segurança coletiva, a partir da ação do Fórum IBAS.³²¹

Em virtude disso, há de se verificar as possibilidades de concretização destas mudanças estruturais deste organismo internacional, tendo em vista que as proposições para a modernização da ONU devem levar em consideração dois aspectos importantes em termos de sua efetivação, compreendendo as perspectivas de melhoria tanto mensurável quanto prática do funcionamento do aparato institucional, e de concordância de demais governos que detêm o controle institucional da ONU. O argumento da necessidade³²² de reforma institucional da ONU em termos de maior democratização de seu arcabouço jurídico-interno, de maior efetividade e de maior representatividade de seu processo de tomada de decisões deve tomar em consideração diversos aspectos para a concretização desta proposição.

Em primeiro lugar, trata-se de uma concertação política em termos da definição entre os membros permanentes e membros não permanentes que compõem o Conselho de Segurança, derivando das dinâmicas internacionais de poder presente no momento histórico de 1945, e do equilíbrio de poder que se erigiram com as grandes potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, que se dividiram em dois contextos político-ideológicos distintos durante o posterior período da Guerra Fria. Todavia, é imperativo salientar que a própria

reforming the United Nations is critical, to get around the usual roadblocks by the Great Powers, national legislatures and others who prefer things to stay the same."

³²¹ Ver DEHON, Oswaldo. SCHLEICHER, Rafael. **The role of regional leaders in international security: a theoretical-conceptual revision.** P. 19 a 48. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa.** Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

³²² "Mudança não é impossível, mas o fardo está sobre as críticas de reforma do presente sistema, quer elas sejam grupos indignados do mundo em desenvolvimento, quer de internacionalistas liberais no mundo desenvolvido, para propor mudanças que podem funcionar. Quaisquer propostas devem passar por dois testes: Primeiramente, elas realmente oferecem um prospecto de melhorias mensuráveis e práticas em nossa condição humana e em segundo lugar, elas têm boa chance de ser aceitas pelos governos que controlam o organismo mundial." (KENNEDY, 2006, p. 244, tradução nossa) "Change is not impossible, but the burden is on the reform-minded critics of the present system, whether they are indignant groups in the developing world or liberal internationalists in the developed world, to propose changes that might work. Any such proposals have to pass two tests: First, do they actually offer a prospect of measurable and practical improvement in our human condition; and second, do they have a good chance of being agreed to by governments that control the world body?"

natureza do sistema da política internacional pode ser considerada em termos de possibilidades de mudanças, a partir da emergência de novos pólos político-econômicos, ao se levar em consideração o desenvolvimento dos trabalhos pelos países membros do Fórum de Diálogo IBAS, bem como do processo da Cúpula de Revisão do Milênio, situação em que a perspectiva de mudança das dinâmicas globais de poder tende a se caracterizar por novos contornos que poderão implicar o seu redesenho mundial, o que acontece paulatinamente, porém sem a realização concreta de seus enunciados presentes nas diversas propostas de revisão do ONU.

Esta situação de poder em sede do sistema de segurança coletiva da ONU³²³ trata-se, portanto, de um antagonismo entre as dinâmicas da política internacional e seu arcabouço jurídico, o que implica no futuro de uma ordem internacional em transformação para uma multipolaridade, ao menos, numa perspectiva político-econômica, tendo em vista que ainda se configura o exercício do “**poder de veto**” (grifo nosso) dos membros permanentes, significando uma discricionariedade de sua atuação política que não condiz com os contornos da realidade internacional contemporânea. A construção da ONU verificou-se numa realização de um compromisso entre as relações de poder e a garantia do respeito às normas internacionais, abrangendo duas características contraditórias em seu processo de funcionamento do seu sistema institucional, de modo a garantir a efetividades de seus postulados de manutenção da paz e da segurança internacionais.

Por um lado, verifica-se o funcionamento do Conselho de Segurança para a garantia do direito internacional tanto com a delimitação de sua atuação, num prisma subsidiário, no sistema de solução pacífica de controvérsias no Capítulo VI quanto a sua responsabilidade primária de manutenção da paz e da segurança internacionais com uma ação mais incisiva conforme disposto no Capítulo VII. Doutro, verifica-se o atuação unilateral de seus membros permanentes que conforme disposto no Capítulo V está intimamente interligado com o imperativo de voto afirmativo em seu procedimento interno de tomadas de decisão em questões não processuais, traduzindo-se num “**poder de veto**” (grifo nosso), o que representa a garantia dos interesses individuais de segurança nacional em detrimento ao sistema de segurança coletiva e de verificação de uma imunidade das grandes potências em face da

³²³ Ver KÖCHLER, Hans **The United Nations Organization and Global Power Politics: The Antagonism between Power and Law and the Future of World Order**. *Chinese Journal of International Law*. Vol. 5, No. 2. (2006). P. 323 a 340. Disponível no site: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=13&sid=03b1ac59-9629-48db-b389-3ba627cd1699%40sessionmgr10>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

aplicação jurídica dos princípios internacionais que supostamente este órgão da ONU deveria garantir.

Conseqüentemente, é possível perceber que desde a sua constituição pela Carta de São Francisco, as políticas mundiais de poder estruturam a ONU de forma a ter uma dupla perspectiva de ação em sede de seu sistema de segurança coletiva, levando em consideração que uma ação unilateral das grandes potências, neste caso, no marco de exercício de poderio político-militar dos Estados Unidos e a impossibilidade de aplicação das normas internacionais como forma de limitação dos membros permanentes evidenciaram esta dialética entre o poder e o direito na esfera das relações internacionais.³²⁴

Argüi-se, desta forma, na reforma institucional do seu órgão máximo, o Conselho de Segurança, em razão de seu dilema no limiar do século XXI, uma vez que se trata de uma incapacidade de coordenação das políticas internacionais de poder num momento unipolar da realidade internacional, numa perspectiva do poderio militar, com a necessidade de observância das regras e princípios internacionais que caracterizam a comunidade internacional, bem como com a necessidade de um novo paradigma desta organização internacional em termos de construção de um equilíbrio regional no processo de decisões da ONU. Estas contradições entre o poder e o direito³²⁵ tão presentes no funcionamento do aparato institucional da ONU implicam neste imperativo de redesenho institucional deste organismo internacional, considerando que esta perspectiva de reforma poderia ser um instrumento de revitalização da ONU e de garantia de sua efetividade em razão das circunstâncias internacionais distintas que se verificam neste mundo pós-Guerra Fria, neste mundo em que se observa a ascensão do resto.

Logo, trata-se de um sistema internacional em transformação, cujos contornos não estão totalmente definidos neste paradigma mundial no limiar do século XXI, o que leva a uma necessidade de compreensão desta problemática pelos principais atores internacionais, neste caso, os Estados Membros da ONU, bem como a uma nova configuração do equilíbrio global em termos de maior peso geopolítico e geoeconômico com a ascensão de países antes

³²⁴ *“De forma realista, a ONU está imbuída das assimetrias e precariedades que são típicas e inerentes às relações inter-estatais (sistema westphaliano) com seu jogo de poder e de relações de força. Discorda-se das interpretações que a ONU tem tido relevante papel na política internacional pós-guerra fria, embora, simbolicamente, exerça expressivo fascínio coletivo por conta da materialização histórico-filosófica das promessas kantianas da paz perpétua. É necessário separar a ONU, imbuída de idealismo principista, do CSNU com o seu realismo multilateralista e sua composição excludente - produtos da fórmula da Yalta.” (CASTRO, 2005, p. 27-28)*

³²⁵ Ver AMSDEN, Alice A. **A ascensão do resto. Os desafios ao Ocidente de economia com industrialização tardia.** Tradução de Roger Maioli dos Santos. Editora Unesp. São Paulo. 2009.

marginalizados do diálogo internacional, especialmente, China, Brasil, Índia, e em menor grau, a África do Sul para sua atuação em sede da ONU, o que vem de encontro com os postulados do Fórum de Diálogo IBAS.

Nesta perspectiva de um mundo pós-americano, em termos dos contornos das relações econômicas e políticas internacionais, há de se considerar que as propostas de modernização desta organização internacional podem significar a superação das alegações de irrelevância a qual está possivelmente condenada, porém, é imperativo ressaltar que essas alegações sobre a ineficiência do sistema de segurança coletiva da ONU derivam-se das posturas das principais potências mundiais que obstam o desenvolvimento dos trabalhos do sistema ONU ou mesmo de sua modernização para sua maior representatividade perante a comunidade internacional. Desta forma, permanece esta dialética entre as relações de poder, características da política internacional, e a importância do respeito ao Direito Internacional, conforme postulado pelos documentos oficiais do Fórum de Diálogo IBAS, enquanto se permanece a retórica das políticas internacionais de poder em detrimento da satisfação dos interesses da comunidade internacional em termos de democratização e de representatividade da ONU.³²⁶

Hoje, embora as tensões diminuíram entre as grandes potências, elas eclodiram em várias partes do mundo. Há uma contínua necessidade para a gestão internacional de conflito e a promoção da cooperação. (LAKE, MORGAN, 1997, p. 04, tradução nossa)³²⁷

Assim, em segundo lugar, há de se verificar um outro fundamento para o desenvolvimento dos trabalhos de modernização das Nações Unidas no que diz respeito às pressões globais, em sede das urgências da humanidade, tais como a proteção ambiental, à mudança climática, à necessidade de desenvolvimento econômico sustentável e às perspectivas de refugiados ambientais, que requerem uma promoção da cooperação internacional e uma atuação mais incisiva da ONU, conforme os postulados do Fórum de Diálogo IBAS enunciados no Capítulo 2. O mesmo pode ser levado em consideração em termos do terrorismo internacional, o que vem de encontro com outras problemáticas globais

³²⁶ “É importante lembrar que a estrutura da ONU foi marcada por uma mescla de princípios liberais – expressos na própria noção de segurança coletiva, na finalidade de manter a paz com base no direito internacional, etc. – e realistas – visíveis na conformação do Conselho de Segurança, com seus cinco membros permanentes com o poder de veto sobre as questões centrais previstas na Carta, e que se espelhavam a configuração de poder entre os vencedores da Segunda Grande Guerra.” (RODRIGUES, 2008, p 152)

³²⁷ “Today, though tensions have receded between the great powers, they have exploded in various parts of the world. There is a continuing need for the international management of conflict and promotion of cooperation.”

no que diz respeito ao desarmamento, a não proliferação de armas nucleares, ao controle de armamentos e a resolução de conflitos regionais, conforme os objetivos da atuação do Fórum de Diálogo IBAS enunciados no Capítulo 2.

Em terceiro lugar, é imperativo considerar a capacidade de atuação da ONU em respostas aos episódios de genocídios, de verificação de demais crimes contra a humanidade em Estados destituídos de qualquer soberania, de configuração política, como se pode observar em diversos países africanos, o que deve ir além das dinâmicas internacionais de poder, e dos ditames das relações econômicas internacionais. Logo, a reforma institucional da ONU não pode ser considerada apenas em termos de reestruturação de arcabouço jurídico e político de forma a garantir maior democratização de seu processo de tomada de decisões e de maior representatividade perante a comunidade internacional, mas também impreterivelmente em termos de promoção da cooperação internacional e de maior capacidade de atuação deste organismo internacional para atender as demandas da humanidade como um todo, mais especificamente com a atuação do Conselho de Direitos Humanos, do Conselho de Construção da Paz e do Conselho Econômico e Social.

É necessário, nesta perspectiva, redesenhar os parâmetros institucionais da ONU, como uma configuração de poder mundial, advinda do momento histórico de 1945³²⁸, para a sua inserção num contexto internacional em transformação para que se possa lograr garantir a sua efetividade perante os problemas mundiais que podem ir além das dinâmicas do sistema de segurança coletiva, implicando um novo paradigma de ação desta organização internacional. A atuação do Fórum de Diálogo IBAS torna-se, conseqüentemente, um imperativo categórico nesta redefinição, não somente do papel internacional da ONU, como igualmente em sede da concretização de seus postulados de manutenção da paz e da segurança neste paradigma internacional em transformação.

³²⁸ “O sistema internacional do século XXI será marcado por uma aparente contradição: por um lado, fragmentação; do outro, crescente globalização. Na perspectiva das relações entre estados, a nova ordem será mais semelhante ao sistema europeu de estado dos séculos dezoito e dezenove do que os rígidos padrões da Guerra Fria. Ela conterà no mínimo seis grandes poderes – os Estados Unidos, Europa, China, Japão, Rússia e provavelmente a Índia, como igualmente uma multiplicidade de países de médio porte ou menores”. (KISSINGER, 1994, p. 23-24, tradução nossa). “The international system of the twenty-first century will be marked by a seeming contradiction: on the one hand, fragmentation; on the other, growing globalization. On the level of the relations among states, the new order will be more like the European state system of the eighteenth and nineteenth centuries than the rigid patterns of the Cold War. It will contain at least six major powers – the United States, Europe, China, Japan, Russia, and probably India – as well as a multiplicity of medium-sized and smaller countries.”

Conforme Hans Köchler, numa perspectiva de incapacidade de reforma da ONU em sede de realização de um processo democrático, situação em que a comunidade internacional se submeteu a uma autoridade parcialmente supranacional no contexto do Conselho de Segurança que responde pela comunidade internacional e no equilíbrio de poder mundial,

*A fraqueza básica do sistema de organização internacional representada pela ONU consiste no fato de que contém uma contradição normativa irreconciliável, especificamente entre (a) o princípio da igualdade soberana dos Estados Membros e (b) a posição privilegiada de cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, expresso no direito de veto. (KOCHLER, 2006, p. 323, tradução nossa)*³²⁹

Desta forma, considerar uma possibilidade de reforma institucional da ONU deve perpassar por esta superação da dialética entre as dinâmicas mundiais de poder e o imperativo de respeito às normas internacionais de modo a garantir que esta organização internacional possa agir em nome dos interesses da comunidade internacional e não somente de interesses específicos dos países que controlam o seu aparato institucional, conforme se pode verificar ao longo de sua evolução histórica.³³⁰ Conseqüentemente, a atuação do Fórum de Diálogo IBAS no tocante à concretização da necessária reforma institucional da ONU se limita em razão dos processos políticos inerentes a este organismo mundial, de suas próprias capacidades de mudança do sistema internacional de segurança coletiva e das próprias políticas internacionais de poder.

É necessário considerar que várias são as proposições de reforma do Conselho de Segurança, com a inclusão de novos membros, tanto na categoria de membros permanentes

³²⁹ . “The basic weakness of the system of international organization represented by the United Nations consists in the fact that it contains an irreconcilable normative contradiction, namely between (a) the principle of the sovereign equality of Member States and (b) the privileged position of the five permanent members of the Security Council, expressed in the veto right. “

³³⁰ “A Carta é em si mesma baseada no compromisso entre poder e direito, combinando dois elementos contraditórios ou procedimentos: (a) a norma de direito internacional é assegurada através de um sistema de segurança coletiva garantida pelos poderes de obrigação do Conselho de Segurança sob o Capítulo VII; onde (b) a autoridade do Conselho, garantindo a norma de direito, é intrinsecamente ligada ao poder de veto dos membros permanentes – um privilégio que principalmente serve aos seus interesses individuais de segurança (em contraposição àqueles da segurança coletiva), e os exclui de facto da aplicação de toda norma de direito que eles supostamente deveriam assegurar.” (KOCHLER, 2005, p. 324, tradução nossa) “The Charter is itself based on a compromise between power and law, combining two contradictory elements or procedures: (a) the international rule of law is ensured through a system of collective security guaranteed by the Security Council’s enforcement powers under Chapter VII; whereas (b) the authority of the Council, guaranteeing the rule of law, is intrinsically linked to the veto power of the permanent members—a privilege which mainly serves their individual security interests (as opposed to those of collective security) and exempts them de facto from the application of the very rule of law they are supposed to ensure.”

quanto na categoria de membros não permanentes com o intuito de adequação desta organização internacional aos novos contornos e aos novos desafios que se apresentam perante a comunidade internacional no século XXI, conforme já salientado. O argumento de aprofundamento das perspectivas de reforma do Conselho de Segurança igualmente deve levar em consideração que os debates sobre a mudança de sua composição e reformulação de sua competência institucional para ação, nos termos do Capítulo V e principalmente, do Capítulo VII em caso de ruptura da paz e da segurança internacional, de forma a garantir a sua legitimidade perante a comunidade internacional.

As perspectivas de reforma, portanto, perpassam pelo procedimento legislativo interno da ONU, com a aprovação da Assembléia Geral e posterior decisão do Conselho de Segurança, o que implica em negociações políticas e diplomáticas, mas também há de se considerar as dinâmicas regionais para que se possa compreender as proposições de redesenho do aparato institucional da ONU, com especial atenção ao seu órgão máximo. Conseqüentemente, deve-se levar em consideração a existência de várias propostas de mudança da composição orgânica do Conselho de Segurança, derivando-se das estratégias de inserção internacional destes países candidatos e dos imperativos regionais que poderão influir na concretização desta reforma.

Diversas propostas³³¹ presentes nos trabalhos internos da ONU se referem ao aumento do número de assentos para membros permanentes e não permanentes, ao período de rotatividade de membros não-permanentes, abrangendo coalizões de países de diversos continentes e com diversas abordagens para a resolução da problemática de legitimidade e de representatividade do Conselho de Segurança. Assim, há de se verificar, com especial atenção, as propostas dos países membros do Fórum de Diálogo IBAS, ou seja, as pretensões de Índia, Brasil e África do Sul que individualmente almejam ser representantes regionais em sede de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Com relação a estes países, articula-se em torno de um G-4, abrangendo Alemanha, Japão, Índia e Brasil, cuja proposta consiste no aumento do número de assentos na

³³¹ Ver UNITED NATIONS. (A/59/565). **A more secure world: Our shared responsibility: Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change. 2004. P. 1 a 143.** Disponível no site: <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>. Data de Acesso: 18 de Janeiro de 2010. UNITED NATIONS. (A/59/2005) **In larger free world: towards development, security and human rights for all Report of the Secretary-General.** P. 1 a 62. Disponível no site: www.un.org/largerfreedom/report-largerfreedom.pdf. Data de Acesso 18 de Janeiro de 2010. UNITED NATIONS. (A/60/692) **Investing in the United Nations: for a stronger Organization worldwide. Report of the Secretary-General.** P. 1 a 43. Disponível no site: <http://www.un.org/ga/president/62/issues/resolutions/a-60-692.pdf>. Data de Acesso 18 de Janeiro de 2010.

composição do Conselho de Segurança para dez participantes além dos já existentes, que se dividem da seguinte forma: a) quatro assentos permanentes para os países proponentes deste projeto; b) dois assentos permanentes para países africanos; c) os quatro últimos assentos não-permanentes com uma repartição regional dentro a comunidade internacional.

Ressalta-se que não haveria a concretização do “**direito de veto**” (grifo nosso) aos novos países que ocupariam a categoria de membros permanentes em sede desta proposta de reformulação do Conselho de Segurança, tendo em vista que argumentam em torno da renúncia a este direito potestativo para uma futura supressão institucional. Nesta situação, é necessário considerar as dinâmicas regionais que de certa forma poderão obstaculizar a realização de consenso necessário para uma virtual aprovação desta proposta.

Com relação ao Brasil³³², argumenta-se que este seria um representante mais que natural da América Latina, o que é contestado por outros países latino-americanos, mais especificamente, México e Argentina que juntos também articulam outra proposta de reforma do órgão máximo da ONU, que será igualmente analisado num posterior momento deste tópico, no tocante à Unidade pelo Consenso. Além disso, nota-se que no momento histórico do advento da ONU houve a possibilidade de que o Brasil pudesse integrar o Conselho de Segurança como membro permanente, o que foi vetado pela então União Soviética, o que foi suplantado com a garantia de que o Brasil seria o primeiro país a discursar na abertura nas Sessões Anuais da Assembléia Geral.

Concernente à Índia, é imperativo ressaltar igualmente as dinâmicas regionais que poderão impossibilitar um virtual ingresso na categoria de membro permanente, tendo em vista que há rivalidades históricas com Paquistão e China, duas países com arsenal nuclear, conforme já salientado no Capítulo 3, mais uma vez disputas políticas regionais podem ser consideradas como obstáculo ao desenvolvimento da ONU em termos de sua modernização em face da realidade internacional do século XXI.

Como houve igualmente um momento histórico, para Índia, em que se verificou a possibilidade de ser tornar membro permanente, quando do advento da ONU, que foi rejeitada pelo então Primeiro Ministro da Índia Jawaharlal Nehru, em razão da construção de sua

³³² “Os nomes de países candidatos mais freqüentemente listados especificamente para consideração são Japão e Alemanha (como o segundo e terceiro maiores contribuintes para o orçamento da ONU), em conjunto com alguns países importantes e em ascensão no mundo em desenvolvimento, Índia, Brasil e África do Sul.” (KENNEDY, 2006, p. 250, tradução nossa) “The names of the candidate countries most often short-listed for elevation are Japan and Germany (as the second and the third largest contributors to the UN budget), together with some rising pivotal states in the developing world, India, Brazil and South Africa.”

política de neutralismo em sede do Movimento dos Não-Alinhados, sugerindo esta posição no jogo mundial de poder para a China. E, finalmente, é importante considerar o papel da Alemanha e do Japão, tendo em vista que são as principais potências econômicas, depois dos Estados Unidos, contribuindo financeiramente para o funcionamento do aparato institucional da ONU, novamente são o segundo e terceiro maiores contribuintes da ONU.³³³

Como também, é imperativo ressaltar que se trata de dois países, considerados perdedores da Segunda Guerra Mundial, sobre os quais se ergueram as dinâmicas internacionais de poder, principalmente, no período da Guerra Fria. Desta forma, um virtual ingresso à categoria de membro permanente poderia significar a superação dos ditames e das décadas de limitação de sua soberania às quais foram submetidas após o conflito bélico. Todavia, há de se considerar as dinâmicas regionais, para que possa compreender as pretensões de Japão e de Alemanha neste projeto de reforma institucional. Concernente ao Japão, novamente há o ingresso da China³³⁴ no panorama global, em razão dos precedentes históricos de agressão ocorridos nas décadas de 1930 e de 1940, momento da expansão do imperialismo nipônico no continente asiático.

Concernente à Alemanha³³⁵, igualmente se trata de superação de seus entraves internacionais, fruto da derrota no último grande confronto bélico, porém, a Europa já conta com dois representantes permanentes no Conselho de Segurança, e uma possibilidade de rotatividade entre os países da União Européia também se confrontaria com os interesses específicos das políticas externas e de segurança nacional dos países.

³³³ “Japão e Alemanha têm as mais óbvias demandas. Ambos países são grades e ainda crescentes contribuintes para o orçamento público da ONU. Japão é atualmente responsável por 18.8 % e Alemanha por 8.36%. Eles também fazem seus pagamentos em sua totalidade e em dia, não tem usado debate ou bloqueios em seus Parlamentos para realizar os objetivos da ONU ou de reformas da ONU.” (IMBER, 2006, p. 332, tradução nossa). “Japan and Germany have the most obvious claims. Both countries are large and still growing contributors to the assessed budget of the UN. Japan is currently assessed at 18.8 per cent and Germany at 8.36 per cent. They also make their payments in full and on time, and have not used debate or blocking in the Diet and Bundestag to achieve UN or UN-related reform goals.”

³³⁴ . “Ao invés de ser restaurado em seu papel de legitimidade (como era esperado por muitos depois do fim da Guerra Fria) e apesar de todo diálogo sobre a resolução comum de que hoje em dia de forma de eufemismo a chamada comunidade internacional, a Organização das Nações Unidas arrisca ser configurada gradualmente em favor de uma coalizão de vontade ad hoc.” (KÖCHLER, 2006, p. 335, tradução nossa) “Instead of being restored to its legitimate role (as was expected by many after the end of the Cold War) and in spite of all the talk about the common resolve of what is nowadays euphemistically called the ‘international community’, the United Nations Organization risks being phased out gradually in favour of ad hoc ‘coalitions of the willing’.”

³³⁵ Ver KENNEDY, Paul. **The Parliament of Man. The United Nations and the Quest for World Government.** Penguin Books. Great Britain. 2006. P. 251.

Certamente, há de se considerar outras proposições³³⁶ da reforma do Conselho de Segurança, mais precisamente no tocante aos modelos do Relatório da ONU de 2004 em que possuem variações quanto ao número de assentos permanentes e não permanentes, à criação de nova categoria de membros, nesta hipótese de semipermanentes, porém, sem a expansão do “**direito de veto**” (grifo nosso) aos novos membros deste órgão máximo. Outros projetos de reforma³³⁷ se referem à Unidade pelo Consenso e a Ezulwini Consensus, com a articulação de específicos países que também procuram estruturar a sua estratégia de inserção internacional nesta nova realidade do sistema mundial, abrangendo representantes latino-americanos, africanos, europeus e asiáticos, distintos daqueles do G-4, com diversas propostas de aumento de assentos, quer seja permanentes, quer seja não permanentes, e com a possibilidade ou não da expansão do “**direito de veto**” (grifo nosso) aos novos membros permanentes.

Mais uma vez, é imperativo ressaltar que se trata apenas de conjunturas teóricas de países membros das Nações Unidas, porém, marginalizados de certa forma no diálogo internacional em termos das políticas de poder em razão de circunstâncias históricas. Países como Alemanha e Japão, na qualidade de grandes potências econômicas, não desfrutam de uma capacidade militar, numa perspectiva de ação global, em razão de precedentes históricas que limitam sua ação internacional. Numa perspectiva similar, países como Brasil e Índia que são considerados economias emergentes, num quadro das relações econômicas internacionais, como no caso do BRIC e do Fórum de Diálogo IBAS, tampouco não possuem capacidade militar, ou mesmo uma doutrina de defesa militar, conforme salientado no Capítulo 3, embora se argumenta em torno de sua capacidade de influência nas dinâmicas econômicas internacionais, conforme salientado no Capítulo 1. Na situação da África do Sul, há de convencer a Organização da União Africana que tende a indicar outros países distintos do continente africano como representantes do Continente numa possível reforma do Conselho de Segurança.

³³⁶ Ver UNITED NATIONS. (A/59/565). **A more secure world: Our shared responsibility: Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change. 2004. P. 1 a 143.** Disponível no site: <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>. . Data de Acesso em 18 de Janeiro de 2010. JORNADA, Helena. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Comentários ao Artigo 26 da Carta da ONU.** P. 425 a 429. IN: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. (organizador) **Comentários à Carta das Nações Unidas.** Centro de Direito Internacional. Belo Horizonte. 2008.

³³⁷ Ver JORNADA, Helena. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Comentários ao Artigo 26 da Carta da ONU.** P. 425 a 429. IN: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. (organizador) **Comentários à Carta das Nações Unidas.** Centro de Direito Internacional. Belo Horizonte. 2008. P. 428.

Estas projeções de reforma do Conselho de Segurança se confrontam com a já mencionada dialética entre o poder e o direito em sede do ONU, conforme já salientado neste tópico, tendo em vista que os postulados do Fórum de Diálogo IBAS sobre a adequação da ONU a um novo paradigma internacional da comunidade de nações ainda não encontram a sua efetividade em razão da própria sistemática da organização que impossibilita maiores mudanças no quadro do sistema internacional de segurança coletiva. Desta forma, Índia, Brasil e África do Sul, como membros da iniciativa trilateral no marco do Fórum de Diálogo IBAS, possuem a opção da articulação política e diplomática de suas proposições para a reforma do sistema internacional, neste caso, em termos da segurança coletiva, para que se possa reconstruir o papel da ONU em face desta realidade internacional em transformação, porém, deverão superar não somente os entraves institucionais do funcionamento desta organização internacional, como também os impasses regionais com pretensões antagônicas de outros países que igualmente almejam a concretização de suas políticas externas, estratégias estas que possivelmente não vão de encontro com os objetivos destes primeiros países integrantes do Fórum IBAS quanto a sua reformulação do sistema internacional de segurança coletiva.

Argumenta-se, nesta perspectiva, que as negociações intergovernamentais sobre a temática da reforma do Conselho de Segurança devem começar, conforme decisão da Assembléia Geral de 15 de Setembro de 2008³³⁸, num prazo final de 28 de Fevereiro de 2009, num plenário informal da Assembléia Geral, compreendendo também a necessidade de fortalecimento da cooperação entre os países membros do Fórum de Diálogo IBAS e demais países interessados numa reformulação genuína do órgão máximo da ONU. É necessário salientar que numa perspectiva dos postulados enunciados nos documentos oficiais do Fórum de Diálogo IBAS, estes princípios de reforma institucional da ONU para sua maior representatividade e maior legitimidade de ação perante a comunidade internacional podem ser considerados os mais distantes de sua real concretização em razão da própria sistemática internacional sobre a qual se erigiu o sistema de segurança coletiva.

³³⁸ GENERAL ASSEMBLY DECISION 62/557 OF 15 SEPTEMBER 2008. (2008). Disponível no site: www.centerforunreform.org/system/files/Res+62.557.PDF. Data de acesso em 12 de Dezembro de 2009.

Conforme Mark Imber, numa perspectiva de proposições de reforma do Conselho de Segurança, abrangendo o G-4 (Alemanha, Japão, Índia e Brasil), por exemplo, o que leva novamente a uma discussão da política internacional em detrimento de modernização do aparato institucional da ONU, o que igualmente releva as limitações da ação global do Fórum de Diálogo IBAS,

*Mesmo se aquelas partes em competição por novos assentos no Conselho fossem capazes de se comprometer nisso, e estabelecer o voto de dois terços da maioria necessária na Assembleia Geral, e no mínimo dois membros permanentes com poder de veto assinalaram seu descontentamento durante 2005. Assim, o processo legislativo, ou mais precisamente quem produz as normas, é neste instante claramente um processo político e não jurídico. (IMBER, 2006, p. 334, tradução nossa)*³³⁹

Além da necessária reforma do Conselho de Segurança, argüi-se em sede dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS acerca do redesenho do Conselho Econômico e Social, e do papel da Comissão da Paz, da Comissão de Direitos Humanos e da Assembleia Geral, para uma maior ação internacional da ONU e para uma maior efetividade deste organismo internacional na concretização de seus objetivos globais, conforme já salientado anteriormente neste tópico.

Neste sentido, é imperativo ressaltar os trabalhos internos³⁴⁰ da própria organização internacional, com suas proposições para concretização de sua adequação às circunstâncias atuais da realidade internacional de forma a se fazer válida em face das problemáticas que afligem a comunidade internacional neste século XXI, porém, trata-se apenas de conjunturas teóricas que deverão igualmente superar a dialética entre as políticas mundiais de poder e o imperativo de respeito às normas internacionais, caso venham a se concretizar estes enunciados de reformas num momento futuro possível.

³³⁹ “Even if those parties in competition for new Council seats were able to compromise on this, and establish the two-thirds majority vote necessary in the General Assembly, at least two of the veto-holding permanent members have signalled their displeasure during 2005. Thus rule-making, or more precisely who gets to make the rules, is in this instance clearly a political not a legal process”.

³⁴⁰ Ver UNITED NATIONS. (A/59/565). **A more secure world: Our shared responsibility: Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change. 2004. P. 1 a 143.** Disponível no site: <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>. Data de Acesso em 18 de Janeiro de 2010. UNITED NATIONS. (A/59/2005) **In larger free world: towards development, security and human rights for all Report of the Secretary-General.** P. 1 a 62. Disponível no site: www.un.org/largerfreedom/report-largerfreedom.pdf. Data de Acesso em 18 de Janeiro de 2010. UNITED NATIONS. (A/60/692) **Investing in the United Nations: for a stronger Organization worldwide. Report of the Secretary-General.** P. 1 a 43. Disponível no site: <http://www.un.org/ga/president/62/issues/resolutions/a-60-692.pdf>. Data de Acesso em 18 de Janeiro de 2010.

Em razão destas perspectivas de possíveis reformas da ONU, é igualmente necessário salientar mais especificamente os enunciados do Relatório do Alto Painel da ONU sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, do ano de 2004³⁴¹, nos quais se argumenta acerca dos desafios a serem confrontados por esta organização no que diz respeito aos problemas sociais e econômicos como pobreza, proliferação de doenças como HIV/AIDS, degradação ambiental, problemas climáticos com refugiados ambientais, confrontos entre Estados e conflitos internos que podem implicar em violações de direitos humanos, ameaça de armas químicas, biológicas e nucleares, terrorismo internacional e, finalmente o crime organizado, o que vem de encontro com os postulados do Fórum de Diálogo IBAS.

Concernente ao sistema de segurança coletiva, este relatório da ONU do ano de 2004 argumenta acerca das limitações do artigo 51 da Carta de São Francisco para o exercício do direito à legítima defesa, mas também acerca da realização das operações de paz e na efetividade de sua capacidade nestas situações que envolvem igualmente a proteção da população civil. Desta forma, argüi-se a necessidade sua efetividade no paradigma internacional em construção no século XXI para a promoção do bem comum e da observância do direito internacional na esfera das relações internacionais, o que implica na reforma institucional de seus órgãos internos, mais especificamente a perda de vitalidade da Assembléia Geral, a maior ação e contribuição dos países do Conselho de Segurança e cooperação com organizações regionais e o déficit de legitimidade da Comissão de Direitos Humanos.

Portanto, trata-se de uma necessária reforma institucional para a construção de um consenso em termos de segurança internacional, sob diversos prismas, do sistema de segurança coletiva no tocante ao desafio de prevenção de ruptura à paz e, finalmente, a efetividade da ação dos respectivos órgãos institucionais da ONU, para construção de sua representatividade no século XXI.

Conseqüentemente, há também o Relatório³⁴² do então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, cuja implementação foi integrada e coordenada com os resultados da Cúpula do Milênio realizada em 2005, relatório este intitulado **In l arger f reedom: t owards**

³⁴¹ Ver UNITED NATIONS. (A/59/565). **A more secure world: *Our shared responsibility: Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change*. 2004. P. 1 a 1 43.** Disponível no site: <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>. Data de Acesso em 18 de Janeiro de 2010.

³⁴² UNITED NATIONS. (A/59/2005) **In larger freedom: towards development, security and human rights for all Report of the Secretary-General**. P. 1 a 62. Disponível no site: www.un.org/largerfreedom/report-largerfreedom.pdf. Data de Acesso em 18 de Janeiro de 2010.

development, security and human rights for all. Seus postulados podem de considerados como um avanço desde a I Cúpula do Milênio do ano de 200 em que se articularam as Metas de Desenvolvimento do Milênio, bem como uma compreensão da realidade internacional cujas circunstâncias moldaram novos parâmetros da esfera das relações internacionais.

Em sede deste relatório, argumenta-se em torno da oportunidade histórico que se faz presente quanto desta Conferência da ONU, desta Cúpula de Revisão de Milênio do ano de 2005, para maior efetividade do direito ao desenvolvimento, à manutenção da paz e da segurança internacionais e da promoção e proteção dos direitos humanos como um todo. Como também, argüi-se que há desafios a serem superados num sistema mundo em transformação, o que requer uma cooperação internacional, num contexto de uma ação coletiva da comunidade internacional, para além da dialética entre o poder e o direito, tão presentes na esfera das relações internacionais, incluindo nesta perspectiva a necessidade de visão compartilhada de desenvolvimento, de construção de estratégias nacionais compatíveis com os imperativos da comunidade internacional, da realização da meta do milênio sobre o comércio e financiamento para o desenvolvimento, concretização da liberdade, da democracia e do império do direito, da sustentabilidade do meio ambiente e demais prioridades para a concretização da ação global.

Mais especificamente, pondera-se acerca da reforma institucional da ONU, não somente ficando restrita a possíveis redesenhos do Conselho de Segurança, mas também se destaca o argumento de modernização da Carta de São Francisco, com maior efetividade da concretização das competências institucionais dos demais órgãos desta organização internacional, de forma a se verificar o fortalecimento da ONU, com a coerência de seu sistema institucional e seu papel perante a comunidade internacional, sendo ao mesmo tempo uma oportunidade e um desafio que se apresenta na esfera das relações internacionais em transformação do século XXI.

Desta forma, há também um Relatório³⁴³, pertencente à autoria do Secretário Geral, cuja implementação foi igualmente integrada e coordenada com os resultados da Cúpula de Revisão de Milênio do ano de 2005, relatório este intitulado **Investing in the United Nations: for a stronger Organization worldwide**, com a enumeração de postulados sobre o

³⁴³ UNITED NATIONS. (A/60/692) **Investing in the United Nations: for a stronger Organization worldwide. Report of the Secretary-General.** P. 1 a 43. Disponível no site: <http://www.un.org/ga/president/62/issues/resolutions/a-60-692.pdf>. Data de Acesso em 18 de Janeiro de 2010.

fortalecimento desta organização internacional, a partir da evolução histórico de desenvolvimento de seus trabalhos ao longo de 60 anos de sua existência.

Assim, num contexto internacional pautada pela interdependência econômica dos atores internacionais, pelos movimentos transnacionais da globalização, argumenta-se que se faz necessário adequar o papel da ONU aos desafios que se apresentam após sessenta anos de evolução histórica e que requerem a modernização do aparato institucional desta organização internacional para melhor servir aos interesses da comunidade internacional.

Neste sentido, argüi-se a necessidade de investimento em recursos humanos, em lideranças no seio da organização internacional, em tecnologia de informação e de comunicação, em orçamento e em financiamentos dos trabalhos do sistema ONU, em fortalecimento da governança, propondo igualmente a uma maior atuação da Assembléia Geral e de seu apoio na concretização das reformas necessárias para que a ONU possa construir um novo paradigma institucional conforme os contornos da realidade internacional do século, promovendo a sua efetividade, a sua maior representatividade e sua legitimidade perante a comunidade internacional.

Portanto, conforme observado, trata-se de diversas propostas de reformulação do paradigma institucional da ONU, advindas tanto de convergências políticas, como no caso do G-4, e mais especificamente dos postulados de construção de sistema internacional multilateral presentes no Fórum de Diálogo IBAS, ou mesmo de relatórios da ONU que evidenciam o imperativo de sua reforma. Todavia, trata-se igualmente de conjunturas hipotéticas, teóricas, tendo em vista que deverão se submeter ao procedimento legislativo interno desta organização internacional, conforme disposto na Carta de São Francisco, o que significa um longo processo de superação dos ditames do poder global e do controle político-institucional dos países que se configuram como membros permanentes, com o exercício do **“poder de veto”** (grifo nosso).

Desta forma, a atuação dos membros do Fórum de Diálogo IBAS em termos desta reforma institucional abrangente da ONU perpassa, não somente termos de construção de consensos necessárias à efetividade destes postulados sobre o sistema internacional de segurança coletiva, mas também pelos processos de construção e de consolidação desta iniciativa trilateral como interlocutor do mundo em desenvolvimento a partir de sua participação na ação internacional da ONU. Em sede de seus postulados sobre manutenção da

paz e da segurança na esfera das relações internacionais, este organismo político de Cooperação Sul-Sul igualmente pode significar um instrumento para a superação destas dialéticas globais de poder, principalmente no que diz respeito, ao somente ao sistema ONU, como também às temáticas internacionais referentes ao terrorismo internacional, ao desarmamento e a não proliferação de armas nucleares, ao uso pacífico da energia atômica, conforme observado em seus documentos oficiais.

Novamente aqui, faz-se imperativo ressaltar que a atuação do Fórum de Diálogo IBAS na concretização destes postulados de paz e de segurança internacionais ainda se restringe à articulação política multilateral para finalização de Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional, para a concretização das medidas da ONU em sua estratégia global, para a adoção de uma Convenção Internacional em sede de supressão de atos de terrorismo nuclear, para a universalização da Convenção de Proibição de Armas Químicas e Biológicas e, finalmente, para a concretização da cooperação internacional em sede da AIEA em termos do uso pacífico de energia atômica por intermédio de adoção de apropriadas medidas de salvaguardas, e de desenvolvimento de tecnologia para este fim pacífico.

Conforme Alcides Costa Vaz, ponderando acerca do papel desta parceria estratégica trilateral no que diz respeito à concretização dos postulados de manutenção da paz e da segurança neste paradigma internacional em transformação do século XXI,

A iniciativa do IBAS, conseqüentemente, provém uma singular oportunidade por uma forte reflexão sobre os potenciais e atuais papéis de importantes Estados intermediários em segurança internacional e em prospectos da Cooperação Sul-Sul neste campo. Isso permite uma compreensão mais profunda das demandas de segurança de cada país e prioridades tanto em sua própria ou numa perspectiva comparativa, as correspondentes estratégias internacionais como expressas em suas políticas externas e de defesa, a potencialidade de cooperação em defesa entre eles e os prospectos de coalizões entre estados intermediários na política internacional contemporânea. (VAZ, 2006, p. 14, tradução nossa)³⁴⁴

³⁴⁴ “The IBSA initiative thus provides a singular opportunity for a sound reflection on the potential and actual roles of key intermediate states in international security and on the prospects of South-South Cooperation in this field. It allows for a deeper understanding of each country’s own security concerns and priorities both on their own and in comparative perspective, the corresponding international strategies as expressed in the foreign and defense policies, the feasibility of defense cooperation among them and the prospects of coalitions among intermediate states in contemporary international politics.”

Nesta perspectiva da cooperação internacional para a concretização da paz e da segurança internacionais, o Fórum de Diálogo IBAS apresenta um arcabouço institucional de alternativa a este panorama da política internacional contemporânea, abrangendo à construção de um multilateralismo político e igualmente à construção de um novo paradigma da segurança internacional a partir da concretização de seus postulados referentes à estas problemáticas internacionais.³⁴⁵

Assim, estas temáticas de manutenção da paz e da segurança internacionais, conforme os postulados presentes nos documentos oficiais desta parceria estratégica trilateral, devem igualmente ser consideradas em face do papel da própria ONU no que se refere à concretização de uma cooperação internacional, por intermédio de efetivação de sua legitimidade e de sua representatividade no contexto da comunidade internacional de modo a possibilitar a superação destas dinâmicas de poder que limitam a realização de seus objetivos universais.

A solução destas problemáticas que minimizam a efetividade do sistema internacional de segurança coletiva em sede do desenvolvimento dos trabalhos da ONU perpassa necessariamente, não somente pela reforma institucional desta organização internacional, conforme postulado ao longo deste tópico, como igualmente a concretização da cooperação internacional na qual o Fórum de Diálogo IBAS passa a ter fundamental papel neste necessário redesenho das relações internacionais.

*Isto parece ser uma excelente oportunidade para a cooperação entre África do Sul, Brasil e Índia. (DINIZ, 2006, p. 295, tradução nossa)*³⁴⁶

Em conclusão, a construção de um multilateralismo político em sede da necessária reforma institucional da ONU e igualmente em sede da solução das problemáticas da segurança internacional perpassa, portanto, por intermédio dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como ator internacional relevante e como interlocutor do mundo em desenvolvimento para a mudança sistêmica das relações internacionais, cujo paradigma global se encontra em transformação no século XXI.

³⁴⁵ Ver ZHEBIT, Alexander. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (orgs.). **Neoterrorismo: reflexões e glossário**. Editora Gramma. Rio de Janeiro. 2009.

³⁴⁶ “*This seems to be an excellent opportunity for cooperation among South Africa, Brasil and India.*”

5.2. O papel do Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações econômicas e comerciais internacionais: por um redesenho da economia global e das regras do comércio internacional.

O desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS em termos das relações comerciais no marco do Grupo de Trabalho sobre Comércio e com o aprofundamento do comércio intra-regional entre estes três economias emergentes também pode ser considerado em termos das relações econômicas internacionais, a partir do intercâmbio de experiências, e principalmente da articulação da coordenação política em sede das instituições econômicas internacionais, dos fóruns multilaterais internacionais e demais pólos econômicos mundiais para que se possa lograr o redesenho das regras do comércio internacional.

Ao se ter em consideração o seu objetivo desta iniciativa trilateral em se constituir um ator internacional relevante, como um interlocutor do mundo em desenvolvimento, para o redesenho das dinâmicas das relações internacionais, bem como para a manutenção de relações amistosas com todos os países, faz-se necessário compreender o papel do Fórum de Diálogo IBAS em sede do comércio internacional, especialmente, como instrumento de articulação política nos trabalhos da OMC e de suas rodadas de negociações, de forma a construir um sistema comercial multilateral fundado em regras justas, equitativas e transparentes, conforme os seus postulados desta iniciativa trilateral salientados no Capítulo 2.

Em razão desta realidade comercial internacional, torna-se imperativa a intensificação da cooperação em áreas de interesse mútuo nas atuais rodadas de negociações comerciais multilaterais para a realização da Agenda de Desenvolvimento de Doha, o que implica uma coordenação dos países membros do Fórum IBAS, ao lado do papel do G-20 em termos das negociações sobre agricultura, para maior efetividade do OMC, tendo em vista que os membros desta iniciativa trilateral igualmente integram a coalizão internacional do G-20 para a concretização da reforma na agricultura e da promoção do desenvolvimento.

Como também, há de se verificar a importância da incorporação da dimensão do desenvolvimento nas discussões internacionais no que diz respeito à propriedade intelectual, como instrumento de preservação da esfera política em termos de garantia de conhecimento, saúde, cultura e desenvolvimento sustentável, reafirmando-se o papel do Fórum IBAS quanto

a sua atuação na OMC e da WIPO, e igualmente a articulação de uma Agenda de Desenvolvimento para a propriedade intelectual e de efetiva inclusão da dimensão de desenvolvimento em todos os seus órgãos institucionais, conforme os postulados do Fórum de Diálogo IBAS.

Conforme já salientado nos documentos oficiais do Fórum de Diálogo IBAS, inseridos no Capítulo 2, argumenta-se em torno da construção de um sistema internacional de comércio, fundamentado num arcabouço transparente, equitativo, justo e aberto à realização das oportunidades de comércio para os países em desenvolvimento afetados pelas políticas comerciais distorcivas do mundo desenvolvido.

Neste sentido, é imperativo ressaltar o desenvolvimento dos trabalhos do G-20, desde a sua constituição no ano de 2003, em que se incluem os países membros do Fórum de Diálogo IBAS. Trata-se de uma coalizão informal de diversos países considerados em desenvolvimento, que se reuniram em torno de construção de sua atuação concernente à agricultura, sendo que estas negociações agrícolas se constituem o principal ponto da construção da Agenda para o Desenvolvimento, conforme já salientado em tópicos anteriores. Numa perspectiva histórica³⁴⁷, a constituição desta coalizão internacional, o G-20, verifica-se com os trabalhos preparatórios da fase final da V Conferência Ministerial da OMC, que se realizou entre os dias 10 e 14 de Setembro de 2003, na Cidade de Cancún, de forma a sobrepujar os resultados negativos previsíveis das rodadas de negociação, com especial atenção à Rodada de Doha e principalmente no que se refere às negociações do setor agrícola.

Conforme já salientado, afirma-se que os países do Fórum de Diálogo IBAS se comprometem em termos da concretização das negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha, expressando como membros efetivos do G-20 que o imperativo da conclusão das negociações agrícolas se fundamenta na relevância do bem-estar de suas populações mais vulneráveis à volatilidade das relações econômicas internacionais, o que implica na eliminação das distorções comerciais, especialmente, no tocante à limitação de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, aos instrumentos de apoio aos produtores nacionais deste mesmos países desenvolvidos.

³⁴⁷ Ver MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005.** P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

Desta forma, o desenvolvimento dos trabalhos do G-20, desde então, abrange a participação de diversos países, que são representantes latino-americanos, africanos, asiáticos do mundo em desenvolvimento, totalizando 23 países com um equilíbrio de sua distribuição geográfica. Logo, a composição orgânica do G-20, numa perspectiva geográfica, atualmente abrange o Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, como representantes latino-americanos, do continente asiático, a China, Filipinas Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia, e como representantes africanos, África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue, abrangendo uma considerável participação do mundo em desenvolvimento, igualmente, membros da OMC, porém, trata-se de uma configuração orgânica variável em razão de declínios de participação de alguns países no seu processo de sua constituição ao longo do tempo.³⁴⁸

Conforme já mencionado anteriormente, pondera-se que o papel do G-20 se refere à correlação fundamental entre o comércio dos produtos agrícolas e o imperativo de desenvolvimento dos países emergentes, argumentando que se faz necessária a reforma do comércio agrícola como instrumento de efetivação da potencial da agricultura dos países em desenvolvimento, e que o desenvolvimento da agricultura pode ser considerado igualmente um instrumento da realização do objetivo do milênio quanto à eliminação da pobreza.

Ao se retomar a evolução histórica do desenvolvimento dos trabalhos do G-20³⁴⁹, o que vem a corroborar com a atuação do Fórum de Diálogo quanto aos seus postulados sobre a efetividade do comércio internacional e sobre seu importante papel para o mundo em desenvolvimento, é imperativo ressaltar o Comunicado Ministerial de Cancún (2003), na data de 09 de Setembro de 2003, que foi firmada nos trabalhos preparatórios da V Conferência Ministerial da OMC.

Conforme este primeiro Comunicado Ministerial do G-20, destacam-se postulados sobre o desenvolvimento da agricultura nos países em desenvolvimento, argumentando que a concretização da Agenda de Desenvolvimento de Doha, e a inclusão da agricultura junto ao sistema multilateral de comércio podem ser considerados de vital importância para a

³⁴⁸ Ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O G-3 e o G -20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006. P. 159-194.

³⁴⁹ Ver MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **O G-20 E A OMC: TEXTOS, COMUNICADOS E DOCUMENTOS**. P 1 a 120. 2007. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/Coletanea_G-20.doc. Data de Acesso em. 20 de Janeiro de 2010.

superação dos entraves comerciais e para a construção de um comércio de produtos agrícolas mais equitativo para os países emergentes.

Nesta perspectiva de correlação entre a agricultura e desenvolvimento, pondera-se igualmente em sede deste Primeiro Comunicado Ministerial do G-20 que há de se concretizar uma contribuição mais substancial dos países desenvolvidos, tendo em vista que são considerados os principais responsáveis pelo sistema internacional de comércio pautado por desequilíbrios em termos de acesso a mercados, dos subsídios à exportação e da existência de distorções na produção e no comércio de produtos agrícolas, o que significa conseqüentemente sua especial responsabilidade na concretização das negociações em sede da Rodada de Doha.³⁵⁰

Em virtude destes postulados, argumenta-se em torno da efetividade do processo de reforma das regras comerciais internacionais sobre agricultura, da eliminação de subsídios à exportações fundamentando-se em questões econômicas, políticas e principalmente éticas, no que se refere à distorção da concorrência internacional, como também se destacam os argumentos sobre mais profunda redução tarifária e da eliminação de salvaguardas especiais voltadas para os países desenvolvidos, sobre a concretização do princípio da Declaração de Doha sobre tratamento especial e diferenciado e articulação de uma proposta sobre as negociações agrícolas.³⁵¹

Logo, trata-se de uma coalizão internacional, de natureza informal, voltada para sua atuação e coordenação de seus membros em sede da OMC e de sua Conferência Ministerial, para a concretização das principais finalidades da Rodada de Doha, no que diz respeito à promoção de desenvolvimento e da reforma da agricultura. A partir deste primeiro passo do desenvolvimento dos trabalhos do G-20 em termos de concretização de seus postulados, é

³⁵⁰ Ver **DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA V REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC. Cancún, México, 11 de setembro de 2003.** P. 15 a 17. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **O G-20 E A OMC: TEXTOS, COMUNICADOS E DOCUMENTOS.** P 1 a 120. 2007. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/Coletanea_G-20.doc. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁵¹ Ver **AGRICULTURE - FRAMEWORK PROPOSAL: JOINT PROPOSAL BY ARGENTINA, BOLIVIA, BRAZIL, CHINA, COLOMBIA, COSTARICA, CUBA, ECUADOR, EL SALVADOR, GUATEMALA, INDIA, MEXICO, PAKISTAN, PARAGUAY, PERU, PHILIPPINES, SOUTH AFRICA, THAILAND AND VENEZUELA. WT/MIN(03)/W/6. MINISTERIAL CONFERENCE. Fifth Session. Cancún, 10 - 14 September 2003. WORLD TRADE ORGANIZATION.** P. 24 a 27. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005.** P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

imperativo ressaltar a sua evolução histórica, no que diz respeito à realização de posteriores reuniões ministeriais desta coalizão internacional de forma a efetivar sua atuação internacional e sua coordenação política.

Assim, destaca-se a II Reunião Ministerial do G-20, que se realizou entre os dias 11 e 12 de Dezembro de 2003, na Cidade de Brasília, ocasião em que houve a assinatura do Comunicado Ministerial de Brasília (2003) para a realização de intercâmbio de visões e de coordenação política entre os membros visando a negociação sobre a reforma na agricultura e sobre a possibilidade de concretização dos trabalhos da Rodada de Doha, que igualmente contou com a presença não somente de seus membros efetivos, mas também de representantes do Equador, Caricom, da União Européia e da OMC.³⁵²

Igualmente, realizou-se a III Reunião Ministerial do G-20 na data de 10 de Janeiro de 2004, na Cidade de Gênova, onde também se firmou o Comunicado Ministerial de Gênova (2004) em que se novamente argumentam em torno da contribuição e da cooperação entre seus membros desta coalizão para a concretização efetiva das negociações sobre a agricultura e com a continuação do diálogo com o G-2, ou seja, Estados Unidos e União Européia.³⁵³

A IV Reunião Ministerial do G-20 realizou-se na data de 12 de Junho de 2004, na Cidade de São Paulo, ocasião em que igualmente se firmou o Comunicado Ministerial de São Paulo (2004), mas também se contemplou a formulação de proposta de cooperação para o estabelecimento de modalidades em agricultura e em acesso aos mercados do mundo desenvolvido, cujos aspectos deste projeto consistem na concretização dos postulados sobre a agricultura, sobre redução das tarifas e sobre a efetividade do princípio do tratamento especial mais diferenciado.

Como também, é importante salientar a realização da IV Reunião Ministerial do G-20, na Cidade de Nova Délhi, entre os dias 18 e 19 de Março de 2005, momento em que

³⁵² Ver **JOINT PRESS COMMUNIQUÉ OF THE MEETING BETWEEN THE G-20 MINISTERS AND EU TRADE COMMISSIONER PASCAL L AMY. BRASÍLIA, 12 DECEMBER, 2003**. P. 08. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005**. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁵³ Ver **G-20 PRESS COMMUNIQUÉ. GENEVA, 28 MAY 2004**. P. 10. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005**. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

igualmente se firmou a Declaração Ministerial de Cancún (2005) abordando as temáticas referentes ao processo de negociação sobre agricultura e desenvolvimento em sede da Rodada de Doha, à concretização da Agenda de Desenvolvimento, às distorções sobre o comércio de produtos agrícolas e, finalmente, o fortalecimento do diálogo entre os países emergentes, com especial atenção aos membros do G-20, e com outras coalizões internacionais.³⁵⁴

A V Reunião Ministerial do G-20 se verificou na Cidade de Bhurban, no Paquistão, entre os dias 9 e 10 de setembro de 2005, onde igualmente se formou a Declaração Ministerial de Bhurban (2005) em que se destacam os postulados de concretização do compromisso de seus membros para a construção multilateral de comércio e para o processo de negociação sobre a agricultura, bem como a concretização das propostas sobre a eliminação de políticas agrícolas distorcivas.

A VI Reunião Ministerial do G-20 se verificou na Cidade de Genebra, na data de 09 de Novembro de 2005, onde também se firmou o Comunicado Ministerial de Genebra (2005), que também foi precedida por um encontro ministerial na mesma cidade suíça na data de 21 de Outubro de 2005 para a análise da proposta da União Européia sobre a concretização do acesso ao mercado.³⁵⁵

A VII Reunião Ministerial se realizou de forma concomitante à VI Conferência Ministerial da OMC, na Cidade de Hong Kong, na data de 13 de Dezembro de 2005, com igual assinatura da Declaração Ministerial de Hong Kong (2005). A VIII Reunião Ministerial se verificou novamente na Cidade de Genebra, entre as datas de 26 e 29 de Junho de 2006, ocasião da assinatura do Comunicado Ministerial de Genebra (2006). E em 09 de Setembro de 2006, na cidade de Rio de Janeiro, houve a realização de uma reunião entre os Ministros de G-20 com coordenadores de outras coalizões internacionais, dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), do Grupo Africano, das Economias Pequenas Vulneráveis, do Algodão-4 (C-4) e NAMA-11³⁵⁶.

³⁵⁴ Ver **G-20 MINISTERIAL MEETING. 19 MARCH 2005, NEW DELHI. PRESS RELEASE**. P. 20. IN: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005**. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁵⁵ Ver **COMUNICADO MINISTERIAL DE GENEBRA SOBRE A PROPOSTA DA UE SOBRE ACESSO A MERCADO. (2005)**. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Genebra_port02.htm. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁵⁶ Ver **COMUNICADO DE IMPRENSA DA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DO G-20 COM COORDENADORES DE GRUPOS DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**. P. 106 a 108. IN: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. O G-20 E A**

Já a IX Reunião Ministerial do G-20 igualmente se verificou na Cidade de Genebra na data de 11 de Junho de 2007, com a firma da Declaração Ministerial de Genebra.(2007) A X Reunião Ministerial se realizou igualmente na Cidade de Genebra, na data de 15 de Novembro de 2007, com a assinatura da Declaração Ministerial de G-20 de Genebra. (2007)

E, finalmente, a XI Reunião Ministerial se verificou mais uma vez na Cidade de Genebra, na data de 20 de Julho de 2008, com a assinatura do Comunicado Ministerial do G-20 de Genebra, (2008) que igualmente foi precedida por um encontro sobre a Rodada de Doha³⁵⁷, na data de 20 de Junho de 2008. Concernente à leitura destes comunicados e declarações ministeriais do G-20, destacam-se os postulados sobre a responsabilidade do mundo desenvolvido para a concretização das negociações sobre agricultura, indispensáveis ao desenvolvimento dos países emergentes, mas igualmente sobre a necessidade de garantia da segurança alimentar, desenvolvimento do setor agrícola nos países emergentes com a eliminação de políticas económicas distorcivas e, principalmente, da necessidade de cooperação dos países em desenvolvimento para a efetividade de suas demandas em face dos ditames das dinâmicas do comércio internacional.

Numa compreensão dos postulados do G-20, reunindo diversos países em desenvolvimento, entre eles, os membros do Fórum de Diálogo IBAS, é importante salientar que a atuação desta coalizão internacional visa uma contribuição para o redesenho das relações económicas internacionais por intermédio de uma convergência de propostas para a concretização da reforma da agricultura e da promoção do desenvolvimento, conforme a Agenda de Doha, mas também de sua efetiva participação no processo de tomada de decisão das negociações em sede da OMC.

A efetividade de seus postulados do G-20, como também a contribuição da coordenação política e de convergência de posicionamento dos países membros do Fórum de Diálogo IBAS, pode ser considerada fundamental para este sistema internacional em transformação, porém, esta perspectiva se concretizará a partir de momento da construção de um interesse comum, além das políticas agrícolas divergentes de seus membros, que estão sujeitas à pressão do mundo desenvolvido no intuito de constituir acordos bilaterais em separado, impossibilitando a concretização de seus objetivos, tendo em vista que se trata de

OMC: TEXTOS, COMUNICADOS E DOCUMENTOS. P 1 a 120. 2007. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/Coletanea_G-20.doc. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁵⁷ Ver **DECLARAÇÃO DO G-20 SOBRE A RODADA DOHA.** (2008). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/statement_20062008_port.htm. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

uma coalizão informal entre diversos países emergentes com políticas externas igualmente divergentes.

Neste sentido, a contribuição do Fórum de Diálogo IBAS se faz necessária nesta redefinição das relações comerciais internacionais, tendo em vista que esta coalizão internacional, em comparação ao G-20, caracteriza-se por uma estrutura institucional, conforme analisado no Capítulo 2, embora pautada numa informalidade, constitui-se como uma coordenação de três importantes economias emergentes, com a capacidade de atuação internacional e com a possibilidade de influência econômica, revelando a importância de seus processos de construção e de consolidação do Fórum IBAS como interlocutor do mundo em desenvolvimento, o que pode implicar na efetividade dos objetivos do G-20 sobre agricultura e desenvolvimento.

Assim, há de se ponderar as propostas do G-20 sobre agricultura e desenvolvimento que se referem à melhoria dos mecanismos de monitoramento e de supervisão³⁵⁸, à necessidade de eliminação de restrições e proibições à exportação³⁵⁹ cuja revisão se fundamenta em maior transparência e efetividade, mas também à manutenção de categoria especial para produtos das economias emergentes³⁶⁰ em termos de segurança alimentar e da estabilidade de preços, à necessidade de diversificação da produção de bens tropicais em contraponto à produção de bens narcóticos ilícitos³⁶¹, à reformulação dos critérios para o apoio doméstico³⁶², à necessidade de estabelecimento de patamares para produtos específicos conforme o apoio doméstico³⁶³, à necessidade de construção de tratamento e de seleção de

³⁵⁸ Ver **G-20: IMPROVING MONITORING AND SURVEILLANCE MECHANISMS. (2005)**. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_monitoring.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 04.

³⁵⁹ Ver **G-20: ARTICLE 12.1 - EXPORT PROHIBITIONS AND RESTRICTIONS (PARAGRAPH 50). (2005)**. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_article121.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

³⁶⁰ Ver **G-20: MAINTAINING THE SPECIAL STATUS OF EXPORTING STATES IN DEVELOPING COUNTRIES. (2005)**. Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_stes.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01.

³⁶¹ Ver **G-20: SOME GUIDELINES FOR TROPICAL AND PRODUCTS OF PARTICULAR IMPORTANCE TO THE DIVERSIFICATION OF PRODUCTION FROM THE GROWING OF ILLICIT NARCOTIC CROPS. (2005)**. Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_tropicalproducts.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01.

³⁶² Ver **G-20 PROPOSAL ON DOMESTIC SUPPORT. (2005)**. Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_domesticupport.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

³⁶³ Ver **G-20 PROPOSAL FOR THE ESTABLISHMENT OF PRODUCT-SPECIFIC CAPS IN AMS. (2005)**. Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_caps.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

produtos sensíveis³⁶⁴, à concretização ao acesso ao mercado do mundo desenvolvido³⁶⁵, à necessidade de revisão e de clarificação do critério da Caixa Verde³⁶⁶ e da Caixa Azul³⁶⁷ da OMC e, finalmente, à necessidade de garantia da concorrência internacional na exportação³⁶⁸.

Num contexto mais específico das relações econômicas internacionais, no ano de 2009, realizaram-se três reuniões do G-20, porém, neste caso se trata de coalizão internacional das 20 maiores economias mundiais, e não do G-20 sobre Agricultura e Desenvolvimento, abrangendo duas Reuniões de Cúpula, com a presença dos Chefes de Estado e de Governo, no mês de Abril, na Cidade de Londres, uma segunda na Cidade de Pittsburg nas datas de 24 e 25 de Setembro de 2009, denominada Cúpula de Pittsburg³⁶⁹, ocasião em que se acordou que o G-20 passaria a substituir o G-8 no diálogo sobre as relações econômicas internacionais, com demais postulados sobre o redesenho da cooperação econômica internacional e, finalmente, uma Reunião Ministerial com a presença dos Ministros de Finanças e dos Presidentes dos Bancos Centrais, na Cidade de Saint Andrews, na Escócia no mês de Novembro de 2009.

Em sede da realização da Cúpula de Pittsburg, a qual implicou na emergência do papel das economias emergentes no diálogo internacional, pondera-se nesta Declaração em termos da necessidade de construção de um paradigma de crescimento econômico sustentável e equilibrado, de fortalecimento da regulação financeira internacional, da modernização das instituições econômicas internacionais, da reforma do papel do FMI e dos bancos de desenvolvimento, da garantia da segurança energética e da proteção ambiental, do

³⁶⁴ Ver **G-20 PROPOSAL ON SENSITIVE PRODUCTS: SELECTION AND TREATMENT. (2005)**. Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_sensitiveproducts.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 03.

³⁶⁵ Ver **G-20 PROPOSAL ON MARKET ACCESS. (2005)**. Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_marketaccess.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

³⁶⁶ Ver **G-20 PROPOSAL REVIEW AND CLARIFICATION OF GREEN BOX CRITERIA. (2005)**. P. 30 a 31. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005**. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁶⁷ Ver **G-20 DRAFT ELEMENTS FOR DISCUSSION BLUE BOX. (2005)** P. 47 a 49. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005**. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁶⁸ Ver **G-20 PROPOSAL ON EXPORT COMPETITION (2005)**. P. 53 – 54. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005**. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

³⁶⁹ Ver **DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G-20. (2009)**. Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/g20/G-20_Pittsburgh-Declaracao_de_Lideres_em_portugues.pdf. Data de Acesso em 20 de Janeiro de 2010.

fortalecimento de apoio aos atores internacionais mais vulneráveis, da geração de emprego na recuperação econômica e, finalmente, da necessidade de construção de uma economia aberta e global com uma projeção às perspectivas futuras deste redesenho econômico internacional.

Desta forma, percebe-se a relevância do mundo em desenvolvimento, na construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul, tendo em vista a formalização deste consenso econômico quando da realização da Cúpula de Pittsburg, com a inclusão de países em desenvolvimento no contexto das dinâmicas econômicas internacionais e no processo de decisão sobre a economia internacional, o que representa uma grande oportunidade para a concretização dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS, conforme já salientado no Capítulo 2.

Conseqüentemente, a redefinição das regras econômicas e comerciais internacionais a partir da atuação global do Fórum de Diálogo IBAS, tanto em sede deste novo consenso econômico internacional quanto em sede dos trabalhos da OMC pode ser limitada em razão da própria capacidade desta parceria estratégica e das limitações específicas de seus países membros quanto às possibilidades de uma efetiva concretização de seus postulados de construção de uma nova arquitetura econômica e comercial global que corresponda às demandas do mundo em desenvolvimento.

Não supreendentemente, o setor financeiro procurou modificar a causa qualquer, quando sua ponderação que isto era somente um acidente (uma tempestade a cada mil anos) caiu em ouvidos surdos. (STIGLITZ, 2010, p. 08, tradução nossa)³⁷⁰

Conforme os postulados da Cúpula de Pittsburg, o consenso do G-20, agora não somente restrito aos representantes mais ricos do mundo desenvolvimento, como igualmente a inclusão das principais economias emergentes, é imperativo ressaltar que seus princípios passam a considerar a construção de uma nova ordem internacional, numa perspectiva econômica, neste caso em questão, na medida em que se trata de superar os devaneios do decálogo do neoliberalismo e da racionalidade instrumental da globalização para uma maior responsabilidade econômica internacional e, especialmente, para a formulação de um arcabouço de políticas, regulamentações e reformas do sistema econômico internacional no intuito de reconstrução da economia global do século XXI.

³⁷⁰ “Not surprisingly, the financial sector has attempted to shift blame elsewhere, when its claim that it was just an accident (a once-in-a-thousand-years storm) fell on deaf ears.”

Como também, os postulados deste novo consenso econômico do G-20 reiteram-se acerca da criação de Conselho de Estabilidade Financeira para a inclusão das principais economias emergentes no diálogo econômico internacional, e para a concretização dos esforços em termos de coordenação e monitoramento do progresso em sede do fortalecimento de marco regulatório dos mercados financeiros, de aumento da quota dos países em desenvolvimento com a transferência de 5% para a sua participação.

Em termos do papel do Banco Mundial, pondera-se acerca da importância da adoção de uma nova formulação dinâmica em razão da evolução do poder econômico dos países e dos objetivos desta instância internacional, como igualmente por um aumento de 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento, instando esta instituição para a concretização de papel de liderança econômica global. Em termos de desenvolvimento sócio-econômico, procura-se a adoção de medidas para a redução de hiato de desenvolvimento entre os países como elemento fundamental na concretização do crescimento econômico global e de desenvolvimento em sede da educação, de acesso a tecnologia, de integração à economia global, de crescimento sustentável e de segurança alimentar e energética.

Atualmente, as possibilidades para a concretização do resenho das dinâmicas econômicas internacionais se mostram um fundamental instrumento de atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS na medida em que se trata de países, com economias emergentes capazes de influência internacional com o papel de liderança na recuperação econômica internacional, que conduzem igualmente aos processos de construção e de consolidação desta parceria estratégica trilateral como ator internacional relevante para o paradigma global do século XXI e como interlocutor do mundo em desenvolvimento, conforme salientado em seus documentos oficiais.

Conseqüentemente, a atuação de Índia, Brasil e África do Sul, tanto como membros efetivos do Fórum de Diálogo IBAS quanto membros igualmente efetivos da coalizão do G-20 sobre agricultura e desenvolvimento, poderá implicar na concretização das mudanças internacionais que apresentam na esfera das relações internacionais no século XXI, principalmente, para a construção de arcabouço jurídico de comércio internacional, que seja equânime e benéfico às necessidades dos países em desenvolvimento, não somente em termos de seu desenvolvimento, mas também que atendam as necessidades internas destas nações emergentes no que diz respeito à segurança alimentar, ao desenvolvimento sustentável com a proteção do meio ambiente, à proteção de seu mercado interno em face da volatilidade dos

preços internacionais e dos ditames dos mercados econômicos internacionais e, finalmente, à construção de uma globalização inclusiva e democrática, conforme postulado pelo Fórum de Diálogo IBAS.

Igualmente, percebe-se a construção de propostas em sede da coordenação dos trabalhos desenvolvidos do G-20, o que pode corroborar com o processo de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS em razão da similaridade de seus postulados no tocante ao redesenho das relações econômicas internacionais e à construção de sistema multilateral e equânime do comércio internacional no marco da OMC e de suas rodadas de negociações, fundamentando a ação multilateral desta iniciativa trilateral na coordenação política e na consolidação do papel do Fórum IBAS como interlocutor do mundo em desenvolvimento.

O papel dos membros do Fórum de Diálogo IBAS nesta redefinição dos parâmetros das relações econômicas internacionais, principalmente, em sede do paradigma do comércio internacional e da racionalidade instrumental da globalização, torna-se importante na construção de um sistema internacional por intermédio de concretização de coordenação em termos de políticas econômicas, observando os imperativos nacionais destes países, porém, com a concretização das reformas necessárias para a efetividade das relações econômicas globais do século XXI de forma a garantir o desenvolvimento sócio-econômico das nações emergentes e a construção de regras internacionais que reflitam as novas dinâmicas globais e as necessidades do mundo em desenvolvimento.

Portanto, trata-se de se considerar tanto os postulados do Fórum de Diálogo IBAS, bem como os objetivos e propostas do G-20, para que se possam delinear os novos contornos das relações comerciais internacionais, principalmente, em sede da OMC, de forma a concretização de um sistema multilateral de comércio mais transparente, mais equânime, caracterizando-se como um instrumento de promoção do desenvolvimento sócio-econômico do mundo em desenvolvimento, a partir da consolidação do Fórum IBAS na reformulação destas regras comerciais internacionais de forma a garantir a sua efetividade.

Desta forma, é imperativo salientar a possibilidade de concretização destes postulados sobre as relações econômicas internacionais, sobre a reforma da agricultura e sobre a garantia de desenvolvimento dos países emergentes pode se realizar perante estes novos contornos da realidade internacional, a partir, não somente da articulação política dos países membros do Fórum IBAS mediante a sua coordenação nos mais diversos fóruns econômicos

internacionais, mas também do imperativo de flexibilizar o mundo desenvolvido para a importância dos objetivos de desenvolvimento da Agenda de Doha por intermédio de um processo multilateral de ação, principalmente, do Fórum de Diálogo IBAS.

Assim, trata-se de incorporar os progressos realizados pelo desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS em sede da construção de um novo paradigma das relações comerciais internacionais, bem como de um novo paradigma da OMC³⁷¹ quanto à concretização dos objetivos de desenvolvimento de suas rodadas de negociações, principalmente, em razão das circunstâncias atuais da realidade internacionais que possibilitam maior atuação desta iniciativa trilateral para a afirmação da emergência econômica de seus países-membros e da sua ação como interlocutor do mundo em desenvolvimento.

Neste sentido, a contribuição do Fórum de Diálogo IBAS pode ser considerada numa perspectiva além do comércio entre os seus membros com a efetividade de seu grupo de trabalho e do tratado trilateral de livre comércio, mas também em termos de sua atuação internacional, em sede de seus países membros na articulação das propostas e objetivos das duas coalizões do G-20, anteriormente analisadas, e na coordenação de suas posições e de visões comuns das dinâmicas internacionais, em razão da capacidade desta iniciativa trilateral quanto a sua influência na economia internacional, principalmente no momento atual de igual emergência do BRIC, implicando um novo paradigma internacional para o século XXI.

Num contexto internacional em que se vivencia uma recuperação econômica mundial, após a deflagração da última crise financeira internacional iniciada no ano de 2008, o papel do Fórum de Diálogo IBAS, em sede do comércio internacional, torna-se imperativo na redefinição das dinâmicas e das regras comerciais global, de modo a possibilitar a construção de um arcabouço internacional para o multilateralismo e a cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

³⁷¹ “Com escassos avanços nos temas que preocupam aos países em desenvolvimento, barreiras não-alfandegárias, propriedade intelectual, migração, serviços que não requerem especialização profissional e agricultura, e novas demandas em áreas de duvidosos benefícios para eles, resulta difícil ver como podem os países em desenvolvimento se beneficiaram de maneira significativa. Na realidade, existem importantes oportunidades para o benefício dos países em desenvolvimento das diferentes áreas.” (STIGLITZ, CHARLTON, 2007, p. 153, tradução nossa) “Con escasos avances en los temas que preocupan a los países en desarrollo, barreras no arancelarias, propiedad intelectual, migración, servicios que no requieren especialización profesional y agricultura, y nuevas demandas en áreas de dudosos beneficios para ellos, resulta difícil ver cómo pueden los países en desarrollo beneficiarse de manera significativa. En realidad, existen importantes oportunidades para el beneficio de los países en desarrollo en diferentes áreas.”

Conforme Joseph E. Stiglitz e Andrew Charlton, numa perspectiva da construção de um comércio internacional justo para todos, de forma a proporcionar condições materiais concretas para a verificação do desenvolvimento sócio-econômico dos países emergentes, no tocante aos objetivos da Agenda de Desenvolvimento de Doha, e ao novo sentido de responsabilidade global para o desenvolvimento do Sul,

Mas há outra área na qual os acordos comerciais que não chegam a ser plenos acordos multinacionais podem ser desejáveis y são os que convêm reduzir as restrições sobre o comércio Sul-Sul. O comércio Sul-Sul constitui até 40 por cento do comércio dos países em desenvolvimento. E, como destacamos antes, têm níveis tarifários mais altos que os países desenvolvidos. Isto indica que se poderiam lograr consideráveis vantagens com a liberalização do comércio Sul-Sul. (STIGLITZ, CHARLTON, 2007, p. 219, tradução nossa)³⁷²

Assim, as perspectivas de construção de um paradigma de comércio internacional que possa significar a promoção do desenvolvimento, principalmente em relação aos países emergentes, dizem respeito à Cooperação Sul-Sul no que se refere à maior concretização das relações comerciais deste Sul Global, implicando maior competência econômica internacional, maior acesso aos mercados econômicos emergentes, maior cooperação econômica para a superação de eventuais crises econômicas e de volatilidade da economia internacional, concretização de acordos de investimentos mútuos e de intercâmbio de conhecimento e de tecnologia, principalmente, a concretização da coordenação internacional para a efetividade do princípio do tratamento especial e diferenciado para o mundo em desenvolvimento, o que igualmente corrobora com a ação internacional do Fórum de Diálogo IBAS.

A promessa de desenvolvimento³⁷³ que se erigiu com a racionalidade instrumental da globalização e com as políticas neoliberais do Consenso de Washington nos felizes anos

³⁷² “Pero hay otra área en la que los acuerdos comerciales que no llegan a ser plenos acuerdos multinacionales pueden ser deseables, y son los que conllevan reducir las restricciones sobre el comercio Sur-Sur. El comercio Sur-Sur constituye hasta un 40 por ciento de los países en desarrollo. Y, como señalamos antes, tienen niveles arancelarios más altos que los países en desarrollo. Esto indica que se podrían lograr considerables ganancias con la liberalización del comercio Sur-Sur.”

³⁷³ “Os preceitos do Consenso de Washington se baseiam numa teoria da economia de mercado que pressupõe a existência de uma informação perfeita, uma concorrência perfeita e mercados perfeitos – uma idealização da realidade que especial resulta pouco relevante para os países em desenvolvimento. Os resultados de uma teoria dependem de suas hipóteses, e se estas se apartam da realidade, é provável que as políticas que se baseiam nesse modelo não funcionem.” (STIGLITZ, 2006, p. 57, tradução nossa). “Los preceptos del Consenso de Washington se basan en una teoría de la economía de mercado que presupone la existencia de una información

90³⁷⁴ a partir da construção de um paradigma que atualmente se desfaz com novas circunstâncias da realidade internacional hoje se faz necessária em razão da emergência das economias emergentes do Fórum de Diálogo IBAS e da atuação desta iniciativa trilateral para a sua concretização nestes novos contornos das relações econômicas e comerciais internacionais.

Conseqüentemente, os princípios sobre os quais devem se assentar um novo paradigma das relações comerciais em sede das rodadas de negociações da OMC dizem respeito ao papel da agricultura na economia dos países emergentes, ao impacto de eventuais acordos comerciais sobre a promoção do desenvolvimento em sede da concretização da Agenda de Desenvolvimento de Doha, mas também a reforma institucional da OMC como resultado do aumento de número de seus membros para a efetividade de seu procedimento interno. O papel do Fórum de Diálogo IBAS, em sede da reformulação das regras do comércio internacional, implica igualmente a concretização de uma coordenação política e de cooperação internacional no tocante a esta rodada de negociação para que se possa lograr a concretização dos postulados de desenvolvimento e da reforma da agricultura, conforme ponderado em sede da coalizão internacional do respectivo G-20.

Igualmente, ponderam Joseph Stiglitz e Andrew Charlton acerca das perspectivas do acesso ao mercado econômico, da liberalização comercial que possibilita o desenvolvimento econômico dos países emergentes, principalmente no tocante às reformas necessárias para efetividade dos benefícios do comércio internacional ao mundo em desenvolvimento, à concretização dos objetivos da Rodada de Doha.

*A Agenda de Desenvolvimento de Doha de Novembro de 2001 põe o crescimento econômico associado à redução da pobreza no epicentro das considerações da OMC. Caso se quer que a orientação ao desenvolvimento da Rodada de Doha seja um princípio operativo significativo, a tarefa primordial da rodada deve ser assegurar-se que os acordos de liberalização fomentam o desenvolvimento nos países pobres. (STIGLITZ, CHARLTON, 2007, p. 279, tradução nossa)*³⁷⁵

perfecta, una competencia perfecta y mercados perfectos – una idealización de la realidad que especialmente resulta poco relevante para los países en vías de desarrollo. Los resultados de una teoría dependen de sus hipótesis, y si éstas se apartan de la realidad, es probable que las políticas que se basen en ese modelo no funcionen.”

³⁷⁴ “Durante os felizes anos noventa a economia cresceu até níveis desconhecidos em toda uma geração. Os expertos e a imprensa proclamavam o advento de uma nova Economia em que as recessões seriam uma memória do passado e a globalização trairia a prosperidade ao mundo inteiro.” (STIGLITZ, 2003, p. 37, tradução nossa) “Durante los felices noventa la economía creció hasta niveles desconocidos en toda una generación. Los expertos y la prensa proclamaban el advenimiento de una Nueva Economía en que las recesiones serían un resabio del pasado y la globalización traería la prosperidad al mundo entero.”

³⁷⁵ . “La Agenda de Desarrollo de Doha de noviembre de 2001 pone el crecimiento económico asociado a la reducción de la pobreza en el epicentro de las consideraciones de la OMC. Si se quiere que la orientación al

É, portanto, nesta perspectiva que se faz necessária a atuação do Fórum de Diálogo IBAS a partir da concretização de seus postulados sobre o redesenho das dinâmicas do comércio internacional, como também a sua coordenação política em sede de propostas comuns que deverão ser tomadas em consideração com demais membros do G-20 sobre agricultura e desenvolvimento, implicando na concretização dos objetivos de desenvolvimento tão importantes na agenda externa desta iniciativa trilateral.

O que ocorre no mercado global da agricultura é importante para os países em desenvolvimento além das mudanças de preços feitas pelas reformas globais. (AKSOY, BEGHIN, 2005, p. 01, tradução nossa)³⁷⁶

Os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, em virtude deste panorama do comércio internacional, devem levar em consideração que a reformulação das regras do comércio internacional se torna elemento fundamental na superação da volatilidade do mercado econômico internacional, a partir da eliminação de medidas de protecionismo, na medida em que concretização de sua articulação política de uma conclusão das rodadas de negociação da OMC, de forma equilibrada e direcionada à promoção do desenvolvimento do Sul Global, conforme os postulados desta iniciativa trilateral.

Apesar do crescimento econômico dos países em desenvolvimento ter sido maior que o dos países desenvolvidos nos últimos anos, permanecem desigualdades de crescimento entre os países em desenvolvimento. (SANTO, 2008, p. 05)

A efetividade destes postulados do Fórum de Diálogo IBAS acerca do redesenho das dinâmicas das relações comerciais e econômicas de modo à promoção do desenvolvimento e à agricultura perpassa igualmente pelo aprofundamento da cooperação Sul-Sul para a construção deste sistema multilateral de comércio e pela construção de um marco comum de ação internacional desta iniciativa trilateral, implicando no necessário redesenho das dinâmicas comerciais internacionais, conforme os postulados e princípios do Fórum IBAS concernentes à construção de um sistema normativo transparente e efetivo para o comércio internacional.

desarrollo de la Ronda de Doha sea un principio operativo significativo, la tarea primordial de la ronda debe ser asegurarse que los acuerdos de liberalización fomentan el desarrollo en los países pobres.”

³⁷⁶ “What happens in the global agricultural market is importante for developing countries beyond the prince changes triggered by global reforms.”

Neste contexto de imperativo da reformulação das regras do comércio internacional para o desenvolvimento sócio-econômico do mundo em desenvolvimento, o papel dos países membros desta parceria estratégica destina-se, portanto, a uma construção de um espaço institucional, tanto em sede do Fórum de Diálogo IBAS, quanto em sede do desenvolvimento dos trabalhos das rodadas de negociação da OMC, de modo a proporcionar um arcabouço de regras e de princípios do comércio internacional que seja igualmente propício ao desenvolvimento sócio-econômico do mundo em desenvolvimento, conforme os seus postulados presentes nos documentos oficiais do Fórum IBAS.

Conseqüentemente, o papel desta parceria estratégica trilateral compreende, não somente à efetividade dos postulados de desenvolvimento da Agenda de Doha e à concretização da reforma agrícola, como igualmente perpassa pela cooperação internacional com a finalidade de desenvolvimento sócio-econômico dos países em desenvolvimento de forma a possibilitar sua inserção internacional mais equitativa e mais competitiva na esfera das relações internacionais. Os postulados do Fórum de Diálogo IBAS, nesta perspectiva de redesenho das dinâmicas econômicas e comerciais internacionais, igualmente podem ser limitados, em termos de sua concretização e de sua efetividade em sede do atual paradigma internacional em transformação na medida em que ainda persistem as dialéticas globais de poder, principalmente no que se refere ao protecionismo do mundo desenvolvido, à inobservância dos interesses do mundo em desenvolvimento quando da realização das rodadas de negociação da OMC e, finalmente à efetividade dos postulados das duas coalizões internacionais do G-20.

Em conclusão, as potencialidades e as capacidades de influência do Fórum de Diálogo IBAS³⁷⁷ no tocante à redefinição das regras econômicas e comerciais internacionais, à construção de um sistema multilateral de comércio que possibilite o desenvolvimento sócio-econômico dos países emergentes, conforme os seus respectivos postulados nestas temáticas globais, podem e devem ser consideradas em face das dinâmicas globais de poder, de forma a ponderar sobre a concretização de sua atuação global como interlocutor do mundo em desenvolvimento, implicando a constituição de um paradigma internacional, pautado pelo Multilateralismo e pela Cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

³⁷⁷ Ver FAN, Qimiao. REIS, José Guilherme. JARVIS, Michael. BEATH, Andrew. FRAUSCHER, Kathrin. **The Investment Climate in Brazil, India and South Africa. A Comparison of Approaches for Sustaining Economic Growth in Emerging Economies.** The World Bank. WBI Learning Resource Series. Washington. D.C. 2008. P. 20.

5.3. O papel do Fórum de Diálogo IBAS no m arco da concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul: por uma concretização da epistemologia do Sul Global.

O paradigma internacional em transformação que se apresenta no século XXI, a partir da emergência de potências econômicas que se destacam no cenário global, conforme salientado no Capítulo 1 no tocante ao desenvolvimento dos trabalhos do Fórum BRIC, como igualmente no tocante à construção e à consolidação do Fórum de Diálogo IBAS no Capítulo 2, delinea-se para um multilateralismo em sede das dinâmicas globais, possibilitando a redefinição das regras internacionais de poder.

Em virtude dessas novas circunstâncias internacionais, faz-se necessário considerar o papel do Fórum de Diálogo IBAS em termos desta cooperação para o desenvolvimento do Sul e igualmente para a concretização desta epistemologia deste Sul Global, cujos principais representantes passam a constituir capacidade de influência no que se referente a estas dinâmicas políticas e econômicas conforme suas específicas estratégias de inserção global neste novo século que se inicia com novas possibilidades para o mundo em desenvolvimento.

O Fórum de Diálogo IBAS, que se apresenta como uma parceria estratégica por intermédio de convergência de esforços e da coordenação política entre três representantes do mundo em desenvolvimento, torna - se um fundamental instrumento, não somente para os seus respectivos países membros, como também para demais economias emergentes na medida em que se propõe a objetivos que são sensíveis às demandas desta epistemologia do Sul Global.

O postulado da Cooperação para o desenvolvimento do Sul, especialmente nesta perspectiva de reformulação do sistema internacional, torna-se igualmente imperativo, na medida em que os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS delinham-se em torno da perspectiva de que o papel destas relações Sul-Sul se constitui um contínuo e importante instrumento para a superação das dialéticas internacionais, com especial atenção às necessidades dos países do Sul, como também à necessidade de fortalecimento da interdependência do mundo em desenvolvimento e da concretização de seu

desenvolvimento como forma de verificação de uma nova ordem econômica internacional mais equitativa.³⁷⁸

Neste contexto, seus princípios desta iniciativa trilateral referem-se a uma nova governança global, à realização das Metas do Milênio, à uma cooperação internacional para a efetividade da proteção ambiental, à concretização do desenvolvimento sustentável, à erradicação da fome e da pobreza na perspectiva global e dentre outros, temáticas globais estas que são particularmente importantes no panorama do mundo em desenvolvimento, e cujo papel do Fórum de Diálogo IBAS se torna cada vez mais importante na concretização destes e de outros postulados de reformulação da ordem internacional, tanto política quanto econômica.

*Nas três dimensões da globalização, na violência, na cooperação e em vista da miséria e da penúria, surge uma necessidade global de ação que obriga a uma ordem igualmente global. (HÖFFE, 2007, p. 182, tradução nossa)*³⁷⁹

A concretização da cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul, a partir da articulação da estratégia de ação global do Fórum de Diálogo IBAS em termos de seus postulados internacionais, torna-se um vital instrumento de interlocução da epistemologia do Sul Global no cerne da dialética internacional de poder, igualmente se constituindo um importante elemento das relações entre os países emergentes e também para a promoção de intercâmbio de conhecimento, avanço tecnológico e de experiências no conjunto de diversos setores importantes ao desenvolvimento destes mesmos países.

Neste paradigma internacional com o necessário fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento do Sul, a sua finalidade igualmente deve abranger o fortalecimento da coordenação política, o que vem de encontro com a perspectiva de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como interlocutor do mundo em desenvolvimento, como também a concretização do diálogo entre os países do Sul em termos dos desafios internacionais, conforme já salientado anteriormente, e em termos de diversas áreas de cooperação para a concretização de suas demandas globais. Todavia, ao se argüir a necessidade de

³⁷⁸ Ver BUSS, Paulo Marchiori. **Globalization, Poverty and Health**. P. 67 a 82. IN: **Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA)** (1. : 2006 : Rio de Janeiro). Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil- South Africa Dialogue Forum (IBSA) / Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília : FUNAG, 2008. P 77. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

³⁷⁹ “*En las tres dimensiones de la globalización, en la violencia, la cooperación y en vista de la miseria y la penuria, surge una necesidad global de acción que obliga a un orden igualmente global.*”

financiamento perante a comunidade internacional, poderá haver condicionamentos tanto políticos quanto econômicos para a concretização dos postulados da cooperação Sul-Sul, em razão das existentes dinâmicas internacionais de poder que ainda obstaculizam o desenvolvimento sócio-econômico deste Sul Global.

Conseqüentemente a este postulado de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, é imperativo ressaltar que o Fórum de Diálogo IBAS, em sede de seus processos de construção e de consolidação internacionais, articula-se em torno da perspectiva de constituição de uma visão comum para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e igualmente para a concretização de uma agenda de desenvolvimento para o Sul Global no paradigma internacional que se apresenta no século XXI.

Como também, em sede desta parceira estratégica trilateral, trabalha-se em torno do postulado da Cooperação Sul-Sul, tendo como a finalidade de concretização do desenvolvimento econômico com equidade social no contexto deste paradigma internacional em transformação, ao se adotar uma atuação mais ativa do Fórum de Diálogo IBAS, nos fóruns internacionais multilaterais, em termos de redesenho da racionalidade instrumental da globalização a esta perspectiva do Sul Global, por intermédio do fortalecimento do arcabouço internacional em sede da cooperação para o desenvolvimento do Sul e do desenvolvimento humano.

Neste contexto, Henrique Altemani de Oliveira pondera acerca do papel do Fórum de Diálogo IBAS como uma parceria estratégica trilateral a partir da promoção de sinergia entre os seus membros no tocante à defesa dos interesses da epistemologia do Sul Global,

De outro lado, considera-se que em termos de estratégias de inserção internacional e principalmente em termos de ênfase no aproveitamento das possibilidades que as instituições multilaterais oferecem, o IBAS, enquanto uma aliança Sul-Sul, é e pode cada vez mais ser um instrumento de defesa dos respectivos interesses nacionais no que eles apresentarem de semelhança. (OLIVEIRA, 2009, p. 117)

Desta forma, a construção e a consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, em sede do fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, abrangem igualmente a convergência de esforços, não somente em benefício de seus respectivos países membros, como também um instrumento de cooperação para a concretização internacional em termos de inclusão de demais países em necessidade ao conjunto de benefícios desta parceria estratégica trilateral.

Assim, a importância e a relevância para a concretização da Cooperação Sul-Sul se tornam ainda mais evidentes diante dos desafios da comunidade internacional, ao mesmo tempo em que o aprofundamento do comércio entre os países do Sul e o crescimento econômico dos mesmos podem ser considerados responsáveis pela superação da volatilidade da última crise econômica internacional e pela recuperação da economia mundial.

A concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul pode ser considerado um elemento fundamental na promoção de benefício mútuo em quanto da verificação do comércio inter-regional, abrangendo especialmente os países do Sul, no que diz respeito, não somente ao aprofundamento das relações econômicas e comerciais, como igualmente à promoção de investimentos, à transferência de tecnologia, ao intercâmbio de experiências e à promoção do desenvolvimento social, tão necessários para a concretização desta epistemologia do Sul Global.³⁸⁰

Nesta perspectiva de concretização da Cooperação Sul-Sul, há de se verificar que o redesenho do paradigma internacional a partir desta parceria estratégica trilateral não representa uma exclusão do compromisso e da cooperação com o mundo desenvolvido, porém, significa um instrumento de complementação das relações Norte-Sul e igualmente de reformulação deste contexto entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, possibilitando a verificação das demandas dos países emergentes e da consolidação do Fórum de Diálogo IBAS em termos do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Em razão de um novo paradigma das relações Norte-Sul concernente à concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global³⁸¹, a ação internacional do Fórum de

³⁸⁰ Ver HIRST, Monica. **Intermediate States, Multilateralism and International Security**. P. 115 a 128. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

³⁸¹ Ver SENNES, Ricardo Ubiraci. **Brazil, India and South Africa: convergences and divergences in Intermediate Countries' International Strategies**. P. 49 a 67. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate**

Diálogo IBAS, em sede deste mundo em transformação e de seus desafios, deve ser considerada um espaço de ação global do mundo em desenvolvimento de modo a lograr a superação de sua condição de marginalização internacional, a efetivação das promessas de desenvolvimento sócio-econômico vinculadas à racionalidade instrumental da globalização e, principalmente, a concretização da Cooperação Sul-Sul possibilita a construção de uma perspectiva de manobra no contexto das relações internacionais, conforme os postulados desta parceira estratégica trilateral.

Conforme Vera Barrouin Machado, numa perspectiva do papel do Fórum de Diálogo IBAS no redesenho do paradigma internacional, como igualmente em face dos desafios da racionalidade instrumental da globalização e na inserção internacional de seus respectivos países membros,

A consolidação da cooperação trilateral ampliará nossa capacidade de enfrentar os desafios da globalização. Seja no plano multilateral, seja no nível pragmático de projetos específicos, a coordenação poderá trazer benefícios que comprovem ser possível auferir resultados da Cooperação Sul-Sul além da retórica. Não se trata de mecanismo excludente de outros países. O foro poderá ser expandido para outros países. (MACHADO, 2004, p. 249)

Os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, como um espaço institucional de atuação global do mundo em desenvolvimento, implicam, nesta perspectiva da cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul Global, igualmente um processo de interdependência dos países emergentes no intuito de construção do multilateralismo, tanto político quanto econômicos, conforme as suas possibilidades de concretização de seus postulados, para além da retórica da Cooperação Sul-Sul.

Neste prisma, há de se verificar igualmente que a concretização desta epistemologia do Sul Global pode e deve ser tomada em consideração em termos das potencialidades desta convergência entre os países emergentes, que, por um lado, passam a ter a capacidade de influência nas dinâmicas econômicas internacionais, doutro, ainda necessitam superar entraves internos e externos para realização de suas políticas de cooperação inter-regional.

Este contexto internacional que se pauta, não somente pela interdependência econômica, pela redefinição dos parâmetros da racionalidade instrumental da globalização, como igualmente a construção de diálogo entre os países emergentes, possibilita a concretização da Cooperação Sul-Sul, na medida em que se pondera acerca das potencialidades da sua influência nas dinâmicas internacionais de poder, mas também se faz necessário o diálogo Sul-Sul para a construção do multilateralismo e para maior participação internacional do mundo em desenvolvimento concernente ao diálogo político e econômico.

É imperativo ressaltar que os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS ainda se fundamentam por uma articulação política entre os respectivos países membros, conforme já anteriormente observado no Capítulo 3, embora se pondere participação da sociedade civil em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum entre os Povos, o que implica limitações na concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, dada a sua estrutura intergovernamental na condução desta parceria estratégica trilateral.

A estratégia de ação global a que se propõe esta parceria trilateral em sede de desenvolvimento de seus trabalhos e de seus postulados para a concretização da Cooperação Sul-Sul encontra limitações, não somente em razão das circunstâncias atuais do sistema internacional ainda pautado pelas dinâmicas de poder, mas também pelos imperativos regionais dos respectivos países membros e dos objetivos específicos das suas políticas externas dos mesmos³⁸² que podem condicionar o tão necessário redesenho das relações internacionais, postulado em sede desta iniciativa estratégica.

Conseqüentemente, a concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul, em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS, perpassa igualmente pela construção do papel desta iniciativa trilateral estratégica como ator internacional dinâmico e como interlocutor do mundo em desenvolvimento, o que necessariamente implica a construção do multilateralismo tanto político quanto econômico e a afirmação da identidade internacional desta parceria de cooperação trilateral.³⁸³

³⁸² Ver SOUSA Sarah-Lea John de. **Brasil, Índia y Sur África, potencias para un nue vo orden.** POLÍTICA EXTERIOR, núm. 121. Enero / Febrero 2008. P. 165 a 178. Disponível no site: http://www.forumibsa.org/publicacoes/ART_IBSA_Politica_Exterior_ESP_ene08.pdf . Data de acesso em 01 de Janeiro de 2010.

³⁸³ Ver SOUSA Sarah-Lea John de. **India, Brazil, South Africa (IBSA) – New inter-regional multilateralism in the South** ? P. 01 a 13. FRIDE Comment, April 2007 Disponível no site: http://www.forumibsa.org/publicacoes/COM_IBSA_ENG_abr07.pdf. Data de acesso em 01 de Janeiro de 2010.

O fato de compartilhar valores e objetivos globais faz do IBAS uma iniciativa viável e vanguardista num sistema multipolar com diferentes centros de poder. (SOUSA, 2008, p. 172, tradução nossa)³⁸⁴

Como o sistema internacional contemporâneo se apresenta com novas dinâmicas em termos de poder geoeconômico a partir da emergência de novas potências econômicas com capacidade de influência global³⁸⁵, conforme já salientado sobre as economias do BRIC no Capítulo 1, a concretização do postulado do Fórum de Diálogo IBAS concernente à cooperação para o desenvolvimento do Sul deve ser considerada como instrumento de articulação e de atuação perante os organismos internacionais multilaterais de modo a construir uma nova epistemologia do Sul e estratégia de desenvolvimento para o século XXI.

A reformulação do paradigma das relações internacionais a partir da afirmação da identidade internacional do Fórum de Diálogo IBAS implica igualmente a concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, na medida em que há o intercâmbio de experiências, de produção de conhecimento e de informações os quais possibilitam a verificação da cooperação inter-regional, do desenvolvimento sócio-econômico dos países considerados deste lado da linha epistemológica e a necessária inclusão deste Sul Global nas dinâmicas políticas e econômicas globais.

Embora a cooperação Sul-Sul, conforme postulado por esta parceria estratégica trilateral, possa se limitar no tocante a sua concretização, em virtude das atuais circunstâncias internacionais, é imperativo considerar que a articulação, para esta cooperação internacional, entre os países emergentes em sede do Fórum de Diálogo IBAS representa um fundamental instrumento para a democratização e de maior representatividade do sistema global em relação às importantes reivindicações do mundo em desenvolvimento, e com especial atenção a esta cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

³⁸⁴ *“El hecho de compartir valores y objetivos globales hace de IBAS una iniciativa viable y vanguardista en un sistema multipolar con diferentes centros de poder.”*

³⁸⁵ *“Interpretar o conteúdo específico das reivindicações sucessivas exige observar o câmbio de posição das zonas geográficas concretas num sistema mundial em constante evolução.”(WALLERSTEIN, 2007, p. 291, tradução nossa) “Interpretar el contenido específico de las reivindicaciones sucesivas exige observar el cambio de posición de las zonas geográficas concretas en un sistema mundial en constante evolución.”*

*A questão das potências emergentes do Sul é também de muita relevância no sistema internacional que está sofrendo grandes mudanças. (SOUSA, 2007, p. 48, tradução nossa)*³⁸⁶

Nesta perspectiva, os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS possibilitam um patamar internacional de integração, não somente restrito aos seus respectivos países membros, como igualmente dos demais países considerados do Sul Global de modo a concretizar a articulação política a fim de verificar a efetivação da cooperação para o desenvolvimento do Sul, conforme postulado em seus documentos oficiais.

Dada a importância da reformulação do paradigma internacional, abrangendo igualmente seus aspectos políticos, econômicos, comerciais e epistemológicos para a construção do multilateralismo político e econômico, a contribuição do Fórum de Diálogo IBAS se realiza a partir da convergência de esforços, não somente de seus respectivos países membros, como também de demais países do Sul em participação com esta iniciativa trilateral, de modo a significar a concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Embora esta parceria estratégica trilateral represente um importante instrumento para a efetivação da Cooperação Sul-Sul, para além do discurso retórico presente nos documentos oficiais do Fórum de Diálogo IBAS, ainda não há uma efetiva capacidade de promoção de mudanças sistêmicas do paradigma internacional pelos seus respectivos países-membros em razão da continuidade das dialéticas globais de poder que limitam a atuação deste organismo político de cooperação em termos de concretização de seus princípios e de seus postulados.

Desta forma, ao se considerar as limitações e as potencialidades em termos de concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, é igualmente imperativo ressaltar que o Fórum de Diálogo IBAS pode e deve exercer um fundamental papel nesta promoção global do mundo em desenvolvimento, tendo em vista que se destina à contribuição em sede da reforma das organizações internacionais multilaterais de modo a efetivar a Cooperação Sul-Sul como interlocutor do Sul Global.

³⁸⁶ “*La cuestión de las potencias emergentes del Sur es también muy relevante en un sistema internacional que está sufriendo grandes cambios.*”

Conforma ponderam Susanne Gratius e Sarah-Lea John de Souza acerca do papel do Fórum de Diálogo IBAS como importante ator internacional e como interlocutor do mundo em desenvolvimento, o que se faz necessário para a concretização da cooperação Sul-Sul, em razão de elementos geopolíticos e geoeconômicos,

Dados sua abordagem pragmática e normativa, o IBAS não é simplesmente outra iniciativa do Terceiro Mundo, mas um novo tipo de coalizão Sul-Sul com dimensão inter-regional, Em primeiro lugar, ele representa um clube de países centrados em valores comprometidos com democracia, paz e desenvolvimento. Em contraste com outras coalizões do sul, como por exemplo o Movimento de Não-Alinhamento ou G-77, o IBAS integra poderes emergentes como posição privilegiada na África, na Ásia do Sul e na América Latina. (GRATIUS, SOUZA, 2008, p. 02, tradução nossa)³⁸⁷

Conseqüentemente a estas potencialidades deste organismo político de cooperação, sua estratégia de ação em sede do atual paradigma das relações internacionais possibilita considerar ser um instrumento para a concretização da Cooperação Sul-Sul, embora se possa cogitar acerca de suas condições políticas, econômicas e institucionais de modo a se inserir como um interlocutor do mundo em desenvolvimento, com efetiva capacidade de atuação internacional e de superação dos problemas que minimizam os países deste lado da linha epistemológica.

Assim, a concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global se vislumbra a partir da efetividade da atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS, como igualmente a partir das potencialidades de sua ampliação, considerando não somente relações bilaterais com outros países emergentes, mas também por intermédio de sua adesão de outras potências emergentes a esta parceria estratégica, de forma a construir um novo paradigma internacional no século XXI.

³⁸⁷ “Given its pragmatic and normative approach, IBSA is not just another Third World initiative, but a new type of South-South coalition with an inter-regional dimension. Firstly, it represents a value-driven club of countries committed to democracy, peace and development. In further contrast to other southern alliances – for example the Non-Aligned Movement or the G-77 – IBSA integrates emerging powers with a privileged position in Africa, South Asia and Latin America.”

Ao se destacar o fundamental papel do Fórum de Diálogo IBAS no que diz respeito à reformulação do sistema internacional para o século XXI, conforme já salientado anteriormente, sua ação global em termos da concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global se faz imperativa igualmente em termos da realização de seus demais princípios e postulados de modo a possibilitar o tão necessário desenvolvimento sócio-econômico dos países considerados do Sul.

Em sede da perspectiva da consolidação deste organismo político de cooperação que se destina ao multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, é imperativo ponderar que seu papel global no tocante à cooperação sul-sul se vincula ao seu reconhecimento como interlocutor do mundo em desenvolvimento e de sua representatividade perante a comunidade internacional de modo a possibilitar a concretização de seus postulados acerca do redesenho do sistema internacional e de participação do mundo em desenvolvimento nas dinâmicas internacionais de poder sobrepujando o discurso teórico presente em seus documentos oficiais.

Da mesma forma que a legitimidade reforça a lei, reforçará também o discurso político. As manifestações de poder buscam inevitavelmente formas de justificação, a comprovação de que o poder é exercido por alguma outra razão que não o mero poder. (FONSECA JR, 1998, p. 187)

Em virtude do imperativo do reconhecimento do Fórum de Diálogo IBAS tanto como ator internacional relevante quanto como interlocutor do mundo em desenvolvimento, esta parceria estratégica trilateral, em sede de suas limitações e de suas capacidades de ação para temas globais e regionais, pode e deve ser considerada uma iniciativa pragmática e imprescindível destinada à concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

O conjunto de iniciativas, tanto num prisma global, quanto num prisma regional, do Fórum de Diálogo IBAS representa um arcabouço internacional de atuação do mundo em desenvolvimento, principalmente, de seus respectivos países membros deste organismo político de modo a possibilitar a sua consolidação global e igualmente a concretização da Cooperação Sul-Sul, conforme postulado em seus documentos oficiais, possibilitando a construção de um novo paradigma internacional para o século XXI a partir da emergência do Sul ao cenário global.

Participantes concordam que o IBAS, como uma iniciativa conjunta de negociação, é uma resposta inovadora ao contínuo debate sobre a definição de uma nova ordem multipolar e/ou multilateral. (GRATIUS, SOUSA, 2008, p. 04, tradução nossa)³⁸⁸

Desta forma, os processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS podem significar uma singular oportunidade para a reestruturação do sistema internacional, refletindo-se a partir das potencialidades e a capacidade de influência nas dinâmicas internacionais de seus países membros em sede das possibilidades de concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

A concretização da Cooperação Sul-Sul, a partir da articulação internacional desta parceria estratégica trilateral, conseqüentemente se torna um elemento fundamental na construção das políticas externas dos respectivos países membros desta coalizão internacional, conforme já vislumbrado no Capítulo 3, de modo a possibilitar a inserção internacional mais equânime e mais equitativa dos mesmos e do mundo em desenvolvimento, enquanto fundamental interlocutor do mesmo no que se refere aos seus objetivos internacionais.

No mundo atual em que se observa a transformação das dinâmicas internacionais, o Fórum de Diálogo IBAS se apresenta como uma imprescindível estratégia global, não somente para a redefinição do paradigma internacional, como igualmente para a efetividade do postulado da Cooperação Sul-Sul, na medida em que se destina a ser uma convergência de esforços entre três economias emergentes que também compartilham semelhantes objetivos globais e visões do mundo, possibilitando a afirmação desta parceira trilateral como interlocutor do mundo em desenvolvimento e instrumento no marco da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Por décadas, os povos no mundo em desenvolvimento sofreram quando programas de austeridade impostos em seus países provaram ser muito difíceis, mas seus protestos foram largamente ignorados no Ocidente. (STIGLITZ, 2003, p. 03, tradução nossa)³⁸⁹

Em razão das circunstâncias econômicas atuais em que se observam a recuperação econômica internacional, a emergência de potências mundiais com capacidade de influência global, o papel do Fórum de Diálogo IBAS se torna imperativo na redefinição das regras

³⁸⁸ “Participants agreed that IBSA, as a joint bargaining initiative, is an innovative response to the ongoing debate over the definition of a new multipolar and/or multilateral order.”

³⁸⁹ “For decades, people in the developing world have rioted when the austerity programs imposed on their countries proved to be too harsh, but their protests were largely unheard in the West.”

econômicas internacionais, como se pode observar em sede do consenso econômico de G-20, mas também das dinâmicas da política internacional de modo a efetivar o diálogo Sul-Sul, um novo paradigma em termos das relações políticas, econômicas e comerciais com o mundo desenvolvimento.

A concretização do diálogo sul-sul para a reformulação do sistema internacional torna-se, portanto, um elemento decisivo na estratégia de atuação internacional do Fórum de Diálogo IBAS, numa perspectiva geral, no que se refere aos seus postulados globais e numa perspectiva mais específica, no tocante à cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, de modo a possibilitar a construção de um novo paradigma das relações internacionais, para além das promessas de desenvolvimento e do discurso da racionalidade instrumental da globalização.

Neste contexto, uma participação mais ativa das potências emergentes do Sul fomentaria progressivamente um sistema internacional mais favorável baseado no multilateralismo e a cooperação entre os Estados. (SOUZA, 2008, p. 178, tradução nossa)³⁹⁰

Em termos das dinâmicas econômicas internacionais, o novo consenso econômico estabelecido quando da realização da Cúpula de Pittsburg, cujos postulados foram compreendidos ao longo do tópico anterior deste capítulo, pode igualmente representar uma singular oportunidade tanto para a consolidação internacional do Fórum de Diálogo IBAS, quanto para a concretização de um novo diálogo econômico que possibilite o tão necessário desenvolvimento sócio-econômico dos países emergentes, como também um novo paradigma de cooperação entre o Norte Global e o Sul Global, para além da retórica do discurso econômico e da construção de uma suposta aldeia global.

O papel deste organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global pode e deve ir além da concretização da cooperação trilateral sectorial por intermédio da efetividade dos Memorandos de Entendimento e dos Acordos de Cooperação articulados em sede do desenvolvimento dos trabalhos dos Grupos de Trabalhos, como igualmente se faz necessário com sua necessária atuação global no que diz respeito à concretização dos objetivos e demandas do mundo em desenvolvimento nos fóruns internacionais multilaterais.

³⁹⁰ “En este contexto, una participación más activa de las potencias emergentes del Sur fomentaría progresivamente un sistema internacional más favorable para el Sur basado en el multilateralismo y la cooperación entre los Estados.”

Desta forma, a concretização da Cooperação Sul-Sul se faz presente a partir dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS como interlocutor do mundo em desenvolvimento, como também um instrumento de aproximação tanto de seus respectivos países membros, quanto de suas respectivas regiões que se encontram marginalizadas do diálogo político e econômico internacional, o que deve implicar na tão necessária reformulação deste paradigma internacional contemporâneo.

A perspectiva do Fórum de Diálogo IBAS deve levar em consideração, não somente as oportunidades de cooperação inter-regional para a concretização do desenvolvimento sócio-econômico dos países emergentes e de sua estratégia de atuação internacional, como igualmente a construção de um espaço institucional para a concretização do diálogo sul-sul de modo a possibilitar o intercâmbio de experiências, de informações e de conhecimento e, principalmente, o aprofundamento das relações comerciais, culturais, econômicas e políticas do mundo em desenvolvimento, implicando numa alternativa aos imperativos utilitaristas das relações entre o Norte Global e o Sul Global.³⁹¹

Em conclusão, a concretização da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global pode e deve levar em consideração o papel do Fórum de Diálogo IBAS, não somente como uma iniciativa pragmática entre os seus países membros, como igualmente interlocutor do mundo em desenvolvimento, envolvendo um intercâmbio de informações, de experiências entre os países considerados pertencentes a este lado da linha epistemológica da divisão internacional, o que implica na consolidação global desta parceira estratégica.

³⁹¹ Ver MUKHERJEE, Aditya. **IBSA: Overview and perspectives. Historical roots of the common challenges of India, Brazil and South Africa.** P. 113 a 126. IN: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional : (3 : Rio de Janeiro : 2008) III CNPEPI : O Brasil no mundo que vem aí : **IBAS** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. P. 124. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

5.4. O Fórum de Diálogo IBAS no marco das perspectivas de consolidação e de ampliação da iniciativa trilateral: por uma construção do multilateralismo no sistema internacional.

Os desafios internacionais que se apresentam nestes primeiros anos de século XXI para a comunidade global compreendem um arcabouço de atribuições que são de natureza não somente da política e da economia internacionais, como igualmente se referem aos temas dos problemas sociais, ambientais, situação em que se faz necessário o desenvolvimento da cooperação internacional para a superação destes dilemas globais, conforme já salientado anteriormente.

Desta forma, a inserção internacional do Fórum de Diálogo IBAS deve ser considerada um fundamental instrumento na articulação desta nova ordem internacional, ainda pautada pelas dialéticas das relações de poder entre o Norte Global e o Sul Global, para que se possa realizar a concretização dos anseios da comunidade internacional em termos desta necessária reformulação das dinâmicas internacionais e em termos de superação destes desafios globais.

O significado conceitual desta conjuntura de transição reside na clara redefinição das regras do jogo internacional e na transformação da própria natureza do sistema internacional, com conseqüências diretas para os atores que dele participam. (OLIVEIRA, 2006, p. 01)

As perspectivas de construção e de consolidação desta parceria estratégica trilateral, que abrangem três importantes representantes do mundo em desenvolvimento, igualmente devem ser consideradas de forma a ponderar sobre as suas potencialidades e suas limitações no que se refere à concretização de seus postulados, num paradigma internacional que se apresenta em termos da distribuição do poder, não somente político, como igualmente econômico, e em termos das relações entre os atores globais, suas formas de atuação e de articulação neste sistema internacional em transformação.³⁹²

³⁹² Ver OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **O Brasil e Ásia**. P. 169 a 210. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio Carlos. (orgs). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. Editora Saraiva. São Paulo. Volume I. 2006.

Em razão destas novas circunstâncias internacionais, o papel do Fórum de Diálogo IBAS como ator global relevante e como interlocutor do mundo em desenvolvimento abrange igualmente sua atuação nos principais fóruns multilaterais, tanto de natureza política como a ONU, quanto de natureza econômica como as rodadas de negociação da OMC, conforme já salientado anteriormente neste Capítulo 4.

Todavia, esta nova realidade internacional não se encontra totalmente concretizada em face das dinâmicas de poder presentes nos principais organismos internacionais, o que implica no imperativo de construção e de consolidação desta parceria estratégica de modo a possibilitar a efetividade tanto dos objetivos específicos das políticas externas dos países membros, quanto das políticas e objetivos comuns do Fórum de Diálogo IBAS.

Nesta perspectiva, os interesses estratégicos e específicos dos países membros desta iniciativa de cooperação trilateral que dizem respeito às suas dinâmicas regionais para o reconhecimento de sua liderança e de representatividade regionais em face da comunidade internacional devem igualmente implicar na construção de um espaço institucional para o desenvolvimento dos trabalhos desta cooperação internacional de modo a construir uma necessária política comum de atuação global desta coalizão e de seu marco comum de cooperação e de inserção internacionais no contexto das relações internacionais, para que se possa vislumbrar a efetividade de seus postulados.

Os dividendos são consideráveis, e a Índia, o Brasil e a África do Sul, cada qual com seu ritmo e peculiaridades, evidenciam a disposição necessária para empreender todos os esforços para sua consecução plena. (MOURA, 2008, p. 33)

Trata-se, portanto, de construção de uma política de Estado no que se refere à continuação do desenvolvimento dos trabalhos desta parceria estratégica trilateral para se possa lograr a concretização de seus postulados sobre a construção de um sistema internacional multilateral e sobre a cooperação para o desenvolvimento do Sul, o que não deve implicar em tão somente políticas de governo que podem variar a cada administração.

Faz-se, conseqüentemente, imperativa a construção de sua identidade internacional como instrumento de cooperação entre países emergentes, o que não deve excluir as possibilidades de ampliação desta parceria estratégica com a adesão de outras economias em desenvolvimento que podem igualmente contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS, dadas as circunstâncias políticas, econômicas e estratégicas de sua

participação neste organismo político de cooperação, possibilitando o redesenho da atual geografia das relações internacionais.

Conseqüentemente, ao se ponderar em torno de uma iniciativa trilateral, com especial atenção, ao desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS, há de se compreender que se trata de um projeto em que se traduz no resultado de uma contínua construção de um espaço de inserção e de atuação internacionais a partir de uma perspectiva realista deste paradigma internacional que se apresenta no século XXI.

O IBAS reintroduziu o tema da Cooperação Sul-Sul a partir da percepção de que os interesses, demandas e desejos do Sul não formam a maior parte dos termos da atual ordem internacional, conduzida pelos estados do Norte. (OLIVEIRA, 2009, p. 155)

Deste modo, a concretização da cooperação Sul-Sul em sede do processo de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS possibilita a promoção do desenvolvimento dos países membros desta coalizão internacional, desde uma perspectiva social e econômica a um prisma de desenvolvimento tecnológico, científico, dentre outros, implicando uma postura mais ativa nesta reestruturação da ordem internacional do século XXI, dadas a sua capacidade de influência econômica internacional e as atuais características do paradigma global em transformação.

As potencialidades da consolidação do Fórum de Diálogo IBAS, em razão dos aspectos institucionais e estratégicos desta coalizão internacional, compreendem uma articulação pragmática em sede do atual paradigma das relações internacionais, de modo a concretizar seu papel na promoção das mudanças sistêmicas e na reforma das instituições internacionais multilaterais, constituindo-se um importante instrumento político internacional para, não somente os seus respectivos países membros, como igualmente o mundo em desenvolvimento.

Há um espírito positivo considerando a iniciativa do IBAS. É porque demonstra que a Cooperação Sul-Sul pode realmente funcionar e levar a grandes benefícios ao mundo em desenvolvimento. IBAS se tornou de fato um poderoso instrumento político. (CAMPBELL, 2009, p. 156, tradução nossa)³⁹³

A concretização do Fórum de Diálogo IBAS, no tocante aos seus postulados de cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul, vincula-se igualmente à consolidação do Fundo IBAS para a erradicação da fome e da pobreza, de modo a possibilitar o desenvolvimento sócio-econômico e a realização das Metas do Milênio, neste contexto de redefinição dos parâmetros das relações internacionais, conforme salientado em seus documentos oficiais.

Em concomitância aos seus postulados geopolíticos e geoeconômicos desta parceria estratégica trilateral, conforme salientado ao longo deste Capítulo, os processos de construção e de consolidação deste Fundo IBAS igualmente representa, em sede do desenvolvimento dos projetos apresentados, já concluídos ou em andamento, um instrumento de efetivação de um novo paradigma das relações internacionais, principalmente no que diz respeito às potencialidades deste Fundo na concretização da Cooperação Sul-Sul, para além de uma perspectiva político-econômica.

Em razão da própria característica desta coalizão internacional, que compreende três economias emergentes, porém, com limitações no tocante às suas respectivas atuações internacionais, o Fórum de Diálogo IBAS deve representar perante a comunidade internacional um projeto de globalização anti-hegemônica, a partir de, não somente, da concretização de sua cooperação trilateral sectorial por intermédio de seus memorandos de entendimento e dos acordos de cooperação, como igualmente do desenvolvimento do Fundo IBAS nesta construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento deste Sul Global.

Diante dos desafios de uma ordem internacional em transformação, conforme já salientado anteriormente, o desenvolvimento dos trabalhos desta parceira estratégica em sede de seus órgãos internos e de projetos de cooperação Sul-Sul pode e deve significar um espaço

³⁹³ “*There is an upbeat spirit regarding the IBSA initiative. This is because it has shown that South-to-South co-operation can really work and lead to great benefits for the developing world. IBSA has in fact become a powerful political tool.*”

de ação global dos países em desenvolvimento para a concretização de suas metas regionais e internacionais, de modo a se verificar uma nova epistemologia deste Sul Global.

Em virtude deste paradigma internacional que se apresenta no século, é imperativo considerar a participação do mundo em desenvolvimento caso se queira sobrepujar os desafios internacionais, como igualmente a sua inclusão não somente no diálogo econômico internacional, consoante os postulados do G-20 quando da realização da Cúpula de Pittsburg, mas também na política internacional em sede das instituições multilaterais. Neste contexto, o papel do Fórum de Diálogo IBAS se torna necessário como instrumento de articulação política e de interlocução do mundo em desenvolvimento para maior representatividade e legitimidade do atual sistema internacional.

As características dessa transição, que lhe emprestam alguma permanência, tendem a tornar o mundo mais instável, menos previsível e com um número significativamente maior de incógnitas e ameaças do que de equações e recursos de ação. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 53-54)

Trata-se, portanto, de um imperativo categórico no que se refere às perspectivas de consolidação e de ampliação do Fórum de Diálogo IBAS de modo a possibilitar maior efetividade de seus postulados, principalmente no que diz respeito às relevantes questões do sistema internacional, abrangendo as problemáticas enunciadas nos documentos oficiais desta parceria estratégica trilateral, o que leva em consideração a inércia que se seguiu nestas últimas duas décadas no tocante à esfera das relações internacionais.

Neste período da história mundial, esta suposta nova ordem internacional, conforme salientado no Capítulo 1, fundamentou - se com a emergência da racionalidade instrumental da globalização, do discurso do fim da história e da liberalização dos mercados financeiros à volatilidade do decálogo do neoliberalismo. Numa perspectiva política, ainda vigoram as dinâmicas internacionais de poder, em mãos dos países do mundo desenvolvido.

Numa perspectiva do discurso do neoliberalismo, o seu decálogo de princípios fundamenta a racionalidade instrumental da globalização, em que os países emergentes devem sobrepujar o atraso tecnológico, a sua defasagem no seu processo de industrialização a partir da realização de privatizações e da abertura das economias emergentes para a modernização das empresas nacionais, em que há a exoneração de um processo de desenvolvimento autônomo de tecnologia, por intermédio de sua incorporação às empresas multinacionais,

como forma de inserção internacional, porém, sem possibilidades de participação efetiva e positiva em sede das dinâmicas políticas e econômicas do poder global.

A consequência da inércia predominante no período pós - Guerra Fria é que há pouco espaço deixado para definir o papel político internacional daqueles países não pertencentes ao núcleo da aliança vitoriosa. (SENNES, 2006, p. 51, tradução nossa)³⁹⁴

Desta forma, é possível cogitar adesão de outros países emergentes aos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS de forma a possibilitar a concretização do redesenho do paradigma internacional, na medida que se trata da convergência de elementos geopolíticos e geoeconômica em sede desta estratégia internacional, o que leva em consideração a emergência do BRIC, conforme ponderado no Capítulo 1, e as potencialidades da inclusão de China e Rússia neste projeto de globalização anti-hegemônica, o que evidencia a importância de compreensão dos papéis destes respectivos países no contexto das relações internacionais do século XXI.

Conseqüentemente, é imperativo ressaltar que se trata das potencialidades de participação de demais países emergentes, com capacidade de influência internacional nas dinâmicas políticas e econômicas globais dadas as suas respectivas inserções internacionais e sua posição estratégica no cenário internacional que se apresenta no século XXI. China e Rússia, conforme salientado no Capítulo 1, podem corroborar para com o redesenho das relações internacionais, possibilitando a construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Assim, a iniciativa trilateral em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS poderá vir a reforçar e articular, no contexto das relações internacionais e por intermédio de alianças estratégicas, uma convergência entre as principais potências econômicas emergentes de forma a se tornar um protagonista internacional relevante, possibilitando a concretização de seus objetivos, seus postulados, como igualmente das específicas estratégias de inserção global de seus países membros.

³⁹⁴ “The consequence of the inertia predominant in the post-Cold War period is that there is little room left for defining the international political role of those countries not belonging to the hard core of the winning alliance.”

Conforme Paulo Fagundes Vizentini, numa perspectiva da construção de coalizões internacionais, especialmente no que diz respeito ao G-3 e ao G-20, abordando a participação do Brasil nesta nova conjuntura internacional.

O G-3, como foi anunciado quando de seu lançamento, poderá vir a se tornar um G-5, com uma virtual adesão da China e da Rússia. Evidentemente, esses dois países possuem peso importante no sistema internacional e poderiam, em aliança com o Brasil, Índia e a África do Sul, vir a formar um agrupamento capaz de exercer grande influência. (VIZENTINI, 2006, p. 191)

Como igualmente, há de se verificar que a inclusão da China nos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS deve ser considerada, não somente em termos da política e da economia internacionais, mas também se pondera acerca da cláusula democrática de participação nesta iniciativa trilateral firmada quando da realização da Declaração de Brasília no ano de 2003, o que impossibilita no presente momento a sua inserção neste projeto em razão da constituição de seu regime político.³⁹⁵

A China³⁹⁶ se apresente perante a comunidade internacional como uma potência econômica emergente do século XXI em concomitância a demais países em ascensão, mais especificamente Brasil, Índia, Rússia, e em menor grau a África do Sul, o que implicar considerar o seu papel internacional, conforme salientado no Capítulo 1, importante parceiro estratégico para o Fórum de Diálogo IBAS, quer seja individualmente com os países membros deste organismo político de cooperação, quer seja bilateralmente com esta iniciativa como um bloco de cooperação, o que representa uma oportunidade para a redefinição das dinâmicas internacionais.

³⁹⁵ Ver DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA (2003) Disponível no <http://www2.mre.gov.br/dibas/Comunicados%20de%20Chefes%20de%20Estado-Governo%20e%20Ministeriais/2003%2006%2006%20%20Brasilia%20Declaration%20%20Ministers.pdf>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009. .

³⁹⁶ "Hoje, o poder global e influência da China rivaliza somente com a única superpotência, os Estados Unidos. A ambiciosa modernização militar da China transformou o país num formidável poder, como também um genuíno competidor estratégico para os Estados Unidos." (SHARMA, 2009, P. 10, tradução nossa) "Today, China's global power and influence rivals only the lone superpower, the United States. China's ambitious military modernization has transformed the country into a formidable power, as well as a genuine strategic competitor to the United States."

De uma perspectiva da geopolítica, faz-se necessário considerar não somente o papel internacional da China no contexto deste paradigma internacional que se apresenta no século XXI, conforme já salientado no Capítulo 1, em razão das peculiaridades de sua ascensão global, como igualmente ponderar acerca de sua participação em sede dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS de formar a concretizar os seus postulados de multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Conseqüente, ao se tratar não somente de uma potência econômica em ascensão no sistema internacional do século XXI, com a capacidade de influência nas dinâmicas econômicas internacionais, conforme se pondera acerca do desenvolvimento do Fórum BRIC, o que repercute no desenvolvimento dos trabalhos do Fórum de Diálogo IBAS, a China³⁹⁷ também ocupa uma posição estratégica no contexto das relações globais de poder, referindo-se à sua categoria de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, consoante já ponderado, o que implica novas potencialidades para este projeto de cooperação trilateral no tocante à concretização de seus postulados e de seus objetivos internacionais.

Dadas as suas características geopolíticas e geoeconômicas, faz-se necessário ponderar acerca da participação da China no desenvolvimento do Fórum de Diálogo IBAS, tendo em vista que os respectivos postulados desta parceira estratégica trilateral e dos países membros, individualmente, referem-se à construção de um paradigma internacional pautado pelo multilateralismo e pela maior participação do mundo em desenvolvimento nos processos de tomadas de decisões globais, o que vem de encontro com o peso geoeconômico deste país asiático no redesenho das dinâmicas internacionais.³⁹⁸

Em concomitância à sua ascensão da China ao patamar de grande potência mundial, sua participação nos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS se torna, por enquanto, inviável em razão da existência da cláusula democrática como condição de adesão a este projeto de globalização anti-hegemônica, e das características de sua estrutura política interna com um regime de partido único, porém, sua participação do

³⁹⁷ “A propósito, sobre a ascensão da China ao topo da economia, inaugurando nova fase na História universal, duas recentes informações originárias dos próprios EUA, devem ser consideradas. O professor Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia, admitiu que, na década de 20 deste século, a China será uma das três mais prósperas nações. E o banco americano Goldman Sachs, em estudo divulgado em outubro de 2003, projetou a China como a principal economia do planeta, a partir de 2039, superando finalmente os EUA. Nessa época as dez principais economias serão: China, EUA, Índia, Japão, Brasil, Rússia, Inglaterra, Alemanha, França e Itália.” (OLIVEIRA, 2004, p. 151)

³⁹⁸ Ver AMIM, Samir. **Beyond US Hegemony? Assessing the Prospects for a Multipolar World**. Translated by Patrick Camiller. Zed Books. London & New York. 2006.

Fórum BRIC, instituído no Comunicado Conjunto dos Líderes do BRIC no ano de 2009, igualmente poderá implicar novas possibilidades de reformulação das dinâmicas econômicas e políticas internacionais, na medida em que há uma similaridade, conforme já observado nos Capítulos 1 e 2, dos postulados e objetivos destes dois projetos de cooperação internacional, porém, com políticas, características e processo de institucionalização distintos e distintos momentos de consolidação.

Indubitavelmente, a impressionante transformação econômica da China é o resultado de condições iniciais favoráveis, incluindo arcabouço de bom capital humano, grande população ativa de trabalho e base econômica grande e diversificada. (SHARMA, 2009, p. 42, tradução nossa)³⁹⁹

Desta forma, a inserção da China neste paradigma internacional em transformação representa igualmente as possibilidades de redesenho dos parâmetros globais, de modo a concretizar a construção de uma convergência dos principais países emergentes em sede de um multilateralismo do Sul Global, considerando as potencialidades desta cooperação inter-regional para maior dinamismo destes mesmos países emergentes no diálogo tanto político quanto econômico das relações internacionais.

A construção de uma nova ordem internacional perpassa, conseqüentemente, com o aprofundamento do Fórum de Diálogo IBAS, num primeiro momento com seus atuais países membros, porém, não se pode deixar de considerar as potencialidades geopolíticas e geoeconômicas da adesão de Rússia e de China a este projeto de cooperação. Estes protagonistas globais do Fórum IBAS procuram se definir como potências regionais de modo a legitimar suas aspirações globais, igualmente ponderando suas parcerias estratégicas, em sede das relações sul-sul neste paradigma internacional em transformação.

Trata-se, portanto, de considerar o cenário internacional com a emergência de atores internacionais no século XXI, destacando-se neste contexto os países membros do Fórum de Diálogo IBAS que, ao lado das perspectivas específicas de projeção global de China e Rússia, representam as potencialidades de cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul a partir da construção e da consolidação desta parceira estratégica trilateral, como um ator internacional relevante e de interlocutor do mundo em desenvolvimento.

³⁹⁹ “Undoubtedly, China’s remarkable economic transformation is the result of favorable initial conditions, including good human capital endowments, a large working-age population and a large and diversified economic base.”

A dinâmica aliancista entre poderes emergentes define uma geometria variável das relações interestatais que destaca o papel desempenhado por China, Índia e países da América Latina e Caribe. (CESARIN, 2009, p. 21, tradução nossa)⁴⁰⁰

Neste contexto de reformulação do sistema internacional, o papel da Rússia, quer seja como país membro do Fórum BRIC, quer seja em relações bilaterais com os países membros do Fórum de Diálogo IBAS e com a própria parceira estratégica trilateral, igualmente se torna importante no paradigma global que se apresenta no século XXI, conforme salientado no Capítulo 1.

A participação da Rússia⁴⁰¹, em sede dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS igualmente pode ser considerada em termos geopolíticos e geoeconômicos, tendo em vista a sua tradição no paradigma das relações internacionais, como também a sua categoria de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e sua capacidade energética e militar, detendo o segundo maior arsenal nuclear no contexto das grandes potências nucleares.

Igualmente nesta perspectiva de inclusão da Rússia⁴⁰² em sede da parceria estratégica do Fórum IBAS, as potencialidades para a construção e a consolidação do IBAS como ator global e como interlocutor do mundo em desenvolvimento possibilitam o redesenho do sistema internacional, tendo em vista que se trata de uma dinâmica de aliança de cooperação sul-sul, com grande capacidade de influências nas dinâmicas econômicas e políticas internacionais, como também na categoria de economia emergente do BRIC, significando um novo paradigma internacional do século XXI, em virtude da oportunidade que se apresenta atualmente no cenário internacional.⁴⁰³

⁴⁰⁰ “*La dinámica aliancista entre poderes emergentes define una geometría variable de las relaciones interestatales que destaca el papel desempeñado por China, India y países de ALC.*”

⁴⁰¹ “*Até os finais da década de 1990, foram alcançados, por meio de incríveis esforços, os seguintes objetivos: foram criadas e reforçadas as instituições políticas básicas, para o que contribuíram muito a aprovação da Constituição da Federação da Rússia e a regulamentação das relações federativas; foi atingida a estabilidade macroeconômica que permitiu, entre outras coisas, estabilizar a moeda russa e equilibrar o Orçamento nacional; foi realizada a privatização em massa, embora seus resultados continuem gerando opiniões diametralmente opostas.*” (STARODUBROVSKAIA, 2005, p. 235-236)

⁴⁰² Ver ZHEBIT, Alexander. (org.) **Brasil – Rússia a: história, política, cultura**. Editora Gramma. Rio de Janeiro. 2009.

⁴⁰³ Ver SPITZCOVSKY, Jaime. **O Governo Putin, Estabilidade E Projeto De Longo Prazo**. P. 169 a 182. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasil – Rússia : o fortalecimento de uma parceria** / [tradução de Aleksandr Yurievitch Loguinov]. - Brasília : Funag, 2005. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

No limiar do século XXI, os russos enfrentam os desafios de escolher estratégias viáveis que os levem à construção de uma sociedade justa, próspera, livre e democrática e a uma adequada inserção no quadro das relações internacionais. (REIS FILHO, 2008, p. 77)

Em conclusão, o Fórum de Diálogo IBAS se apresenta como uma parceria estratégica trilateral, composto por representantes regionais com políticas externas, objetivos de atuação internacional e patamares de desenvolvimento distintos, e que almejam a concretização de suas aspirações de liderança tanto regional, quanto internacional e de reformulação do sistema internacional de modo a emergir um multilateralismo político e econômico. Em virtude de suas potencialidades, de suas limitações e de suas possibilidades de ampliação desta iniciativa trilateral, trata-se, portanto, de um organismo político de cooperação que poderá contribuir na cooperação para o desenvolvimento do Sul e na construção de uma outra globalização.

6 CONCLUSÃO

O Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul se apresenta perante as atuais circunstâncias do paradigma internacional como uma parceria estratégica conjunta entre três importantes países em desenvolvimento, que podem ser considerados potências regionais e em busca de reconhecimento desta liderança geopolítica e geoeconômica conforme os seus respectivos imperativos políticos e dinâmicas regionais que determinam a construção de suas políticas externas, de suas estratégias de inserção internacional, em concomitância aos processos de construção e de consolidação desta iniciativa trilateral para a concretização do Multilateralismo e da Cooperação Sul-Sul.

Em razão desta nova arquitetura internacional que desponta no século XXI cujos contornos definidores de suas dinâmicas políticas e econômicas de poder ainda se encontram em processo de delimitação, é imperativo considerar o papel destes novos atores internacionais que passam a concretizar a capacidade de influência global, tomando em consideração não somente os membros deste organismo político de cooperação, como igualmente a emergência de novos pólos econômicos de poder, em sede do desenvolvimento dos trabalhos do Fórum BRIC, que corroboram para a construção de um sistema internacional pautado pelo multilateralismo.

Em concomitância a esta ascensão destas novas potências econômicas mundiais, com determinadas projeções de poder global conforme seus respectivos condicionamentos externos e limitações internas, também é importante observar a falibilidade da racionalidade instrumental da globalização, dos princípios neoliberais e, especialmente, a incoerência da atuação global dos Estados Unidos que se encontram num duplo desafio de reconstrução e de reafirmação de sua hegemonia no marco das relações internacionais e igualmente de reorganização de sua estratégia global em face do prosseguimento de duas campanhas militares em sua política de combate ao terrorismo, da emergência deste novo paradigma internacional em que a principal potência mundial agora deve agir com estes novos poderes econômicos com influência global e, finalmente, da recuperação de sua economia após a deflagração da última crise financeira internacional que implicou na formulação de um novo

consenso econômico por intermédio da substituição do G-8 pelo G-20 quando da realização da Cúpula de Pittsburg, entre os dias 24 e 25 de Setembro de 2009.

É, portanto, neste novo paradigma internacional em construção que se insere o Fórum de Diálogo IBAS cujos postulados, princípios informadores de sua construção e de sua consolidação e objetivos internos e globais ponderam, em sede do desenvolvimento dos trabalhos de sua articulação política perante os organismos internacionais multilaterais, acerca do imperativo categórico de redesenho dos parâmetros globais de modo a possibilitar a afirmação de um arcabouço institucional destinado à concretização do Multilateralismo e da Cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Conforme salientado na compreensão do arcabouço jurídico deste organismo político de cooperação, analisados ao longo do segundo capítulo, os seus postulados abrangem distintas problemáticas que condicionam o desenvolvimento sócio-econômico do mundo em desenvolvimento, a concretização do necessário redesenho das relações internacionais em sede de suas dinâmicas políticas, econômicas e comerciais globais, como igualmente corroboram com a importância e o imperativo de concretização de um processo de diálogo entre os países considerados pertencentes a esta perspectiva da divisão epistemológica da realidade internacional de forma a possibilitar a construção de um novo paradigma internacional para o século XXI.

Desta forma, é possível ressaltar uma categorização, ao longo da compreensão desta parceira estratégica trilateral, no que diz respeito a estes postulados do Fórum de Diálogo IBAS, dividindo-se à política internacional, à manutenção da paz e da segurança internacionais às relações econômicas e comerciais, às perspectivas sociais, econômicas e sustentáveis do desenvolvimento, tão necessário não somente para o mundo em desenvolvimento, como igualmente à comunidade internacional, à concretização das Metas do Milênio, da Cooperação Sul-Sul, dos projetos regionais no tocante ao Mercosul, à Unasul, ao NEPAD, à NAASP e, finalmente, à concretização da cooperação trilateral sectorial em sede do desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos internos deste organismo político de cooperação.

Seus postulados presentes em seus documentos oficiais denotam as perspectivas da comunidade internacional, no que diz respeito aos imperativos categóricos da redefinição da legitimidade e da representatividade do sistema internacional contemporâneo em face das necessidades e das demandas do mundo em desenvolvimento, de modo a possibilitar a

concretização de um novo paradigma global em que se possa lograr o multilateralismo e a cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, para além da retórica do diálogo internacional e das promessas de desenvolvimento articuladas em sede do discurso do neoliberalismo e da racionalidade instrumental da globalização.

Ao se diferir de outros projetos de coalizão internacional, também sob a égide da Cooperação Sul-Sul, tendo como principal exemplo o desenvolvimento dos trabalhos do Movimento de Não-Alinhamento, o Fórum de Diálogo IBAS se apresenta com contornos institucionais próprios, pautado por um pragmatismo e por uma objetividade na condução da coordenação política no tocante à concretização de seus postulados, como igualmente abrange três principais representantes do mundo em desenvolvimento que possuem objetivos internacionais e políticas externas semelhantes em determinados aspectos no que diz respeito à reformulação do sistema internacional.

Nesta perspectiva de redefinição do sistema internacional contemporâneo que se encontra em transformação, o papel do Fórum de Diálogo IBAS se faz mais efetivamente necessário no que diz respeito à concretização de seus postulados sobre o Multilateralismo e da Cooperação Sul-Sul, na medida em que se apresenta como um projeto de globalização contra-hegemônica, procurando se inserir no contexto das dinâmicas internacionais de poder de forma a articular o redesenho deste paradigma internacional ainda pautada pelas dialéticas da negação do outro, pela divisão epistemológica da comunidade internacional e pela marginalização do mundo em desenvolvimento do diálogo político e econômico global, embora se possa observar nuances mudanças global neste sentido.

A compreensão dos processos de construção e de consolidação desta parceria estratégica trilateral possibilita considerar igualmente as perspectivas específicas dos países membros deste organismo político de cooperação, no que dizem respeito às suas respectivas inserções internacionais neste paradigma internacional em transformação do século XXI, na medida em que se busca constituir uma convergência de esforços por intermédio da concretização da cooperação trilateral sectorial, mais especificamente em sede do desenvolvimento dos trabalhos dos Grupos de Trabalhos e os Fóruns Temáticos que procuram efetivar os princípios orientadores desta iniciativa de Cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Conseqüentemente, há de se ponderar acerca das potencialidades e das limitações que podem condicionar estes processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS em seu objetivo de se tornar um instrumento de aproximação de seus respectivos países membros, como igualmente em suas postulações internacionais de ator global relevante e de interlocutor do mundo em desenvolvimento, na medida em que se convergem em torno deste projeto de cooperação inter-regional países emergentes, com distintos patamares de desenvolvimento, considerando os prismas culturais, sociais, políticos e econômicos, como também distintas estratégias de inserção internacional, distintos objetivos em suas específicas políticas externas e, finalmente, particulares imperativos regionais que condicionam a sua projeção global e o seu respectivo reconhecimento da liderança regional em vista a papel internacional de relevância.

Nesta perspectiva do papel internacional do Fórum de Diálogo IBAS, é imperativo considerar o realismo das dinâmicas globais de poder, conforme já salientado, para que se possa compreender as possibilidades da concretização do Multilateralismo e da Cooperação Sul-Sul, tendo em vista que os próprios desígnios das principais potências do mundo desenvolvido se referem à manutenção do *status quo* da realidade das dinâmicas globais de poder que condicionam o desenvolvimento desta iniciativa trilateral.

Em sede das perspectivas gerais do Fórum de Diálogo IBAS, há que se determinar a concretização de sua estrutura orgânica, ainda pautada pela informalidade e pela diplomacia presidencial na condução dos trabalhos de articulação política, sendo extremamente importante a consolidação de um marco institucional, igualmente de um marco comum de estratégia de atuação global e também de estratégia de comunicação para a participação dialógica dos respectivos cidadãos destes países e de aproximação de seus projetos globais à discussão democrática, na medida em que se postula o papel de ator internacional e de interlocutor do mundo em desenvolvimento, o que leva em consideração a formulação de uma política de Estado, uma *Realpolitik* no tocante à construção e à consolidação deste organismo político de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global, para além das perspectivas políticas e econômicas da Cooperação Sul-Sul.

Concernente aos prismas regionais, específicos de cada país membro desta iniciativa trilateral de cooperação, é importante salientar que o Fórum de Diálogo IBAS pode e deve se tornar um mecanismo de desenvolvimento sócio-econômico de seus respectivos participantes, em sede de uma cooperação inter-regional, principalmente, no que diz respeito à

concretização de um Tratado Trilateral de Livre Comércio entre Mercosul - Índia – SACU, conforme analisado no Capítulo 2, como também em sede do desenvolvimento dos trabalhos dos existentes dezesseis Grupos de Trabalho a partir da efetividade dos postulados dos Memorandos de Entendimento e dos Acordos de Cooperação, de modo a possibilitar o intercâmbio de informações, de experiências e de conhecimento a partir da concretização de uma integração política, econômica, social e cultural, significando um marco de sinergia entre estes principais países do Sul Global, considerados como representantes do mundo em desenvolvimento.

A concretização da cooperação trilateral sectorial por intermédio do aprofundamento dos Grupos de Trabalho e do advento de outras áreas de interesse comum em sede dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS pode ser considerada um instrumento de efetivação do desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos países membros desta coalizão internacional, tão necessários à sua afirmação internacional, em concomitância à reformulação das dinâmicas internacionais de poder e da concretização das Relações Sul-Sul, conforme postulado em seus documentos oficiais.

Numa compreensão mais específica dos atuais Grupos de Trabalho desta parceria estratégica trilateral, é imperativo ressaltar que seu arcabouço institucional se pretende construir por intermédio da efetividade dos postulados de suas normativas de cooperação sectorial trilateral pode significar, não somente um instrumento efetivo de convergência de sinergia nas respectivas temáticas de cooperação inter-regional, como igualmente a contribuição para a ampliação do Fórum de Diálogo IBAS, na medida em que se agrega maior capacidade para a consolidação internacional desta iniciativa de Cooperação Sul-Sul como fator de aproximação de seus respectivos países-membros e como interlocutor do mundo em desenvolvimento.

Com relação à perspectiva do Brasil, há de se considerar seus projetos de regionalização em sede do desenvolvimento dos trabalhos tanto do Mercosul quanto da Unasul com pretensão de construção de uma Comunidade Latino-Americana de Nações, conferindo efetividade ao disposto no parágrafo único do artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, como igualmente suas pretensões de se configurar como representante da América Latina perante a comunidade internacional também podem influenciar nas dinâmicas do Fórum de Diálogo IBAS, na medida em que passa a postular

objetivos globais no tocante à determinação, tanto de seu papel internacional, quanto à inserção de América Latina neste paradigma internacional em transformação do século XXI.

Ao se postular uma liderança regional no contexto latino-americano visando o diálogo político e econômico internacional, a política externa do Brasil deve lidar com outras pretensões de projeção de poder, no que se refere à revolução bolivariana da Venezuela, às posturas de México e da Argentina no tocante à reforma do Conselho de Segurança, ou seja, trata-se de necessária construção de seu papel regional, abrangendo igualmente os processos de regionalização, o que leva em consideração a sua atuação em sede dos processos de construção e de consolidação do Fórum de Diálogo IBAS.

Com relação à perspectiva da Índia, igualmente se faz necessário compreender suas dinâmicas regionais, principalmente por se tratar de uma região do mundo muito polarizada em termos de geopolítica, geoeconômica, em que se observa a construção de arsenal nuclear e subsequente doutrinas militares de emprego desta capacidade estratégica, contrapondo ao postulado do Fórum de Diálogo IBAS no tocante à não proliferação de armas de destruição em massa e ao uso pacífico de energia atômica. Rivalidades históricas condicionam não somente a formulação das políticas externas específicas dos países desta região, com especial atenção à inserção internacional da Índia, ao se relacionar com Paquistão e China na concretização de sua estratégia de atuação na esfera das relações internacionais.

Desta forma, igualmente se torna necessário sobrepujar estas dialéticas da negação do outro, tão presentes no contexto das relações de poder do continente asiático, de forma a proporcionar um espaço internacional de concretização dos postulados do Fórum de Diálogo IBAS, e igualmente de seus processos de construção e de consolidação no marco deste paradigma internacional em transformação.

Concomitante a estas dialéticas de poder no continente asiático, observa-se a sua emergência política e econômica, tanto individualmente no que se refere à ascensão de China e Índia ao cenário global, quanto coletivamente com outros projetos de cooperação, o que implica igualmente em considerar o papel do Fórum de Diálogo IBAS como instrumento de aproximação entre Ásia, África e América Latina de forma a concretizar a cooperação para o desenvolvimento do Sul e o aprofundamento das relações econômicas e comerciais entre estas respectivas regionais.

Com relação à África do Sul, é imperativo considerar o seu paradigma político no que diz respeito à sua reconstrução de sua unidade nacional após o fim do regime político de segregação racial, igualmente aos seus projetos de regionalização referente ao SACU, a SADC e à UA, postulando também seu papel de liderança regional e de representante africano em sede do diálogo político e econômico perante os fóruns internacionais multilaterais e, finalmente, a concretização do Renascimento Africano a partir da formulação do NEPAD e da NAASP.

Novamente, faz-se necessário compreender não somente o panorama político interno da África do Sul, como também a sua política para com o continente africano e para com a sua estratégia de inserção internacional, o que vem a corroborar com os postulados de liderança regional, que tendem mais para a perspectiva da hegemonia econômica em comparação à hegemonia política deste país, tornando imperativo o papel do Fórum de Diálogo IBAS no tocante à concretização de desenvolvimento regional conforme os seus respectivos princípios de cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Concernente aos seus postulados internacionais, há de se considerar os processos políticos que condicionam a sua concretização, no que diz respeito à reforma institucional da ONU, à concretização da Agenda de Desenvolvimento e das rodadas de negociação sobre a reforma agrícola em sede da OMC, à reforma da arquitetura financeira internacional no tocante à maior participação dos países emergentes nas tomadas de decisão em sede das instituições financeiras internacionais, à promoção do desenvolvimento sustentável, à mudança climática e às situações que configuram ameaça à paz e à segurança internacionais.

No marco da ONU, o papel da coordenação política do Fórum de Diálogo IBAS limita à articulação em sede da Assembleia Geral e demais órgãos hierarquicamente inferiores ao Conselho de Segurança que ainda detém as dinâmicas globais de poder e os processos políticos necessários à concretização de sua reforma, de modo a corroborar com a sua legitimidade e sua representatividade no contexto deste atual paradigma internacional em transformação. Em demais questões internacionais, concernentes à governança global, às metas do milênio, à mudança climática, ao desenvolvimento sustentável, à proteção e promoção dos direitos humanos, o papel do Fórum de Diálogo IBAS possibilita ponderar acerca da efetividade de seus postulados e de sua coordenação em sede do redesenho dos parâmetros globais.

Em relação às relações comerciais e econômicas, esta parceira estratégica trilateral torna-se uma alternativa em termos de construção de um novo consenso econômico e comercial em sede do desenvolvimento dos trabalhos da OMC, como igualmente da questão da propriedade intelectual, da concretização da Agenda de Desenvolvimento de Doha, da reforma da agricultura e do desenvolvimento, da concretização dos postulados das duas coalizões internacionais do G-20, implicando na construção do multilateralismo e da cooperação para o desenvolvimento do Sul Global.

Neste sentido, a própria atuação internacional deste organismo político de cooperação passa a ser limitada em razão da ausência de uma efetiva capacidade de mudança sistêmica das relações internacionais, que caracterizam os países intermediários no cenário global, sobrepujando as potencialidades do Fórum de Diálogo IBAS em sua busca de reformulação do paradigma internacional que se apresenta no século XXI. Determinadas situações internacionais justapõem as possibilidades de concretização do papel deste organismo político de cooperação como ator global relevante e como interlocutor do mundo em desenvolvimento.

Em conclusão, o Fórum de Diálogo IBAS se torna um fundamental instrumento na efetivação do Multilateralismo e da Cooperação para o Desenvolvimento do Sul, por intermédio de sua construção e de sua consolidação internacional no desempenho de seu papel global e regional, principalmente, no momento atual de redefinição do paradigma internacional, em que a participação do mundo em desenvolvimento no diálogo político e econômico internacional se faz extremamente necessária para que haja a concretização de uma nova epistemologia do Sul e a construção de uma outra globalização mais inclusiva, mais equitativa e voltada ao desenvolvimento sócio-econômico da comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS AO COMÉRCIO. (1994). Disponível no site: <http://www.deolhonaspontes.org.br/media/file/Patentes/trips0.PDF>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

ACORDO PARA ESTRUTURA DE COOPERAÇÃO EM SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL E DA REPÚBLICA DA ÍNDIA. (2006). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dai/b_ibas_3882_2006.htm. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

ACORDO TRILATERAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA SOBRE NAVEGAÇÃO MERCANTE E OUTROS ASSUNTOS RELACIONADOS AO TRANSPORTE MARÍTIMO. (2006). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dai/b_ibas_3884_2006.htm. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES ADUANEIRAS E TRIBUTÁRIAS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

AGENDA 21 (1992). Disponível no site: <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DE DOHA. (2001). Disponível no site: http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

AGENDA PARA COOPERAÇÃO (2004). Disponível no http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=71. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. **Os desafios de uma ordem internacional em transição**. P. 35 a 55. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 1. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

AL-QAHTANI, Mutlaq . **The Shanghai Cooperation Organization and the Law of International Organizations**. Chinese Journal of International Law (2006), Vol. 5, No. 1, P. 129 a 147. Disponível no site: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=8&sid=3ca4dae3-add3-4d57-be79-45fa116ad41f%40sessionmgr13>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

AKARLI, Ahmet O. **The GCC Dream: Between the BRICs and the Developed World.** P. 1-20. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

AKINBOADE, Oludele A. LALTHAPERSAD-PILLAY, Pinky. **South Africa And The New Partnership For Africa's Development: Economic Spin-Of fs And Linkages.** *South African Journal of Economics.* Vol. 73. Issue. 2 June 2005. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118736857/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 243 a 268.

AKSOY, M. Ataman. BEGHIN, John C. **Introduction and Overview** . P. 01 a 13. IN: AKSOY, M. Ataman. BEGHIN, John C. (editors) **Global agricultural trade and developing countries.** The World Bank. Washington, D. C. 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: história e sociologia d a diplomacia brasileira.** 2 Ed. revista, ampliada e atualizada. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2004.

AMIN, Samir. **Capitalismo, Imperialismo, Mundialización.** P. 15 a 29. IN: SEOANE, José. TADDEI, Emílio. (compiladores). **Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre.** Clacso. Buenos Aires. 2001.

AMIM, Samir. **Beyond US Hegemony? Assessing the Prospects for a Multipolar World.** Translated by Patrick Camiller. Zed Books. London & New York. 2006.

AMSDEN, Alice A. **A ascensão do resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.** Tradução de Roger Maioli dos Santos. Editora Unesp. São Paulo. 2009.

ARORA Vivek. VAMVAKIDIS, Athanasios. **The Implications Of South African Economic Growth For The Rest Of Africa** . *South African Journal of Economics.* Vol. 73. Issue 2. June 2005. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118736856/PDFSTART>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 229 a 242.

ARRAES, Vírgilio. **O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões.** P. 7 a 41. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

AZIAKPONO, Meshach Jesse. **Financial And Monetary Autonomy And Interdependence Between South Africa And The Other Sacu Countries.** *South African Journal of Economics.* Vol. 76. Issue 2 June 2008. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/120780466/PDFSTART>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 189 a 211.

BANDEIRA Luiz Alberto Moniz. **Dimensão Estratégica E Política Externa Dos Estados Unidos.** P 11 a 44. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

BARONE, Michael. **United States: Foreign Policy And Strategic Dimensions**. P. 63 a 84. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos - Brasília** : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

BARROS, Rui Duarte. **Trade, Models of Regional Integration and Strategic Development Options**. P. 207 a 234. IN: COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra. (editors). **Brazil-Africa Forum on Politics, Cooperation and Trade**. Brazilian International Relations Institute. Brasilia. 2004.

BASIC DOCUMENTS OF THE XII SUMMIT OF THE NON-ALIGNED MOVEMENT DURBAN, SOUTH AFRICA 2 – 3 SEPTEMBER (1998). Disponível no site: <http://www.nam.gov.za/xiisummit/finaldocument.pdf>. Data de Acesso de 24 de Dezembro de 2009.

BASTOS, Camila Arruda Vidal. **Cooperação Brasil-Índia: u ma trajetória de aproximação**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife.

BAUMAN, Renato. **Interesses comuns de Ásia e da América Latina na arquitetura comercial global**. P. 257 a 269. IN: BENECKE, Dieter W. NASCIMENTO, Renata. FENDT, Roberto. (organizadores). **Brasil na arquitetura comercial global**. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada. Vidas contadas e Histórias Vividas**. Tradução de José Gradel. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2008.

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no ordem social moderna** . Tradução de Magda Lopes. Revisão técnica de Cibele Saliba Rizek. 2º Reimpressão. Editora Unesp. São Paulo. 1997.

BECK, Ulrich. **O que é a globaliz ação? Equívocos da glob alismo: respostas à globalização**. Tradução de André Carone. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1999.

BECK, Ulrich. **La Sociedad de Riesgo Mundial. En busca de la seguridad perdida**. Traducción de Rosa S. Carbó. Ediciones Paidós Ibérica. Barcelona. 2008.

BLACK, Jan Knippers. **United States Policies And Stra tegies: Sec urity In A State Of War?** P. 179 a 198. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Un idos - Brasília** : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

BLUMENFELD, Jesmond. **África do Sul e Brasil no processo de globaliz ação**. P. 379 a 407. IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (organizador). **Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globaliz ação**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 1996.

BOTTON, Flora. **Cambio social y cultura.** P. 121 a 206. IN: IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso. 1 ed.** El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

BURGER, Philippe. **The Changing Volatility Of The South African Economy** . *South African Journal of Economics* Vol. 76. Issue 3. September 2008. P. 335 a 355. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/121499414/PDFSTART> .Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009.

BURGES, Sean W. **Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War.** *International Relations.* 2008. Vol. 22. Issue 1. Disponível no site: <http://ire.sagepub.com/cgi/content/abstract/22/1/65> .Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P 65 a 84.

BUSS, Paulo Marchiori. **Globalization, Poverty and Health.** P. 67 a 82. IN: **Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA)** (1. : 2006 : Rio de Janeiro). Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil- South Africa Dialogue Forum (IBSA) / Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília : FUNAG, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

BUSS, Paulo Marchiori. FERREIRA, José Roberto. **IBAS: Coordenação e Cooperação entre países em desenvolvimento.** P. 195 a 215. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa.** Second Edition. Plagrave Macmillan. New York. 2009.

CAMPBELL, Zélia. **IBSA: Overview and perspectives.** P. 157 a 169. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: **Seminário IBAS.** Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

CARLSON, Matthew. NELSON, Travis. **Anti-Americanism in Asia ? Factors shaping international perceptions of American Influence.** *International Relations of the Asia-Pacific.* Volume 8. Number 2. (2008). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/8/3/303>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 303 a 324.

CASTRO, Thales Calvacanti. **O jo go do poder internacional: Unipolaridade, Realismo Multilateralista e a Fabricação de Consensos no Processo Decisório do Conselho de Segurança da ONU (1990 – 2004).** 2005. 417 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife.

CEPIK, Marco. **Segurança nacional e cooperação Sul- Sul: Índia, África do Sul e Brasil.** P. 63 a 118. IN: Maria Regina Soares de. HIRST, Monica. (orgs). **Brasil, Índia e África do Sul. Desafios e oportunidades para novas parcerias.** Editora Paz e Terra. São Paulo. 2009. P.65.

CESARIN, Sergio Marcelo **O Fator China nos novos equilíbrios regionais** . P. 113 a 136. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : China** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

CESARIN. Sergio M. **China e Índia en América Latina y el Caribe: Enfoques comparados de inserción regional.** P. 19 a 40. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (coordenador). **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios.** Juruá Editora. Curitiba. 2009.

CHANG, Ha-Joon. **Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neo liberal do mercado e do Estado.** P. 99 a 134. IN: ARBIX, Glauco. COMIN, Álvaro. ZILBOVICIOUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. (organizadores). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre o s q ue chegara m depois.** Editora UNESP. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

CHENG, Ta-chen. **China's nuclear command, control and operations.** *International Relations of the Asia-Pacific.* Volume 7. Number 2. (2007). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/7/2/155>. Data de Acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 155 a 178.

CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro** . Tradução de Luiz Antônio Aguiar. 4º Edição. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2002.

CHOMSKY, Noam. **Hegemonia o supervivência. El dominio mundial de EEUU.** Traducción de Carlos José Restrepo. Grupo Editorial Norma. Santiago de Chile. 2004.

CHOMSKY, Noam. **Imperial ambitions: conversations on the post-9/11 world. Interviews with David Barsamian.** 1st Edition. Metropolitan Books. New York. 2005.

CHOMSKY, Noam. **Estados Fallidos. El abuso de poder y el ataque de la democracia.** Traducción de Gabriel Dols. Ediciones B. Grupo Zeta. Barcelona. 2007

COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra. (editors). **Brazil-Africa Forum on Politics, Cooperation and Trade.** Brazilian International Relations Institute. Brasilia. 2004.

COMUNICADO DE NOVA IORQUE (2003) Disponível no <http://www2.mre.gov.br/dibas/Comunicados%20de%20Chefes%20de%20Estado-Governo%20e%20Ministeriais/2003%2009%2025%20New%20York%20Communique.%20Ministers.pdf>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

COMUNICADO MINISTERIAL DE CAPE TOWN. (2005). Disponível no http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=72. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

COMUNICADO MINISTERIAL DE GENEVRA. (2005). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Genebra_port01.htm. Data de acesso em: 20 de Janeiro de 2010.

COMUNICADO MINISTERIAL DE GENEVRA SOBRE A PROPOSTA DA UE SOBRE ACESSO A MERCADO. (2005). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Genebra_port02.htm. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

COMUNICADO MINISTERIAL DE RIO DE JANEIRO. (2006). Disponível no site http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=73. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

COMUNICADO MINISTERIAL DE GENEVRA (2006). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Genebra_port26jun06.htm . Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

COMUNICADO MINISTERIAL DE NOVA DÉLHI. (2007). Disponível no site http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=74. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

COMUNICADO MINISTERIAL DE SOMERSET WEST.(2008). Disponível no site http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=75. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

COMUNICADO MINISTERIAL DO G-20 DE GENEVRA (2008). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Genebra_port20jul08.htm. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

COMUNICADO MINISTERIAL DO VI ENCONTRO DA COMISSÃO TRILATERAL DO FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS. (2009). Disponível no site http://www2.mre.gov.br/ibas/2009_09_01_Brasilia_VI_Comista.pdf. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

COMUNICADO DE IMPRESSA DA REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS (2009). Disponível no site http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2254&Itemid=1564. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

COMUNICADO DE IMPRENSA DA IV REUNIÃO DOS CHANCELERES DOS BRIC - BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA - NOVA YORK, 24 de setembro de 2009. (2009). Nota à Imprensa nº 478. 25 de setembro de 2009 da Assessoria de Imprensa do Gabinete de Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível no site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

COMUNICADO CONJUNTO DOS LÍDERES DOS PAÍSES BRIC. (2009). Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564 Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

COMUNICADO CONJUNTO DA II CÚPULA DO BRIC (2010). Disponível no site: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/comunicado-ii-cupula-bric/view>. Data de Acesso em 10 de Agosto de 2010.

CORNEJO, Romer. (coordenador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso. 1 ed.** El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. (1992). Disponível no site: http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao_01.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

CONVENÇÃO-QUADRO SOBRE CONTROLE DO USO DO TABACO, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003. (2003). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dai/m_5658_2006.htm .Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

CRONOLOGIA DO FÓRUM BRIC. Disponível do site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2224&Itemid=1564. Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010

DECLARAÇÃO DA CÚPULA DO MILÊNIO. (2000). Disponível no site: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf.. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO DA CÚPULA DE JOHANNESBURGO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL . (2002). Disponível no site: http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/joanesburgo.pdf . *Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.*

DECLARAÇÃO DE NUEVO LEÓN NA CÚPULA DE MONTERREY (2004). Disponível no site: <http://www.summit-americas.org/specialsummit/declarations/declaration%20of%20nuevo%20leon-final-port.pdf>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE BHURBAN DO G-20. (2005) Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/ministerials_port.asp. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO DOS 12^o DOS PONTOS FOCALIS (2008). Disponível no site http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=94. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA (2003) Disponível no <http://www2.mre.gov.br/dibas/Comunicados%20de%20Chefes%20de%20Estado-Governo%20e%20Ministeriais/2003%2006%2006%20%20Brasilia%20Declaration%20%20Ministers.pdf>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE BHURBAN DO G-20. (2005) Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Bhurban_port01.htm. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE HONG KONG. (2005). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_HongKong_port01.htm . Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE BRASÍLIA (2006). Disponível no <http://www2.mre.gov.br/dibas/Comunicados%20de%20Chefes%20de%20Estado-Governo%20e%20Ministeriais/2006.09.13.%20Joint%20Declaration.%20IBSA%20I%20Summit.%20Heads%20S%20G.pdf>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE TSHWANE (2007). Disponível no http://www2.mre.gov.br/dibas/Comunicados%20de%20Chefes%20de%20Estado-Governo%20e%20Ministeriais/2007.07.17.%20NEW_DELHI_MINISTERIAL.pdf. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE GENEVRA (2007). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Genebra_port11jun07.htm. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DO G-20 DE GENEVRA (2007). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/ministerials_Genebra_port15nov07.htm . Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE NOVA DÉLHI (2008). Disponível no http://www2.mre.gov.br/dibas/2008_10_15_DelhiSummitDIICupula.pdf. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO DO G-20 SOBRE A RODADA DOHA. (2008). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/statement_20062008_port.htm. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE REUNIÃO MINISTERIAL INFORMAL DO IBAS. (2009). Disponível no site http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=6594. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DO G-20. (2009). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/g20/G-20_Pittsburgh-Declaracao_de_Lideres_em_portugues.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DO BRIC – SEGURANÇA ALIMENTAR. (2009). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dibas/food_security_BRIC.pdf. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE BRASÍLIA (2010). Disponível no site: http://www.ibsa-trilateral.org/index.php?option=com_content&task=view&id=102&Itemid=46. Data de Acesso em 21 de Abril de 2010.

DEHON, Oswaldo. SCHLEICHER, Rafael. **The role of regional leaders in international security: a theoretical-conceptual revision**. P. 19 a 48. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

DIALLO, Alfa Oumar. **A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África. (NEPAD) – Paradigma para o desenvolvimento**. 2006. 229f. Tese. (Doutorado). Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. Porto Alegre. Disponível no Site: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7484/000546092.pdf?sequence=1>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

DINIZ, Eugenio. **South Africa, Brazil and India cooperating in defense**. P. 279 a 310. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

DOMENACH, Jean-Luc. **¿Adónde va China?** Traducción de José Miguel González Marcén. Ediciones Paidós Ibérica. Barcelona. 2006.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. **Las relaciones contemporâneas Estados Unidos-América Latina: entre la ideología y el pragmatismo**. P. 179 a 208. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo. Editora UNESP. 2005.

DUNLOP, REGINA. **China e Índia**. P. 335 a 342. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (1. : 2006 : Rio de Janeiro, RJ). O Brasil no mundo que vem aí / I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 6 e 7 de julho de 2006. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

ENGARDIO, Pete. **Chinidia. Co mo China e Índia es tã n revolucionando los negócios globales**. Traducción Yolanda Cervantes Espinosa. McGraw – Hill. Internamericana. México. 2008.

FAN, Qimiao. REIS, José Guilherme. JARVIS, Michael. BEATH, Andrew. FRAUSCHER, Kathrin. **The Investment Climate in Brazil, India and South Africa. A Comparison of Approaches for Sustaining Economic Growth in Emerging Economies**. The World Bank. WBI Learning Resource Series. Washington. D.C. 2008.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Rússia – Política e Estratégia**. P. 49 a 78. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : Rio de Janeiro : 2007) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Rússia**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão. 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

FILHO, Pio Penna. **Do Pragmatis mo Consciente À Parceria Estra tégica: As Relações Brasil-África Do Sul (1918-2000)**. 2001. 441f. Tese (Doutorado). Universidade De Brasília. Instituto De Ciências Humanas Departamento De História. Programa De Pós-Graduação Em História na Linha De Pesquisa: História Das Relações Internacionais. Brasília.

FONSECA JR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais. Poder e Ética entre as Nações**. 2 Ed. Editora Paz e Terra. São Paulo. 1998.

FRIEDMAN, Thomas. **La Tierra es plana. Breve historia del mundo globalizado del siglo XXI**. Traducción de Inés Belauzstegui. Ediciones Martínez Roca. Madrid. 2006.

FUJITA, Edmundo. **O novo quadro estratégico da Ásia pós-guerra Fria**. P. 13 a 32. IN: JUNIOR, Alberto do Amaral. SANCHEZ, Michelle Raton. (orgs). **Relações Sul-Sul. Os Países da Ásia e o Brasil**. Editora Aduaneiras. São Paulo. 2004.

FUKUYAMA, Francis. **El fin de la historia y el último hombre**. Buenos Aires. Editorial Planeta. 1994.

FUKUYAMA, Francis. (compilador). **La brecha entre América y Estados Unidos. Determinantes políticos e institucionales del desarrollo económico**. Fondo de Cultura Económica. 1 ed. Fundacion Grupo Mayan. Buenos Aires. 2006.

FUNDO IBAS. (2004). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Acesso na data de 08 de Dezembro de 2009.

GALLAS, Daniel Russman. **A política externa da África do Sul de 1994 até os dias de hoje: condicionamentos internos e limites externos**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre 2007.

G-20: ARTICLE 12.1 - EXPORT PROHIBITIONS AND RESTRICTIONS (PARAGRAPH 50). (2005). Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_article121.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

G-20 DRAFT ELEMENTS FOR DISCUSSION BLUE BOX. (2005) P. 47 a 49. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

G-20: IMPROVING MONITORING AND SURVEILLANCE MECHANISMS. (2005) . Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_monitoring.pdf . Data de acesso em 0 de Janeiro de 2010. P. 01 a 04.

G-20: MAINTAINING THE SPECIAL STATUS OF EXPORTING STES IN DEVELOPING COUNTRIES. (2005). Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_stes.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01.

G-20: SOME GUIDELINES FOR TROPICAL AND PRODUCTS OF PARTICULAR IMPORTANCE TO THE DIVERSIFICATION OF PRODUCTION FROM THE GROWING OF ILLICIT NARCOTIC CROPS. (2005). Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_tropicalproducts.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01.

G-20 PROPOSAL ON EXPORT COMPETITION (2005). P 53 – 54. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20:MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

G-20 PROPOSAL FOR THE ESTABLISHMENT OF PRODUCT-SPECIFIC CAPS IN AMS. (2005). Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_caps.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

G-20 PROPOSAL ON DOMESTIC SUPPORT. (2005). Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_domesticsupport.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

G-20 PROPOSAL ON MARKET ACCESS. (2005). Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_marketaccess.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 02.

G-20 PROPOSAL REVIEW AND CLARIFICATION OF GREEN BOX CRITERIA. (2005). P 30 a 31. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20:MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005. P. 1 A 115. Disponível no site: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

G-20 PROPOSAL ON SENSITIVE PRODUCTS: SELECTION AND TREATMENT. (2005). Disponível no site http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/proposals_sensitiveproducts.pdf. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010. P. 01 a 03.

GALLARDO, Gilberto Rincón. **Entre el pasado definitivo y el futuro posible. Ejercicios de reflexión política en clave democrática.** Fondo de Cultura Económica. México. 2009.

GANGULY, Sumit. **India as an Emerging Power.** Frank Cass Publishers Great Britain. 2003.

GANGULY, Sumit. **India's Foreign Policy: Retrospect and Prospect.** P. 53 a 68. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional “O Brasil no mundo que vem aí” - III CNPEPI. **Conferência Índia.** Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

GARZARELLI, Francesco. LAWSON, Sandra. VAKNIN, Michael. SHENG, Zhong. XU, TengTeng. **Bonding the BRICs: The Ascent of China's Debt Capital Market** . P. 183 a 203 IN: O'NEIL, Jim. BRICs and Beyond. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

GENERAL ASSEMBLY DECISION 62/557 OF 15 SEPTEMBER 2008. (2008). Disponível no site: www.centerforunreform.org/system/files/Res+62.557.PDF. Data de acesso em 12 de Dezembro de 2009.

GRABENDORFF, Wolf. **La relación América Latina a-Unión Europea: entre las percepciones erróneas y las buenas intenciones**. P. 239 a 268. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008.

GRATIUS, Susanne. **O Brasil nas Américas : Potência regional pacificadora?** Fundação para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE). Abril de 2007. P. 1 a 40. Disponível no site: http://www.forumibsa.org/publicacoes/WP35_BraAmer_ENG_abr07.pdf. Data de acesso em 10 de Janeiro de 2010.

GRATIUS, Susanne. SOUSA Sarah-Lea John de. **IBSA: An International Actor and Partner for the EU?** P. 01 a 11. Disponível no site: http://www.forumibsa.org/publicacoes/WP63_IBSA2_International_Actor_ENG_jul08.pdf. Data de acesso em 01 de Janeiro de 2010.

GREENSTOCK, Sir Jeremy. **Globalisation or Polarisation: Where Are We Heading?** *International Relations*. Vol. 21. Issue 1. 2007. Disponível no site: <http://ire.sagepub.com/cgi/reprint/21/1/103>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 103 a 110.

GROVOGAI, Siba N. **The Crisis of State in Africa. Challenges for the Democratic Social Compact in Africa**. P 115 a 138. IN: COELHO, Pedro Motta Pinto. SARAIVA, José Flávio Sombra. (editors). **Brazil-Africa Forum on Politics, Cooperation and Trade**. Brazilian International Relations Institute. Brasília. 2004.

GUIMARÃES, Lytton L. (organizador) **Ásia-América Latina – Brasil: a construção de parcerias**. Núcleo de Estudos Asiáticos-NEÁSIA. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM. UnB. 2003.

GUIMARÃES, Lytton L. **Política externa e Segurança da Índia. Implicações para o Fórum IBAS**. In III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional “O Brasil no mundo que vem aí” - III CNPEPI. **Conferência Índia**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2008. P. 09. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Editora Contraponto. Rio de Janeiro. 2005.

GUTHRIE, Doug. **China and Globalization: the social, economic and political transformation of Chinese Society**. Routledge Taylor & Francis Group. New York. 2006.

HELD, David. MCGREW, Anthony. **Globalization/Antiglobalization. Beyond the Great Divide**. Polity Press. Second Edition. Cambridge. 2008.

HENTZ, James J. **South Africa and the Logic of Regional Cooperation**. Indiana University Press. Bloomington and Indianapolis. United States of America. 2005.

HIRST, Monica. **Intermediate States, Multilateralism and International Security**. P. 115 a 128. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

HIRST, Monica. **Países de renda média e a cooperação Sul-Sul: entre o conceitual e o político**. IN: LIMA, Maria Regina Soares de. HIRST, Monica. (orgs). **Brasil, Índia e África do Sul. Desafios e oportunidades para novas parcerias**. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2009. P. 207 a 234.

HOBSBAWN, Eric. **Después del siglo XX: un mundo en transición**. P. 29 a 50. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008.

HODGE, Duncan. **Growth, Employment And Unemployment In South Africa**. *South African Journal of Economics*. Vol. 77. Issue 4. December 2009. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/123190804/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 488 a 504.

HÖFFE, Otfried. **Ciudadano económico, ciudadano del Estado, ciudadano del mundo. Ética política en la era de la globalización**. Traducción de Carlos Díaz Rocca. 1 Ed. Editora Katz. Buenos Aires. 2007.

HUI, Wang. **El Nuevo Orden de China. Sociedad, política y economía de mercado**. Ediciones Bellaterra. Barcelona. 2008.

HURRELL, Andrew. **Pax Americana or the empire of insecurity?** *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 5. Number 2.(2005). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/5/2/153>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009. P. 153 a 176.

IBSA DIALOGUE FORUM PRESS RELEASE. (2004). Disponível no http://www2.mre.gov.br/dibas/2004_NY_press_release.pdf. Acesso na data em 08 de Dezembro de 2009.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL - III CNPEPI : (3 : Rio de Janeiro :2009). "O Brasil no mundo que vem aí" : **Crise financeira**. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

IMBER, Mark. **The Reform of the UN Security Council**. . *International Relations*. Volume 20. Issue. 3. (2006). P. 328 a 334. Disponível no site: <http://ire.sagepub.com/cgi/reprint/20/3/328>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

INDIA-MERCOSUR-SACU INFORMAL MINISTERIAL MEETING. JOINT COMMUNIQUÉ (2009). Disponível no site: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2257&Itemid=1564. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

INOBUCHI, Takashi. BACON, Paul. **Empire, hierarchy, and hegemony: A American grand strategy and the construction of order in the Asia-Pacific**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 5. Number 2. (2005). Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/5/2/117>. P. 117 a 132. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

INOBUCHI, Takashi. **Introduction to the special issue of International Relations of the Asia-Pacific**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 8. Number 3. (2008). P. 271 a 277. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/8/3/271>. . Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

ISMAIL, Faizal. DRAPER, Peter. CARIM, Xavier. **A estratégia econômica global da África do Sul**. P. 275 a 292. IN: ARBIX, Glauco. COMIN, Álvaro. ZILBOVICIOUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. (organizadores). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. Editora UNESP. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

JAGUARIBE, Hélio. **Perspectivas do Brasil na política internacional**. P. 19 a 36. IN: BENECKE, Dieter W. NASCIMENTO, Renata. FENDT, Roberto. (organizadores). **Brasil na arquitetura comercial global**. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. 2003.

JAKOBSON, Linda. **China's diplomacy toward Africa: drivers and constraints**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 9 . Number 3. (2009) P. 403 a 433. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/9/3/403>. Data de Acesso de 14 de Outubro de 2009.

JOINT DECLARATION OF THE PRESIDENTS OF THE SUPREME COURTS OF THE REPUBLIC OF INDIA, THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA AND THE FEDERAL REPUBLIC OF BRAZIL TO THE CONSTITUTION OF THE CONFERENCE OF IBSA SUPREME COURTS. (2009). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dai/m_ibas_2009.htm. Acesso na data de 08 de Dezembro de 2009.

JOINT COMUNIQUÉ. (2009). Disponível no site http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=6594. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

JORNADA, Helena. VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Comentários ao Artigo 26 da Carta da ONU**. P. 425 a 429. IN: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. (organizador) **Comentários à Carta das Nações Unidas**. Centro de Direito Internacional. Belo Horizonte. 2008.

JÚNIOR, Lúcio Baltazar Lopes. **Hiatos Tecnológicos e Padrões de Comércio Exterior nos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China)** . 2008. 195f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia.

LAKE, David A. MORGAN, Patrick M. **The new Regionalism in Security Affairs**. P. 03 a 19. IN: LAKE, David A. MORGAN, Patrick M. **Regional Orders. Building Security in a New World**. Pennsylvania State University. United States of America. 1997.

LANDSBERG, Chris . **Política Externa da África do Sul**. Tradução de Helena Jornada. P. 49 a 52. IN: KORNEGAY Francis. DADA Jabulani. **A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE. 2007. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

LIANG, Hong. **China.S Investment Strength Is Sustainable**. P. 59 a 72. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America Goldman Sachs Economic Research. 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Liderazgo regional en América del Sur: ¿ tiene Brasil un papel a jugar?** P. 89 a 115. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008.

LIMA, Marcos Costa. **Índia e Brasil: dois modelos de desenvolvimento em perspectiva comparada**. P. 13 a 68. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2. : Rio de Janeiro : 2006) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Ásia**. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

LIMA, Marcos Costa. **Índia: Avanços, Problemas e Perspectivas** . P 85 a 99. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional “O Brasil no mundo que vem a” - III CNPEPI. **Conferência Índia**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política da integração regional do Governo Lula**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.

LUIZ, John M. **Evaluating The Performance of South African Economics Departments**. *South African Journal of Economics*. Vol. 77. Issue 4. December 2009 P. 591 a 602. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/123190800/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

KAPUR, Ashok. **India – From Regional to World Power**. Routledge Taylor & Francis Group. London and New York. 2006.

KENNEDY, Paul. **The Parliament of Man. The United Nations and the Quest for World Government.** Penguin Books. Great Britain. 2006.

KELTON, Maryanne. **US economic statecraft in East Asia.** *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 8. Number 2. (2008) P. 149 a 174. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/8/2/149>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

KIM, Sun Bae. LIANG, Hong. Poddar, Tushar. Fung, Enoch. Qiao, Helen (Hong) . Song, Yu. TAN, Mark. Yi, Eva. **India's urbanization: Emerging opportunities.** Asia Economics Analyst. Issue No: 07/13. Goldman Sachs Economic Research.. P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010

KISSINGER, Henry. **DIPLOMACY.** Simon & Schuster Paperbacks. New York. United States of America. 1994.

KÖCHLER, Hans **The United Nations Organization and Global Power Politics: The Antagonism between Power and Law and the Future of World Order.** *Chinese Journal of International Law* . Vol. 5, No. 2. (2006). P. 323 a 340. Disponível no site: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=13&sid=03b1ac59-9629-48db-b389-3ba627cd1699%40sessionmgr10>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

KORNEGAY, Francis. **The geopolitics of IBSA: The South African dimension.** P. 127 155. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: **Seminário IBAS.** Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

KYOTO PROTOCOL TO THE UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. (1997). Disponível no site: <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf> .Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

MACHADO, Vera Barrouin. **Brasil-Índia: parceria em consolidação.** P. 229 a 249. IN: JUNIOR, Alberto do Amaral. SANCHEZ, Michelle Rattón. (orgs). **Relações Sul-Sul. Os Países da Ásia e o Brasil.** Editora Aduaneiras. São Paulo. 2004.

MANN, Michael. **El imperio incoherente. Estados Unidos y el nuevo orden internacional.** Traducción de Francisco Beltrán Adell. Ediciones Paidós Ibérica. Barcelona. 2004.

MASTANDUNO, Michael. **Hegemonic order, September 11, and the consequences of the Bush revolution.** *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 5. Number 2. (2005) P. 177 a 196. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/5/2/177>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping. O Homem que pôs a China na cena do século XXI.** Tradução de Antonio Sepúlveda. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2007.

METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. (2000). Disponível no site: www.pnud.org.br/hdr/hdr2003/docs/hdr2003_01.doc. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO TRILATERAL EM AGRICULTURA E ÁREAS AFINS ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL E DA REPÚBLICA DA ÍNDIA NO ÂMBITO DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. (2006). Disponível no Site http://www2.mre.gov.br/dai/b_ibas_3880_2006.htm. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE OS MEMBROS DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL, O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA, PARA ESTABELECEM FORÇA-TAREFA TRILATERAL SOBRE BIOCOMBUSTÍVEIS. (2006). Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dai/b_ibas_3881_2006.htm. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL PARA COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE COOPERAÇÃO CULTURAL. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE COOPERAÇÃO EM RECURSOS EÓLICOS. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO EM COOPERAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE E MEDICINA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL NA ÁREA DE TEMAS SOCIAIS. (2007). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER E A IGUALDADE DE GÊNERO (2008). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL. (2008). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS. (2008). Disponível no site <http://www2.mre.gov.br/dai/ibas.htm>. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TWO YEARS OF ACTIVITIES OF THE G-20: MOVING FORWARD THE DOHA ROUND. 2005**. P. 1 A 115. Disponível no site: <http://www.g-20.mre.gov.br/>. Data de acesso em 20 de Janeiro de 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **O G-20 E A OMC: TEXTOS, COMUNICADOS E DOCUMENTOS**. P 1 a 120. 2007. Disponível no site: <http://www.g-20.mre.gov.br/>. Data de acesso em. 20 de Janeiro de 2010.

MONDRAGÓN, Carlos. **El combate a la pobreza y la Iniciativa de Desarrollo de la Región Occidental**. P. 443 a 526. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso. 1 ed.** El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

MOURA, Gilberto F. G. de. **O Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS: Balanços e Perspectivas**. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: “O Brasil no mundo que vem aí”. – III CNPEDI. **Seminário IBAS**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2008. P. 9 a 29. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

MUKHERJEE, Aditya. **IBSA: Overview and perspectives. Historical roots of the common challenges of India, Brazil and South Africa.** P. 113 a 126. IN: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional : (3 : Rio de Janeiro : 2008) III CNPEPI : O Brasil no mundo que vem aí : **IBAS** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

NAVARRO, Emilio Martínez. **Ética para el desarrollo de los pueblos.** Editorial Trotta. Simancas Ediciones S. A. Madrid. 2000.

NEUMANN, Raúl Allard. **La globalización por dentro. El Estado-Nación y los actores transnacionales.** Editorial Catalonia. Santiago de Chile. 2009.

NEVES, Luiz Augusto De Castro Neves. **Relações Brasil-China: os Desafios Necessários.** P. 343 a 342. IN: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (1. : 2006 : Rio de Janeiro, RJ) O Brasil no mundo que vem aí / I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 6 e 7 de julho de 2006. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

NOLAN, Peter. **China at the Crossroads.** Polity Press.. Great Britain. 2004.

NORIEGA, Roger. **United States Foreign Policy And Strategic Dimensions.** P. 199 a 213. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

NOTA TÉCNICA SOBRE O PROJETO DO HAITI. Disponível no site: http://www2.mre.gov.br/dibas/Technical_Note_Haiti.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

OLEA, Víctor Flores. FLORES, Aberlado Mariña. **Crítica de la globalidad. Dominación y liberación en nuestro tiempo.** Fondo de Cultura Económica. México. 2000.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **A Revolução Econômica da China.** P. 135 a 152. IN: JUNIOR, Alberto do Amaral. SANCHEZ, Michelle Rattón. (orgs). **Relações Sul-Sul. Os Países da Ásia e o Brasil.** Editora Aduaneiras. São Paulo. 2004.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de. ONUKI, Janina. OLIVEIRA, Emmanuel de. **Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: países intermediários e o caso IBAS. P. 157 a 206.** IN: LIMA, Maria Regina Soares de. HIRST, Monica. (orgs). **Brasil, Índia e África do Sul. Desafios e oportunidades para novas parcerias.** Editora Paz e Terra. São Paulo. 2009.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanel de. **Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul**. Revista **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro , v.28, n.2 , p. 465-504, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio Carlos. **Introdução**. P. 01 a 04. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio Carlos. (orgs). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. Editora Saraiva. São Paulo. Volume I. 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **China: Perspectivas e Desafios**. P. 375 a 402. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : China** - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil – Índia – América Latina: da parceira em fóruns multilaterais a uma parceira bilateral**. P. 97 a 122. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (coordenador). **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios**. Juruá Editora. Curitiba. 2009.

OLIVEIRA, Paulo Rafael Boeira. **Crescimento, Progresso Técnico e Convergência Nos BRIC: 1963-03**. 2009. 72f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Programa De Pós-Graduação Em Economia. Mestrado Em Economia Do Desenvolvimento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

O'NEIL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Global Economics Paper No: 66. P. 1-16. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

O'NEILL, Jim. PODDAR, Tushar. **Ten Things for India to Achieve its 2050 Potential**. Global Economics Paper No: 169. GS GLOBAL ECONOMIC WEBSITE Economic Research from the GS Institutional Portal.. Goldman Sachs Economic Research.. P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

O'NEILL, Jim. PURUSHOTHAMAN, Roopa. **The Challenge Of The Century: Getting Globalization Right**. Global Economics Paper No: 89. P. 1 a 40. GS GLOBAL ECONOMIC WEBSITE. Economic Research from the GS Institutional Portal. Goldman Sachs Economic Research. Disponível no site: . <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

OPPENHEIMER, Peter O'NEILL, Jim MOE, Timothy. MATSUI, Kathy. KOSTIN, David J.. MOSER, Gerald. LING, Anthony FORREST, Sarah HOWARD, Andrew. **The BRICs Nifty 50: The EM & DM winners**. P. 1 a 36. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

PACHECO, Silvestre Eustáquio Rossi. **A construção da Comunidade Latino-Americana de Nações no marco de fundamento da identidade regional de *Nuestra América***. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. 2008.

PEI, Minxin. **China's trapped transition. The limits of developmental autocracy**. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. 2008.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Índia**. P. 367 a 403. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (1. : 2006 : Rio de Janeiro, RJ). O Brasil no mundo que vem aí / I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 6 e 7 de julho de 2006. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

PLESSIS, Stan Du. SMIT, Ben. STURZENEGGER, Federico. **The Cyclicalilty Of Monetary And Fiscal Policy In South Africa Since 1994**. *South African Journal of Economics*. Vol. 75. Number 3 September 2007 P. 391 a 411. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/117962046/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

PLATAFORMA DE AÇÃO DE BEIJING. (1995). Disponível no site: www.unesco.org/education/information/nfsunesco/.../BEIJIN_E.PDF. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21. Disponível no site: <http://www.ibot.sp.gov.br/legislacao/agenda21.htm>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE JOHANNESBURGO. *Disponível no site: www.mma.gov.br/estruturas/ai/_arquivos/pijoan.doc*. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

PURKAYASTHA, Prabir. **Technology: Breaking the Cycle**. P. 15 a 28. IN: ACADEMIC SEMINAR OF THE INDIA-BRAZIL-SOUTH AFRICA DIALOGUE FORUM (IBSA) (1. : 2006 : Rio de Janeiro). Papers presented at the First Academic Seminar of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA) / Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília : FUNAG, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

PURKAYASTHA, Prabir. **Knowledge and Science as commons**. P. 219 a 237. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: “O Brasil no mundo que vem aí”. – III CNPEDI. **Seminário IBAS**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

QIAO, Helen (Hong). **Will China Grow Old Before Getting Rich?** P. 47 a 58. IN: O'NEIL, Jim. **BRICs and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group. United States of America 2007 Goldman Sachs Economic Research. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html> . Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. P. 73 a 117. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina S.A. Coimbra. 2009. P. 73.

RAPLEY, John. **Globalization and inequality. Neoliberalism's Downward Spiral**. Lynne Rienner Publishers. Colorado. 2004.

RANGASAMY, L. BLIGNAUT. Z. **How Exposed Is The South African Economy To International Trade?**. *South African Journal of Economics*. Vol. 73. Number 3 September 2005. P. 366 a 388. Disponível no site: <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118736867/PDFSTART>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

RANGSIMAPORN, Paradorn. **Russian perceptions and policies in a multipolar East Asia under Yeltsin and Putin**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 9. Number 2. P. 207 a 244. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/9/2/207>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE GUINÉ BISSAU (2007). Disponível no site http://www2.mre.gov.br/dibas/Guinea_Bissau_Evaluation_Report_Sept_17_2007.pdf. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CABO VERDE. (2008). Disponível no site http://www2.mre.gov.br/dibas/Report_IBSA_Cape_Verde.pdf. Data de acesso em 08 de Dezembro de 2009.

RIBEIRO, Darcy. **El dilema de América Latina: estructuras de poder y fuerzas insurgentes**. 14 Ed. Siglo XXI Editores. Buenos Aires. 2004.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **União Africana: possibilidades e desafios**. P. 33 a 72. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007) : o Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : África** — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão. 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

RICUPERO, Rubens. **Diversidade e desenvolvimento**. P. 25 a 41. IN: ARBIX, Glauco. COMIN, Álvaro. ZILBOVICIOUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. (organizadores). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. Editora UNESP. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

RÍOS, Xulio. **China y Tai wan: explorando nuevas relaciones**. P. 597 a 641. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso. 1 ed**. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

ROCH, Eugenio Anguiano. **China como potencia mundial: presente y futuro**. P. 19 a 120. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso. 1 ed**. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

RODRÍGUEZ, María Teresa Rodríguez y. **Desarrollo rural con apertura al exterior**. P. 327 a 442. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso. 1 ed**. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **Guerra e Política nas Relações Internacionais**. 2008. 415f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. (Relações Internacionais). São Paulo.

RODRIGUEZ, María Teresa Rodríguez y. ROCH, Eugenio Anguiano. **Política de desarrollo económico: logros y perspectivas futuras**. P. 271 a 326. IN: CORNEJO, Romer. (coordinador). **China. Radiografía de una potencia en ascenso**. 1 ed. El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África. México. 2008.

RODRIK, Dani. **Estratégias de desenvolvimento para o novo século**. P. 43 a 78. IN: ARBIX, Glauco. COMIN, Álvaro. ZILBOVICIOUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. (organizadores). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. Editora UNESP. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

ROETT, Riordan. **América Latina y el surgimiento de China en un contexto global**. P. 269 a 292. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008.

ROSALES, Osvaldo. **La integración latinoamericana: entre los sueños y la realidad**. P. 295 a 304. IN: ELIZONDO, José Rodríguez. CASANUEVA, Héctor. (editores) **¿Qué pasa en América Latina? Realidad política y económica de nuestra región**. Editorial Andrés Bello. Santiago de Chile. 2008.

ROSS, Robert S. FENG, Zhu. (editors) **China's Ascent: Power, Security and the Future of International Politics**. Cornell University Press. United States of America. 2008.

SADER, Emir. **Hegemonía y contrahegemonía: Para otro mundo posible**. P. 87 a 101. IN: SEOANE, José. TADDEI, Emílio. (compiladores). **Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre**. Clacso. Buenos Aires. 2001.

SAHNI, Varun. **Tangential and tangible: IBSA in the context of India's Security Concerns**. P. 87 a 113. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

SAÍZ, Juan Manuel Ramírez. **Ciudadanía Mundial**. Universidad Iberoamericana. Guadalajara. México. ITESO. 2006.

SANJUÁN, Ana María. **América Latina y el bolivarianismo del siglo XXI: Alcances y desafíos de la política venezolana hacia la región**. P. 145 a 178. IN: LAGOS, Ricardo. (compilador). **América Latina: ¿Integración o fragmentación?** 1 Ed. Editora Edhasa. Buenos Aires. 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Editora Record. 13 ed. Rio de Janeiro. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolita subalternas.** P. 31 a 60. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. GAVARITO, César A. Rodríguez. (editores). **El derecho y la globalización desde abajo. Hacia una legalidad cosmopolita.** Traducción de Carlos F. Morales de Setién Ravina. Anthropos Editorial. México. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas gerais globais a uma ecológica de saberes.** P. 23 a 71. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul.** Edições Almedina S.A. Coimbra. 2009.

SANTOS, Cristiane Márcia dos. **Determinantes do crescimento econômico dos países em desenvolvimento do Bloco G-20.** 2008. 167f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Viçosa. Minas Gerais.

SASSEN, Saskia. **Los espectros de la globalización.** Fondo de Cultura Económica. México. 2003.

SATO, Eiiti. **De GATT para a OMC e a agenda do Brasil no comércio internacional.** P. 125 a 158. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

SCHAMA, Simon. **O futuro da América. Uma história.** Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva, Donaldson M. Garschagen e Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras. São Paulo. 2009.

SHARMA, Shalendra D. **China and India in the age of globalization.** Cambridge University Press. New York. 2009.

SCOTT, David. **China and the EU: A Strategic Axis for the Twenty-First century?** *International Relations.* Volume 21. Issue. 1. (2007). P. 23 a 45. Disponível no site: <http://ire.sagepub.com/cgi/reprint/21/1/23>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

SECURITY COUNCIL RESOLUTION 1540 (2004). Disponível no site: <http://www.un.org/News/Press/docs/2009/dc3183.doc.htm>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

SECURITY COUNCIL RESOLUTION 1559 (2004). Disponível no site: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/498/92/PDF/N0449892.pdf?OpenElement> Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

SECURITY COUNCIL RESOLUTION 1701. (2006). Disponível no site: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/465/03/PDF/N0646503.pdf?OpenElement>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

SECURITY COUNCIL RESOLUTION 1757 (2007). Disponível no site: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/363/57/PDF/N0736357.pdf?OpenElement>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

SECURITY COUNCIL EXTENDS WESTERN SAHARA MISSION UNTIL 30 APRIL 2009, RESOLUTION 1813 (2008). Disponível no site: <http://www.un.org/News/Press/docs/2008/sc9319.doc.htm>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

SENNES, Ricardo Ubiraci. **Brazil, India and South Africa: convergences and divergences in Intermediate Countries' International Strategies**. P. 49 a 67. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

SHARMA, Shalendra D. **China and India in the age of globalization**. Cambridge University Press. New York. 2009.

SHENKAR, Oded. **El siglo de China. La floreciente economía de China y su impacto en la economía global, en el equilibrio del poder y en los empleos**. Traducción de Jorge Cárdenas Nannetti. Grupo Editorial Norma. Bogotá. 2005.

SHU, Silvana Shioh Shyan. **A inserção internacional da China no Pós-Guerra Fria**. 2005. 112f. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Instituto de Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. São Paulo.

SOCIAL DEVELOPMENT STRATEGIES PAPER. (2010). Disponível no site: http://www.ibsa-trilateral.org/index.php?option=com_content&task=view&id=129&Itemid=46. Data de Acesso em 21 de Abril de 2010.

SOKO, Mills. **A África do Sul e as ameaças tradicionais e não-tradicionais à segurança regional**. P. 23 a 48. IN: KORNEGAY Francis. DADA Jabulani. **A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE. 2007.

SOROS, George. **A crise do capitalismo global: perigos da sociedade globalizada – uma visão crítica do mercado financeiro internacional**. Tradução de Cristina Serra. Editora Campus. Rio de Janeiro. 2001.

SOUSA Sarah-Lea John de. **India, Brazil, South Africa (IBSA) – New inter-regional multilateralism in the South?** P. 01 a 13. FRIDE Comment, April 2007 Disponível no site: http://www.forumibsa.org/publicacoes/COM_IBSA_ENG_abr07.pdf. Data de acesso em 01 de Janeiro de 2010.

SOUSA Sarah-Lea John de. **Brasil, India y Suráfrica, potencias para un nuevo orden**. POLÍTICA EXTERIOR, núm. 121. Enero / Febrero 2008. P. 165 a 178. Disponível no site: http://www.forumibsa.org/publicacoes/ART_IBSA_Politica_Exterior_ESP_ene08.pdf. Data de acesso em 01 de Janeiro de 2010.

SOUSA Sarah-Lea John de. **La India, el Brasil y Sudáfrica: ¿potencias emergentes o países en desarrollo?** P. 36 a 48. Disponível no site http://www.forumibsa.org/publicacoes/ART_IBSAEmerg_ESP_oct07.pdf. Data de acesso em 01 de Janeiro de 2010.

SPITZCOVSKY, Jaime. **O Governo Putin, Estabilidade E Projeto De Longo Prazo**. P. 169 a 182. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasil – Rússia : o fortalecimento de uma parceria / [tradução de Aleksandr Yurievitch Loguinov]. - Brasília : Funag, 2005. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

STIGLITZ, Joseph E. **El malestar en la globalización**. Traducción de Carlos Rodríguez Braun. Taurus Pensamiento. Buenos Aires. Argentina. 2002.

STIGLITZ, Joseph E. **Los felices 90. La semilla de la destrucción**. Traducción de Victoria Gordo del Rey y Moisés Ramírez Trapero. Editora Taurus. Buenos Aires. Argentina. 2003.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its discontents**. W. W. Norton & Company. New York. 2003.

STIGLITZ, Joseph. **Cómo hacer que funcione la globalización**. Traducción de Amado Diéguez y Paloma Gómez Crespo. Editora Taurus Pensamiento. 1 ed. Buenos Aires. 2006.

STIGLITZ, Joseph E. CHARLTON, Andrew. **Um comércio justo para todos. Cómo el comercio puede promover el desarrollo**. Traducción de Natalia Rodríguez Martín. Editora Taurus Pensamiento. México. 2007.

STIGLITZ, Joseph E. **Freefall: Free Markets and the Sinking of the Global Economy**. Penguin Group. New York. 2010.

STARODUBROVSKAIA, Irina. **Reformas Da Economia Russa No Pós-Comunismo: Os Resultados E As Perspectivas**. P. 193 a 238. IN: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasil – Rússia : o fortalecimento de uma parceria / [tradução de Aleksandr Yurievitch Loguinov]. - Brasília : Funag, 2005. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

TECHNICAL COOPERATION AMONGST DEVELOPING COUNTRIES. (2004). Disponível no site: http://www.upu.int/development_cooperation/en/technical_cooperation_among_developing_countries_en.pdf. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009

THE BRAZILIAN MINISTRY OF EXTERNAL RELATIONS. **South-South Cooperation Activities Carried Out By Brazil**. (2007). Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/ultimos-lancamentos>. Data de acesso em 20 de Dezembro de 2009.

UNITED NATIONS. (A/59/565). **A more secure world: Our shared responsibility: Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change. 2004. P. 1 a 143**. Disponível no site: <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>. Data de acesso em 18 de Janeiro de 2010.

UNITED NATIONS. (A/59/2005) **In larger freedom: towards development, security and human rights for a II Report of the Secretary-General. P. 1 a 62.** Disponível no site: www.un.org/largerfreedom/report-largerfreedom.pdf. Data de acesso em 18 de Janeiro de 2010.

UNITED NATIONS. (A/60/692) **Investing in the United Nations: for a stronger Organization worldwide. Report of the Secretary-General I. P. 1 a 43.** Disponível no site: <http://www.un.org/ga/president/62/issues/resolutions/a-60-692.pdf>. Data de acesso em 18 de Janeiro de 2010.

VAZ, Alcides Costa. **O Brasil e o sistema interamericano no: dos anos 1990 até o presente momento.** P. 43 a 73. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

VAZ, Alcides Costa. **Foreward. Intermediate States, International Coalitions and Security: An Appraisal of IBSA's Security Agenda.** P. 09 a 15. IN: VAZ, Alcides Costa. (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa.** Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Ásia no sistema internacional: o primado neowestfaliano e as bases da multipolaridade.** IN: JUNIOR, Alberto do Amaral. SANCHEZ, Michelle Raton. (orgs). **Relações Sul-Sul. Os Países da Ásia e o Brasil.** Editora Aduaneiras. São Paulo. 2004. P. 33 a 64.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizações internacionais.** P. 159-194. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio. (org). **Relações internacionais do Brasil** Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África.** Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2007.

VIZENTINI Paulo G. Fagundes. PEREIRA Analúcia Danilevicz. **África Do Sul: Uma Transição Inacabada.** P. 141 a 207. IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007) : o Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : África** — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão. 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **As Bases do IBAS: O desenvolvimento e a inserção internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul.** P. 43 a 87. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEPI: O Brasil no mundo que vem aí: **Seminário IBAS.** Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

YAMAKAWA, Tetsufumi. AHMED Swarnali. KELSTON, Alex . **BRICs Lead the Global Recovery.** P. 01 a 04. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

YAMAKAWA, Tetsufumi. AHMED Swarnali. KELSTON, Alex. **The BRICs as Drivers of Global Consumption.** P. 01 a 04. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de acesso em 06 de Janeiro de 2010.

YUSUF, Shahid. NABESHIMA, Kaoru. PERKINS, Dwight H. **China and India reshape global industrial geography.** P. 35 a 66. IN: WINTERS, L. Alan. YUSUF, Shahid. **Dancing with Giants: China, India and the Global Economy.** The World Bank. Institute of Policy Studies. Washington. 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **La decadencia del poder estadounidense. Estados Unidos e n un mundo caótico.** Traducción de Antonio Saborit. Ediciones Era. México. 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolítica y Geocultura. Ensayos sobre el moderno sistema mundial.** Traducción de Eugenia Vázquez Nacarino. Editorial Kairós. Barcelona. 2007.

WEISBROT, Mark. **The United States and th e world: where are w e headed? P. 109 a 130.** IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI. (2 : Rio de Janeiro : 2008) : O Brasil no mundo que vem aí. **Seminário : Estados Unidos - Brasília :** Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** Tradução de . C. Sérgio Duarte (2a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Disponível no site: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital>. Data de Acesso em 08 de Janeiro de 2010.

WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy R eform***, Institute for International Economics. Chapter 2 from Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Edited by John Williamson. Published April 1990.. Disponível no site. <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>. Data de Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa . **Dreaming w ith BRICs: the path to 2050.** Global Economics Paper No: 99. .P. 1 a 24. Disponível no site: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/index.html>. Data de Acesso em 06 de Janeiro de 2010 .

WINTERS, L. Alan. YUSUF, Shahid. **Dancing with Giants: China, India and the Global Economy**. The World Bank. Institute of Policy Studies. Washington. 2007.

WIRTH, Christian. **China, Japan, and East Asian regional cooperation: the views of 'self' and 'other' from Beijing and Tokyo**. *International Relations of the Asia-Pacific*. Volume 9. Number 3. (2009). P. 469 a 496. Disponível no site: <http://irap.oxfordjournals.org/cgi/reprint/9/3/469>. Data de acesso em 14 de Outubro de 2009.

WRIGHT, Stephen. (editor) **African Foreign Policies**. Westview Press. Northern Arizona University. Colorado. United States of America. 1999.

ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. W. W. Norton & Company. First Edition. United States. 2008.

ZHEBIT, Alexander. (org.) **Brasil – Rússia: história, política, cultura**. Editora Gramma. Rio de Janeiro. 2009.

ZHEBIT, Alexander. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (orgs.). **Neoterrorismo: reflexões e glossário**. Editora Gramma. Rio de Janeiro. 2009.